

MIGUEL BURNIER

MARCAS HISTÓRICAS

OURO
PRETO

Organizadores:
Alenice Motta Baeta
Henrique Piló

OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER MARCAS HISTÓRICAS

Organizadores:

Alenice Baeta

Henrique Piló

Autores:

Alenice Baeta

Emile Scharlé

Guilherme Ataídes

Henrique Piló Marcus

Duque Neves Maria

Cristina Cairo

Sandra Fosque

Ulisses Cyrino Penha

PATROCÍNIO:



ELABORAÇÃO:

ARTEFACTO CONSULTORIA 

FICHA TÉCNICA

Organizadores:

Alenice Baeta e Henrique Piló

Projeto gráfico e diagramação:

Guilherme Ataídes

Ilustrações:

Guilherme Ataídes e Maria Cristina Cairo

Fotos:

Artefactto Consultoria; conforme indicação das legendas

Tratamento das fotografias:

Emile Scharlé Júnior e Henrique Piló

Capa:

Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Usina Barra Mansa. Concepção de Guilherme Ataídes. Fotos de Emile Scharlé Júnior e Henrique Piló. 2012

Quarta capa:

Detalhe de parte das ruínas da Fábrica Patriótica e Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães. Concepção de Guilherme Ataídes. Fotos de Henrique Piló. 2012

Capa dos capítulos:

Capítulo 01 - Serra do Ouro Branco: trecho da cumeada. Foto de Guilherme Ataídes. 2011

Capítulo 02 - Vista do Pico do Itabirito a partir de uma caverna de minério de ferro. Foto de Henrique Piló. 2005

Capítulo 03 - Estação Ferroviária de Hargreaves: detalhe da paisagem de entorno. Foto de Emile Scharlé Júnior. 2012

Capítulo 04 - Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães. Foto de Guilherme Ataídes. 2011

Capítulo 05 - Serra do Ouro Branco. Foto de Henrique Piló. 2012

Capítulo 06 - Fábrica Patriótica: detalhe das ruínas. Foto de Henrique Piló. 2012

Capítulo 07 - Usina Wigg: chaminé do alto forno e fole. Foto de Henrique Piló. 2012

Capítulo 08 - Usina Wigg: maquinário remanescente. Foto de Henrique Piló. 2012

Capítulo 09 - Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá. Foto de Emile Scharlé Júnior. 2012

Capítulo 10 - Altar-mor da Igreja do Sagrado Coração de Jesus: detalhe da imagem do Sagrado Coração de Jesus, cruz e arcos concêntricos. Foto de Guilherme Ataídes. 2011

Capítulo 11 - Bandeira de Santa Efigênia: Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier. Foto de Sérgio Sanches.

Glossário – Nártex, coro e rosácea da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Foto de Guilherme Ataídes. 2011

Revisão de textos:

Ana Lúcia Baeta (Jornalista- 3905/MG)

Produção e Execução:

Artefactto Consultoria

artefactto.com

Patrocínio:

GERDAU

www.gerdau.com.br

AGRADECIMENTOS

Prefeitura Municipal de Ouro Preto/
Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano

Equipe de Meio Ambiente da Gerdau

Equipe da Germinar/Biocentro da Gerdau

Vale - Mina de Fábrica

Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas-UFOP

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto

Biblioteca Pública de Ouro Preto

Biblioteca da Fundação João Pinheiro

Biblioteca da Faculdade de Economia-FACE/UFMG

Biblioteca do Instituto Amilcar Martins

Biblioteca da CPRM de MG

Madre Teresa Maria dos Santos – Acervo da Igreja Sagrado Coração de Jesus

Ariane de Oliveira Resende

Mecias Quintino Costa

Vicente Santana

Paulo Rogério Lana

Leandro Vieira

Comunidade de Miguel Burnier

A todos os entrevistados e colaboradores

Marcas Históricas Miguel Burnier - Ouro Preto/ Alenice Baeta, Henrique Piló (organizadores) -
Belo Horizonte: Gerdau, 2012.

248 p. : il.; 31 cm.

1. Miguel Burnier. 2. Ouro Preto. 3. História. 4. Arqueologia. 5. Geologia. 6. Arquitetura. 7. Patrimônio Imaterial. 8. Caminhos antigos. I. Baeta, Alenice (org). II. Piló, Henrique (org). III. Neves, Marcus Duque. IV. Ataiades, Guilherme. V. Cairo, Maria Cristina. VI. Scharlè, Emile. VII. Penha, Ulisses. VIII. Fosque, Sandra. IX. Título.

CDU 930.26

CDD 930.1

APRESENTAÇÃO

Ao longo dos seus 111 anos de história, a Gerdau sempre buscou estabelecer um relacionamento ético e transparente com todos os públicos com os quais se relaciona. A Empresa acredita que uma atuação baseada no respeito é fundamental para que se estabeleçam ganhos mútuos e, para tanto, tem trabalhado em uma série de iniciativas que buscam o desenvolvimento sustentável das comunidades onde está inserida, dentre elas o resgate e preservação do patrimônio histórico e cultural. Neste contexto, destaca-se Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto e marco inicial da empresa no negócio da Mineração.

Durante a leitura deste livro, torna-se possível a percepção da relevância que a região do distrito possui para a história do Brasil, com fatos intimamente ligados ao período de descobertas em Minas Gerais, um dos principais estados propulsores do desenvolvimento do nosso País, que traz a atividade mineral em seu próprio nome. Essa riqueza tem sido ainda mais valorizada, a partir da evolução de práticas sustentáveis adotadas pelos setores privado e público, que permitem melhor proteção ao meio ambiente e o envolvimento participativo da sociedade, identificando e trabalhando as oportunidades que proporcionam o equilíbrio na tomada de decisões. No caso da Gerdau, estas práticas representam dois de seus valores: a sustentabilidade social, econômica e ambiental e a integridade com todos os públicos.

Este livro foi elaborado com alto nível de conhecimento técnico, apuração minuciosa e construção bem estruturada por parte dos autores e organizadores. Ao patrocinar esta obra esperamos que ela contribua para a perpetuidade das informações acerca do importante legado de Miguel Burnier para o setor de mineração, para Minas Gerais e para o Brasil.

Paulo José Barros Rabelo
Diretor da Operação Minério de Ferro
Gerdau





Estação Ferroviária de Miguel Burnier. Foto de Eduardo Rocha/RR

BURNIER





INTRODUÇÃO

TECENDO HISTÓRIAS SOBRE MIGUEL BURNIER

Este livro reúne textos ou capítulos que abordam temas variados sobre o Distrito de Miguel Burnier, Município de Ouro Preto, iniciando com o período pré-colonial até aspectos mais recentes e atuais sobre esse distrito e arredores.

O período pré-colonial lamentavelmente sempre foi muito pouco estudado pela historiografia mineira, de modo que consideramos apropriado começar a história do distrito por este momento inicial de ocupação humana, abordando, inclusive, a utilização do minério de ferro e de suas paisagens ferruginosas... Outro assunto tratado como periférico, refere-se a história indígena e sua imbricação com o processo de colonização e exploração mineral nos centros auríferos das 'minas geraes'... Recuperar informações e concepções sobre esta história foi fundamental para todos os autores desta publicação.

Na sequência foi abordada a história do Rodeadouro da Itatiaia, os caminhos e acessos na região do Caldeirão e Rodeadouro, bem como, a história do Distrito de São Julião nos períodos Joanino e Monárquico.

Aspectos sobre a história da siderurgia no Brasil focalizando as estruturas existentes na região, em especial as remanescentes da Usina Wigg, foram tratadas de forma muito especial tendo em vista ter sido este sítio histórico-industrial objeto de pesquisa arqueológica por nossa equipe. Os resultados desta pesquisa foram também apresentados.



A preparação e lançamento desta obra coincide ainda com o bicentenário de Eschwege em Ouro Preto, quando este mineralogista e seus auxiliares desenvolveram uma sequência de pesquisa geognósticas, análises minerais, perfis geológicos, elaboração de mapas, além da construção da Fábrica do Prata (Fabrica Patriótica). Dezesete de dezembro de 1812, tornou-se assim, importante marco relacionado à primeira corrida de ferro industrial tecnológico produzido no Brasil.

Foi tratado ainda o importante acervo arquitetônico civil e religioso de Miguel Burnier e sua contextualização. Por último, aspectos imateriais envolvendo as festas, celebrações, atividades culturais e memórias foram levantadas, esperando assim através de sua descrição, contribuir e incentivar a permanente revitalização e recriação destas manifestações. Todo esse patrimônio material e imaterial encontra-se registrado e protegido pelo Município de Ouro Preto, com o apoio da Gerdau, através de ações como o Inventário e Tombamento.

Este livro é mais uma contribuição para o conhecimento e divulgação das histórias e memórias do Distrito de Miguel Burnier e região de Ouro Preto.

Os Organizadores



Sumário

APRESENTAÇÃO Gerdau	5	APRESENTAÇÃO
INTRODUÇÃO Organizadores	8	INTRODUÇÃO
CAPÍTULO 01 Ulisses Cyrino Penha	12	MIGUEL BURNIER: GEOLOGIA E PAISAGENS
CAPÍTULO 02 Alenice Baeta e Henrique Piló	28	A UTILIZAÇÃO DE MINERAIS DE FERRO NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL
CAPÍTULO 03 Alenice Baeta	40	“ÍNDIOS DAQUI, ÍNDIOS DE LÁ” – RESISTÊNCIA E HISTÓRIA INDÍGENA NAS TERRAS DE VILA RICA
CAPÍTULO 04 Marcus Duque Neves	58	O RODEADOURO DA ITATIAIA: DOS BANDEIRANTES AOS INCONFIDENTES
CAPÍTULO 05 Marcus Duque, Henrique Piló e Alenice Baeta	80	SERRA DO OURO BRANCO, RODEIO E SÃO JULIÃO: CAMINHOS, PERCURSOS E DIVISAS



CAPÍTULO 06
Marcus Duque Neves

98

**O DISTRITO DE SÃO JULIÃO
NOS PERÍODOS JOANINO E MONÁRQUICO**

CAPÍTULO 07
Marcus Duque Neves

120

A USINA WIGG

CAPÍTULO 08
Henrique Piló, Emile Albert Scharlé e Alenice Baeta

150

**ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL E USINA WIGG:
A EVOLUÇÃO DA SIDERURGIA NO BRASIL**

CAPÍTULO 09
Maria Cristina Cairo

170

**O LEGADO ARQUITETÔNICO DE MIGUEL BURNIER:
ACERVO URBANO E RURAL**

CAPÍTULO 10
Guilherme Ataídes

198

**O PATRIMÔNIO RELIGIOSO
DE MIGUEL BURNIER**

CAPÍTULO 11
Sandra Fosque

224

**PATRIMÔNIO IMATERIAL DE MIGUEL BURNIER:
FESTAS, BANDAS, CELEBRAÇÕES E SONHOS**

GLOSSÁRIO

236

GLOSSÁRIO

AUTORES

244

SOBRE OS AUTORES

OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 01

MIGUEL BURNIER: GEOLOGIA E PAISAGENS

Ulisses Cyrino Penha

MIGUEL BURNIER: GEOLOGIA E PAISAGENS

INTRODUÇÃO

A sede do distrito de Miguel Burnier se localiza na latitude 20°26'03" Sul e longitude 43°46'35" Oeste, distando cerca de 40 km da sede do município a que pertence, Ouro Preto. Pelo fato de a economia desse distrito guardar estreita relação com a mineração e por estar localizado na porção sul do Quadrilátero Ferrífero, seguem algumas considerações sobre essa notável província mineral antes da abordagem sobre a geologia e a paisagem de Miguel Burnier.

QUADRILÁTERO FERRÍFERO – GEOLOGIA E MINERAÇÃO

O relativamente pequeno Quadrilátero Ferrífero, com 7.000 km², que está inserido na porção sul de Minas Gerais, teve papel determinante na interiorização da ocupação portuguesa a partir do garimpo nos séculos XVII, XVIII. Consolidaram-se com destaque na atualidade as minerações de ouro e de ferro, a última integrada a uma logística de ferrovia, porto e siderurgia, e que nas duas últimas décadas vêm experimentando crescimentos sem precedentes por força das demandas de outros países.

De acordo com Johan Van Nostrand Dorr II (1969), o Quadrilátero Ferrífero foi assim denominado por Gonzaga de Campos devido aos depósitos de minério de ferro que ocorrem numa área cujos vértices são Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste, e Itaúna, a noroeste. Não é, portanto, ao acaso que essa região se configura como o polo regional brasileiro mais bem desenvolvido da pesquisa e mineração de ferro e em bens e serviços a elas relacionados.

A mineração depende fundamentalmente do adequado conhecimento da geologia da região onde está inserida ou na qual pretende se instalar. Esse conhecimento surge de trabalhos que delimitam as rochas presentes na região, trabalhos que em seu conjunto são denominados de *mapeamento geológico*. Não é por acaso que, segundo dados do IBGE, em torno de 27% do PIB de Minas Gerais provém do Quadrilátero Ferrífero: seu primeiro mapeamento geológico foi efetuado já entre 1945 e 1962, a partir do convênio DNPM-USGS (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral e *United States Geological Survey*). Coordenados por Door II (1957, 1969), esses trabalhos sistemáticos resultaram em mapas com escala 1:25.000. A eficaz base de dados geológicos gerada, àquela época voltada para a descoberta de minérios de ferro e manganês devido à demanda de crescimento em um cenário econômico pós II Guerra Mundial, continua sendo base para trabalhos detalhados atuais. Igualmente dignos de nota são as investigações feitas pelas universidades (ver sínteses em RENGER *et al.*, 1994; ALKMIN & MARSHAK, 1998) e um segundo trabalho de mapeamento sistemático efetuado em todo o Quadrilátero nos anos 90, dessa vez a cargo do Serviço Geológico do Brasil-CPRM (BALTAZAR & SILVA, 1996; ZUCHETTI & BALTAZAR, 2000).

Conhecimento científico produzido por universidades, levantamentos aerogeofísicos da COMIG e CODEMIG, mapeamentos governamentais e investimentos de empresas em sondagem geológica, em tecnologias de pesquisa e lavra tornam o Quadrilátero Ferrífero uma das mais importantes províncias minerais do mundo.





Figura 1 - Imagem de satélite Landsat parcial do Quadrilátero Ferrífero. Grande parte das suas serras é formada por rochas muito resistentes aos processos erosivos, como quartzitos e itabiritos, cuja idade situa-se entre 2,5 e 2,0 bilhões de anos.

Fonte: Embrapa-Brasil visto do espaço.

É elemento destacável na história de Miguel Burnier o fato da primeira siderúrgica do Quadrilátero Ferrífero ter sido implantada em seu território, em 1811-12, pelo Barão Ludwig Von Eschwege. Nesse distrito, também constam minas antiquíssimas de minério de manganês, desta vez extraído por lavra subterrânea, como a mina do Papa-Cobras, ativa entre 1895 e 1909 e que alimentava os fornos da Usina Wigg, igualmente estabelecida em Miguel Burnier (JACOB, 1911).

GEOLOGIA E RELEVO DO DISTRITO DE MIGUEL BURNIER

O relevo do distrito de Miguel Burnier não foge ao padrão do Quadrilátero Ferrífero, podendo ser visto no clássico trabalho de Varajão (1991). Ele é diversificado e resulta da sua complexa natureza litológica e estrutural, em que as serras e platôs com altitudes entre 1.100 m e 2.100 m são sustentados por quartzitos e itabiritos proterozóicos do Supergrupo Minas, com idades superiores a 2,1 bilhões de anos. Já as áreas com menor altitude e relevo menos pronunciado são formadas por filitos e quartzitos friáveis, igualmente do Supergrupo Minas, e por xistos de natureza diversa do Grupo Nova Lima, esses com idade superior a 2,5 bilhões de anos.

Desta forma, a maior resistência oferecida pelos quartzitos e itabiritos aos processos de intemperismo e de erosão atuantes nas últimas dezenas de milhões de anos resultou em um relevo, se extrapolado para todo o Quadrilátero, em que as camadas dessas rochas, integrantes do Supergrupo Minas, sustentam as serras do Curral, do Itatiaiuçu, da Piedade, da Moeda, do Caraça, do Ouro Branco, de Ouro Preto, dos Alemães e da Chapada.



Figura 2 - Localização (em azul) dos limites do distrito de Miguel Burnier em imagem de satélite da porção sul do Quadrilátero Ferrífero. À exceção da serra da Moeda, as demais apresentam orientação geral próxima de leste-oeste. Comparar com mapa geológico da Figura 3. Fonte: imagem Landsat composição colorida RGB 543 da Embrapa-Brasil visto do espaço, com resolução espacial de 60 m.



Mosaico 1 - Contraste de formas de relevo, em que as serras dos Alemães (inferior esquerda) e do Ouro Branco (demais fotos) são sustentadas por quartzitos e as zonas arrasadas, principalmente por filitos. Ulisses Cyrino Penha, 2011.

A considerável pluviosidade do distrito de Miguel Burnier, com índices pluviométricos médios de 1.419 mm nas partes baixas e 2.100 mm nas mais elevadas (SANTOS *et al.*, 2002; CRUZ, 1995), associada às diferenças de resistência oferecida pelas rochas aos processos erosivos, origina distintas formas de relevo e uma elevada densidade de cursos d'água. Assim sendo, as formas de relevo variam desde encostas com declividade suave, ocorrentes nas imediações dos córregos que desenvolvem zonas de várzeas, até encostas com declividade moderada a alta, existentes nas imediações de cristas rochosas sustentadas por rochas quartzíticas e itabiríticas. As altas encostas podem conter pequenos platôs sustentados por cangas ferruginosas, formadas à custa dos itabiritos e quartzitos citados.



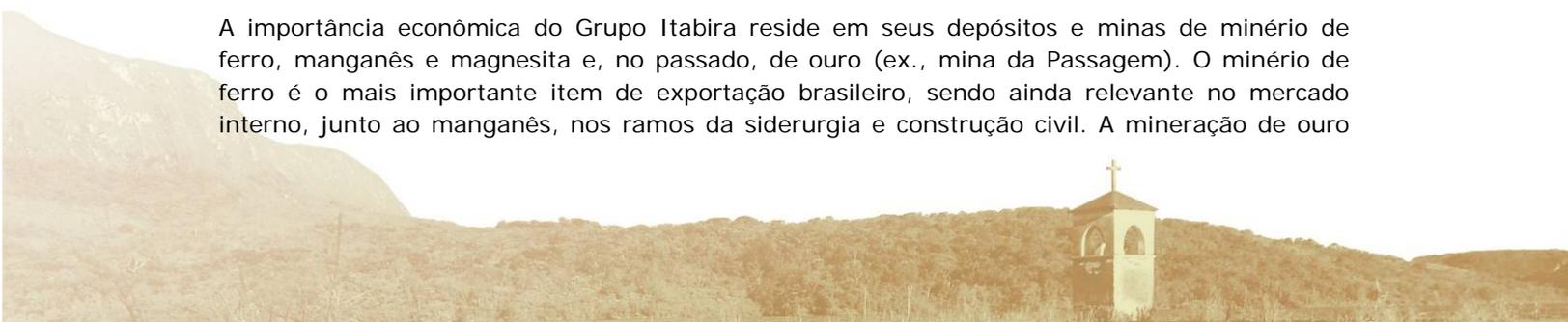
O padrão geométrico das drenagens, se observadas em mapas topográficos, é do tipo sub-retangular, em que os trechos maiores dos cursos d'água podem se orientar preferencialmente segundo três direções: em torno de norte-sul, exemplificado pelo ribeirão Miguel Burnier, cujas cabeceiras se localizam a sudoeste da serra do Ouro Branco, próximos de $N50^{\circ}-60^{\circ}W$, caso do córrego Papa-Cobras, que nasce nas proximidades de Hargreaves; e conforme leste-oeste, a exemplo do córrego dos Alemães, cujas nascentes se situam entre a ferrovia que interliga Hargreaves a Dom Bosco e os contrafortes meridionais da serra dos Alemães. Essas direções que os cursos d'água seguem correspondem a estruturas ditas tectônicas que ora enrijecem as rochas, tornando-as salientes na topografia ao longo do tempo geológico, ora as enfraquecem, acelerando o seu intemperismo e remoção para as encostas e vales.



Mosaico 2 - As serras são características na paisagem do distrito de Miguel Burnier, sendo essencialmente sustentadas por rochas quartzíticas do Grupo Itabira. A foto inferior direita mostra a ferrovia por onde escoam minério de ferro e aço produzidos na região, com parte da serra do Ouro Branco ao fundo. Ulisses Cyrino Penha, 2011.

Conforme a estratigrafia – ou disposição das diferentes camadas de rochas – definida pelos trabalhos de mapeamento geológico na porção sul do Quadrilátero Ferrífero, as unidades estratigráficas dominantes no distrito de Miguel Burnier são os grupos Itabira e Piracicaba. Suas rochas foram geradas em mares rasos, entre 2,5 e 2,1 bilhões de anos, mediante processos sintetizados por Alkmim & Marshak (1998).

A importância econômica do Grupo Itabira reside em seus depósitos e minas de minério de ferro, manganês e magnesita e, no passado, de ouro (ex., mina da Passagem). O minério de ferro é o mais importante item de exportação brasileiro, sendo ainda relevante no mercado interno, junto ao manganês, nos ramos da siderurgia e construção civil. A mineração de ouro



também participa da geração de empregos, de melhorias sociais e de expressivas receitas para os municípios em que se situam as minas.

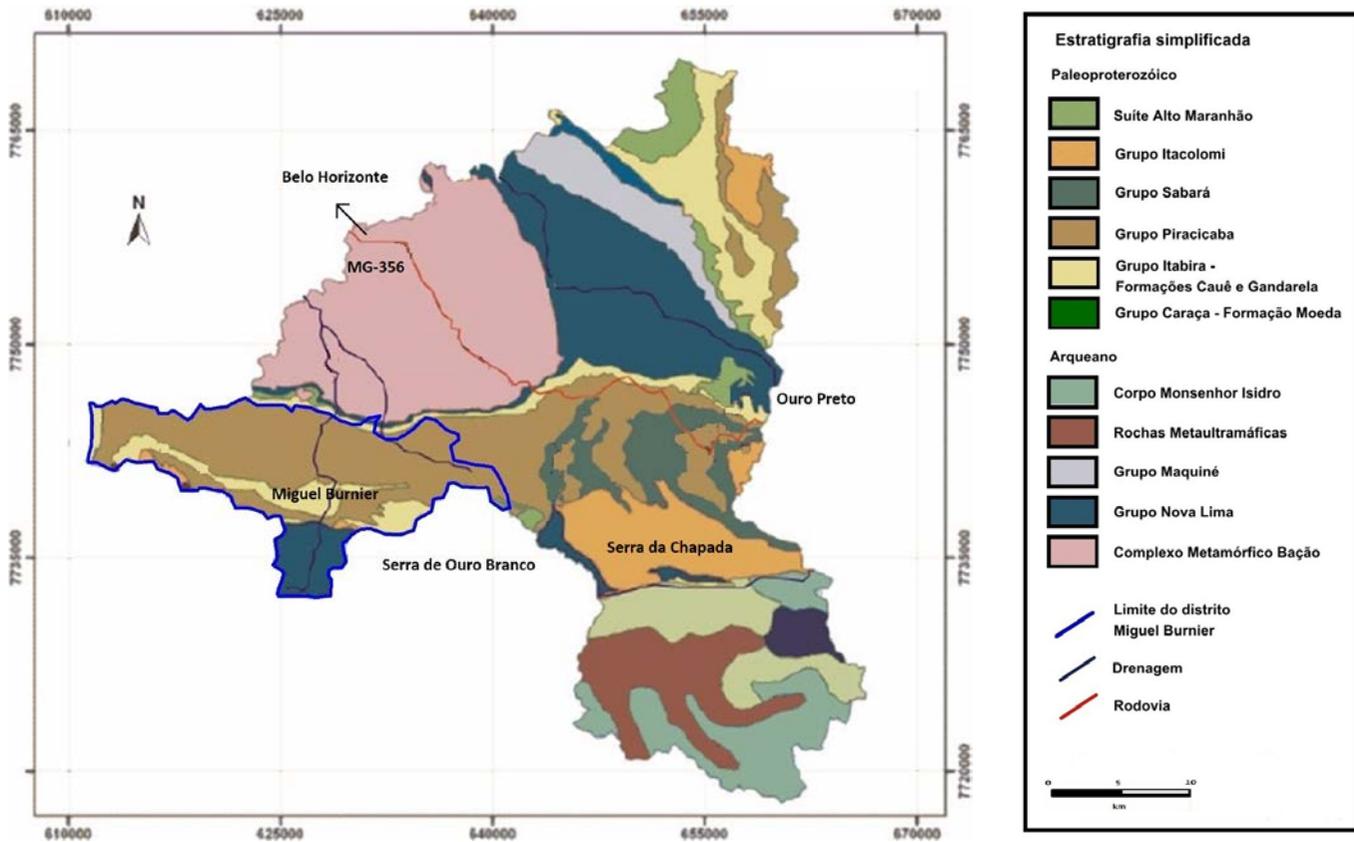


Figura 3 - Mapa geológico do município de Ouro Preto, com o distrito de Miguel Burnier marcado em azul. Exceto o apêndice da porção sul (rochas do Grupo Nova Lima), todo o distrito compreende rochas dos grupos Itabira e Piracicaba. Fonte: Ferreira & Bacellar (2006), simplificado.

Os perfis de caminhamento geológico feitos entre a serra do Ouro Branco, ao sul, e as minas de ferro situadas no entorno de Miguel Burnier, ao norte, indicaram a presença de rochas denominadas filitos, itabiritos, quartzitos ferruginosos, mármores e rochas manganésíferas, em ordem decrescente de abundância, sendo todas integrantes do Grupo Itabira. Os filitos são cinza-claros, ricos nos minerais quartzo e sericita, estando frequentemente oxidados e assumindo coloração arroxeada.



Mosaico 3 - Afloramentos de minério de ferro itabirítico dobrado (fotos das extremidades), filito cortado por veio de quartzo (segunda da esquerda para a direita) e minério manganésífero pulverulento negro muito suscetível à erosão. Ulisses Cyrino Penha, 2012.



Os **itabiritos** se apresentam bandados, negros, em geral friáveis, e podem conter corpos tenazes com alto teor de ferro, denominados hematititos. As minas de minério de ferro da Gerdau se desenvolvem nesses itabiritos e hematititos. Os **quartzitos** são rochas claras e formadas quase que integralmente por grãos de areia (quartzo), quando próximos a camadas de itabirito podem ser ferruginosos. Os **mármore**s são brancos a cinza-claros, maciços ou bandados e muito tenazes, resistentes ao intemperismo. E as **rochas manganésíferas**, porosa, friáveis e oxidadas na superfície, tingem de negro os dedos. Essas últimas ocorrem por vários quilômetros de extensão, desde a estação ferroviária de Henrique Hargreaves até as proximidades da sede de Miguel Burnier, e foram lavradas no passado, como a mina de manganês Papa-Cobras, atualmente inundada e situada a leste da Usina Wigg (PENHA, 2011; ARTEFACTTO, 2011)



Mosaico 4 - Afloramentos de mármore fraturados (fotos do alto), itabiritos dobrados (foto inferior esquerda) e filito arroxeadado. Rochas do Grupo Itabira, com idades acima de 2,1 bilhões de anos. Ulisses Cyrino Penha, 2011.

Essas rochas constituem camadas de dezenas de quilômetros de extensão, embora sua continuidade possa estar interrompida localmente por estruturas tectônicas denominadas dobras e falhas. Na área da bacia do ribeirão Miguel Burnier, especificamente nas proximidades da desativada Usina Wigg, esse pacote rochoso tem direção N45°E e mergulha entre 50° e 60° para sudeste, enquanto os perfis realizados na bacia do córrego Papa-Cobras revelaram uma direção geral das camadas com valores entre N70°W e N85°W e mergulhos de 50° a 80° para nordeste.

A camada de solo que recobre os filitos e quartzitos é delgada e comumente contém fragmentos de veios de quartzo cinza, fumê e branco leitoso em uma matriz argilo-arenosa. O solo disposto sobre os itabiritos e as rochas manganésíferas é escuro e pode conter fragmentos de minério de ferro e de veios de quartzo, sendo sua matriz ferruginosa, cuja compactação forma as denominadas cangas ferruginosas.



Mosaico 5 - Paisagens modificadas pela ação humana: voçorocas causadas por desmatamento (fotos do alto) e cortes de ferrovia e de estrada de pequeno porte próximas à Usina Wigg. Essas encostas são sustentadas por filitos do Grupo Piracicaba. Notar o delgado capeamento de solo em todos os casos. Ulisses Cyrino Penha, 2011.

A VEGETAÇÃO DO DISTRITO DE MIGUEL BURNIER

A conjugação de fatores como diversidade litológica, diferentes formas de relevo, contrastes de topografia e elevada pluviosidade do distrito de Miguel Burnier se reflete na heterogeneidade das suas formas de vegetação, com uma rica biodiversidade. Tal biodiversidade não se restringe a esse distrito, mas, antes se estende ao Quadrilátero Ferrífero como um todo e justificou o seu reconhecimento como uma região de “importância biológica extrema” (DRUMMOND *et al.*, 2005) e a sua inserção dentro da Reserva da Biosfera da Cadeia do Espinhaço pela UNESCO, em 2005. A sua proposta para constituir um geoparque, segundo as categorias paleo-ambiental, história da mineração e histórico-cultural é mencionada por Nascimento *et al.* (2008).

O Quadrilátero – e por extensão Miguel Burnier – se insere na zona de transição de dois *hotspots* brasileiros, a Mata Atlântica e o Cerrado, composto por um mosaico de subambientes ecossistêmicos denominados floresta estacional semidecidual, matas de galerias, matas ciliares, capões de altitude, campo cerrado, cerrado *sensu strictu* e campos rupestres.

Serão mencionadas a seguir algumas das famílias de vegetais mais comuns observadas no distrito de Miguel Burnier, agrupadas segundo as fitofisionomias do Cerrado, que predomina largamente, secundada pela Mata Atlântica, que ocorre essencialmente em manchas esparsas, e Mata Ciliar, a menos expressiva em área.



Mosaico 6 - Contraste paisagístico dos ecossistemas Campo Limpo do Cerrado e Mata Atlântica (fotos de baixo). As fotos do alto representam a Mata Atlântica às margens da Estrada Real. As manchas roxas em três fotos são floradas de quaresmeiras. Ulisses Cyrino Penha, 2011.



CERRADO

A presença do Cerrado é determinada por fatores como clima, com até 4 meses de período seco no inverno, e verões chuvosos, com precipitação média em torno de 1.500 mm; por solos em geral arenosos, pobres em nutrientes, delgados e suscetíveis à erosão se desmatados; pelo fogo; e pela topografia (WALTER 1983, BARUCH *et al.* 1996, In WALTER *et al.*, 2008).

No distrito de Miguel Burnier, o Cerrado está essencialmente distribuído nas médias e altas encostas e frequentemente se desenvolve sobre solos areno-argilosos com crostas ferruginosas lateríticas pobres em nutrientes e enriquecidos em ferro, que são solos oriundos da decomposição dos filitos e itabiritos intercalados com quartzitos. Observado em conjunto, é possível distinguir facilmente um tapete onde predominam gramíneas, salpicado de arbustos e árvores com troncos retorcidos e folhas ásperas.

Assim, o estrato herbáceo compreende várias gramíneas e capins perenes (pertencentes à família das Poáceas), Malváceas e Asteráceas (frequentemente floridas), além de pequenas samambaias (Pteridófitas) adaptadas a solos secos. A preservação do capim perene e as pequenas samambaias citadas são fundamentais para a contenção dos processos erosivos, pois são plantas colonizadoras de locais degradados como voçorocas e garimpos abandonados.

Mosaico 7 - Elementos do estrato arbóreo do Cerrado: angico (superior esquerda) e pau d'óleo (fotos de baixo, uma delas com ninho de guaxo). À exceção do chapéu-de-couro (Volchisiácea, canto superior direito), as demais pertencem à família das Fabáceas. Ulisses Cyrino Penha, 2011.



No estrato arbustivo do Cerrado foram observados elementos representantes das famílias das Melastomatáceas (quaresmeiras dos gêneros *Tococa*, *Marcetia*, *Lavoisiera*, *Henriettea* e *Tibouchina*), Fabáceas de pequeno porte, Solanáceas (lobeira e cagaiteira), Gutiferáceas (pau-santo), Dileniáceas (lixreira), Asteráceas (marcela), Mirsináceas (cajuzinho) e Anonáceas (aroeirinha).

Mosaico 8 - Mandiocão-do-cerrado (à esquerda), ipê-amarelo-do-cerrado (ao meio) e arbusto da família das Volchisiáceas. Ulisses Cyrino Penha, 2011.





Mosaico 9 - Florida e miúda, a vegetação herbácea de Campo Cerrado reúne elegância, delicadeza e multitude de cores. Famílias das Asteráceas (amarela), Melastomatáceas (violeta) e Mirtáceas (inferior direita). Ulisses Cyrino Penha, 2012.

Por fim, a depender das altitudes consideradas, o estrato arbóreo mostra predominância de determinados vegetais sobre outros. Portanto, em encostas situadas em cotas elevadas são comuns as candeias ou *Gochnatia polymorpha* (Asteráceas), com tronco coriáceo e galhos secos característicos. Já nas médias encostas são frequentes as folhas-miúdas, os barbatimões e paus d'óleos com até 12 m de altura (Fabáceas), chapéus-de-couro (Volchisiáceas), quaresmeiras (Melastomatáceas), ipê-amarelo, pau-jacaré e jacarandá (Bignoniáceas), mandiocão-do-cerrado (Araliáceas), cedro (Meliáceas), coqueiros isolados (Arecáceas), muricisão (Malpighiáceas), vassoura-de-bruxa ou *Ouratea exasperma* (Ochnáceas) e goiabeira araçá (Mirtáceas).



Mosaico 10 - A generosa biodiversidade do Campo Cerrado adorna a paisagem com flores de espécies herbáceas o ano inteiro. Floradas de Malpighiáceas (foto superior direita), Melastomatáceas (superior esquerda), Gesneriáceas (flores vermelhas), Asteráceas (fotos de baixo). Fonte da classificação: Souza & Lorenzi (2008). Fotos de Ulisses Cyrino Penha, 2011 e 2012.

Nos locais de Campo Cerrado com escassas árvores, constitui uma oferenda da natureza a paisagem florescida de ipês-amarelos-do-cerrado (*Tabebuia ochracea*, SILVA JÚNIOR, 2005), despontando sobre os capins perenes que assumem um tom castanho nas estações secas.



MATA ATLÂNTICA

Da Mata Atlântica original no território brasileiro restam 11% (STEHMANN *et al.*, 2009), contudo, em Minas Gerais essa estatística é ainda mais triste, com 4% (COSTA *et al.*, 1998). Embora esse panorama resulte das incisivas pressões econômicas e do consumo crescente dos recursos naturais pela sociedade, a preocupação sobre a preservação desse tipo de floresta se consubstanciou há poucos anos na Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, conhecida como *Lei da Mata Atlântica*.



Foto 1 - Cerrado do tipo campo limpo com *Tabebuia ochracea* (ipê-amarelo-do-cerrado), próxima à ferrovia, nas proximidades da igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis. Ao fundo, contraforte da Serra do Ouro Branco. Ulisses Cyrino Penha, 2011.

No distrito de Miguel Burnier, a Mata Atlântica ocorre sob a forma de manchas nas baixas encostas próximas às drenagens maiores poupadas do desmatamento. Ela também está presente em cabeceiras de voçorocas antigas que atingiram ou se aproximaram do nível do lençol freático, retirando daí o precioso recurso hídrico necessário ao desenvolvimento luxuriante de suas árvores.



Mosaico 11 - Árvores esguias da Mata Atlântica, com troncos retílineos salpicados de líquens brancos e vermelhos (2 fotos da direita) nos locais onde a vegetação é densa. Ulisses Cyrino Penha, 2011 e 2012.

O estrato arbóreo da Mata Atlântica pode atingir até 15 m em locais com maior concentração de árvores, o que ocorre nas proximidades dos cursos d'água.



Mosaico 12 - Imagens do ecossistema Mata Atlântica no vale do córrego dos Alemães, poucas centenas de metros ao norte da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães. Os cogumelos (amarelos) e orelhas-de-pau (brancos) coloreem o solo rico em matéria orgânica. Ulisses Cyrino Penha, 2011.

Serão citadas aqui as principais famílias observadas no distrito, como Fabáceas, Meliáceas, Moráceas, Arecáceas, Bromeliáceas, Zingiberáceas, Aráceas, Ciperáceas, Poáceas, Bignoniáceas, Apocináceas, Mirtáceas, Rubiáceas, Piperáceas, Urticáceas e Malváceas. Vegetais de hábito epífita, notadamente bromélias e orquídeas, apenas raramente foram constatados nas árvores, o que possivelmente se deve à sua retirada pelo homem, às altitudes elevadas e aos rigores do clima frio.

São também frequentes nesse ecossistema florestal os líquens, associações entre algas e fungos que coloreem de tons variados os troncos das árvores, e as lianas ou cipós, esses últimos utilizados por pequenos primatas como os calitriquídeos (saguis) e cebíceos (micos) para sua locomoção na mata. Em locais onde o solo recebe galhos e troncos caídos em processo de decomposição, podem-se observar cogumelos e orelhas-de-pau.

MATA DE GALERIA

A Mata de Galeria ocorre ao longo das drenagens que sofreram pouca ou nenhuma intervenção humana e atua decisivamente no processo de estabilização das encostas. É ainda fonte de recursos hídricos para muitas espécies de animais. Por essa importância, a legislação ambiental prevê como Área de Proteção Permanente faixas laterais aos cursos d'água, com 30 m de largura e de 50 m nas zonas de cabeceiras.



Mosaico 13 - Ambiente de Mata de Galeria onde impera elevada umidade: Zingiberáceas (vermelhas), xaxins com até 8 m de altura (foto inferior esquerda), musgos sobre rocha na drenagem (foto inferior direita) e cipós. Ulisses Cyrino Penha, 2011.



Umidades elevadas e uma penetração mais tímida da luz solar caracterizam essas matas, que se distribuem feito franjas ao longo dos cursos d'água. Os vegetais que vicejam nesses ambientes são chamados de ombrófilos e possuem folhas largas, uma adaptação evolutiva útil para a captura eficiente de luz solar em locais sombreados.

No estrato arbustivo são abundantes representantes das famílias das Zingiberáceas, Piperáceas (capeba), Pteridófitas (pequenas samambaias e avencas), Begoniáceas, Rosáceas (framboesa do mato), algumas Poáceas e raras Bromeliáceas.

O estrato arbóreo é constituído por árvores de médio e grande porte, raramente com tronco espesso, tendo sido constatadas Fabáceas, Mirtáceas, Meliáceas e Melastomatáceas (quaresmeiras), Pteridófitas (xaxins com até 12 m de altura) e Arecáceas (inclusive *Euterpe edulis*, o palmito).

Quando os afloramentos rochosos ocorrem no leito das drenagens, é comum estes estarem recobertos por Briófitas, desenhando pequenos tapetes verdejantes de musgos.



Mosaico 14 - Pteridófitas: *Equisetum* (ou cavalinha, foto da esquerda), abundante na zona alagada a leste da antiga vila de moradores da Usina Wigg, e pequeno xaxim de folhas tenras (3ª foto da esquerda para a direita). As demais fotos são de Mata de Galeria (2ª foto da esquerda para a direita) e Mata Ciliar. Ulisses Cyrino Penha, 2011 e 2012.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO MEIO FÍSICO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Apesar do expressivo *status* geoeconômico do Quadrilátero Ferrífero, incluindo o distrito de Miguel Burnier, há uma grande lacuna no conhecimento sobre o padrão da diversidade, estrutura e dinâmica de suas comunidades vegetais e sua fauna. Esse desconhecimento constitui um entrave à conservação e manejo da fauna e flora, pois dificulta o sucesso na recuperação de áreas degradadas (ARAÚJO, 2006). Vale lembrar, entretanto, que nas últimas décadas a produção de conhecimento sobre os ecossistemas do Quadrilátero Ferrífero vem crescendo com os trabalhos de campo praticados por biólogos e ecólogos, conhecimento esse inserido nos relatórios de EIA-RIMA que são solicitados por empresas de natureza variada para a implantação de seus empreendimentos, por força de exigências legais.

A vegetação nativa, os perfis de solo, o relevo e os leitos de drenagens em algumas encostas do distrito foram consideravelmente modificados por atividades humanas na região. Tais atividades são: o plantio de *Eucalipto* e *Pinus* para prover a siderurgia, o fabrico de papel e a construção civil; o desmatamento para a extração de madeiras antes utilizadas como dormentes de ferrovias, ou para a liberação de áreas para a pecuária e agricultura; a mineração de ouro, ferro, manganês, alumínio, mármore, de rochas ornamentais e de brita, além do desvio e assoreamento de certos cursos d'água durante a extração de areia; o crescimento urbano; a

instalação de indústrias; a abertura de estradas e acessos; e as queimadas provocadas e naturais.

Algumas atividades ambientalmente impactantes no Quadrilátero Ferrífero remontam ao século XVII, como os desvios dos leitos de córregos e rios com cascalhos auríferos e a erosão de encostas durante o período de intensiva extração de ouro por garimpeiros. A contraparte positiva dessas profundas intervenções na paisagem, todavia, foi o surgimento de vilas e povoados que se transformaram em patrimônios histórico-arquitetônicos como Itabira, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Pitangui, Sabará, Nova Lima, Caeté, Santa Bárbara e Catas Altas. Outras atividades remontam ainda ao Brasil antes de 1.500, como o desmatamento da floresta atlântica pelos indígenas, praticado para o cultivo da mandioca (DEAN, 1997).

A tomada de consciência, com bases científicas, da perda irrecuperável da biodiversidade que acompanha algumas intervenções humanas na paisagem, e a visão romântica de manter intocada a natureza, vão de encontro às necessidades de crescimento econômico, pelo menos segundo o modelo vigente de desenvolvimento. Para frear, coibir ou monitorar tais intervenções, buscando a sustentabilidade dos empreendimentos, há que haver firmeza de ações do governo e da sociedade para, no mínimo, seguir as leis de preservação.

O principal alvo como elemento impactador da natureza no Quadrilátero Ferrífero é a mineração, situação constantemente relembrada pelos meios de comunicação, por órgãos ambientais e por uma parcela da sociedade. Mesmo sem entrar no mérito das intervenções ambientais também provocadas pelo agronegócio, pela pecuária, pela industrialização e pelo crescimento das cidades, é oportuno lembrar que qualquer atividade humana gera impacto na natureza, por ser essa a fonte de toda a matéria-prima de produtos e alimentos consumidos pela sociedade brasileira ou por outros povos para quem exportamos alimentos, insumos e produtos. Claro está que a aprovação e a implantação de qualquer empreendimento devem ser balizadas por legislações, e não somente as da esfera ambiental, o que vem sendo praticado progressivamente pelas grandes empresas, e cada vez monitorado mais de perto pelo governo e Ministério Público no âmbito federal e estadual.

Imagem 1 - Tela de Johann Moritz Rugendas ilustrando a Mata Atlântica da Serra do Mar na primeira metade do século XVIII. Esta imagem, e outras elaboradas por naturalistas europeus durante expedições ao Brasil, evocam a visão romântica das nossas paisagens. (DIENER, P. & COSTA, M.F.: 1999.)



É oportuno frisar que quando governo, empresas e ambientalistas tomam decisões na esfera ambiental com base científica, o futuro agradece. Ilustra com maestria essa possibilidade o exemplo citado pelo professor Ângelo Machado (In CASTRO *et al.*, 2011) da criação da Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Biodiversitas estudou a área com recursos da mineradora de ferro MBR, validou a importância de sua criação, a APA foi



instituída e vem sendo administrada com sucesso por um Conselho, beneficiando empresas, o meio ambiente e a sociedade.

Um investimento obrigatório, eficaz e inadiável para otimizar esse monitoramento, de forma que as ações sustentáveis funcionem mais na prática que no discurso, e para que pessoas, empresas e governo percebam o meio ambiente como sua casa e parte integrante de seu futuro é a implantação de uma educação escolar de excelente nível. Para tanto, o ensino brasileiro deve ser ajustado e potencializado em toda a sua plenitude.



Mosaico 15 - Modificações do meio físico causadas pelo plantio de vegetais exóticos (pinheiros europeus na foto superior esquerda e eucaliptos na inferior direita); pelo desmatamento, que prolifera vegetais colonizadoras como as imbaúbas (superior direita); e pela abertura de estradas com taludes indevidamente inclinados, desestabilizando encostas, principiando voçorocas e assoreando drenagens. Ulisses Cyrino Penha, 2011.

Referências Bibliográficas

ALKMIM, F.F. & MARSHAK, S. Transamazonian orogeny in the southern São Francisco Craton Region, Minas Gerais, Brazil: evidence for paleoproterozoic collision and collapse in the Quadrilátero Ferrífero. *Precambrian Research*, 90:29-58. 1998.

ARAÚJO, F.S. Estrutura da vegetação arbustivo-arbórea colonizadora de uma área degradada por mineração de caulim, em Brás Pires, MG. *Revista Árvore* 30:107-116. 2006.

ARTEFACTTO *"Galeria Papa-Cobras: Contextualização Histórica-Arqueológica e Geográfica"*, Ouro Preto – Miguel Burnier. Artefactto Consultoria/Gerdau Açominas, Belo Horizonte, 2011.

BALTAZAR, O.F. & SILVA, S.L. *Projeto Rio das Velhas: mapa geológico integrado do Supergrupo Rio das Velhas, escala 1:100.000*. Belo Horizonte, DNPM/CPRM. 1996.

CASTRO, P.T.A.; NALINI JR., H.A.; LIMA, H.M. *Entendendo a Mineração no Quadrilátero Ferrífero*. 99p. Belo Horizonte. 2011.

COSTA, C.M.R.; HERMANN, G.; MARTINS, C.S.; LINS, L.V.; LAMAS, I. (Orgs.). *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 1998.

- CRUZ, W.B. Diagnóstico Hidrogeológico. In: *IGA/CETEC/SAE-PR, Desenvolvimento ambiental de Ouro Preto. Microbacia do Ribeirão do Funil*. Relatório Técnico Final de Projeto de Pesquisa, v1-v34. 1995.
- DEAN, W. *A ferro e fogo. História e a devastação da mata atlântica brasileira*. 484p. Cia das Letras, São Paulo. 1997.
- DIENER, P. & COSTA, M.F. *A América de Rugendas. Obras e Documentos*. Editora Liberdade. São Paulo. 168p. 1999.
- DORR, J.V.N. II. Supergene iron ores of Minas Gerais, Brazil. *Economic Geology*, 59(7):1203-1240. 1969.
- DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C.S.; MACHADO, A.B.M.; SEBAIO, F.A.; ANTONINI, Y.(Orgs.). *Biodiversidade em Minas Gerais - Um Atlas para Sua Conservação*. 2ª ed. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 222 p. 2005.
- FERREIRA, Q.C.G. & BACELLAR, L.A.P. Avaliação preliminar das condições hidrogeológicas na área do município de Ouro Preto, MG. *Geonomos* 18(2):13-21. 2010.
- JACOB, B. *Minas Gerais do XXº Século*. Imprensa Oficial. Belo Horizonte. 1912.
- NASCIMENTO, M.A.L.; RUCHKYS, U.A.; MANTESSO-NETO, V. *Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo. Trinômio importante para a proteção do patrimônio arqueológico*. Sociedade Brasileira de Geologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 84p. 2008.
- PENHA, U.C. *Parecer técnico sobre a galeria Papa-Cobras nas imediações da Usina Wigg, Miguel Burnier, MG*. Artefacto Consultoria, Belo Horizonte, 2011.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. *Lei da Mata Atlântica*. Lei Nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Brasília. 13p. 2006.
- RENGER, F.E.; NOCE, C.M.; MACHADO, N. Evolução sedimentar do Supergrupo Minas: 500 Ma. de registro geológico no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil. *Geonomos*, 2(1):1-11. 1994.
- SANTOS, C.A; SOBREIRA, F.G.; NETO, A.L.C. Comportamento hidrológico superficial e erodibilidade dos solos da região de Santo Antônio do Leite, distrito de Ouro Preto, MG. *Revista da Escola de Minas*, 55:285-290. 2002.
- SILVA JÚNIOR, M.C. *100 Árvores do Cerrado. Guia de campo*. Ed. Rede de Sementes do Cerrado. 278p. Brasília. 2005.
- SOUZA, V.C. & LORENZI, H. *Botânica Sistemática. Guia ilustrado para identificação das famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG II*. Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. Nova Odessa, SP. 2ª ed., 704p. 2008.
- STEHMANN, J.R.; FORZZA, F.C.; SALINO, A.; SOBRAL, M.; COSTA, D.P.; KAMINO, L.H.Y. (Eds.). *Plantas da Floresta Atlântica*. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 515p. Rio de Janeiro. 2009.
- VARAJÃO, A.C. A questão da correlação das superfícies de erosão do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geociências*, 21:138-145. 1991.
- WALTER, B.M.T.; CARVALHO, A.M.; RIBEIRO, J.F. *O conceito de Savana e de seu Componente Cerrado*. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P.; RIBEIRO, J.F. (Orgs.), *Cerrado. Ecologia e Flora*, p.19-45. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília. 2008.
- ZUCHETTI, M. & BALTAZAR, O.F. *Rio das Velhas Greenstone Belt lithofacies associations, Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais State, Brazil*. 31ST INTERNATIONAL GEOLOGICAL CONGRESS, General Symposia 9.5. (CD-ROM publication). 2000.



OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 02

**A UTILIZAÇÃO DE
MINERAIS DE FERRO
NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL**

**Alenice Baeta
Henrique Piló**

A UTILIZAÇÃO DE MINERAIS DE FERRO NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

O presente capítulo apresenta dados sobre a utilização de alguns instrumentos arqueológicos de minerais de ferro e de pigmentos ferrosos durante o período pré-colonial em cavernas da porção central de Minas Gerais, testemunhos identificados pelas primeiras equipes de arqueologia que aqui atuaram. Ainda aponta a importância de marco geográfico de hematita na paisagem do Quadrilátero Ferrífero, reforçando a ideia de que se trata de “ecofato” e de importante conjunto paisagístico ferruginoso da região.

OS INSTRUMENTOS EM MINERAIS DE FERRO

As primeiras pesquisas na área de arqueologia no estado de Minas Gerais ocorreram na província calcária de Lagoa Santa, a norte da Capital. Nos decênios de vinte e trinta do século passado, equipes do Museu Nacional do Rio de Janeiro, coordenadas pelos arqueólogos Padberg-Drenkpol e Bastos D’Ávila iniciam pesquisas em cavernas de Confins, em especial na Serra das Carrancas. Estes pesquisadores foram incentivados a organizar expedições em Minas Gerais em função das descobertas notáveis, ainda no século XIX, do naturalista dinamarquês Peter W. Lund em lapas calcárias de Curvelo, Cordisburgo, Matozinhos, Lagoa Santa e adjacências. Lund visitou e escavou em várias, delas, tais como, Maquiné, Lapa Vermelha e *Ballet*. Na Lapa do Sumidouro, atual município de Pedro Leopoldo, identificou ossos humanos associados a restos de animais extintos.

Posteriormente, membros da Academia de Ciências de Minas Gerais, compostos pelo historiador Aníbal Mattos, Arnaldo Cathoud e o cônsul honorário da Inglaterra Harold Victor Walter iniciaram uma série de escavações em cavernas da mesma região. Foram feitas por essa equipe algumas observações de antiguidades relativas, apesar de não ter havido a preocupação em registrar vestígios de baixa visibilidade. Mesmo assim, constituíram importantes coleções de artefatos arqueológicos em ossos, pétreos lascados, polidos e cerâmicos, além de exemplares de ossos humanos e de animais (WALTER, 1958:11; MATTOS, 1961). H. Walter em sua obra “Arqueologia de Lagoa Santa”, datada de 1958, tece minuciosa descrição de alguns abrigos arqueológicos e seus compartimentos, indicando os principais instrumentos encontrados em cada abrigo. No acervo descrito, encontram-se pontas de flecha de osso polido, perfuradores de chifres de cervídeo, tembetás, adornos variados, tais como contas de barro, conchas, ossos e dentes humanos polidos e perfurados, exemplares de fragmentos de cerâmica com decoração pintada e em relevo, atribuídas à Tradição Tupiguarani, além de fusos e pequenas peças cerâmicas com polimento. Chama a atenção na coleção um cachimbo encontrado na Lapa do Sumidouro, confeccionado em pedaço de fêmur humano. No que tange aos artefatos líticos, foram mencionadas peças produzidas ou utilizadas em quartzo hialino e leitoso, “anfíbólios”, “diábases”, ardósia, sílex, granitos, quartzitos, “xisto de ferro” e hematita (H. Walter, 1958:34). É relevante o número de peças de hematita registradas nesta obra e as diferentes variações tipológicas das mesmas. A partir das pranchas de desenhos e fotos foi possível reagrupar quinze informações sobre peças polidas e lascadas de hematita (Cf. Quadro 1).



Imagem 1 - Escavação no Abrigo Principal do Sítio Arqueológico Mãe Rosa (H. Walter, 1958:70).



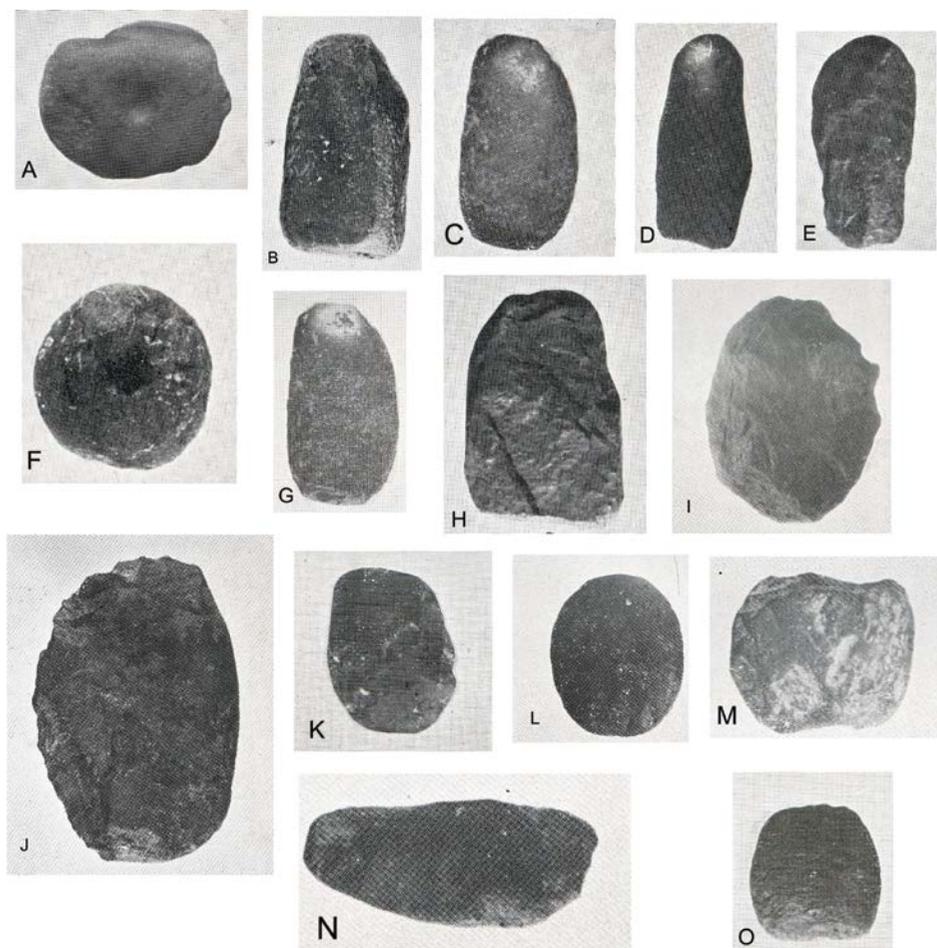
Trata-se de informações primordiais para uma compreensão inicial do uso e dispersão das peças de hematita ou ainda denominadas “pedra de ferro ou pedras-ferro”, como indicadas na obra de H. Walter (1958:58), tendo em vista que são os primeiros indicativos da sua presença no interior de abrigos calcários em Minas Gerais. Certamente as hematitas foram coletadas e levadas de localidades circundantes para essas lapas, no caso, há registro de terem sido coletados exemplares desse material no interior dos abrigos Eucalipto, Mãe Rosa, Limeira, Marciano e Sumidouro. Já nos relatórios supracitados da equipe do Museu Nacional, não houve menção à existência de tais instrumentos.

Aníbal Mattos, apesar de não ter descrito peças de hematita em sua obra¹, como fez seu parceiro H. Walter, menciona que estas também foram encontradas em algumas das escavações que coordenou.

“Foi muito variado o material empregado no fabrico dos machados. Em Minas Gerais usavam frequentemente os selvícolas o diábase-cabeça de negro- o gnaisse, o diorito, o minério de ferro e o calcário, às vezes, apesar de sua fragilidade” (MATTOS, 1961:165).

Especificamente sobre as peças de hematita, H. Walter (1958), as identifica do ponto de vista funcional, como bigorna, martelo, afinadeira, machado, moleta e lasca.

Interessante observar que em uma das extremidades de três peças foram observadas marcas de “urucu”, que supõe se tratar de indícios de trituração de pigmentos avermelhados na produção de corantes.



Prancha 1 – Imagens das peças mencionadas no Quadro 1 a seguir.

¹ Mattos, que era também pintor e produtor de arte pública, ainda nesta obra, várias pranchas com desenhos de peças líticas pré-coloniais, importantes registros de interesse etnográfico e arqueológico (Cf. 1961:168 -179).

Quadro 1 - Instrumentos de hematita identificadas nas escavações de H.V. Walter (1958) nos abrigos calcários da província cárstica de Lagoa Santa.

Sítio Arqueológico	Município	Sigla	Informações sobre o instrumento	Fonte	Ref. Imagem
Abrigo Marciano	Pedro Leopoldo	MGBF41	"Bigorna de feitio irregular de hematita compacta com a superfície lisa devido ação da água."	H. Walter, 1958:23.	A
Abrigo Eucalipto	Pedro Leopoldo	MGBF33	"Artefato conjugado de martelo e afinadeira de hematita compacta tendo a superfície superior côncava."	H. Walter, 1958:24.	B
Abrigo Eucalipto	Pedro Leopoldo	MGBF33	"Machado de hematita com a ponta cônica e manchado de urucu."	H. Walter, 1958:25.	C
Abrigo Eucalipto	Pedro Leopoldo	MGBF33	"Machado alongado de hematita com o gume bem polido."	H. Walter, 1958:25.	D
Abrigo Eucalipto	Pedro Leopoldo	MGBF33	"Artefato de hematita (pedra de ferro)."	H. Walter, 1958:25.	E
Abrigo Eucalipto	Pedro Leopoldo	MGBF33	"Pequeno martelo circular de hematita com a parte inferior achatada."	H. Walter, 1958:44.	F
Abrigo Eucalipto	Pedro Leopoldo	MGBF33	"Pequeno instrumento cortante de hematita usado, também, para amassar sementes de urucu."	H. Walter, 1958:46.	G
Abrigo Eucalipto	Pedro Leopoldo	MGBF33	"Pequena lasca de minério de ferro, tendo a ponta mais estreita, polida e afiada para servir como machado ou machadinha."	H. Walter, 1958:47.	H
Abrigo Mãe Rosa	Pedro Leopoldo	MGBF40	"Martelo e machadinha de hematita lascada."	H. Walter, 1958:57.	I
Abrigo Mãe Rosa	Pedro Leopoldo	MGBF40	"Um tipo raro de cortadeira ou machadinha de pedra de ferro (hematita). É uma pedra achatada com as dimensões de 8,5x6cm, com o lado se segurar liso. A outra borda foi lavrada em ambas as superfícies, produzindo um lado de corte a as pontas salientes estão ligeiramente cegas pelo uso."	H. Walter, 1958:59.	J
Abrigo de Limeira	Pedro Leopoldo	MGBF39	"Pequeno machado lascado, de hematita, com o lado do corte bem liso e afinado. O outro lado está quebrado. O seu comprimento é de 6,3 cm".	H. Walter, 1958:74.	K
Abrigo do Sumidouro	Pedro Leopoldo	MGBF18	"Martelo de hematita, achatado e em forma de disco."	H. Walter, 1958:77.	L
Abrigo do Sumidouro	Pedro Leopoldo	MGBF18	"Pequena pedra de hematita compacta, usada para amassar sementes de urucu. Está inteiramente tingida de vermelho."	H. Walter, 1958:77.	M
Abrigo do Sumidouro	Pedro Leopoldo	MGBF18	"Pequeno instrumento, de hematita de forma cilíndrica, que foi usado para lavar artefatos de pedra. A ponta demonstra bastante uso e tem extremidade cega. É possível que fosse utilizado para fabrico do machado (de granito) pelo processo das picadas. É ligeiramente colorido pelo vermelho do urucu"(...) "Um espécime raro é uma pequena talhadeira de hematita, a qual foi usada para aperfeiçoar os machados."	H. Walter, 1958:77 e 86.	N
Abrigo Marciano	Pedro Leopoldo	MGBF29	"Miniatura de machado ou machadinha de hematita compacta."	H. Walter, 1958:84.	O



No Grande Abrigo Santana do Riacho, situado na Serra do Cipó, município de Santana do Riacho, foram também identificadas dezenas de peças de hematita. As primeiras sondagens arqueológicas neste sítio ocorreram em 1976, pela Missão Franco-Brasileira, sob a coordenação de A. Laming-Emperaire. A abundância de material lítico, estruturas de combustão e de esqueletos humanos indicou a existência de um cemitério pré-histórico, o que veio justificar o prosseguimento de pesquisas no local. No ano seguinte, com o falecimento dessa pesquisadora a missão associou-se em Minas Gerais ao, então, recém-criado Setor de Arqueologia da UFMG, sob a responsabilidade do pré-historiador francês André Prous (PROUS, 1991). Em 1978, uma zona mais baixa desse abrigo foi ainda escavada pelo arqueólogo Paulo Junqueira (JUNQUEIRA, 1984).

As análises da indústria lítica desse abrigo, desenvolvidas por Prous, Moura e Lima (1991) classificaram as peças de hematita (juntamente com os anfíbolitos e silimanitas) na categoria semirresistentes, quer dizer, rochas destinadas a se tornarem machados ou recipientes, após técnica de polimento ou picoteamento, em função das características estruturais dessas rochas. A maioria dos minerais de ferro deste sítio é representada por hematita compacta, sendo que houve exemplares de fragmentos de especularita e magnetita. Não foi identificado com exatidão o local onde estes minerais foram coletados nas adjacências do abrigo.

“Não sabemos a proveniência exata desses minerais, já que a hematita é uma rocha muito homogênea, sendo difícil reconhecer diferenças petrograficamente. De qualquer modo, nenhum dos rios e afloramentos da Serra do Cipó transporta seixos dessa matéria e os afloramentos estão distantes mais de 30 km (região de Conceição do Mato Dentro) ao norte, havendo possibilidade de se ter explorado também as jazidas de Cocais, Sabará ou da Serra do Curral, bem mais longe de Santana (70/100 km em linha reta)”. (PROUS, MOURA & LIMA, 1991:192)

Recentemente, P. Junqueira e I. Malta identificaram no sítio arqueológico Retiro das Águas, Vale do Roncador, município de Ferros, Alto Rio Doce, dois machados de hematita. (www.tonicomagalhaes.com.br, acessado em 10 de maio de 2012).

A gruta de minério de ferro Capão Xavier I, município de Nova Lima, situada na Serra do Rola Moça, foi o primeiro abrigo escavado nesse tipo de compartimento litológico em Minas Gerais (BAETA & PILÓ, 2005). Esse estudo na área da arqueologia, juntamente com as primeiras pesquisas relacionadas à espeleogênese (PILÓ & AULER, 2005) e a bioespeleologia (FERREIRA, 2005) nas cavidades do Capão Xavier foram pioneiras em Minas Gerais, alertando para a riqueza patrimonial e cultural, bem como para a biodiversidade existente no interior das grutas que se desenvolveram nos campos ferruginosos.

Além de lascas de quartzo e sílex, algumas lascas de hematita foram provavelmente utilizadas para atividades de corte nesse sítio. No que se refere a instrumentos não lascados, foi identificado um seixo de hematita usado como percutor em sua forma bruta.

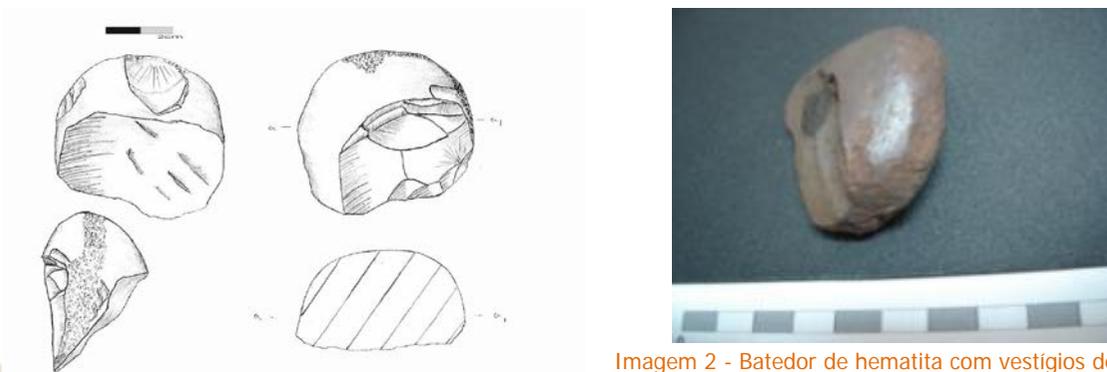


Imagem 2 - Batedor de hematita com vestígios de uso
(In: Baeta e Piló, 2005:124)

OS PIGMENTOS MINERAIS

Boa parte dos pigmentos preparados pelo homem é obtida de óxidos e hidróxidos de manganês e de ferro. Alguns desses materiais podem aparecer naturalmente no sedimento de um sítio. Os 'corantes' são considerados, por sua vez, os pigmentos comprovadamente utilizados pelo homem (COSTA *et al.*, 1991).

Os estudos no Grande Abrigo Santana do Riacho indicaram a existência de fragmentos de blocos de hematita friável e vermelha, além de blocos e pedaços compactos cinza- metálicos.

"É mais lógico pensar que os homens pré-históricos preferissem fabricar 'corantes' a partir de um material mais facilmente processado e mais rentável como as hematitas vermelhas, abundantes na região do abrigo e reservassem as hematitas compactas, bastante resistentes e de origem distante, para a confecção de instrumentos pesados" (MALTA, 1991:307).

As análises feitas nas amostras pigmentadas desse sítio mostraram que estas são constituídas por óxidos de ferro: hematita (Fe_2O_3), goethita ($HFeO_2$) e maghemita. As pinturas rupestres desse abrigo elaboradas com minerais de ferro apresentam, por sua vez, várias tonalidades de vermelhos e amarelos. Segundo Lopes (2005), o processamento térmico da goethita provoca alteração na cor e tonalidades do pigmento, devido à desidratação e alteração do tamanho de seus grãos. (Cf. Imagem 02)

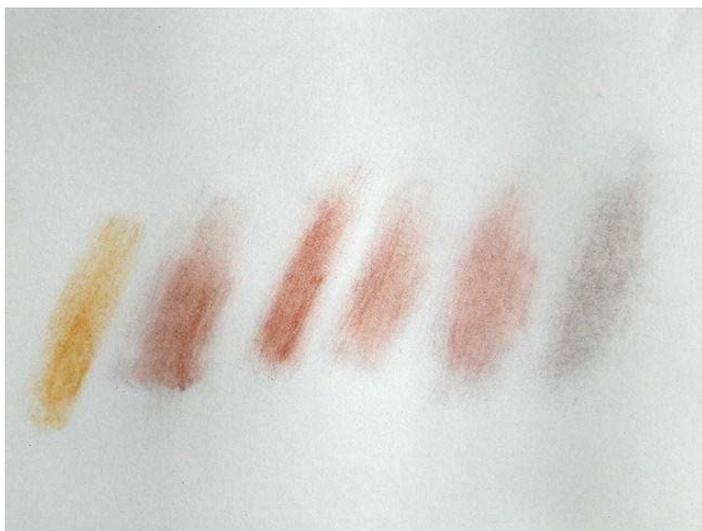


Imagem 3 - Matizes de cor obtidas em função do aumento de temperatura da goethita a partir de experimentos de Lopes (2005:18).

Os grafismos pretos e marrons podem ter sido produzidos a partir do óxido do manganês (MnO_2) ou ainda por carvão vegetal. Foram ainda encontrados fragmentos de grafita no abrigo, certamente levados ao local para confecção de corantes escuros. O branco ou bege eram obtidos por meio de argilas ricas em caulinita, ou ainda por pigmentos de carbonato de cálcio ($CaCO_3$). H. David (2009:524), por sua vez, em suas análises microquímicas, ainda indica a presença de silicato de alumínio bihidratado (caulim) na confecção de tintas dessas mesmas tonalidades, no caso, baseando-se em estudos sobre pinturas rupestres de sítio arqueológico do norte do Estado (Abrigo Norte do Janelão).

Foram ainda identificados seixos e lascas de quartzo com indícios de que teriam sido usados para triturar ou raspar pigmentos; mesma observação feita por H. Walter em sua coleção. Uma concha de *Strophocheilidea* quebrada e com manchas de corante vermelho parece ter sido utilizada no Abrigo de Santana do Riacho como recipiente para a tinta. Foram ainda encontradas lentes de corantes associadas a sepultamentos ou fossas funerárias e estruturas de combustão (Prous, 1991:347).



Não deve ser descartada a hipótese de pigmentos de origem mineral terem sido manipulados para outros fins, ritualísticos ou estéticos², como por exemplo, pintura corporal ou mesmo decoração de utensílios ou adornos vegetais.

No que se refere ao período cerâmico, relacionado aos últimos milênios em Minas Gerais, esses pigmentos foram também utilizados na decoração de peças e vasilhames, atribuídos como pertencentes à tradição ceramista Tupiguarani. Os pigmentos eram, em regra, aplicados normalmente antes da queima das peças. O vermelho e o branco eram ainda usados como engobo (também comuns em peças não-Tupiguarani). No entanto, a policromia, é característica da cultura material Tupiguarani.

AS FIGURAÇÕES RUPESTRES

Na região do Quadrilátero Ferrífero foram identificados em abrigos rochosos quartzíticos, situados próximos de compartimentos ferruginosos, como na Serra da Calçada (Complexo Moeda) bem como nas proximidades das serras do Caraça e Gandarela (Barão de Cocais), alguns conjuntos de grafismos rupestres atribuídos, grosso modo, a tradição de figurações rupestres Planalto. Certamente, deve-se levar em consideração que os conjuntos figurativos Planalto foram elaborados ao longo dos últimos milênios na região central de Minas Gerais, podendo fazer parte de momentos picturais distintos cronologicamente.

Essa tradição é caracterizada, em linhas gerais, pelo domínio visual de figuras zoomorfas, em especial por quadrúpedes, com ênfase em cervídeos. No Complexo Moeda, esses animais se apresentam preenchidos por traços aparentemente associados a peixe ou cardumes, sendo que as formas humanas são esquematizadas, formadas por finos traços, sobretudo. Em alguns casos, os antropomorfos parecem formar cenas com aglomerados de pontos, linhas de bastonetes ou pequenos bastões, bem como, com grafismos circulares e ovóides seccionados por traços, conforme demonstrado em uma reprodução do Abrigo Casa Branca (Cf. Imagem 04). A simplificação na representação humana em alguns conjuntos a relaciona a figuras com formato de "X", como notado no abrigo Pedra Pintada³, em Barão de Cocais.

Geralmente, não há cenas de fácil reconhecimento ou explícitas, a não ser evocações de possíveis caças, quando há um cervídeo ou animal junto a uma forma humanizada, ou ainda quando fileiras de pontos ou pequenos traços alinhados são interpretados como possível representação de sistema de contagem. Desenho de cardumes, por sua vez, sugere alusão a atividade de pesca ou ainda associação a algum simbolismo relacionado à água, por exemplo.

As figuras nessa região são predominantemente monocromáticas, apresentando, no entanto, variados tons de vermelhos e amarelos, em grafismos distintos, possivelmente em função da disponibilidade de jazidas de óxidos de ferro na região. Há ainda, em menor quantidade, figuras pretas e brancas, que por sua vez aparecem nos abrigos conhecidos do Quadrilátero Ferrífero em níveis pintados mais recentes.

No centro mineiro, incluindo a Serra do Cipó, por exemplo, há ainda grafismos em relevo nas paredes quartzíticas e de calcário elaborados por meio da técnica de picoteamento (apicoados), raspagem (fricção linear) e polimento (fricção com a utilização de areia e água), mas estes tipos de gravuras ou petróglifos ainda não foram identificados nos sítios do Complexo Moeda. Há

² Artistas plásticos vêm utilizando nos últimos anos pigmentos minerais da região de Itabirito em sua arte. Um dos mais famosos e emblemáticos desses artistas é o polonês *Frans Krajcberg*, que desde os anos sessenta do século passado utiliza e registra os pigmentos e a natureza morta dessa região em suas esculturas, quadros, instalações e fotografias. Sua obra vem sendo divulgada em várias exposições nacionais e internacionais.

³ Marcos M. Rubinger, fundador da Sociedade de Antropologia de Minas Gerais, realizou escavações no Abrigo Pedra Pintada, em Barão de Cocais, além de levantamentos dos grafismos rupestres em vários sítios da região da Serra do Cipó (BAETA, 2011: 25).

expectativa de que ainda possam ser encontradas tais sinalações, inclusive nas paredes polidas de abrigos de cavernas de minério de ferro, ou grandes blocos de minério de ferro, como já constatado em cavernas ferruginosas na região de Caetité, no centro-sul baiano.

No caso da produção das pinturas parietais, os pigmentos minerais utilizados, já mencionados no item anterior, eram ocasionalmente misturados a aglutinantes, emulsões vegetais e ou animais para facilitar a sua aderência aos suportes. As emulsões, por sua vez, podiam ser compostas por água, óleos, resinas ou mesmo ceras. Em algumas situações, os corantes foram riscados diretamente no suporte rochoso, técnica também conhecida como “crayon”.

O estilo gráfico das pinturas rupestres dos abrigos no Quadrilátero Ferrífero é muito semelhante aos dos demais conjuntos existentes na porção setentrional da Serra do Cipó, incluindo a região de Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Serro e Diamantina. A factura das figurações é composta por linhas ou traços finos e delicados.

Os conjuntos de figuras rupestres do Complexo da Serra da Moeda apresentam figuras “genuínas” da Tradição Planalto, indicando ser a priori um território “exclusivo” das culturas pré-históricas que tinham esta mesma rede de comunicação gráfica rupestre. Os conjuntos apresentam, inclusive, poucas figurações, não chegando a atingir 100 desenhos em cada abrigo, sempre concentrados em uma parede inclinada de uma escarpa quartzítica.



Imagem 4 - Conjunto de figurações rupestres do Abrigo Casa Branca, município: Brumadinho, MG. (Acervo: Setor de Arqueologia do MHN/UFMG – Reprodução sobre papel manteiga por Alenice Baeta, 1995).

Em contraposição, os abrigos da porção setentrional da Serra do Espinhaço, na região da Serra do Caraça (abrigo Pedra Pintada), podem apresentar maior dimensão e dispersão das figuras, em algumas situações, em paredes sequencias, além de possuir maior variedade de temas e de níveis picturais de desenhos Planalto, bem como de grafismos da Unidade Estilística *Ballet*.



Situadas em níveis picturais mais recentes na Pedra Pintada (Barão de Cocais), as figuras da Tradição *Ballet* são caracterizadas basicamente por representações de conjuntos de figuras humanas lineares, com o sexo indicado, cabeça lateral afinada (como a de um pássaro indicando a presença de bico), com braços para cima ou soerguidos, sugerindo possível dança ou movimento. No sítio de Barão de Cocais, no entanto, há um diferencial nas figuras *Ballet*, onde a grande maioria não possui braços e cabeças.

“No sopé da Serra do Cipó, há no sítio Pedra Pintada diferentes conjuntos Ballet. Um deles é composto por cinco antropomorfos filiformes muito finos, elaborados em branco, como corpo em formato de ‘vassourinha’, que dizer, sem indicação de cabeça e braços. Figuras na cor vermelha com caracteres similares encontram-se de forma isolada nesta mesma parede. Ainda nesse sítio, há figuras amarelas Ballet, exclusivas nesta cor, contudo, com formato similar aos antropomorfos da Gruta Rei do Mato (com corpo arredondado, cabeça indicada, e nesse caso, braços laterais). Essas figuras encontram-se sobre as figuras Planalto, incluindo, alinhamentos de pontos coloridos.” (BAETA, 2011:135)

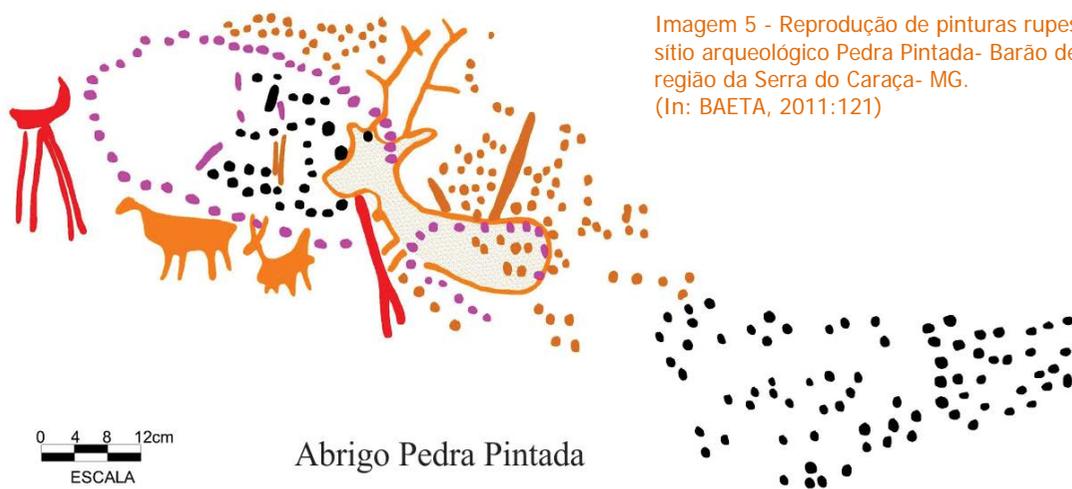


Imagem 5 - Reprodução de pinturas rupestres do sítio arqueológico Pedra Pintada- Barão de Cocais região da Serra do Caraça- MG. (In: BAETA, 2011:121)

Imagem 6 - Reprodução de pinturas rupestres do sítio arqueológico Pedra Pintada- Barão de Cocais região da Serra do Caraça- MG. O azul corresponde à tinta branca. (In: BAETA, 2011:139)



Interessante constatar que todos os abrigos com grafismos rupestres identificados no Complexo da Moeda, como também na região de Barão de Cocais, incluindo ainda a parte alta da Serra do Cipó (Parque Nacional Serra do Cipó-PARNA), estão associados a cachoeiras. Ademais,

expedições visando localizar novos abrigos na região do Quadrilátero Ferrífero com este tipo de testemunho deveriam ser incentivadas, pois muitas localidades e diferentes paisagens, com alta potencialidade arqueológica, mereceriam inspeções detalhadas, em especial nas serras do Ouro Branco, de Antônio Pereira, de Ouro Preto, do Caraça, de Catas Altas, do Itacolomi, Tripuí e suas adjacências, além da continuidade de varreduras nas serras da Moeda e Gandarela.

MARCO NATURAL E PATRIMONIAL CULTURAL DE MINÉRIO DE FERRO O PICO DO ITABIRA

O Pico do Itabira que se encontra na Serra das Serrinhas, no atual município de Itabirito é ainda conhecido por Pico de Itabirito ou Pico de Cata Branca, sendo que esta última denominação foi dada pelos mineradores ingleses que nos arredores deste monte explotavam ouro da mina de Cata Branca, nos primeiros decênios do século XIX (AZEVEDO, 2007).

Trata-se de corpo maciço de minério de ferro compacto com alto teor, dentro da formação Cauê do Grupo Itabira, Supergrupo Minas (DORR, 1969), constituído mineralogicamente de hematita e alguma magnetita (ROSIÈRE *ET al.*, 2009).



Imagem 7 - Vista do Pico de Itabira a partir do Norte - Desenho de F.J. Stephan (1840), litografia de A. Brandmeyer (In: MARTIUS, 1906).

O Pico está fortemente relacionado à chegada dos primeiros bandeirantes a procura de metais, tornando-se rapidamente o principal referencial das minas de ouro na paisagem do Quadrilátero Ferrífero (*Iron Quadrangle* ou *Quadrícula do Ferro*).

“Além da função de orientação, o pico se incorporou à paisagem como valor de mineiridade, pois está associado, nos mapas mentais, à região das minas de ouro. O Valor do minério extraído do pico foi tão expressivo que dele veio o nome itabirito, pois inicialmente a região se chamava Itabira do Campo.” (MOURA, 2007: 2)

Segundo o mineralogista Vieira Couto (1801) o significado de Itabira seria “moço ou rapariga de pedra”, mas do ponto de vista etimológico a palavra “Itabira” teria origem indígena onde “Ita” seria pedra e “Bira”, teria a interpretação de erguida ou empinada.





Foto 1 - Vista do Pico do Itabirito a partir de uma caverna de minério de ferro. A seta vermelha indica o pico (Foto: H. Piló, 2005).

R. Burton, viajante e orientalista britânico, ao trafegar na região de Itabira e Morro Velho impressiona-se com a beleza do Pico de Itabira:

“A paisagem do norte é um quadro. Estávamos agora, em presença das grandes formações de itacolumito e itabirito. O sol, encimado por nuvens brancas, alinhadas com carmesins, lançava raios de ouro sobre o acastelado penhasco de Itabira do Campo (...) Visto daqui as rochas do alto do pico parecem um tridente com as três pontas altas e negras e, contornando para leste, elevando-se de súbito e único, como a chaminé do Rio da Prata.” (BURTON, 1976: 184)

Certamente, esse grande pico foi importante referencial também durante o período pré-colonial na exploração do território, haja vista que muitas das entradas das cavernas com testemunhos arqueológicos, identificadas por nossa equipe estavam voltadas para este imponente marco natural.

O acervo patrimonial composto pelos antigos artefatos de hematita, bem como a utilização de pigmentos de óxidos de ferro na confecção de grafismos rupestres durante a pré-história configuram antigos usos e manejos desses importantes recursos naturais, que merecem especial atenção no contexto da história e memória do Quadrilátero Ferrífero Mineiro.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, U. R. de *Patrimônio Geológico e Conservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da Unesco* (Tese de Doutorado) Departamento de Geologia/ IGC, UFMG, Belo Horizonte, 2007.



BAETA, A. M. Arte Rupestre do Centro Mineiro: a região arqueológica de Lagoa Santa. In: *Revista de História-LPH*, Anais do 7º Encontro de História da ANPUH-MG, 2(1):196-201, Depart. de História/UFOP, Mariana, 1991.

BAETA, A. M. *Os Grafismos Rupestres e suas Unidades Estilísticas no Carste de Lagoa Santa e Serra do Cipó-MG*. (Tese de Doutorado) Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE/USP, São Paulo, 2011.

BAETA, A. M. & PROUS, A. Arte Rupestre del Centro de Minas Gerais (Brasil) In: *Boletín da Sociedad de Investigación del Arte Rupestre de Bolivia*. n. 6:41-53, La Paz, 1992.

BAETA, A. M. & PILÓ, H. Arqueologia do Quadrilátero Ferrífero Aspectos Preliminares sobre sua ocupação - Estudo de Caso do Capão Xavier In: *O Carste*, vol.17, n.3, Belo Horizonte, 2005.

BURTON, R. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1976.

COUTO, José Vieira *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte (1801), 1994.

COSTA, G. M. da *et al.* Os Pigmentos e Corantes Encontrados nas Escavações do Grande Abrigo Santana do Riacho. In: *Arquivos do Museu de História Natural/UFMG*, Vol. 12, Belo Horizonte, 1991.

DAVID, H. Conservação de Sítios Arqueológicos com Arte Rupestre. In: *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*. Vol. 19, Belo Horizonte, 2009.

DORR, J. N. *Physiografy Stratigrafic and Structural Development of the Quadrilátero Ferrífero. Minas Gerais, Brazil*. United States Geological Survey Professional Paper, 1969.

JUNQUEIRA, P. A. *Grande Abrigo Santana do Riacho, abrigo com sepultamento no Estado de Minas Gerais* (Tese de Mestrado), USP, São Paulo, 1984.

LOPES, F. N. Espectroscopiaraman aplicada ao estudo de pigmentos de bens culturais (Dissertação de Mestrado) Instituto de Química, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2005.

MOURA, A. C. M. Simulação de Intervenção na Paisagem para a Mina do Pico, mineração de ferro a céu aberto-Itabirito, MG, Brasil, Maio de 2007.

PILÓ, H. & BAETA, A.M. As Ocupações Pré-Coloniais nos Campos Ferruginosos de Minas Gerais. In: In: OLIVEIRA, A. P. de P. (Org.) *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais, Anais do Primeiro Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais-SAP/UFJF*, Juiz de Fora, 2007.

PROUS, A. Histórico das Pesquisas no Abrigo Santana do Riacho e nos arredores (Serra do Cipó). In: *Arquivos do Museu de História Natural/UFMG*, Vol. 12, Belo Horizonte, 1991.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Ed. Universidade de Brasília-UNB, Brasília, 1992.

PROUS, A. Os Instrumentos Polidos e Picoteados – Grande Abrigo Santana do Riacho In: *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico-UFMG*. V.11, p.19-20, Belo Horizonte, 1986/90.

PROUS, A.; MOURA, M.T.T. de & LIMA, M. A. Indústria lítica de Santana do Riacho: tecnologia, tipologia e traceologia-I. Matérias Primas. In: *Arquivos do Museu de História Natural/UFMG*, Vol. 12, Belo Horizonte, 1991.

ROSIÉRE, C. A.; RENGER, F.E; PIUZANA, D. & SPIER, C. A. Pico de Itabira, MG - Marco Estrutural, Histórico e Geográfico do Quadrilátero Ferrífero. In: WINGE, M. *et al* (Ed.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil* (SIGEP). DNPM/CPRM, Brasília, 2005.

WALTER, H. V. *Arqueologia da Região de Lagoa Santa, Minas Gerais* (Índios pré-colombianos dos abrigos-rochedos) SEDEGRA-Sociedade Editora e Gráfica Ltda, Rio de Janeiro, 1958.



OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 03

**“ÍNDIOS DAQUI,
ÍNDIOS DE LÁ” – RESISTÊNCIA
E HISTÓRIA INDÍGENA NAS
TERRAS DE VILA RICA**

Alenice Baeta

“ÍNDIOS DAQUI, ÍNDIOS DE LÁ” – RESISTÊNCIA E HISTÓRIA INDÍGENA NAS TERRAS DE VILA RICA

O território onde se encontra Ouro Preto, antiga Vila Rica, outrora fazia parte do “Sertão dos Cataguases” ou das “Minas dos Cataguases”, passando a ser denominado como pertencente a “Minas Gerais” a partir de 1710, após a chegada e instalação dos primeiros exploradores do ouro. Segundo Barbosa (1979), o topônimo “Minas Gerais” começa a ser utilizado de forma genérica a partir de 1732, quando passa a ser oficialmente mencionado em cartas régias.

Índigenas Cataguases ou Cataguás, também conhecidos como “Catauá”, eram habitantes de parte do centro, oeste e sul mineiro na época da chegada das primeiras expedições e bandeiras. Segundo O. José foram realmente os Cataguás os que mais sofreram com a ação escravizadora dos bandeirantes *“quando esses, em busca das terras de rica formação mineral ou das paragens em que abundariam os diamantes e as pedras coradas, passaram, juntamente com seus aliados, os indígenas paulistas, pelas malocas dos Cataguás”* (1965:21). Esses exploradores no final do séc. XVII por entre as gargantas do Embaú, vale do rio Paraíba, adentraram pela Mantiqueira as matas ao sul do Sertão dos Cataguases atingindo as suas zonas mais centrais, onde foi descoberto ouro de aluvião nas proximidades dos rios São Francisco, Doce e Velhas. O Pico do Itacolomi¹, *“como um polo magnético”* conforme descrição de A. de Lima Jr. (1961:117), logo se tornou importante referência dos primeiros exploradores que se instalaram nos vale do Tripuí e adjacências.

Os indígenas paulistas “aliados” seriam, segundo J. Monteiro (1994), os “Carijós”, designação genérica dos cativos, cujas etnias de seus integrantes possivelmente teriam sido muito variadas. Estes também receberam outras designações, tais como, “negros da terra” ou “cabras da terra”, indicados em alguns documentos da época.

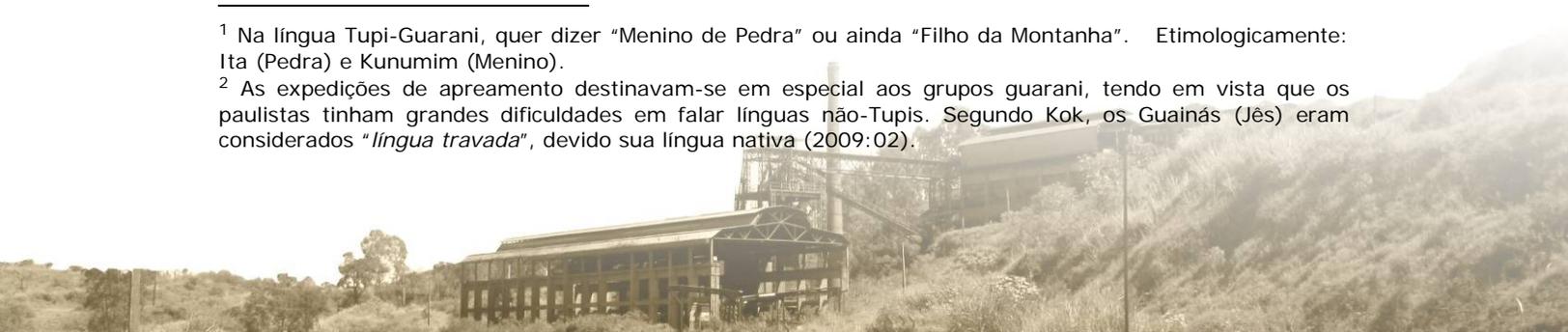
“Ao longo do séc. XVII colonos de São Paulo e de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para as suas fazendas e sítios na condição de serviços obrigatórios” (MONTEIRO, 1995:57).

Monteiro sugere que os Carijós aprisionados no sul e sudoeste de São Paulo estariam associados, sobretudo, a povos de origem Guarani. Havia, a princípio, duas localidades principais onde as incursões dos paulistas destinadas ao apresamento de indígenas se faziam mais contundentes: os Sertões dos Patos e dos Carijós. No entanto, esclarece que a região que abrangia os Sertões dos Patos (atual interior do estado de Santa Catarina) *“era habitada por grupos guarani, identificados, entre outras, pelas denominações Carijó, Araxá e Patos”* (1995:61).

O Sertão de Carijós atingia, por sua vez, os vales dos rios Paranapanema, Guairá, Piquiri e Tibagi. As incursões a essas localidades ocasionavam contato com várias etnias não-Guarani e Guarani. As principais vítimas dessas expedições teriam sido ainda os Tememinó e Tupinaé. Todavia, quando havia queda nos plantéis paulistas de indivíduos guarani², os mais ambicionados pelas frentes de apreamento, buscava-se em substituição a esses, capturar Guainá e Guarulho ou Maromins (MONTEIRO, 1995:62/82). Segundo KOK, *“no limiar do séc. XVII fervilhavam nos Campos de Piratininga guerras indígenas tanto no sertão como na vila, que significaram resistência à presença dos brancos, defesa de seus territórios e luta contra a escravização a que estavam sujeitos”* (2009: 9).

¹ Na língua Tupi-Guarani, quer dizer “Menino de Pedra” ou ainda “Filho da Montanha”. Etimologicamente: Ita (Pedra) e Kunumim (Menino).

² As expedições de apreamento destinavam-se em especial aos grupos guarani, tendo em vista que os paulistas tinham grandes dificuldades em falar línguas não-Tupis. Segundo Kok, os Guainás (Jês) eram considerados *“língua travada”*, devido sua língua nativa (2009:02).



À medida que os bandeirantes paulistas mais se afastavam de suas paragens, maior era a necessidade do apoio e alianças com índios guerreiros no aprisionamento de outros nativos, visando abastecer as propriedades rurais com a força de trabalho dos “negros da terra”. A rede de captura³ e escravização eram sustentadas pela exploração de inimizades e disputas tradicionais entre alguns povos indígenas.

“(…), as lideranças indígenas buscavam aliados portugueses para aumentar seu prestígio e seu poder de fogo em guerras contra outros grupos, que envolviam expedições para capturar inimigos e perpetuar a vingança” (MONTEIRO, 2008:18).

Pouco conhecedores dos sertões alhures e com estrutura paramilitar precária, apesar de aguerridos, fazia-se imprescindível a participação de guias autóctones e línguas⁴ nessas “armações”, nome mais utilizado na época para essas expedições. Jovens colonos, visando enriquecimento, financiados por seus pais e sogros (os armadores), ambicionavam capturar “peças do gentio da terra”. Para tanto, carregavam em suas empreitadas, chumbo, pólvora, correntes, sertanistas e índios, que formavam as tropas auxiliares (MONTEIRO, 1995:86). O bom desempenho das empreitadas dependia em grande parte dos sertanistas, homens acostumados a incursões nas matas, também denominados “cabo da tropa” ou “capitão do arraial”, que possuíam poder sobre os demais participantes da viagem. No caso das grandes expedições, estas ainda contavam com a presença de capelão, escrivão e alferes-mor, sendo que este último seria o responsável pela partilha dos índios capturados. Na condição de escravas, mulheres índias, além das “Temericó” (mestiças) também tinham que acompanhar essas tropas. Os indígenas transportavam parte da carga, sendo ainda responsáveis pela complementação do cardápio alimentar, atuando como pescadores, caçadores de animais, além de coletores de frutas, mel silvestre, pinhão, coquinhos, ovos de jabuti, palmitos e paus de digestão (grelos de samambaia). Os suprimentos mais usuais levados na viagem eram cabaças de sal e pães de “farinha de guerra”, feitos de mandioca ou de milho, insuficientes para a dieta dos viajantes. Para matar a sede, na falta de água corrente, apelava-se para o consumo de umbuzeiro, mandacarus, cipós, taquaraçus e gravatás. Dependendo das condições climáticas e localização das tropas, a fome era companheira certa. Como prova da supremacia dos bandeirantes e de seus comparsas, roças indígenas de milho, feijão e mandioca ainda eram saqueadas e posteriormente destruídas impiedosamente ao longo dos trajetos realizados (KOK, 2008:22/24).

Em algumas situações, indígenas e mestiços, também chamados “curibocas” ou “caborés” (PARANHOS, 2005) eram despachados na frente da esquadra principal, visando instalar roças ao longo de caminhos que serviam para o abastecimento de expedições na ida e em seu regresso. Muitos destes ranchos de apoio aos acampamentos e de reserva de suprimentos, inclusive, deram origem a arraiais em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Foi o que aconteceu com a expedição capitaneada por Fernão Dias, que “mandara, com antecedência, plantar roças de milho e reunir animais, de distância em distância, até o Serro do Frio, e expedira, como vanguardeiro da coluna, Matias Cardoso, que foi aguardar em ponto profundo da região, onde deviam estar as ambicionadas esmeraldas” (LIMA JR. 1965:28).

Alguns Carijós, na circunstância acima apresentada, participaram das principais bandeiras e expedições a procura de ouro e pedras preciosas nas ermas terras onde hoje se constitui o estado de Minas Gerais.

³Segundo RIBAS (2008) nesta época parte dos índios capturados iam diretamente para fazendas, mas a maioria ainda era entregue aos aldeamentos administrados pelos jesuítas. Enquanto eram evangelizados, tinham sua mão de obra alugada pelo restante dos paulistas. A Carta Régia de 21 de abril de 1702 determinava que o cativo de indígena estivesse proibido, no entanto, era admitido que se trouxesse “pacificamente” indígenas do mato.

⁴ Os ‘línguas’ normalmente eram Guarani (Carijós) escravos ou ainda mestiços, descendentes de pai branco ou mãe índia, que trabalhavam como intérpretes, pois falavam a ‘língua geral’ (Tupi). Cabe lembrar, que em meados do séc. XVII 83% da população da Vila de São Paulo era formada por indígenas (KOK, 2008:23).

São vários os relatos sobre os inconvenientes que acozavam esses exploradores ao longo das viagens, tais como animais peçonhentos e onças que atacavam integrantes das tropas, além de insetos, formigas, carrapatos e bichos-de-pé. A topografia da região de Vila Rica, em especial, dificultava o acesso de seus desbravadores, pois “a paisagem é rude, com montanhas alcantiladas, vales estreitos e profundos” (BARBOSA, 1971:48). Mas certamente o maior temor desses homens seria o ataque dos “silvícolas”, que por sua vez, se sentiam ameaçados em seus territórios tradicionais, resistindo bravamente às investidas de seus perseguidores.

Anteriormente, houve várias penetrações não oficiais de exploradores que partiam do Campo do Piratininga ou Taubaté rumo a plagas do Guaipacaré (atual Lorena) atingindo o Rio Grande com o intuito de capturar indígenas, atividade lucrativa na primeira fase dos setecentos.

“Devem ter sido numerosos os penetradores anônimos que, por esses anos, andaram pelas terras de Minas à caça de índios. Era o melhor negócio dos paulistas nessa época, e as regiões do campo mineiro, de fácil orientação, por suas montanhas continuadas, cheia de picos, davam facilidades desconhecidas aos aventureiros, habituados às ferocíssimas matas do Sul e de Goiás” (LIMA JR., 1965: 26).



Imagem 1 - Índios atravessando um riacho (Caçador de Escravos)
1820-1830 de Jean-Baptiste Debret (1972).

Muitos sertanistas, dessa maneira, já conheciam as terras mineiras quando das primeiras expedições oficiais⁵, como a já mencionada bandeira liderada por Fernão Dias Pais “conhecedor velho destes Sertões...” (LIMA JR., 1965: 26)

Segundo Resende (2007), as bandeiras sustentavam-se a partir do tripé: procura de riquezas minerais, anexação de terras e preagem de índios, tendo devassado o território mineiro ao longo de todo o século XVIII. Mas foi a partir de 1760, com a crise que se abateu sobre a

⁵ Os bandeirantes gozavam de autorizações legais, quando recebiam carta autografada do El-Rei e promessas de hábito de Cristo. As bandeiras possuíam assim caráter oficial (TORRES, 1961: 114).



atividade mineradora, que o avanço das expedições e das fronteiras colonialistas se deu em áreas de matas parcialmente intocadas, onde ainda vários grupos indígenas viviam com um relativo distanciamento dos principais centros auríferos, arraiais e núcleos de fazendas de gado.

Os vales dos rios das Mortes, Grande, Sapucaí, Pomba e Paraíba do Sul correspondiam a territórios tradicionais de muitos indígenas no período colonial, sendo que os etnônimos mais comuns associados a essas bacias, além dos Catauá, já mencionados, eram Coroados⁶, Tapanhinhos, Xopotós, Cropós, Puris e Arrepiados. Esses povos estariam atribuídos ao tronco linguístico Macro-Jê (ou "Tapuias"), apesar de haver discordâncias sobre a filiação linguística dos Catauá; indicando a hipótese de possuírem ascendência Tupi-Guarani (ABDALA, 1997). Saint-Hilaire também aponta a possibilidade dos Coroados terem algum tipo de parentesco com povos Goitacazes (1975:39). Ainda são mencionados os Osorós, antigos habitantes do Sertão do Macacu, margens do rio Paraíba. "*Embora a maioria dos Osorós tivesse fugido, à visão de tantos homens armados, pouco a pouco voltaram para as suas terras, onde circulavam com os Puris e Xopotós*" (ANASTASIA, 2005: 97).

O governador Luís Diogo Lobo da Silva outorgou inúmeras sesmarias, mas em função da resistência de incolos, por designação da Coroa, determinadas terras deveriam ser "*evitadas*", onde tivesse sido antigo aldeamento indígena. Mas, segundo Resende (2011), nem sempre os limites disponibilizados para a manutenção da economia indígena teriam sido suficientes. Ademais, as relações entre colonos e indígenas sempre foram belicosas e muito conflituosas.

Na segunda metade do século XVIII, foi fundado no vale do rio Pomba, por ordem do Governador Conde de Valadares, um aldeamento de índios Cropós, Coroados e Puris. Posteriormente, esses indígenas reclamam ao rei a paz perdida, alegando ter ficado sem terra para exercer suas atividades econômicas e culturais, como caça, pesca, coleta e rituais (RESENDE, 2003).

Nos arredores de Vila Rica há registros da presença de gentios ou índios "*Aredez*", "*Araraos*" e "*Taboyaras*" na porção alta dos rios das Velhas e Paraopeba, mencionados em importante documento cartográfico e iconográfico setecentista do acervo da Biblioteca Nacional. Há uma frase inscrita neste mapa que merece ser transcrita:

"Aqui nestes sertões se recolheram os restos dos gentios Aredez (Araraos) e Taboyaras que moravam no Rio das Velhas, sobre o Rio Paraopeba. São estes gentios que infestam as fazendas de gado dessa banda do Rio de São Francisco e todos os anos assaltam matando muita gente principalmente depois do descobrimento das minas que os paulistas não sertanejaram, no Rio Paracatu destruíram bastantes fazendas".

A citação indica a existência de grupos indígenas que tiveram contato direto com antigos exploradores e colonizadores da região, reagindo e atacando fazendas de gado. O termo "ataque" deve ser interpretado como "resistência e defesa" em seus territórios históricos.

Segundo Resende (2003), incursões paulistas que se dirigiram à região do rio São Francisco, aprisionaram ainda grupos "*Tememinó*" e "*Tobojara*". O último etnônimo mencionado pode ser uma forma diferenciada de mencionar os "*Taboyaras*" indicados no antigo mapa. Ainda no vale do rio das Velhas, havia índios Goiás, "*gente benévola, que entretinha relações mais ou menos frequentes com os povoados antigos da zona do Sumidouro*" (VASCONCELOS, 1948:39). Há ainda indicações de indígenas "*Candidés*" no vale do rio Itapecerica, alto São Francisco (atualmente Divinópolis), nos arredores da Gruta de Itaberá (LARA, 1987).

⁶ O nome Coroado, segundo Saint-Hilaire "*é um apelido tirado da língua portuguesa*". Sugere que os Coroados de Valença seriam compostos por quatro tribos: "*Puris, Araris, Pitas e Chumetos*" (1975:36).

Os bandeirantes Antônio Rodrigues Arzão e Bartolomeu Bueno de Siqueira e sua comitiva também encontraram com gentios na região de Vila de Pitangui, tendo guerreado com estes (RESENDE, 2003: 46).

“Em Vila do Carmo - atual cidade de Mariana- viveu-se situação semelhante. Nela, a expansão das atividades de mineração esbarrou com grupos indígenas, sendo algumas das freguesias, como as de Guarapiranga, Barra Longa e Furquim, atacadas ou mesmo destruídas” (VENÂNCIO, 1997: 2007).



Imagem 2 – Mapa
“Demonstração do
Rio São Francisco,
em Minas Gerais”– séc. XVIII
(Acervo da Biblioteca Nacional).

Chama ainda a atenção na toponímia da região do ouro um arraial denominado ‘Carijós’. Segundo Barbosa (1995), mineradores que lavravam nas adjacências da Serra do Ouro Branco, possivelmente remanescentes da Bandeira de Borba Gato, se uniram a indígenas Carijós, considerados “pacíficos” ou “mansuetos”, visando se defender dos ataques dos indígenas “ferozes” da região. Os Carijós, relacionados ao tronco linguístico Tupi-Guarani, chegaram ao Planalto da Mantiqueira fugidos dos ataques de brancos no litoral fluminense.

“Estes desbravadores entraram em contato com os índios Carijós, que anos antes fugiram da baixada do Rio de Janeiro e penetram no interior subindo pelo vale do Paraibuna e estabelecendo-se em Borda do Campo, numa região verdadeiramente estratégica: nos altos de um contraforte da Mantiqueira, de onde, com facilidade poderiam espreadar-se pelo vale do rio Doce, ou descer para o Paraopeba, ou mesmo tomar a direção do Rio Grande” (FERREIRA, 1958).

Estes Carijós formaram um aldeamento que originou o primitivo arraial “Senhora da Conceição do Campo Alegre de Carijós” ou “Arraial dos Carijós”, cujo território é abrangido atualmente pelo município Conselheiro Lafaiete, anteriormente, Queluz. A construção da sólida Igreja Matriz



de Nossa Senhora da Conceição, bem como, de alguns edifícios desse arraial tem sido atribuída aos serviços braçais dos Carijós.



Imagem 3 - Mapa do Termo de Vila Rica e concelhos limítrofes (Doc. AHU)
Em detalhe Carijós e Vila Rica (in: FONSECA, 2011:415).

Muitos indivíduos indígenas foram utilizados nos centros auríferos como mão de obra nas lavras, como apontado na Instrução de Regimento de D. Rodrigo de Castelo Branco. Nesse documento são mencionados Carijós como trabalhadores regulares nessa atividade. *“Aliás, alguns testemunhos revelam, bem antes da ocupação sistemática de Minas Gerais, a habilidade do gentio da terra na lide aurífera”* (VENÂNCIO, 1997:168).

Eram utilizados no transporte de mercadorias, víveres e ouro (substituindo os animais de carga) entre as lavras e os núcleos urbanos por íngremes caminhos, aberturas de estradas e

implantação de fazendas. Indígenas, especialmente mulheres e crianças, também participavam de atividades de caça, pesca e coleta, incluindo a agricultura.

“Os inventários registram a existência de lavoura de milho, produto essencial na antiga culinária paulista, consumindo em forma de farinha, canjica, cuscuz, biscoito, e utilizado como alimento de pequenos animais” (VENÂNCIO, 1997:169).

Fiéis ou aliados em algumas situações aos próprios senhores, Carijós lutaram em grande número na Guerra dos Emboabas, nos anos 1707 e 1709, respondendo ainda por um percentual de parte da escravaria e dos inventários de famílias, tendo tido uma importante participação na vida social e econômica na freguesia de Mariana.

“Em 1716, Antônia Leme herdou do marido importantes lavras e junto a elas 23 cativos, sendo 12 deles carijós. O mesmo ocorreu com Ana Maria Borba que, apesar de ser filha de uma das mais ricas e influentes famílias locais, manteve até a morte quatro carijós em seu plantel de 15 escravos. Mesmo os senhores mais famosos de Mariana, aqueles que podiam recorrer ao mercado internacional, não deixavam de dispor de alguns índios remanescentes da primeira fase do povoamento” (VENÂNCIO, 1997:168).

Em 1710, os cativos carijós representavam 16 a 23% da força de trabalho de Vila do Carmo, segundo raros inventários que resistiram à umidade e parasitas levantados e identificados por Venâncio (1997:168-169).

Em uma meticulosa análise de documentos sobre a ocorrência de escravos índios na Vila do Carmo (Mariana), focalizando as freguesias de Guarapiranga (atualmente, Piranga), Barra do Calhau, Inficionado, Brumado, Sumidouro, Bento Roiz e Gama, Venâncio (1997), constata o decréscimo de indivíduos indígenas em 1725, quando comparados ao ano de 1718.

“A partir de 1718, quem percorresse as lavras marianenses perceberia ano após ano o desaparecimento do gentio da terra. Na década de vinte, a escravidão indígena marianense entrara em franco declínio. Os carijós, de idade avançada e doentes, pouca serventia tinha, atingindo preços irrisórios que não se equiparam aos dos pequenos animais, ou representavam uma fração mínima do valor referente aos negros africanos” (VENÂNCIO,1997:172).

Analisando o índice de óbitos na freguesia de Guarapiranga, por exemplo, Venâncio ainda verificou o registro de falecimento de alguns carijós, sendo que parte desses óbitos teria ocorrido sem sacramento, possivelmente, devido morte repentina. Baseando-se na obra “Erário Mineral”, de Luís Gomes Ferreira, são indicadas as incidências de várias doenças que grassaram a região de Mariana, ocasionando mortes súbitas, tais como, varíola ou bexiga, malária e impaludismo ainda denominados no documento supracitado como “fistulas, chagas, hidropsias e sezoens” (FERREIRA, APUD VENÂNCIO, 1997:176). “Os índios faleciam numa proporção três vezes mais elevada do que negros africanos e crioulos” (VENÂNCIO, 1997:176).

A alimentação ruim, a fome e as péssimas condições de trabalho⁷ deveriam ter comprometido sensivelmente a saúde dos Carijós. No começo, o cativo fazia exclusivamente o transporte do cascalho, desde o rio ou dos montes, até o local de lavagem. Mais tarde foram introduzidos os animais de carga (ROMEIRO, 2006).

⁷ Em Ouro Preto, no início do séc. XIX, as doenças respiratórias eram a principal causa de morte dos escravos (COSTA, 1979 APUD VENÂNCIO, 1997:181). Em períodos de fome, garimpeiros em busca de comida se dirigiam a localidades nas cercanias de Vila Rica que produziam alimentos como Cachoeira do Campo e Amarantina. Segundo alguns, o “Campo da Caveira” (atual distrito de Rodrigo Silva) teria sido localidade onde homens famintos acabavam por padecer em decorrência da inanição (BOHRER, 2011:23). Nessas localidades se desenvolve atividades voltadas a economia de subsistência surgindo uma rede de pequenos lavradores, os roceiros, que se dedicavam ainda a comercialização do excedente agrícola (VENÂNCIO, 2007).



“A mineração exigia que os escravos permanecessem da cintura para baixo imersos nos gélidos rios mineiros. Se lembrarmos que, além disso, na primeira fase do povoamento de Mariana, a fome foi uma realidade constante, não fica difícil imaginar quanto a pneumonia e a tuberculose causaram sangrias nos contingentes populacionais indígenas” (VENÂNCIO, 1997:177).

Muitos indígenas quando surgidas oportunidades partiam em fuga para as matas do leste e sudeste de Minas Gerais, outros adoeciam ou envelheceram nos centros auríferos e fazendas, dando lugar a escravos africanos e seus descendentes. Alguns cativos ainda foram libertos, tornando-se “carijós forros”, ou partiram para quilombos, se unindo a escravos africanos e outros foragidos, tornando-se “homem fora da lei ou imerso no universo da pobreza” (VENÂNCIO, 1997:178). Diogo de Vasconcelos em sua célebre obra “História Média de Minas Gerais” aponta a presença de homens brancos “facinoras” ou foragidos da justiça que, adaptando-se bem ao meio “selvagem”, afugentavam-se em aldeias estabelecendo alianças com tribos. Organizavam, em algumas situações, verdadeiros bandos que “passaram a inquietar povoados, as fazendas e arraiais” (1948:15).

Mas como bem colocado por Venâncio, para os grupos não “domesticados”, o arraial de Guarapiranga encerrava na fase do ouro o limite aceitável da expansão colonial, representados pelos rios Piranga, Calambau, Turvo e Bacalhau, onde “as incursões para além daquele limite eram ferozmente rechaçadas (...)” (1997:173/174).

No entanto, apesar da existência de milhares de indígenas em Minas Gerais mesmo com a instauração de uma política de extermínio e de apresamento, alguns documentos coloniais insistiam em atestar o aniquilamento total dos indígenas, já no início dos setecentos.

“O governador de São Paulo admite, em 1718, que todos os habitantes índios da região das Minas haviam sido exterminados pelos paulistas, sem que a história ao menos registrasse seus nomes” (RIBEIRO, 1997:61).

Por outro lado, também foram produzidas escritas que divulgavam que as “zonas proibidas”⁸ estariam infestadas de índios “canibais” e “bestiais”, o que poderia dificultar a transposição de contrabandistas, salteadores, fugitivos, bandoleiros, desertores, “homens de falcatruas” e outros tipos de criminosos. O marquês de Pombal visando cessar de vez estes “abomináveis caminhos”⁹ mandava a junta redobrar a vigilância nessas plagas. Indígenas expostos à própria sorte combatiam ainda parte desses grupos, ou, em algumas situações, negociavam com seus mandantes.

“O abandono do distrito da Mantiqueira pelas autoridades que o supunham, ou fingiam supor, povoado apenas pelas ferozes nações indígenas Xopotós, Puris e Osorós, favoreceu a ação daqueles que eram e dos que foram considerados pelas autoridades os facinorosos das estradas” (ANASTASIA, 2005:90).

As terras da Cachoeira do Macacu, nos confins da Mantiqueira, foram apossadas na segunda metade do século XVIII por garimpos clandestinos e contrabandistas, liderados, como exemplo, por “Mão de Luva” (OLIVEIRA, 2002). A quadrilha de “Mão de Luva” possuía, no entanto, “boas relações com comerciantes, soldados e índios” (ANASTASIA, 2005:90). Segundo Anastasia, em algumas localidades da Capitania de Minas Gerais, ocorreram de forma mais amiúde violências e transgressões¹⁰, constituindo-se em “territórios de mando” onde se disseminou o “mandonismo

⁸O governo metropolitano com a intenção de coibir o contrabando do ouro e a existência de lavras clandestinas mandou que se fechassem quaisquer trilhas e logradouros existentes nas imediações das áreas de mineração, as considerando “zonas ou áreas proibidas” à ocupação.

⁹ APM.SC. SG Códice 192 fls.248/249.

¹⁰A omissão ou a inépcia das autoridades locais faziam dos sertões “terras de ninguém”, onde reinava o império da violência, redutos de transgressores que nestas paragens quase intocáveis se acoitavam. Resultado em parte de conflitos de jurisdição, litigantes e da iniquidade da ação pública, tornando-se zonas de “non-droit” (ANASTASIA, 2005:56).

bandoleiro” (2005:22) argumentação baseada no conceito de violência social, desenvolvido por S. Abranges (1994).

Resende utiliza o termo “índios coloniais” compreendidos *“como os índios ou seus descendentes, que destribalizados por diversas razões, de várias origens étnicas e ou procedências geográficas, muitos nascidos dentro da sociedade colonial, foram incorporados à vida sociocultural nas vilas e lugarejos”* (RESENDE, 2003:222).

Os “índios coloniais” constituíam os indivíduos comprados, raptados, barganhados, destribalizados, fugitivos de aldeamentos, desalojados ou expulsos de suas terras que passaram a viver nas vilas e arraiais sob a tutela dos seus “administrados” (RESENDE, 2003:227).

Vários subterfúgios foram utilizados para burlar a proibição de se escravizar indígenas. A primeira delas seria ocultar a origem indígena dos escravos, sob o estigma de “mestiços”, “pardos”, “cabocoulas” ou ainda outras denominações, como “cabras”, conforme já citado. Em 1755, foi proclamada a lei de liberdade aos índios, reeditada em 1760 pelo governador de Minas, Luiz Diogo Lobo da Silva, aprofundando ainda mais os impasses no que diz respeito aos direitos e emancipação indígena. Algumas ações de liberdade ocorreram quando fora negada por indígenas a *“pecha de mestiços”*. Quando não havia registros de batismos o procedimento usual era a descrição física do requerente ou a sua *“inspeção ocular”* por parte de um juiz, visando confirmar a sua condição indígena. No entanto, para os filhos de pais carijós e mães escravas negras, *“a escravidão era certa”* (RESENDE, 2007:231/234).

“Se não bastasse a resistência dos colonos de se desfazer dos préstimos dos seus administrados, a justiça ainda andava a passos vagarosos. As ameaças seguidas de prisões arbitrárias serviam de intimidação para aqueles que arvorassem para si o direito à liberdade” (RESENDE, 2007:233).

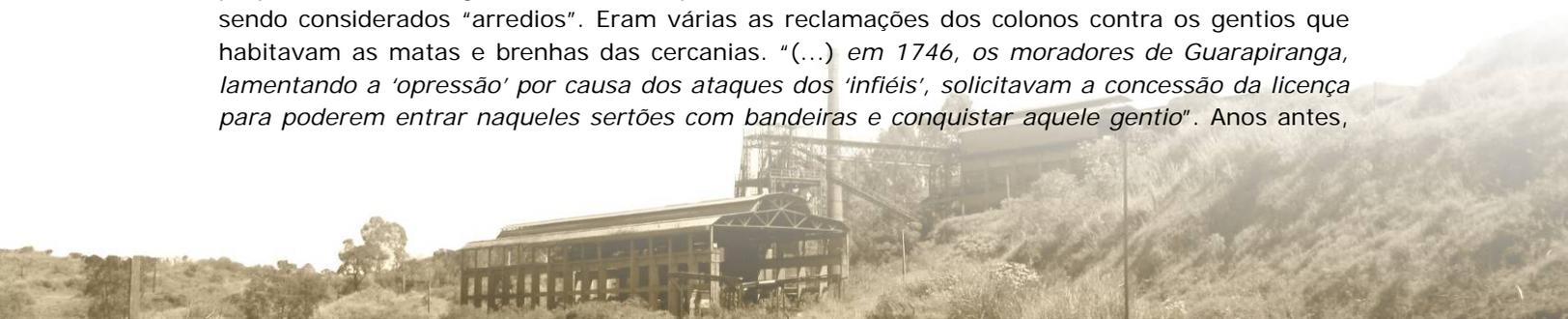
No entanto, muitos “índios coloniais” sob a égide de “forros”, “afilhados”, “bastardos” ou mesmo “livres”, continuavam muitas das vezes, realizando obrigações ou serviços compulsórios.

O próprio governador da Capitania em 1793, Luiz Antônio Furtado de Mendonça, o visconde de Barbacena, promove festa de batismo de sua “afilhada” na capela do palácio. Tratava-se de Josefa, uma “bastarda” capturada nas matas do Cuieté (leste mineiro, vale do rio Doce); índia “Amburé” (ou Aimoré) também conhecida como “boticuda” (ou botocuda) (RESENDE, 2003).

Há ainda documentos relativos aos “párcos da freguesia” no acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana que indicam ordenação de índio croato, o Pe. Pedro da Mota, que teria estudado no Seminário de Mariana, tendo sido ordenado em 1790 (BÔAS, 1995:49).

Além de escapar do cativeiro e abusos, alguns indígenas, sobretudo os que habitavam vilas e arraiais relacionados aos principais centros auríferos tiveram de enfrentar as visitas diocesanas e pastorais, verdadeiras devassas inquisitoriais onde muitas pessoas foram severamente punidas ou “escorraçadas”. Foram 767 denúncias indígenas ao longo dos setecentos, revelando a sua significativa presença por paragens da região. Segundo Resende (2007), os principais motivos indicados nas denúncias ou delações contra índios teriam sido motivadas por bebedeira, alcouce, trato ilícito, meretrício, curandeirismo ou feitiçaria, incesto e concubinato. Outras formas de perseguições e animosidades contra os indígenas se instauravam no chamado século do ouro mineiro.

No entanto, nos arredores dos principais centros auríferos muitos grupos indígenas se postavam em guerra contra os colonizadores, barrando as frentes de expansão e instalação de novas propriedades. Em algumas situações, posicionavam-se refratários ao contato com não-índios, sendo considerados “arredios”. Eram várias as reclamações dos colonos contra os gentios que habitavam as matas e brenhas das cercanias. *“(...) em 1746, os moradores de Guarapiranga, lamentando a ‘opressão’ por causa dos ataques dos ‘infiéis’, solicitavam a concessão da licença para poderem entrar naqueles sertões com bandeiras e conquistar aquele gentio”*. Anos antes,



Domingos Dias Ribeiro, solicitou ao governador a permissão para armar uma expedição em Vila Rica rumo às cabeceiras da Guarapiranga e *"conquistar o gentio que achar bravo"* (RESENDE, 2007:225).

Há muitas referências a grupos de "Botocudos", em localidades da região central das Minas Gerais. No entanto, trata-se de designação genérica dada pelos colonizadores a partir do séc. XVIII em função dos adereços auriculares e labiais, os "imato", utilizados por alguns grupos indígenas.

Boa parte dos naturalistas e pesquisadores estrangeiros que viajaram pelas terras mineiras nos séculos XVIII e XIX teve, inclusive, em sua comitiva indivíduos Botocudos que lhe serviram como intérpretes, guias e informantes. Saint-Hilaire, teve o apoio do índio Firmiano em sua excursão no vale do rio das Mortes (1975:70). Mas, certamente a parceria mais famosa ocorreu entre Maximiliano Wied-Neuwied (1940) e Joaquim Quack, que acabou sendo levado para a Europa por seu tutor ao final da expedição.

Provavelmente, os Botocudos, são os mesmos "Aimorés" ou "Aimurés" indicados em época anterior como habitantes das densas matas da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Dessa maneira, a associação da índia afillhada "Boticuda", moradora de Ouro Preto, a grupos indígenas "Amburé", teria sentido.



Imagem 4 - Família de Botocudos em Marcha - 1834, de Jean-Baptiste Debret (1972).

As bacias do rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, leste mineiro, eram habitadas na ocasião dos primeiros contatos com os colonizadores e expedições, por grupos e subgrupos com etnônimos variados, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Os mais conhecidos, além dos Aimorés, já mencionados, são os: Etwet, Gutkrak, Takrukkrak, Giporacs, Malalis, Camacans, Batatas, Gutkraks, Makuni e Monoxós (WIED-NEUWIED, 1989; SAINT- HILAIRE, 1975; NIMUENDAJU, 1987). Grens ou Guerens (BAËTA, 1925) são outras referências a grupos da região, além de "Patutus, Napurus, Craempe, Pijouriis, Coconhum, Brue-Brue" (LEITE, 1949). Franco (1989) indica a presença durante o séc. XVII de "Papudos" no Vale do Jequitinhonha. G. Ferreira (1934:24) menciona que, "os Machalis, os Nacnenucs, os Jiporocs, os Macunés, os Aranás, os Urucus, os Pojichás, os Crisciumas, os Ta-monhecs, os Potés, os Patachós, etc., se fixaram na faixa de terra que se encontra situada no vale do rio Mucuri, estendendo-se ao NE e N até alcançar o Jequitinhonha, até o Doce e Suaçuí Grande."

Considerados também "Botocudos", Aranás seriam originários do vale do Urupuca, que abarca atualmente os arredores dos municípios de Santa Maria do Suaçuí e Capelinha, tendo sido aldeados no século XIX em Itambacuri. Trata-se de um grupo indígena cujos descendentes

vivem atualmente em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, além de outras localidades do estado de Minas Gerais, incluindo a Região Metropolitana de Belo Horizonte (CEDEFES, 2009).

Os Maxacalis, por sua vez, também são antigos habitantes da região do Suaçuí Grande, tendo sido aldeados em uma paragem denominada “Catequese” no período imperial, atualmente pertencente ao município de Água Boa. Alguns Maxacali ainda serviram como canoieiros no Vale do Jequitinhonha, transportando mercadorias até o litoral. Refugiados e sobreviventes de aldeias no Jequitinhonha partiram para as cabeceiras dos rios Umburanas, no Vale do Mucuri. Este povo se autodenomina “*Tikmu-um*” e, segundo levantamentos etno-históricos e antropológicos, teriam sido inimigos de grupos Botocudos (ÁLVARES, 1992). Essa inimizade teria sido bem utilizada pelos colonizadores no processo de escravização e aliciamento desses povos.

Segundo S. Leite (1949), povos de origem Tupi-Guarani, os Paranaubis, ainda denominados “Mares Verdes”, foram anteriormente levados do alto e médio rio Doce no séc. XVII, por expedições jesuítas, para o aldeamento Reis Magos, no Espírito Santo.

“Os padres João Martins e Antonio Bellavia, escoltados por índios, realizaram uma expedição partindo da aldeia dos Reis Magos a cinco de junho de 1624, retornando a quatorze de setembro do mesmo ano ao ponto de partida, juntamente com quatrocentos e cinquenta índios Paranaubis. Esses índios, também chamados de Mares Verdes, seriam possivelmente o último registro histórico na região (LEITE, 1949 APUD PILÓ, BAETA, LIMA, 2009:29).

Os Caiapós ou Kaiapós, também denominados “Bilreiros”, durante muitos anos impuseram resistência à nova ordem social colonialista, nas porções oeste e norte¹¹ de Minas Gerais (BAETA, 2000). Estes eram temidos pelos bandeirantes, que juntamente com os Botocudos tinham fama de terem “hábitos cruéis” e até mesmo “antropofágicos”.

“A guerra contra os Caiapós foi, pode-se afirmar, a mais terrível e a mais prolongada luta travada contra indígenas em toda a América. Os documentos nos falam da ferocidade dos ataques destes bilreiros, o que motivou a guerra referida. Não se esqueça, porém, que os Caiapós se tornaram terrivelmente cruéis, depois dos sucessivos ataques que sofreram dos brancos e mamelucos” (BARBOSA, 1971:128).

Em 1736, o Conde de Sarzedas baixou uma portaria “*após muitas queixas de viandantes dos caminhos das minas dos Goíases e à representação que lhe haviam feito os roceiros, das hostilidades e estragos do gentio Caiapó, tanto das roças como a algumas tropas*”, dando permissão aos peticionários para que castigassem os autores de tais insultos; quando foi concedida licença franca para “*guerrear e aprisionar o gentio*”, contanto que fosse levada a cabo “*os direitos da coroa, a qual caberia um quinto dos índios aprisionados*” (BARBOSA, 1971:131). Meia pataca por cabeça era oferecida pelo extermínio de Kayapó (VENÂNCIO, 2007). Fazendeiros ficavam enfurecidos “*com a ação predatória dos nativos sobre o gado solto em seus antigos terrenos de caça*” (DEAN, 2000:172).

Segundo Paraíso (1990), o combate aos Botocudos durante o século XVII e primeira metade do século XVIII no leste mineiro parece ter tido um caráter cíclico devido os grupos se subdividirem em pequenos bandos que atingiam as zonas vizinhas de forma intermitente. Quando os indígenas eram atacados por abastecedores de escravos os indivíduos que escapavam costumavam buscar outros lugares para se afugentar.

¹¹Havia aldeamentos Caiapós em diversas localidades do rio São Francisco, no norte mineiro. Entre os rios das Velhas e Quebra Anzol foram ainda encontrados povos Araxá ou Araxués (RESENDE, 2003). Na região de Brejo do Salgado (atual Januária) foram atacadas e destruídas as aldeias Guaibas e Tapiraçabas atribuídas a Caiapós pelo Mestre de Campo Januário Cardoso e Manoel Pires de Maciel, fugitivo das justiças do norte (VASCONCELOS, 1948:39). Segundo Saint Hilaire, grupos que habitavam esta região foram posteriormente denominados Chacriabás ou Xicriabás (1975:340).



“A provisoriidade dos locais de habitação indica uma intensa vida nômade por parte dos índios, caracterizando uma estratégia de sobrevivência baseada no ocultamento no interior da floresta. Isso fez com que aparentasse constituir um número muito maior do que se confirmou depois. Cada uma das tribos se identificava por um nome próprio e tendia a se subdividir em razão de conflitos internos. A quantidade pequena de membros acabava ajudando a se manterem ocultos nas matas” (ESPÍNDOLA, 2005:137).

Uma prática infame e comum era o tráfico de “Kurucas” ou “Curucas” por parte dos colonos; crianças indígenas eram raptadas para venda e exploração em fazendas e arraiais. Acirravam-se assim *“os conflitos e as oposições entre vários grupos indígenas, tornando-os irreconciliáveis e inviabilizando qualquer forma de aliança” (PARAÍSO, 2005)*. Outro “escandaloso abuso” era *“pilhar as mulheres índias, praticando com elas as maiores depravações” (DEAN, 2000:169)*.

A partir da segunda metade do século XVIII, com a queda da exploração do ouro nos centros auríferos, há uma mudança significativa na economia mineira indicando a necessidade de reordenação da defesa, reafirmando a necessidade de expansão das fronteiras por parte da Coroa. As matas do leste, outrora denominadas “Zona Proibida”, conforme apontado, deveriam ser desbravadas em sua totalidade. Foi assim implantado um sistema de quartéis, destacamentos militares e presídios ao longo dos principais rios sendo que os métodos usados junto à população indígena eram de extrema violência, conhecidos pela expressão *“matar aldeia”*. T. Ottoni definiu este modo de combate por emboscadas ou dizimação estratégica de tribos indígenas como uma verdadeira *“Hecatombe de Selvagens”*, também denominada *“Capivara” (SILVA, 2011)*.

A Carta Régia de 1808 criou a “Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce” ordenando guerra ofensiva aos indígenas, instaurando o modelo do *“conservadorismo imperial”*, segundo Treece (2008).

“(…) Deveis considerar como principiada contra estes Índios e Antropophagos, huma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tivereis a felicidade de vos senhorear de suas Habitações, e de os capacitar da superioridade da Minhas Reais Armas, de maneira tal, que movidos do justo terror das mesmas pessão a Paz (...)” (APM SC 335, 1808:2v).

A Junta do Rio Doce foi dividida, por sua vez, em seis distritos com seus respectivos comandantes, que deveria ainda explorar e mapear o rio Doce. Outra instrução era a de que deveria ser dada isenção para os terrenos cultivados, além de moratória para os devedores que para lá se dirigissem.

Saint-Hilaire descreve dentro da atuação da 5ª Divisão Militar do Rio Doce, na região de Peçanha, um ataque a um aldeamento indígena, onde *“cercava-se por todos os lados o acampamentos dos selvagens; deixavam-nos passar a noite em completa segurança; e ao raiar do dia, viam-se cercados” (2000:184)*.

Com o intuito de garantir o cumprimento das ordens e funcionamentos das Divisões Militares do Rio Doce, inspeções regulares eram feitas por militares da tropa de linha da Capitania de Minas Gerais. Em 02 de dezembro de 1808, outra Carta Régia ainda prevê a escolha de padres para atuarem na catequese, aldeamentos de índios e aproveitamento do seu trabalho, como contrapartida pelo *“ensino e educação”* recebidos (SILVA e MOREIRA, 2006). Em 1814, já haviam sido instaladas 61 bases militares, sendo parte delas posteriormente comandadas pelo liberal francês Guido Thomaz Marlière¹².

¹² Militar francês designado em 1813 para verificar irregularidades e abusos cometidos pelos diretores de índios das aldeias dos Puris, Coroados e Coropós. Em 1818 foi indicado como Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais. Buscou romper com a política agressiva impetrada nas Cartas Régias de 1808, retomando um “modelo de civilização” nos moldes do Marquês de Pombal.

Os grupos indígenas que escolhessem o aldeamento ao invés do enfrentamento militar deveriam ser administrados a partir daí por método de “brandura”, que permitisse a “pronta civilização”. Visando estimular a transformação do prisioneiro em mão de obra barata, o governo compensava particulares que estivessem dispostos a sustentar, vestir e “educar” índios sob sua administração (PARAÍSO, 2005).

Padres Capuchinos por meio de missões religiosas participam da fundação e administração de aldeamentos no rio Doce entre um período que se inicia em 1870 até a implantação do Serviço de Proteção dos Índios-SPI, em 1911.

Durante o período colonial e imperial, *“índios eram, portanto, inimigos permanentes: quando mansos traíam, desertavam, voltavam-se contra os brancos se a aliança com eles não mais interessasse. Se bravios, comiam gente, ameaçavam os aldeamentos, pelos quais o mundo civilizado procurava domar os sertões. Na documentação oficial são os culpados de tudo (...)”* (SOUZA, 1999:33).

Na esteira da tese da “aculturação”, desenvolvida pela antropologia clássica, ficou preconizado que os sobreviventes ou remanescentes indígenas nos séculos seguintes estariam irreversivelmente fadados ao fim, onde as culturas e línguas indígenas seriam fatalmente dissipadas quando do contato contínuo com a “sociedade nacional” ou quando “integrados à comunhão nacional” (ARRUDA, 1994: 78).

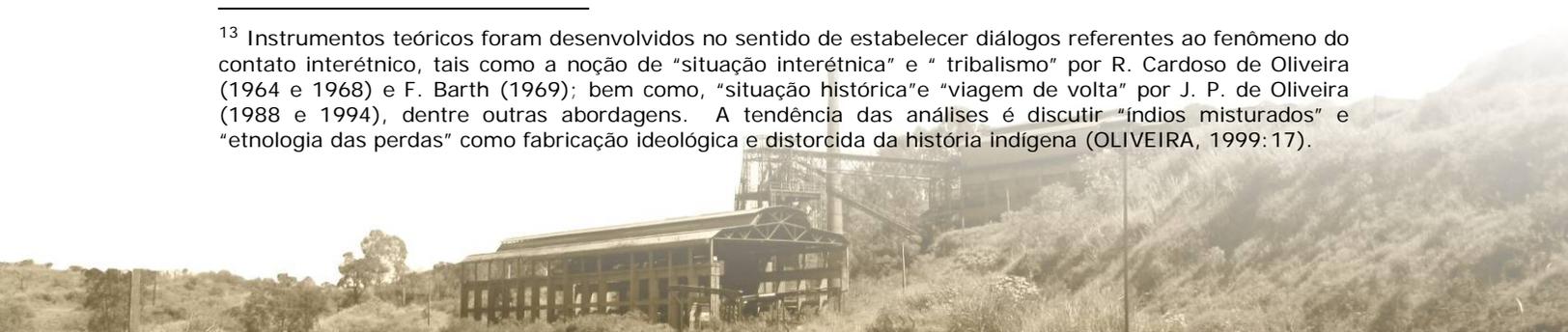
“As populações indígenas que sobreviveram ao longo do processo de genocídio iniciado com a invasão europeia na América, e mesmo os povos de contato mais recente, que superaram os choques dos primeiros anos de envolvimento com o mundo dos brancos têm apresentado nas últimas décadas uma taxa de crescimento maior do que as da população brasileira” (ARRUDA, 1994: 78).

Habitantes da antiga Vila de Pitangui, no vale do rio Pará, os indígenas sob o etnônimo Kaxixó, segundo relato do cacique Djalma, *“eram proibidos de dizer que eram índios”*, mas como dito por eles, *“sempre estivemos por aqui”*... Talvez o fato de não se revelarem oficialmente enquanto índios para a sociedade nacional até final do século XX tenha sido uma forma de controle social interno Kaxixó, dirimindo a pressão já sofrida relacionada a conflitos fundiários e sociais na região.

O foco do debate e das discussões teóricas¹³ abordam a situação da “etnogênese” (SIDER, 1976) dos povos indígenas em oposição ao fenômeno de “etnocídio” quando são aplicados ainda os conceitos de “emergência étnica” ou “ressurgência étnica”. A cultura indígena se (re)inventa, encontrando-se em constante transformação, onde são produzidos novos significados identitários e formas variadas de representação social e territorialização. *“Encarado dessa maneira, o acontecimento, ou seja, uma novidade exterior que venha incidir sobre uma estrutura, uma tradição, não faz necessariamente que ela seja destruída: a lógica que orchestra o conhecimento tradicional dos índios é capaz de interpretar o novo, ajustando-o, adaptando-o, dando-lhe sentido, tornando-o inteligível nos termos da lógica nativa* (MISSAGIA DE MATTOS, 2000: 7).

Assim, contestando a ideia de “perda”, “desaparecimento” ou “fase terminal” dos indígenas e de sua cultura, que vigorou na literatura e historiografia até alguns decênios atrás, antropólogos e historiadores, mas, sobretudo os próprios índios apresentam outra noção acerca da história, visibilidade e resistência política destes povos em Minas Gerais, como no restante do país.

¹³ Instrumentos teóricos foram desenvolvidos no sentido de estabelecer diálogos referentes ao fenômeno do contato interétnico, tais como a noção de “situação interétnica” e “tribalismo” por R. Cardoso de Oliveira (1964 e 1968) e F. Barth (1969); bem como, “situação histórica” e “viagem de volta” por J. P. de Oliveira (1988 e 1994), dentre outras abordagens. A tendência das análises é discutir “índios misturados” e “etnologia das perdas” como fabricação ideológica e distorcida da história indígena (OLIVEIRA, 1999: 17).



Referências Bibliográficas

ABDALA, M. C. *Guia da História dos Índios de Minas Gerais (século XIX)*, Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Uberlândia, 1997.

ABRANGES, S. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.) *Governabilidade, Sistema político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 1994.

ALVARES, M. M. Yâmiy , Os Espíritos do Canto – *A construção da Pessoa na Sociedade Maxacali*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1992.

ANASTASIA, C. M. J. *A Geografia do Crime-Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ARRUDA, R. Existem Realmente Índios no Brasil? In: *Em Perspectiva* 8(3), São Paulo, 1994.

BAÊTA, W. A. "Manuscritos Inéditos (Vocabulário Botocudo)", Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1925.

BAETA, A. M. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – Região do Vale do Rio Peruaçu. In: *O Carste*, Vol. 12, nº 1, Belo Horizonte, 2000.

BARBOSA, W. de A. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*. Edição do Centro de Estudos Mineiros, Belo Horizonte, 1971.

BARBOSA, W. de A. *História de Minas Gerais* Ed. Comunicação, Belo Horizonte, 1979. V.1

BARBOSA, W. de A. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995.

BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference*. Bergen Olos: Universitets Forlaget/Little Brown, 1969.

BÔAS, C. T. V. A Questão Indígena em Minas Gerais: um Balanço das Fontes e da Bibliografia. In: *Revista de História-LPH*, nº 5, ICHS/UFOP, Mariana, 1995.

BOHRER, A. F. *Ouro Preto: Um novo olhar*. São Paulo: Ed. Scortecci, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O Índio e o Mundo dos Brancos. A situação dos Tikuna no Alto Solimões*. São Paulo: DIFEL, 1964.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Urbanização e tribalismo. A integração dos índios terena em uma sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1968.

CEDEFES *Kaxixó, que é este povo?* (Relatório Técnico) CALDEIRA, V.; BAETA, A. M.; MISSÁGIA DE MATOS, I.; SAMPAIO, J. A. L. CEDEFES/ANAI, Contagem, 1992.

CEDEFES Indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte-RMBH: identificação e subsídios para sua organização. CEDEFES/Governo da Estíria/KMB. Belo Horizonte, 2009.

DEAN, W. *A Ferro e Fogo – A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Ed. Martins, 1972.

- ESPINDOLA, H. S. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005.
- FERREIRA, Godofredo. *Os Bandeirantes Modernos - desbravamento e a colonização das matas do vale do rio Mucuri em Minas Gerais*. s/n, 1934.
- FERREIRA, J. P. (ORG.) *Enciclopédia dos municípios brasileiros* - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Volume XXIV, Ano 1958.
- FONSECA, C. D. *Arraiais e Vilas D' El Rei: Espaço e poder nas minas setecentistas*. Humanitas, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- FRANCO, F. de A. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- KOK, G. Descalços, Violentos e Famintos. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 3, n°34, Rio de Janeiro, julho de 2008.
- KOK, G. Peregrinações, conflitos e identidades indígenas nas aldeias quinhentistas de São Paulo. In: *Atas do XXV Simpósio Nacional de História/ UFC*, Fortaleza, 2009.
- HORTA DUARTE, R. "Conquista e civilização na Minas oitocentista", in Teófilo Otoni, *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*, Belo Horizonte: Editora da UFMC, 2002.
- JOSÉ, O. *Indígenas de Minas Gerais-aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Edições Movimento Perspectiva, 1965.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus*, Tomo III, 1949.
- LIMA JR., A. de *A Capitania das Minas Gerais (origens e formação)*. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Artes. 3ª Edição, 1965.
- MISSAGIA DE MATTOS, I. Temas para o Estudo da História Indígena em Minas Gerais. In: *Cadernos de História*, v.5, n.6, PUC - Minas, Belo Horizonte, 2005.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, J. M. Bandeiras Mestiças In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 3, n° 34, Rio de Janeiro, julho de 2008.
- NIMUENDAJU, C. *Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju*. IBGE / PróMemória, Rio de Janeiro, 1987.
- OLIVEIRA, J. P. A Viagem de Volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do Nordeste. In: *Atlas das Terras Indígenas*, PETI, UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.
- OLIVEIRA, J. P. (Org.) *A Viagem de Volta - etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 1999.
- OLIVEIRA, J. P. de Uma etnologia dos índios misturados? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *Mana*, estudos de antropologia social. 4/1, PPGAS-MN-UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- OLIVEIRA, R. L. de S. *Violência nos Sertões Mineiros: A Quadrilha da Mantiqueira e a questão dos homens pobres livres*. (Monografia de Bacharelado) Departamento de História-ICHS, UFOP, Mariana, 2002.



PARANHOS, Paulo. Primeiros núcleos populacionais no Sul das Minas Gerais. In: *Histórica (Revista eletrônica do Arquivo do Estado)*, nº 7, dezembro de 2005.

PARAÍSO, M. H. B. Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, In: *Dédalo*, n. 28, São Paulo, 1990.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Guido Pokrane: o Imperador do Rio Doce. In: XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz, 2005, Londrina - Paraná. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz, 2005. v. 1.

PILÓ, H.; BAETA, A. & LIMA, M. A. As primeiras entradas nos sertões do rio Doce: do sec. XVI ao séc. XIX. IN: *Era Tudo Mata* (Org. REZENDE, M. & ALVARES, R.) Belo Horizonte: Edição CHA, 2009.

RESENDE, M. L. C. *Gentios Brasileiros: índios coloniais nas Minas Gerais Setecentistas* (Tese de Doutorado) IFCH/Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

RESENDE, M. L. C. de Minas das Cataguases- Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado In: *Varia História*, nº 33, 2004.

RESENDE, M. L. C. de Brasis Coloniais: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. In: *As Minas Setecentistas* (Org. RESENDE, M. E. L. de & VILLALTA, L. C.) vol. 1. Autêntica; Cia do Tempo, Belo Horizonte, 2007.

ROMEIRO, A. A Febre do Ouro. In: *Nossa História*, Ano 3, nº 36, Ed. Vera Cruz, São Paulo, outubro de 2006.

RIBAS, A. Matança em Pindorama In: *Revista Desvendando a História*, Ano 4, nº 20, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, B. *O Índio na História do Brasil*. São Paulo:Ed. Global, 1997.

RUGENDAS, J. A. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo:Ed. Martins, 1967.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; Belo Horizonte:Itatiaia: São Paulo:EDUSP, 1975.

SIDER, G. M. Lumbre Indian Cultural nationalism and ethnogenesis. In: *Dialectical Anthropology*, 1, 1976.

SILVA, W. F. da Empreendimentos comerciais e a questão indígena nos sertões de Minas Gerais (1847-1860) *Em Tempo UNB PPG*, nº 18, Brasília, 2011.

SILVA, T. G. da & MOREIRA, V. M. L. Junta de Civilização e Conquista dos índios e Navegação do Rio Doce. In: *Revista Ágora*, Vitória, nº 4, 2006.

SOUZA, L. de M. *Norma e Conflito – Aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Humanitas, 1999.

TORRES, J. C. de O. *História de Minas Gerais*. Vol. 1. Difusão Pan-Americana, Belo Horizonte, 1961.

TREECE, D. Exilados, Aliados, Rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo, EDUSP/ Nankin, 2008.

VENÂNCIO, R. P. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais colonial. In: *Revista Brasileira de História*, v. 17, nº 34, São Paulo, 1997.

WIED NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil (1782-1867)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1989.

Arquivo Público Mineiro-APM

Carta do Marquês de Pombal à Junta de Administração da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais de 10 de novembro de 1773. APM.SC.SG código 192 fls.248/249.

Carta Régia do Príncipe D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, Visconde de Condeixa de 13 de maio de 1808. APM-SC Código 335 fls. 2-4.

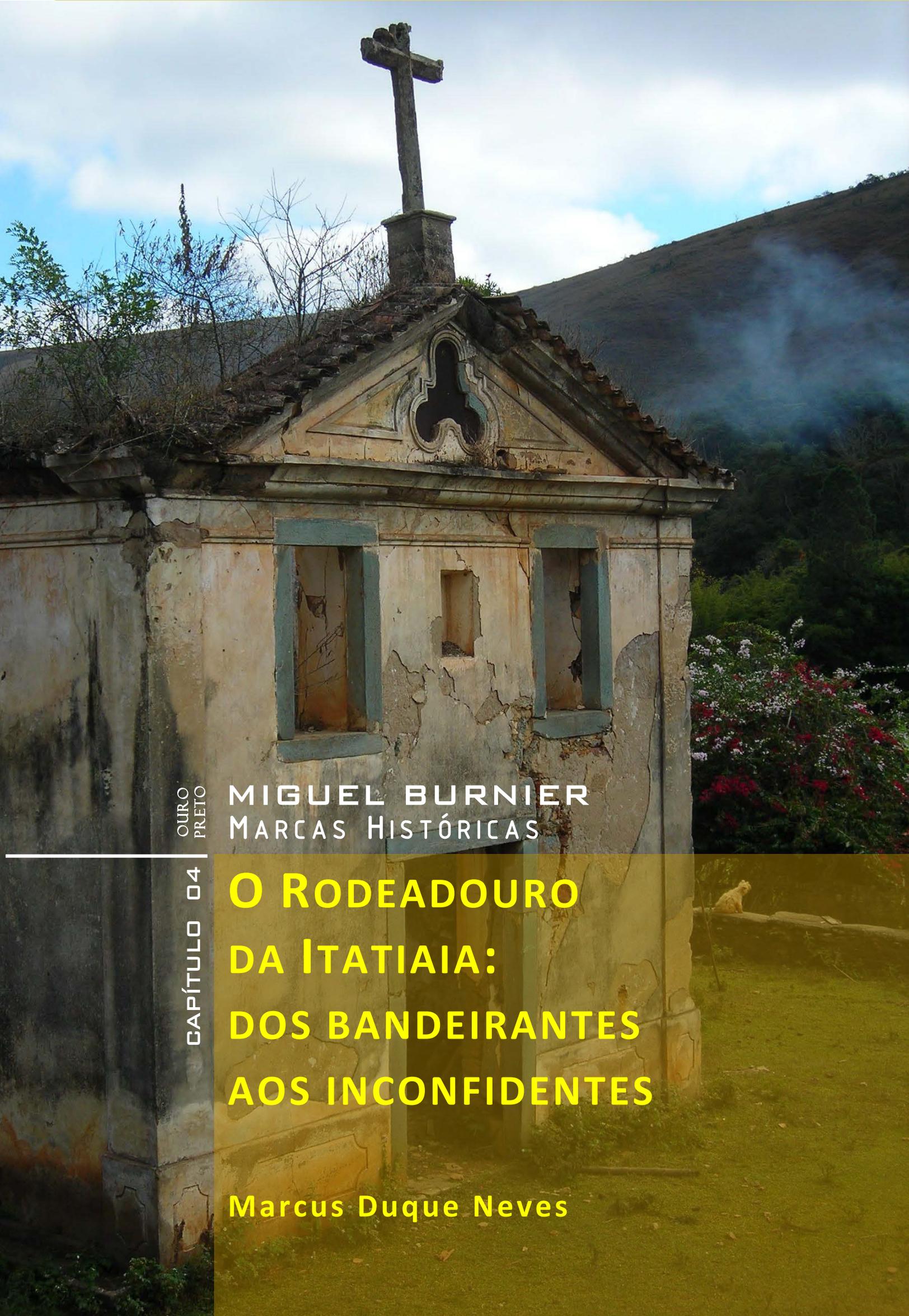
Carta Régia do Príncipe D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, Visconde de Condeixa de 04 de agosto de 1808. APM -SC Código 335 fls. 4-5.

Carta Régia do Príncipe D. João ao Governador da Capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, Visconde de Condeixa de 02 de dezembro de 1808. APM-SC Código 335 fls. 5-7.

Biblioteca Nacional

Mapa de Demonstração do Rio São Francisco em Minas Gerais-séc. XVIII





OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 04

**O RODEADOURO
DA ITATIAIA:
DOS BANDEIRANTES
AOS INCONFIDENTES**

Marcus Duque Neves

O RODEADOURO DA ITATIAIA: DOS BANDEIRANTES AOS INCONFIDENTES

A ocupação inicial das Minas Gerais se deu pelos anos de 1694 a 1696, ou até mesmo um pouco antes, sendo registrado que no período de 1697 a 1698 teriam chegado muitos forasteiros em três locais, cujos descobridores foram: Manoel Garcia, em Ouro Preto, nas cabeceiras do Tripuí; Antonio Dias, que vendo o local muito cheio de gente, dirigiu-se pela serra achando o ribeirão que recebeu seu nome, estabelecendo lavras onde hoje é o centro de Ouro Preto; e Padre João de Faria Fialho, que da mesma forma e pelo mesmo motivo lançou nova expedição, ocupando outro ribeirão, denominado Ribeirão do Padre Faria (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999).

A “pedra menino” (ita-curumí), o pico característico, marcava o lugar do descoberto balizando aos que chegavam. Muitas expedições saíram demandando outros descobertos a partir desse marco e das lavras mais antigas. O roteiro inicial, contudo, era constituído de uma série de referências muito tênues, de vislumbres de montes e serrarias por entre mata espessa e córregos profundos, sendo fácil se perder (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999; EM, v. XXVI, 1959).

A partir das lavras do Padre Faria foi lançada a expedição que descobriu o Ribeirão do Carmo. O Ribeirão do Tripuí, assim como seus tributários alimentam o Ribeirão do Funil, que por sua vez deságua no Ribeirão do Carmo. Todo o terreno estava muito encoberto de matas, encaixado e encachoeirado produzindo descobertos próximos, ao mesmo tempo distantes, e que só com o tempo foram descortinando o espaço dessas bacias hídricas. A pressão de novos aventureiros obrigava a sair em procura de novos descobertos nas redondezas. A denominação Tripuí é de origem Tupi (“*Tipi-i*”: “*água de fundo sujo*”), e quando se soube ser ouro de fino quilate, tornou-se um polo de atração fortíssimo, o que explica a direção inicial do *rush* minerador (ANÔNIMO, 1999; EM, v. XXVI, 1959).

Os descobertos, até então mantidos em segredo, foram gradualmente introduzidos ao poder central. Para justificar a demora de comunicação do achado, que já chegara por outros informantes à Corte Portuguesa, algum ouro de pior qualidade foi enviado, tentando demonstrar como desculpa de que o descoberto não teria sido reconhecido de forma imediata, e que foram identificados como “granitos cor de aço”. Enquanto isso, aventureiros exploravam o ouro mais fácil e visível sem conhecimento dos agentes da Coroa Portuguesa, além de sondar os arredores para logo se escolher os melhores lugares para dividi-los e apontá-los, para a manutenção de vantagens, quando chegassem os agentes reais. Também é argumento possível o de que os portugueses e paulistas não se sentissem seguros em disseminar notícias de descobrimentos riquíssimos no centro da América Portuguesa, atraindo os olhares de seus inimigos estrangeiros, principalmente os espanhóis (ANÔNIMO, 1999; JÚNIOR, 1978; RENGER, 2007).

A primeira expedição “oficial” ao Sertão dos Cataguases, na região central de Minas, foi montada por José Gomes de Oliveira e Vicente Lopes para, em 1691, procurar o Itacolomi, sem o encontrar. As seguintes expedições, de Antonio Rodrigues Arzão, em 1692; de Bartolomeu Bueno de Siqueira, em 1694, e de Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, em 1695, também falharam em encontrar o antigo caminho, mas acrescentaram novos itinerários (ANÔNIMO, 1999; EM, v. XXVI, 1959).

O dito “Sertão dos Cataguases” tornou-se a promessa de novo Potosí na América portuguesa. E logo, por ali nasciam as duas principais povoações fruto destas bandeiras: Ouro Preto e Antônio Dias, assim como, pouco depois, Mariana, que se tornaria a primeira Vila, com descobertos de grande monta. Em Carta Régia de 1734 foi confirmada a Sesmaria concedida à Vila de Ouro Preto (BARBOSA, 1995; ANDRADE, 1998).

A região Sudoeste desse primordial Centro Mineiro, pelo vale do Rio das Mortes, era o principal ponto de entrada desses grupos embandeirados, que erravam em busca de riquezas humanas e



minerais. Nas serranias essas riquezas existiam em profusão, algumas paralelas ao progresso das bandeiras, como a posteriormente denominada Serra da Moeda, serviam de guias das expedições; picos de referência explícita como o da “Itaubira”; e outras serras que se constituíam em incríveis obstáculos, como a Serra da Itatiaia, alcunhada de “*Deus Te Livre*”, depois, de Ouro Branco (JÚNIOR, 1978).

O caminho por dentre ela seria, inicialmente, a entrada para os vales do Rio das Velhas e para o Campo do Ouro Preto. Perto dali também serviam de guia para o vale do Paraopeba. Dos grupos que deviam trilhar esse terreno difícil e cruzar pelos caminhos dos índios, os primeiros a chegar aí, como vimos, foram os paulistas, que mantiveram parte da toponímia indígena ou batizaram novamente morros e serras, se apropriando mentalmente e simbolicamente da paisagem pela qual transitavam sem muita segurança, antes de se estabelecerem em definitivo (GUIMARÃES & MOREIRA, 2011; SANTOS, 2001).

Nos primeiros *itinerários* que circulavam secretamente entre a parentela, sócios e aliados dos primeiros aventureiros, constavam, além dos apontamentos gerais do terreno, fórmulas muito pessoais da compreensão do caminho feito, com distâncias estimadas pelo ritmo inconstante do caminhar. Não raro os seguidores dos *itinerários* se perdiam, realizando outros caminhos, rebatizando lugares, cortando matas e ribeiros novos. Porém, alguns pontos chamavam para si os caminhos, pela impossibilidade de, em grande distância, achar-se outra brecha no terreno. Um desses lugares tinha essa característica de *afunilar e receber* outros caminhos, atraindo as bandeiras a si, pelo necessário contorno da comprida *Itatiaia*. Por isso recebeu essa área quase labiríntica de montanhas de ferro, em um ponto onde havia um caminho em aclive suave para Nordeste, em direção ao extenso platô dos campos do Ouro Preto, o nome genérico de “*Rodeadouro da Itatiaia*” (ANTONIL, 1997; SANTOS, 2001; JÚNIOR, 1962).

Logo, as baixadas e sopés da *Itatiaia*, assim como os caminhos que levavam ao labirinto dos morros arredondados de ferro, serão ocupados e demarcados pelas lavras e lavouras que surgem ao sopé das serras e fundos dos vales. Torna-se aquele caminho um lugar com o nome de: *Rodeadouro ou Rodeio* (ANTONIL, 1997).

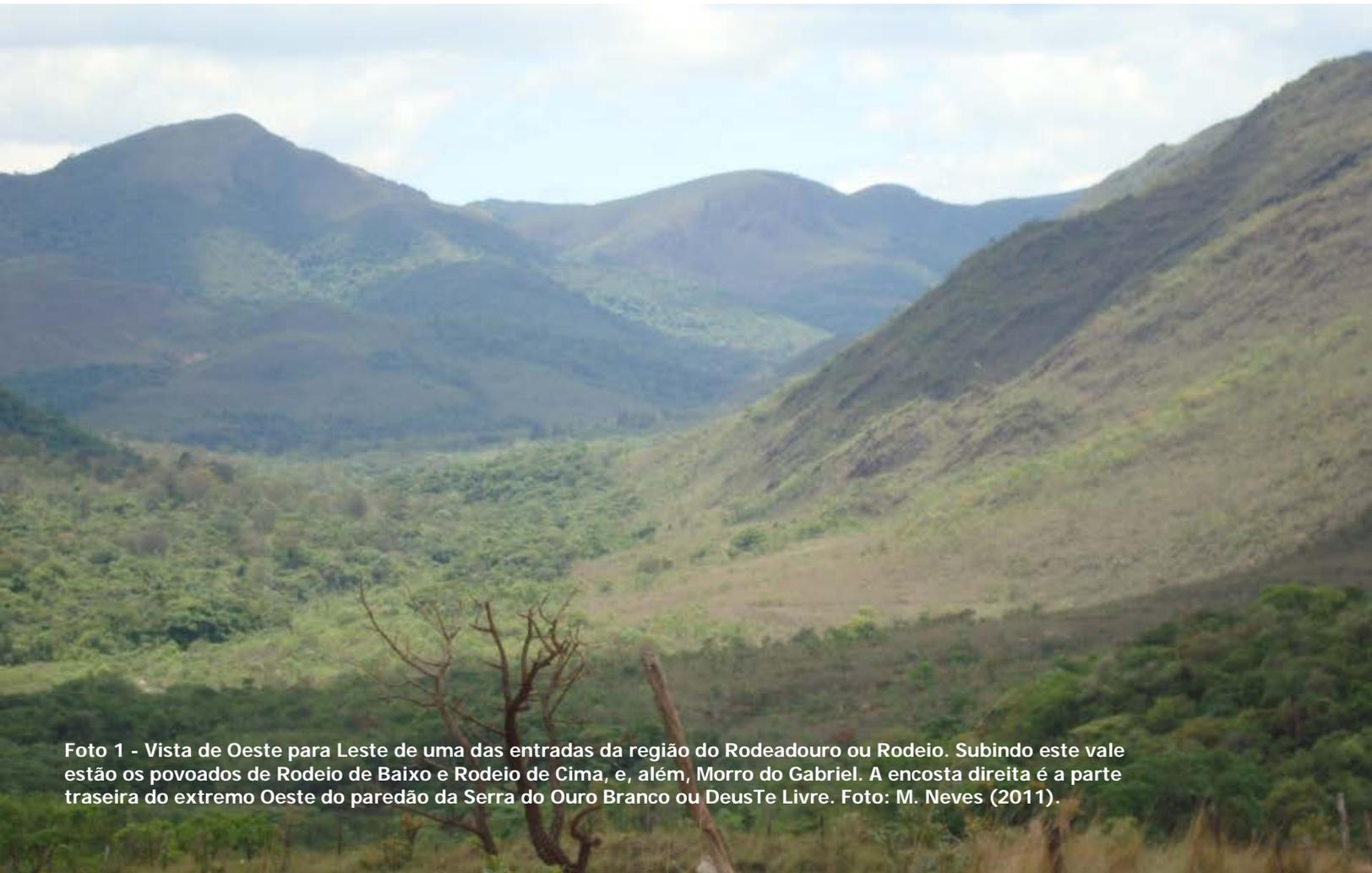


Foto 1 - Vista de Oeste para Leste de uma das entradas da região do Rodeadouro ou Rodeio. Subindo este vale estão os povoados de Rodeio de Baixo e Rodeio de Cima, e, além, Morro do Gabriel. A encosta direita é a parte traseira do extremo Oeste do paredão da Serra do Ouro Branco ou DeusTe Livre. Foto: M. Neves (2011).

Como nos legou um dos itinerários mais famosos, o de Antonil, fica claro que o caminho do Rodeio é a porta da mais opulenta e importante região, a do Ouro Preto, e demarca nos primórdios, a mudança do “mato dentro” para a região dos “campos”.¹ A região também marcou, em pouco tempo, o início de uma área de roças, que abasteciam Ouro Preto:

“E quem segue a estrada das minas gerais da roça sobredita de Manuel de Araújo da Ressaca do Campo, vai à roça que chamam de João Batista; daí à de João da Silva Costa, e desta à roça dos Congonhas, junto ao Rodeio da Itatiaia, da qual se passa ao campo do Ouro Preto, aonde há várias roças e de qualquer delas á uma jornada pequena ao arraial do Ouro Preto, que fica mato dentro, onde estão as lavras de ouro” (ANTONIL, 1997: 185).

Mais ainda, o mesmo Itinerário de Antonil mostra que o caminho, agora lugar com nome de caminho, desde cedo já se fazia encruzilhada:

“Desta serra seguem-se dois caminhos: um que vai dar nas minas gerais do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai a dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se provem os que assistem e lavram as minas” (ANTONIL, 1997: 183).

Assim, pelo Rodeio da Itatiaia muitos bandeirantes e aventureiros passaram, mas não é possível estabelecer com certeza quem e em que tempo, pois uma grande parte da geografia bandeirante continua incerta, assim como os relatos, que foram escritos décadas depois das expedições bandeirantes. Para uma história, mesmo que seja de um lugar com nome de caminho, e que permanece em sua longa história como caminho, os que acabaram deixando as primeiras informações fidedignas a se registrar são os que ali se fixaram inicialmente. Esses viveram ali e deixaram algumas marcas. Quanto aos que passaram, só podemos afirmar que a maior parte desses aventureiros vieram inicialmente por Ouro Preto, lugar que, pela concentração inicial de mineradores e preponderância econômica e política alcançada nesses primeiros tempos, marcou toda a história da região.²

Conta a tradição e alguns poucos documentos que ali nas redondezas teria se estabelecido um dos primeiros moradores a se fixar na região do Rodeio: um minerador paulista chamado Simão de Mendonça Alemão. Nesse tempo que se segue aos descobertos virão, após os paulistas, também os emboabas - os portugueses reinóis - e, em seguida, mais torrentes de aventureiros, onde se destacam muitas vezes os estrangeiros e cristãos-novos do reino³ (FRANCO, 1989; JÚNIOR, 1962).

Como o polo inicial de Ouro Preto convergiu para si o fluxo de aventureiros, a parte ocidental da região do Rodeio foi colonizada mais tarde e criou-se, logo ali, um acesso alternativo para o médio Paraopeba, cruzando a Serra da Boa Morte, entrando no distrito de mesmo nome. Essa parte do Rodeio da Itatiaia, no eixo que segue da Serra da Boa Morte, descendo pelo Ribeirão da Prata e indo ao Bação e ao povoamento inicial dos Caldeirões, passando antes pela Fazenda

¹ “Assim como toda a região de Mato-Dentro (região florestal) chamou-se *Cahaté* (Matas) por não lhe haver mistura alguma de campo assim também se chamou Congonha toda a região dos Campos Gerais. Exemplo: o arraial de Caeté (arraial da Mata) o nome da região foi por ele absorvido e desapareceu para ceder lugar ao de Mato-Dentro. O mesmo sucedeu com Congonhas do Campo, e com a respectiva região hoje dita o Campo, ou Campos Gerais” (VASCONCELOS, 1999: 390).

² Essa relação entre Ouro Preto e seu rico distrito de São Julião/Miguel Burnier, contudo, não beneficiou a conservação do patrimônio ali existente, já que o município detém um patrimônio histórico incomensurável, de exigências patrimoniais consideravelmente técnicas e caras. Só agora ações, entre as quais a publicação deste livro, busca reverter o quadro de abandono em que estava lançada a história do distrito e seus arredores.

³ Esses últimos tiveram sua presença inicial marcada e, posteriormente, turvada na memória local, pela política inconstante de permitir e reprimir esses grupos, alternadamente, para extorquir-lhes favores. A inquisição prendeu em todo o Brasil Colonial, entre 1591 e 1763 e enviou a julgamento em Portugal, cerca de quatrocentos cristãos novos acusados de práticas judaizantes (BOXER, 2002: 282).



possível algum registro histórico mais fidedigno. Em algum momento do final do século XVIII chegam os Gonçalves, a família Brandão, os Sande, alguns Silveiras, Gomes e Barbosa. Todas essas famílias eram inicialmente proprietárias de escravos. Algumas cresceram de forma rápida e seus membros exerceram diversas ocupações profissionais, já com número diminuto de escravos ou sem eles, como se pode ver nos censos e mapas de população do século XIX (FORTES, 1996; MAPAS DE POPULAÇÃO, 1831, 1837, 1838 e 1839-APM).

As fazendas em geral eram "*paragens*", ou seja, possuíam alguma estrutura simples para receber viajantes. Quase todas tinham capelas ou ermidas. As principais fazendas foram as de São Julião dos Caldeirões, Caldeirões de Antônio Dias, Nossa Senhora do Chiqueiro do Alemão, Sesmaria do Sande, Engenho Velho, Forno de Cal, Buraco Quente, Bulhe ou Bule, além das terras pertencentes à família Monteiro de Barros e a Fazenda do Pires, que surgiu um pouco depois (ESCHWEGE, 1979; TÁRCIA, 1998).

Todas elas teriam longa história na região, explorando diversas atividades e dando vida à economia local. Também veremos seus proprietários atuarem constantemente na política do final do século XVIII e, mais além, no século XIX. Marcariam a paisagem com casarios coloniais, os primeiros valos e muros divisórios⁵, atuariam na ereção de capelas, apoiariam e sustentariam as festas locais, receberiam e hospedariam os viajantes e tropas de mulas, assim como realizariam obras nos caminhos para manter suas atividades econômicas. As obras de mineração teriam alcançado grande monta sob essas famílias e outros mineradores dos quais temos poucas notícias, sendo que o tempo e ação dos homens, principalmente através do desmatamento e da exploração mineral subsequente, destruiu parcelas significativas das antigas obras de lavra⁶ (FORTES, 1996; TÁRCIA, 1998).

Outro nome que logo aparece na região é de Caldeirões, relacionado ao relevo naturalmente cheio de depressões. Apesar da presença dessas depressões, o termo também pode ser empregado para designar as estradas esburacadas, assim como a ação de garimpeiros que esburacam o solo. Seja como for, todas essas realidades se juntavam na área: depressões naturais, buracos, focos de erosões, caminhos ruins e garimpos. Isso torna difícil opinar sobre a origem do nome, fato de menor importância. Por esse termo se designou uma das fazendas da região, que foi propriedade de José Álvares de Maciel. Em algum momento posterior, cindiu-se essa propriedade em São Julião dos Caldeirões ou Caldeirões de Antonio Dias, e Caldeirões do Valo de Fora. (TÁRCIA, 1996).

A fazenda do Alemão teria sido a primeira a ser fundada, pelo capitão Simão de Mendonça Alemão. Outros proprietários se estabeleceriam uma ou duas décadas depois, período em que é possível identificar outras Cartas de Sesmarias e referências indiretas. Uma delas seria a fazenda Alto do Morro, do Sargento-mor Gabriel da Silva, que era proprietário das lavras do morro do Bulhe, assim como comerciante e dono de tropas. Essa fazenda já estava em um ponto mais a leste e no alto do caminho do Rodeadouro e deu origem ao povoado do Morro do Gabriel, a Leste de Rodeio de Baixo e Rodeio de Cima, no caminho que sobe para o altiplano da serra. No período colonial havia apenas uma localidade chamada de Rodeio, entrevistas com pessoas do local deram evidências de se tratar o povoado de Rodeio de Cima (FORTES, 1996; FRANCO, 1989).

⁵ Algumas estruturas divisórias da região serão tratadas no capítulo seguinte.

⁶ Em termos patrimoniais, ainda é necessário maiores levantamentos sistemáticos para avaliar como um todo o patrimônio arqueológico relacionado às minerações coloniais no distrito de Miguel Burnier. Assim, devemos apenas notar que muitos dos morros constituídos de minérios de ferro foram explorados posteriormente, alguns dos quais, não mais existem. Dos que restam, alguns sem minérios significativos, podem ainda conter resquícios importantes, os quais, porém, desconhecemos. Existem muitas galerias, canais, mundéus e obras de contenção nas proximidades do distrito, próximo a Congonhas, da Serra do Ouro Branco, das serras vizinhas ao caminho antigo para Itabirito, em Aredes ou Arêdes, no Capão do Lana e pela Serra da Moeda e seus braços, que detêm outros nomes. Alguns desses foram citados no texto, mas apenas a título de exemplificação, não tendo o autor pretensão de esgotar a enumeração de ruínas conhecidas, pois nem todas possuem referências disponíveis. O futuro deve revelar muito sobre as conhecidas, e possivelmente novas estruturas arqueológicas pelas matas do distrito de Miguel Burnier.



Talvez a Carta de Sesmaria mais importante e que corresponde a uma parcela considerável do território a Leste do atual distrito de Miguel Burnier, cujos descendentes dos proprietários originais parecem ter se retirado da região, foi aquela concedida a Matheus da Silveira Villa-Lobos.

“Sesmaria de Matheus da Silveira Villa-Lobos”(…)“Faço Saber ao que esta minha Carta de Sesmaria virem que tendo consideração a me representar Matheus da Silveira Villa-Lobos que tendo ele suplicante fabricado um sítio no Rodeio da Itatiaia, com casas de vivenda, pastos e roças que fez como primeiro lavrador, necessitava de algumas terras adjuntas em distância de uma légua em quadra principiando no Ribeirão do Barranco caminho das Minas Gerais, pelo que me pediu principiando, digo lhe fizesse mercê das ditas terras e visto o seu requerimento, e sendo conveniente que se povoem e cultivem as ditas terras, ei por bem de fazer mercê em nome de Sua Majestade ao dito Matheus da Silveira de uma légua de terra em quadra na sobredita paragem que principiará do Ribeiro do Barranco caminho das Minas Gerais até encher a dita légua correndo por uma e outra parte até fechar o quadro da dita légua e esta mercê lhe faço sem prejuízo de terceiro, nem de quaisquer moradores que efetivamente estejam cultivando, e tendo direito para os expulsar das terras que tiverem somente até o presente o não fará senão pelos meios ordinários da justiça e será obrigado a cultivar nas terra de mercê dentro de dois anos...”

“Dada em Vila Real a 10 de janeiro de 1714, o Secretário Melchior de Affonseca a fez escrever – D. Brás Baltazar da Silveira” (RAPM, V-4, Ano IV, 1899).

Assim, temos apenas referências fidedignas para o período até 1714, para dois proprietários: Mendonça Alemão e Matheus da Silveira Villa-Lobos.

Nas décadas posteriores, com o devassamento dos matos e sucesso dos primeiros ocupantes em ali se fixarem, muitas outras famílias importantes chegaram às redondezas, estabelecendo-se na região e deixando descendência. As duas mais importantes famílias desse novo período foram os Monteiros de Barros e os Maciéis. Outras famílias também se estabeleceram por essa época, como os Pedrozas.⁷ Os Pedrozas se estabeleceram inicialmente em uma região a Nordeste, mais próxima a Itabirito e Rio de Pedras, porém, parte de sua sesmaria era em áreas adjacentes às áreas que primeiramente foram ocupadas no Rodeadouro. Por essa área passavam caminhos alternativos, que ao saírem do Chiqueiro do Alemão, contornavam a Serra do Alemão em direção a outras antigas fazendas, passando pelas terras dos Pedrozas.

A família dos Monteiros de Barros se originou do português Manoel José Monteiro de Barros, nascido em Barcelos, arcebispado de Braga, em 1716. Este se transferiu para as Minas na década de 1740, já no período em que as fazendas e lavras estavam bem estabelecidas e governadas. Casou-se em Minas Gerais, aumentando substancialmente a riqueza familiar ao explorar lavras auríferas, estabelecer fazendas de lavoura e de criação na região do Alto Paraopeba e em toda área a Noroeste de Congonhas, que correspondia ao Oeste do distrito de São Julião. Essa extensa fazenda, cuja sede ficava no distrito vizinho de Boa Morte, chamava-se Boa Esperança, e foi uma propriedade de perfil múltiplo e auto-suficiente, sendo imitada por outros grandes proprietários locais. Nessa propriedade estavam as lavras do Morro de Santo Antônio, nas quais empregavam cerca de 40 escravos⁸ (BROTERO, 1951; ESCHWEGE, 1979).

Monteiro de Barros mandou seus filhos estudarem em Portugal, todos eles voltando depois às Minas, se estabelecendo como proprietários, homens de negócios e políticos. Entre seus filhos

⁷A Carta de Sesmaria de 1740 descreve terras na região ao Norte e Nordeste do Rodeadouro, já próximo do Caminho para a mina de Cata Branca. Foram posteriormente adquirindo, por diversos títulos, outras propriedades no próprio distrito de São Julião, ocupando áreas circundantes à sesmaria inicial. Os limites iniciais dão os nomes de alguns de seus vizinhos e revelam toponímicos que resistiram ao tempo, e outros que se perderam, como a “Sesmaria Domingos Gomez Pedroza” (RAPM, V-6, Ano VI, 1901).

⁸ Ali empregava 40 escravos pelos idos de 1812, segundo estatística de Eschwege. No período anterior o número pode ter variado para mais ou menos. Eschwege também registrou mais dois mineradores na mesma lavra, que se encontra totalmente no território do Distrito, que empregavam respectivamente 12 e 30 escravos. Seus nomes eram capitão Domiciano Ferreira de Sá e Alferes Joaquim José Faria, mas não há indicações se eram antigos mineradores ali (ESCHWEGE, 1979).

estão Lucas Antônio Monteiro de Barros, que se formaria em Direito em Coimbra e que seria ouvidor na comarca de Vila Rica; Romualdo José Monteiro de Barros também estudante em Coimbra e vereador em Vila Rica; João Gualberto Monteiro de Barros, formado em Coimbra, seria vereador de Vila Rica; Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos, formado em Coimbra que seria tesoureiro da Real Fazenda; Marcos Antonio Monteiro de Barros, formado em Coimbra, cônego e político (BROTERO, 1951).

O caminho aproximado da Fazenda da Boa Esperança para a região do Rodeadouro percorria aproximadamente, e em parte, o traçado da atual estrada que liga Belo Vale à BR 040, depois, na última parte de seu trajeto, passava ao sul do lugar onde seria estabelecida a Fábrica de Ferro Patriótica, chegando próximo à Fazenda do Pires, que deu origem ao povoado de mesmo nome. Hoje, ali é a divisa entre os municípios de Moeda e Ouro Preto, nas alturas da parte da Serra da Moeda que é denominada Serra dos Mascates, nome sugestivo do tipo de tráfego comercial que por ali constantemente passava (ESCHWEGE, 1979; IBGE, 1985).

A informação mais antiga de uma instalação siderúrgica na região é um forno de cadinhos que teria funcionado na Sesmaria do Sande, nos anos finais do século XVIII, operado por escravos africanos. Infelizmente essa informação foi registrada por memorialistas que não registraram sua fonte, devendo, a quem interessar no futuro, ser alvo de averiguações em arquivos e no local citado⁹ (JORNAL VILA RICA: 14/04/2005).

Em um arco que vai do norte ao sudeste da região, pelos terrenos mais altos, os resquícios coloniais existentes são as ruínas no Capão do Forno ou Ribeirão dos Fornos; em Aredes. Nesse local, onde ocorreu uma antiga exploração mineral, houve provavelmente uma aldeia indígena. Dessas marcas, sobreviveram algumas construções de alvenaria de pedras, com diversos aspectos e erigidas com diversos níveis de sofisticação técnica, e resquícios de escavações auríferas. As construções desaparecidas eram, inicialmente, por muito precárias as condições, de sapé, taipa, pau-a-pique (GUIMARÃES & MOREIRA, 2011).

Assim, os edifícios mais antigos a sobreviver não poderiam ser outros que não os mais importantes, de uso comunitário, seja no trabalho ou no culto religioso, que foram construídos com maior esmero, esforço conjunto e as melhores técnicas possíveis, com pedra, e algum adobe, demonstrando grandes sacrifícios comuns e que, por isso, cuidava-se de dar regular manutenção. Entre esses edifícios sobressaem as capelas. Na região do Rodeio da Itatiaia sobreviveram algumas capelas muito antigas, cada qual com sua história particular. É a partir delas que sobreviveram as informações mais antigas dos que ficaram. Elas eram, sobretudo, uma iniciativa daqueles que ali se estabeleciam com o intuito de ficar:

"Durante os primeiros anos da ocupação do sertão dos Cataguazes os mineiros só puderam contar com seus próprios recursos para obter a 'assistência espiritual' de que tanto necessitavam no interior daquelas terras inóspitas e pagãs" (FONSECA, 2011).

A capela mais antiga, mas até agora sem documentação que lhe confirme de forma inequívoca a idade, é a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Alemão. Índícios levam a crer que o sucesso da lavra de ouro do minerador Simão de Mendonça Alemão tenha reunido um primeiro grupo de moradores que, necessitando de serviço religioso, decidiu erguer uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, construída em caráter mais rústico. Com a prosperidade dali, em algum momento do início da década de 1720 foi tomada a decisão de se erguer uma capela de alvenaria resistente e que comportasse, apesar das dimensões limitadas, todos os aparatos e adereços necessários a um culto completo. Memorialistas que escreveram sobre Cachoeira do Campo e Congonhas registraram que ela teria se chamado também como Nossa Senhora da

⁹ Essa informação foi citada algumas vezes em pequenos artigos em jornais de Ouro Preto. Um deles é o *Jornal Vila Rica*, na edição de 14 de abril de 2005, em nota sobre o Vale do Paraopeba. Infelizmente muitas dessas notas não citam sua autoria, mas algumas parecem ter sido escritas pela historiadora local Cristina Tárzia, que constantemente publica nesses periódicos.

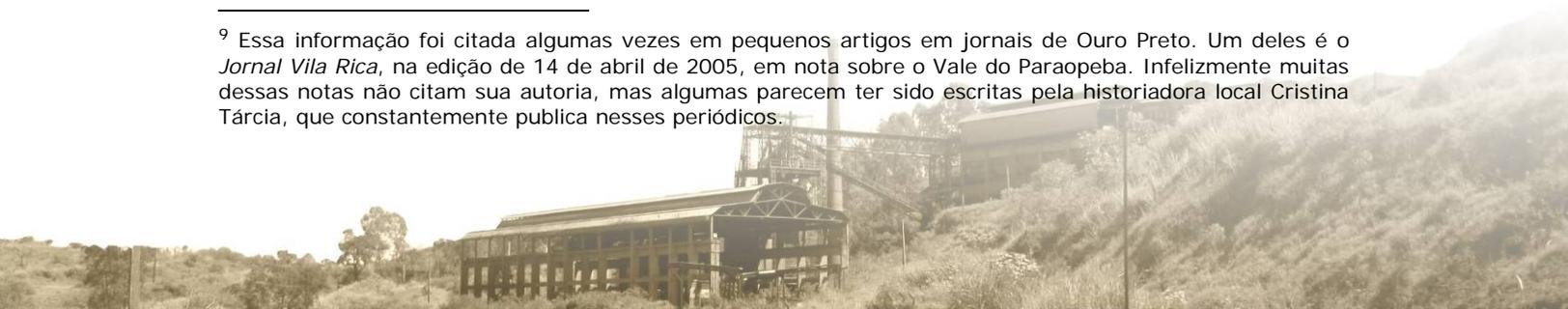




Foto 2 - Capela de Nossa Senhora da Conceição do Alemão. Foto: Emile Albert Scharlé Jr. 2012.

Conceição do Rodeio, o que ainda é motivo de discussão, situando a data de sua ereção em 1726¹⁰ (LEMOS, 1909).

Já a Capela de São Julião, possui uma data posterior, 1749, e que tradicionalmente associou-se à família dos Maciéis. Não se sabe ao certo se foi essa família que a erigiu, mas, considerando que há registros dos Maciéis ali exatamente por essa época (pelo menos desde 1750) essa é uma hipótese muito forte. Dessa primeira capela de São Julião pouco se sabe. A data de ereção é uma informação de segunda mão, escrita pelo Padre Marcelino Braglia e constante no livro do Tombo da Igreja de Nossa Senhora de Calastróis. Refere-se a documento não localizado, mas provavelmente do acervo da Arquidiocese de Mariana. Suas ruínas ainda existem em parte, incorporadas internamente às paredes dessa Igreja, construída por sobre elas entre 1904 e 1905.¹¹ O documento tem o seguinte teor:

“...foi construída, como de um antigo documento histórico, que se conserva no arquivo paroquial, no Reino de El Rei D. José de Portugal, no ano de 1749, sendo bispo de Mariana Frei D. Manuel da Cruz da ordem de São Bernardo, o qual, pondo o visto à

¹⁰ No final do século XIX, foi disseminada a versão de que o nome ‘Alemão’ era oriundo da presença de imigrantes alemães ali, versão que confundia o topônimo antigo do ‘Chiqueiro do Alemão’ com a posterior presença de Eschwege e alguns de seus funcionários de origem alemã, além de outros alemães, que podem ser identificados, inclusive, nos censos do início do século XIX. Há documentos, como o livro de tomo da Igreja de Nossa Senhora de Calastróis, em que tal versão foi reproduzida pelo padre Marcelino Braglia, que ali atuava à época.

¹¹ O Livro do Tombo da Igreja Nossa Senhora de Calastróis (1918-19?), apesar ter sido iniciado em 1918, ano da elevação a Matriz, contém alguns antigos relatos e notícias históricas que devem ser lidos criticamente, mas demonstram a importância que as pessoas do local ainda davam a história dali.





uma petição despachada pelo citado Soberano dirigia-lhe a nome dos antigos habitantes destas paragens por um tal Frei Ambrósio, concedeu licença ao vigário de Vila Rica de demarcar e benzer o lugar da erigenda capela, que impedido, delegou por sua vez o mesmo Frei Ambrósio que realizou a cerimônia supra a presença dos padres assistentes: Manuel Gomes de Aguiar e José Augusto da Conceição."

A localização e o histórico de outras antigas capelas dos caminhos próximos ao Rodeadouro talvez ainda possam ser pesquisados em documentos eclesiásticos antigos, e talvez descortine novos aspectos de seu papel, não só para os habitantes locais, como, quem sabe, para os viajantes. Uma das capelas próximas que, com certeza, tem íntima relação com a história local é a de São Vicente Ferreira (Férrer) na fazenda de Gabriel da Silva, no Alto do Morro de mesmo nome (Morro do Gabriel), substituída em 1904 por uma capelinha de pedra, pública, edificada no mesmo lugar da antiga" (FORTES, 1996; LEMOS, 1909).

A maior constância e riqueza aurífera de Ouro Preto manteve uma atratividade enorme para a economia da área do Rodeadouro, depois, distrito de São Julião. Os descobertos posteriores e efêmeros das redondezas nunca se puderam comparar, ao longo de prazos maiores, à economia pujante da Vila Rica. Apesar dessa força que determinou a subordinação administrativa a Ouro Preto, as circunscrições paroquiais e eclesiásticas foram alvo constante de mudanças na região, pela inconstância dos caminhos e conveniências momentâneas, ou mesmo políticas dos moradores, principalmente dos mais ricos proprietários. Isso parece indicar que para os proprietários, deslocar-se menos vezes e por menores distâncias às capelas e igrejas era importante, e que a subordinação administrativa a Ouro Preto sempre foi cômoda. Contudo, apesar da importância da vida religiosa e das funções cartoriais das Igrejas, a historiografia ainda não dimensionou com grande certeza se essa mudança constante de circunscrições





Foto 3 - Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastroís à qual foram incorporadas as ruínas da antiga Capela de São Julião. Foto: Emile Albert Scharlé Jr. 2012.

eclesiásticas tem relação estreita com a economia e o nível dos dízimos e outras taxas cobradas pelas igrejas¹² (CARRARA, 1999; VILLALTA, 2000).

Todo o altiplano por cima da Serra da Itatiaia era parte da sesmaria da Vila Rica, com suas datas minerais. No Rodeio da Itatiaia as sesmarias foram dadas a particulares muito cedo, e estes, na sua maioria, tinham vínculos fortes com a Vila Rica, se submetendo às suas autoridades. A Câmara de Vila Rica tomava como limites naturais de suas circunscrições as terras altas do centro da região mineradora e o Rodeadouro era apenas uma ligeira falha, numa ampla região eivada de morros altos, entre as serras de Deus te Livre e dos Mascates, esta última a parte mais ao sul da Serra da Boa Morte, logo ao norte de Congonhas. Como também citou um especialista no assunto:

“À exceção de Mariana e Minas Novas, todas as vilas criadas na primeira metade do século XVIII receberam datas, sem que se precisassem as confrontações.... Vila Rica recebeu uma légua da passagem do ribeirão [do Carmo] até o terreno da vila e da Serra do Itacolomi até Antônio Pereira; do Tripuí Curralinho ao morro da Itatiaia, confrontando-se com as roças grandes do coronel Antônio Francisco da Silva. Estas sesmarias legitimavam a cobrança dos foros pelas Câmaras” (CARRARA, 1999: 23).

¹²Ouro Preto converteu-se logo ao centro do furacão, o pivô em torno do qual se passava o devassamento da região de portentosas montanhas auríferas. Também ali, vez por outra, irrompiam manifestações das tensões criadas pela busca desenfreada pela riqueza, com a Revolta de Felipe dos Santos, outras rebeliões e desordens, pois era ali o centro político das Minas, centro de fiscalização e repressão.



Algumas histórias sobre os proprietários das fazendas da região do Rodeio sobreviveram oralmente, mas são de difícil comprovação documental. Registre-se que a propriedade da terra durante o período colonial era muito mais dinâmica do que possa pressupor o enfoque que se dá às famílias que persistiram no tempo nos locais citados. Muitos outros migraram e o estudo das propriedades de forma detalhada, ainda está por ser feito.¹³

A GUERRA DOS EMBOABAS NA REGIÃO

No período inicial dos descobrimentos do ouro nas Minas e nas décadas logo seguintes, São Paulo, Rio de Janeiro e as Minas ainda faziam parte de uma única Capitania. Apenas em 09 de novembro de 1709 a Capitania do Rio de Janeiro seria criada. As Minas ainda ficariam, por um tempo, ligadas administrativamente a São Paulo. Entre os governadores das Minas no período inicial, um dos mais criticados e de atuação polêmica foi D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, cujas atividades como governador viu-se abreviada por reclamações dirigidas à Corte em Lisboa, pela sua simpatia pelos paulistas no complexo quadro político que se esboçou durante a chamada Guerra dos Emboabas. Ele tomou posse em 1º de agosto de 1705 e retirou-se em 11 de junho de 1709, quando Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho tomou posse do cargo. (BARREIROS: 1984; ROMEIRO: 2008)

Nesse período da Guerra dos Emboabas, o Rodeadouro da Itatiaia parece ter sido pouco mais que um caminho em direção às Minas de Ouro Preto, com alguns pequenos grupos de mineradores que buscam ouro em suas proximidades, quando por ali passavam e pernoitavam. Quase não há documentos específicos sobre o Rodeadouro desse período, sendo as primeiras Cartas de Sesmaria da região lavradas poucos anos depois do final do conflito Emboaba, o que sugere descobertas ali, por volta desse período.

Um trecho de Rocha Pita, comentado por Eduardo Canabrava Barreiros, demonstra que quando do enfrentamento à distância entre os Paulistas, liderados por Manoel Nunes Viana, e o então Governador, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, que governava a extensa Província a partir da cidade do Rio de Janeiro e de lá partira com uma coluna de tropas para acabar com as desordens e desmandos do dito potentado Nunes Viana, o local em que se encontraram finalmente e onde quase se dera combate foi exatamente o Rodeio da Itatiaia. Ali era um lugar privilegiado e simbólico: naquelas alturas, Nunes Viana poderia vigiar a redondeza e travar combate com vantagem. Ali também era o divisor de águas entre os rios das Velhas, Paraopeba e Doce, sendo que o altiplano que delimitava as nascentes do primeiro rio, o limite dos pretensos direitos de Manoel Nunes Viana, cujo poder se concentrava às margens do São Francisco e de seus tributários¹⁴ (BARREIROS, 1984; ROMEIRO, 2008).

Vejamos o trecho que descreve o encontro:

“Foram esperá-lo (os amotinados ao Governador D. Fernando) ao sítio das Congonhas (havia uma fazenda de nome Congonhas, no Rodeio da Itatiaia) assim chamado por uma erva que produz, deste nome, da qual fazem os Paulistas certa postagem, em

¹³Nesse aspecto, cita um eminente historiador: “É necessário ter sempre em mente, que, desde o primeiro momento, constituiu-se em Minas um extenso mercado de terras, dadas as condições peculiares da circulação monetária realizada pela mineração, e o mercado de imóveis rurais foi outra forma de acesso à propriedade. As concessões sesmarias efetuadas entre 1710 e 1711 tão somente flagraram parte da estrutura fundiária da Capitania nesses anos. A rapidez com que a propriedade trocou de mãos, que as próprias concessões informam, tornaram as sesmarias instrumentos menores de acesso à terra. Os registros de notas corroboram contundentemente esta afirmação. E é exatamente nos notariados que poderemos encontrar os nomes desses grandes proprietários de escravos” (CARRARA, 1999:11-12).

¹⁴ Sobre o controle das rotas internas entre Ouro Preto, Sabará e o Rio das Mortes, devemos enfatizar que o domínio da região alta entre Itabirito, Cachoeira do Campo, e o Rodeadouro, obrigaria qualquer atacante a fazer voltas enormes para chegar a qualquer dos povoados importantes, muitas vezes abrindo picadas, pois os caminhos eram poucos. A outra opção era enfrentar o combate em situação desvantajosa. Como citou Adriana Romeiro, o Conde de Assumar chegou, posteriormente, a propor que se elevasse uma fortaleza em Cachoeira do Campo e até que a capital das Minas fosse para lá transferida (ROMEIRO, 2008).



que acham os mesmos efeitos do chá. Ficava distante quatro léguas do Arraial de Ouro Preto (distância da fazenda das Congonhas de Ouro Preto, já a atual cidade de Congonhas dista oito léguas de Ouro Preto), de onde saíram, e avistando a casa, em que D. Fernando estava, se lhe apresentaram no alto de uma colina em forma de batalha, com a infantaria no centro, e a cavalaria aos lados” (BARREIROS, 1984:96.).

Sobre o local do quase enfrentamento entre Manoel Nunes Viana e o Governador D. Fernando de Lencastre, há uma petição dirigida a D. João V pela Câmara de São João Del Rei, onde existe uma clara referência ao acontecimento e o local:

“... e acompanharam ao Governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro a quem os povos das minas do Ouro Preto, que haviam arrogado a si a eleição do Governador, negaram a obediência e impediram o passo no Rodeio da Itatiaia” (BARREIROS, 1984:96).

O novo governador chegado de além-mar, Antônio de Albuquerque, em sua viagem apressada para as Minas, com o intuito de as pacificar, fez a mesma rota do anterior, D. Fernando de Lencastre. Evitando Ouro Preto, passou a Caeté, ao largo de Mariana e depois de se consultar com o tenente-general Borba Gato, com o baiano Sebastião Pereira de Aguiar e receber mensagem de paz dos amotinados através do Frei Miguel Ribeiro, após finalmente encontrar o chefe dos amotinados, Nunes Viana, tomou o rumo de volta ao Rio de Janeiro, exatamente pelo caminho que passava por Rio das Pedras, Cachoeira do Campo, Bela Vista do Chiqueiro, Rodeio da Itatiaia e Carijós (atual Conselheiro Lafaiete). Evitou assim a forte posição de Nunes Viana e o minou politicamente junto a outros potentados (BARREIROS, 1984; ROMEIRO, 2008).

Os acontecimentos da Guerra dos Emboabas, apesar de não terem deixado marcas no patrimônio material existente no atual distrito de Miguel Burnier, relacionam-se vivamente com o patrimônio paisagístico e imaterial, pois constituem um espaço que reitera a memória pública sobre o episódio. É um exemplo de como a cultura se relaciona com a paisagem única que existiu no Rodeadouro e cujos remanescentes ainda podem ser, por muitos locais, reconhecidos.

BANDITISMO, VIOLÊNCIA ENDÊMICAS E QUILOMBOS

Um dos problemas reiterados nos caminhos que levavam ao centro minerador das Minas Gerais coloniais eram bandos de assaltantes que logo se formaram por entre garimpeiros falidos, bandidos e “gente desqualificada”. Este último termo era empregado para descrever todo tipo de gente que vivia à margem da sociedade que se formava naquelas paragens, incluindo caboclos, pardos e brancos pobres que não tinham ocupação certa. Também se encontrava a violência de forma endêmica nas camadas mais pobres da população e muitos tipos de crimes, com motivações as mais diversas, também ocorriam com certa frequência. Discorrendo sobre a natureza desses crimes, Laura de Melo e Souza compilou extensa documentação, das quais podemos perceber vários exemplos de crimes na região ou proximidades do Rodeadouro da Itatiaia.

“Portadores de uma especificidade ameaçadora, constantemente desclassificados por forças alheias à sua vontade, reduzidos à miséria e obrigados a viver em promiscuidade, os homens livre pobres e mestiços foram o inimigo difuso que assombrou as autoridades coloniais e a política da Metrópole dentro da sua colônia” (SOUZA, 2004:230).

O banditismo não ocorria apenas nos caminhos. Um trecho da mesma autora lista uma série de crimes ocorridos na região próxima ao Rodeio, seja na área rural ou nos arraiais próximos:

“Outro tipo de desordem eram os incêndios deliberados e os arrombamentos. Sobre os primeiros, nada se sabe, podendo talvez estarem associados à vinganças pessoais; quanto aos segundos, relacionam-se, na maior parte das vezes, a tentativas de roubos – tentativas essa que frequentemente se concretizavam. Gracia Maria da Silva, Preta

Forra que morava no arraial de Congonhas do Campo, e Josefa Maria, parda forra, moradora do arraial do Itaubira, tiveram suas casas queimadas, sem que sobre o fato haja qualquer explicação nas devassas. Além de ter sua casa no córrego seco arrombada, a preta Josefa da Silva recebeu várias pancadas dos infratores. O mesmo sucedeu a Narcisa Tereza, parda forra que morava no Arraial do Ouro Branco” (SOUZA, 2004:238).

As estalagens, ranchos e paradas das estradas eram essenciais para a segurança dos viajantes, assim como bons guias e escoltas. Saber a hora de parar e como evitar ser pego pelo mal tempo ou pela noite fora em pleno caminhar era um saber precioso. Aos que eram pegos sozinhos ou em condições desvantajosas poderia sempre ocorrer o pior. Aos primeiros viajantes a pegarem os caminhos bem cedo, deparava-se, vez ou outra, a cena de um crime. O Rodeio não era uma exceção:

“E, pelos anos afora, mês a pós mês, divisavam-se cadáveres pelas serranias mineiras assim que as brumas matinais começavam a subir: ... atirado à ponta do Rodeio da Itatiaia, um homem branco que ficou sem nome...” (SOUZA, 2004:267).

Outro grupo que, ao mesmo tempo, congregava as qualidades essenciais à época para permanecer nas áreas mais perigosas do sertão, que se configurava as extensões das Minas, mas que sempre estava envolta à pecha de criminosos contumazes, eram os ciganos. Aparecem eles nas redondezas do Rodeio da Itatiaia, percorrendo os caminhos entre Congonhas e Ouro Branco, como vemos nesse trecho:

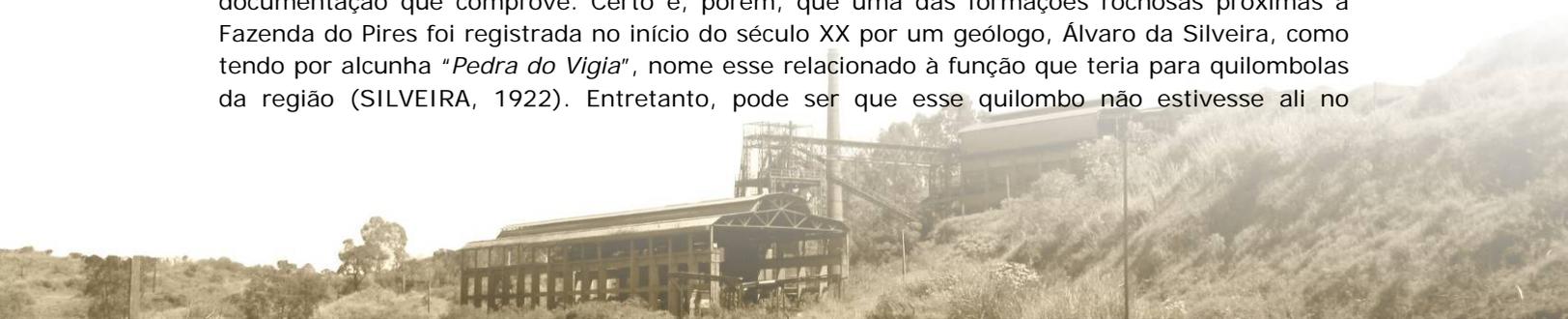
“Não raro ocorrerem choques entre ciganos e tropas do governo. Em 1773, os ciganos haviam tirado ‘violentamente das mãos dos pedestres’ um rapaz de treze ou quatorze anos de idade que ia ser preso por ter furtado um cavalo nas proximidades de Congonhas. Alguns parecem terem mantido boa inteligência com certos comandantes de destacamentos, como o grupo de João Galvão, que recebia apoio do comandante de Ouro Branco, pois, ‘tendo-o podido prender em muitas ocasiões’, não o fizera.” (SOUZA, 2004:276).

Durante o período colonial, portanto, seja durante os primeiros anos das entradas das bandeiras paulistas, seja na subsequente ocupação do território por aventureiros e no período das tentativas do estado Português de estender sua administração e seu mando por uma região dominada por potentados arredios e independentes, a região central das Minas possuía poucos e perigosos caminhos, todos de infraestrutura precária para receber os que por ali passavam.

Dos caminhos de Ouro Preto ao sul, chegava-se e saía-se mais discretamente a Congonhas do que a Carijós (Conselheiro Lafaiete), por manter-se o viajante no primeiro caminho mais tempo no terreno elevado, de onde se observava o entorno. Na outra opção, predominava proporcionalmente os caminhos pelos fundos de vales. Ali mais se era observado. Também o fato de no Rodeadouro da Itatiaia bifurcar-se o caminho, podendo ali escolher o viajante, se iria às povoações do Rio das Mortes ou se seguiria o Caminho Novo, mais direto, para o Rio de Janeiro, aumentava as possibilidades de buscar o melhor para cada situação e socorro emergencial em caso de problemas.

No entanto, a violência endêmica associada à mineração desordenada, ao banditismo e à fome nas regiões centrais das Minas estava presente na região do Rodeio da Itatiaia, como ficou documentado, tanto nos registros históricos e policiais da Capitania, quanto nas crônicas e lembranças da grande fome dos anos finais do século XVI.

A memória local cita, ainda, que havia negros quilombolas nas regiões mais recobertas de mata em algum ponto do noroeste do distrito, no caminho da Serra da Boa Morte. Não foi encontrada documentação que comprove. Certo é, porém, que uma das formações rochosas próximas à Fazenda do Pires foi registrada no início do século XX por um geólogo, Álvaro da Silveira, como tendo por alcunha “Pedra do Vigia”, nome esse relacionado à função que teria para quilombolas da região (SILVEIRA, 1922). Entretanto, pode ser que esse quilombo não estivesse ali no



período colonial e seja de período posterior, do século XIX, quando partes significativas do distrito de São Julião, depois da retirada de considerável porção de sua cobertura vegetal para o fabrico de carvão, apresentava áreas abandonadas de macegas e vegetação secundária cheia de cipós e de difícil deslocamento por entre ela.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA NO RODEIO

Na segunda metade do século XVIII, com as dificuldades de uma exploração aurífera não tão pujante, mas ainda importante, se encontrava estabelecida uma base urbana e uma economia que se diversificara no centro de Minas Gerais, agora uma capitania autônoma e que será alvo de uma tentativa de revolta contra a busca do governo português de manter os níveis de arrecadação dos quintos e contra outras medidas impopulares.

Liderada por um grupo heterogêneo de devedores da Coroa, oficiais nascidos na região, comerciantes, fazendeiros e outros descontentes, a chamada Inconfidência Mineira, enquanto movimento abortado é de difícil análise pela incongruência de objetivos de seus participantes e pelo complexo jogo de interesses que se estabeleceu, quando da devassa que buscou desvendar as motivações dos participantes presos. Nos caminhos, Tiradentes transitou tentando difundir a ideia do levante. Esteve em vários pontos da Comarca do Rio das Mortes, em estalagens, sítios e prostíbulos. Também foi ao Rio de Janeiro, e no caminho também agiu como propagador de ideias revolucionárias (VILLALTA & BECHO, 2007).

Entre os participantes mais conhecidos um deles era oriundo de uma prestigiosa família, proprietários de fazendas no Rodeio da Itatiaia: José Álvares Maciel. Nos depoimentos prestados pelo inconfidente José Álvares Maciel, em 1789, este declarou ser proprietário de fazenda de lavras de ouro em Caldeirões, no termo de Vila Rica, onde possuía 92 escravos e 50 bois. Essa fazenda foi herdada por via paterna, e seu pai, de quem era homônimo. Foi um rico fazendeiro, tesoureiro de três contratos de entradas arrematados por José Ferreira da Veiga entre 1751 e 1761, além de capitão-mor em Vila Rica, cargo assemelhado atualmente a chefia da Polícia Civil¹⁵ (JARDIM, 1989).

Estudos em inventários feitos por Carla Maria Carvalho de Almeida (ALMEIDA, 2010), mostram que o rebanho dessa família era um dos maiores da Comarca de Vila Rica. Além de sua força econômica, os resultados dos depoimentos acerca dos objetivos desses, além do currículo de José Álvares Maciel deixam antever que os planos dos inconfidentes punham em evidência o estabelecimento de fábricas de ferro, com o intuito de dotar a nação independente que queriam criar dos meios necessários para resistir a uma tentativa de retomada portuguesa, e um dado importante, para pensar o projeto de independência que sonharam (MAXWELL, 2001; VILLALTA & BECHO, 2007).

O ferro era um produto cuja fabricação só podia ser realizada para uso próprio. Pagavam-se altos impostos sobre o ferro vindo do reino, já que estes incidiam sobre o peso das mercadorias. Isto tornava bens úteis e necessários, como as ferramentas de ferro, caríssimas, quase artigos de luxo, o que contribuía para as dificuldades financeiras de diversos empreendedores, com prejuízos gerais (MAXWELL, 2001).

Além do ferro, todos os recursos minerais úteis eram, em geral, caros. Também eram esses recursos que estavam entre as principais necessidades para a manutenção da resistência após a eclosão do levante, e os conspiradores tinham plena consciência disso:

¹⁵As plantas do início do século XX existentes do acervo da Usina Wigg, em posse, hoje, da Gerda, indica que uma ruína relacionada à antiga fazenda dos Caldeirões ainda existiu nas proximidades da atual Igreja de Nossa Senhora de Calastróis, antiga capela de São Julião. O traçado da atual ferrovia que passa ali próxima corresponde ao lugar onde possivelmente estaria a "Tapera dos Maciéis", provavelmente derrubada para sua construção.

“José Álvares Maciel, o Padre Joaquim Veloso de Miranda e José de Sá Bittencourt, já pesquisavam salitre e os recursos minerais para a produção de pólvora e ferro, além do que pudessem armazenar antes do levante. Domingos Pires, dono de grandes tropas de muares a serviço de João Rodrigues Macedo, recebeu de Tiradentes recomendação de levar para Minas quanta pólvora e chumbo encontrasse no Rio de Janeiro” (ADIM, vol. 9, 1977).

Não só por estar em meio a uma região que possuía diversos desses recursos, a fazenda dos Caldeirões foi um lugar suspeito aos olhos dos governantes no período da Inconfidência Mineira. O fato de estar próxima aos entroncamentos entre diversos caminhos a qualificava a servir para encontros “casuais” e ponto de comunicação, onde se poderia facilmente trocar os portadores de mensagens suspeitas. O fato de a maior parte dos agentes da Coroa e o maior movimento vindo do Rio de Janeiro e São Paulo se fazer pelo caminho mais a sudeste, abaixo de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), tornava mais segura, por ali, as comunicações clandestinas entre os conspiradores do Rio das Velhas, Vila Rica e Mariana com os da região dos rios Paraopeba e das Mortes.

Essa desconfiança levou as autoridades policiais de Vila Rica a realizarem diligências na Fazenda dos Caldeirões, a procura de documentos comprometedores:

“Em julho de 1786 Cunha Meneses ordenou uma busca (por originais ou cópias das Cartas Chilenas) na fazenda de propriedade do capitão-mor de Vila Rica, José Álvares Maciel. O intendente Bandeira, que realizou a busca zelosamente, não encontrou documentos incriminadores. Se o objetivo foi achar cópias das cartas de Gonzaga, a busca fracassou, mas o soberbo desprezo à pessoa de um dos mais ricos e distintos magnatas da capitania foi típico dos atos arrogantes de Cunha Meneses” (MAXWELL, 2001: 124).

José Álvares Maciel e seu cunhado, o militar Francisco de Paula Freire de Andrade, foram dois dos mais importantes conspiradores. A família tinha contatos no exterior muito além de Portugal e seriam figuras insubstituíveis, caso o levante houvesse estourado:

“A filha de José Álvares Maciel era noiva do oficial que comandava os Dragões de Minas, Francisco de Paula Freire de Andrada, filho ilegítimo de José Antônio Freire, irmão de Gomes Freire de Andrada. Os três filhos do capitão-mor tinham-se matriculado em Coimbra, em 1782. Foram contemporâneos de José Joaquim da Maia que, três meses após a busca na fazenda de Maciel, escreveu sua primeira carta a Thomas Jefferson, em Montpellier. O segundo filho do capitão-mor, que tinha seu mesmo nome, José Álvares de Maciel, estava então na Inglaterra, comprando com avidez relatos da revolução americana” (MAXWELL, 2001: 124).

A posição da Fazenda dos Caldeirões era estratégica e a posição do capitão-mor José Álvares Maciel ali, talvez tivesse relação direta com os contratos que possuía de arrecadação. Dali se poderia dirigir rapidamente a diversos pontos importantes daquela região da Capitania. Os prazos muito longos desses contratos, de 20 e 30 anos, reiteram essa hipótese, já que teriam sido contratados logo após a aquisição da fazenda. Todo o patrimônio familiar dos Macieis estava em perigo de ser executado pela Real Fazenda, como, de fato, posteriormente, o foi, pois, entre os responsáveis, o único ainda vivo à época da conspiração era o capitão-mor (MAXWELL, 2001).

Como vimos, os Macieis possuíam um grande número de escravos (92), o que sugere muitas atividades econômicas na região. Parte desses escravos era empregada nas lavras auríferas da Fazenda dos Caldeirões. José Álvares Maciel foi, por isso, um dos inconfidentes que levantou dúvidas sobre ser oportuna uma possível libertação de todos os escravos da Capitania, artifício que alguns queriam abrir mão para aumentar o número dos levantados:

“... o tema da escravidão impôs-se ao debate. Maciel considerava a presença de tão grande percentagem de negros na população como uma ameaça possível ao novo Estado, caso a promessa de liberdade os induzisse a se oporem aos brancos.... Maciel



achava que esta solução poderia representar a autodestruição, pois os proprietários ficariam sem contar com quem trabalhasse nas minas” (MAXWELL, 2001:53).

O propósito futuro dos inconfidentes em industrializar o centro de Minas com vistas tanto à resistência quanto à independência econômica tinha como um dos pontos iniciais a retomada da siderurgia no distrito de São Julião, visto como um local dos mais adequados para tal. Com certeza, pesava bastante o fato de ali se encontrarem todo o necessário em matérias-primas; o privilégio do transporte a partir de um ponto de maior altitude para os mercados consumidores ao redor, o que facilitaria o transporte da produção; além, é claro, de que a parte mais importante das propriedades já estava nas mãos de um dos conspiradores, que, aliás, procurara estudar todo o necessário para realizar a proposta.

“Manuel Ferreira da Câmara, o cabeça da expedição, era muito relacionado com os implicados nos acontecimentos em Minas Gerais (Inconfidência): seu irmão mais velho, José de Sá Betencourt, diplomado em Coimbra em 1787, ao voltar ao Brasil estabeleceu um laboratório em Caeté e forjara ferro, mandando algumas amostras aos colegas europeus. José de Sá foi implicado nas devassas, várias vezes e fugiu de Minas por ocasião das prisões, alcançando a Bahia, onde seus ricos e poderosos parentes eram donos do grande engenho de açúcar de Ponte. Seu tio tinha sido membro da mais alta corte da Bahia” (MAXWELL, 2001:206).

Qualidades para realizar tais ‘fábricas’ não faltavam, já que tanto José Álvares Maciel quanto José de Sá Bitencourt foram sócios da Academia de Ciências de Lisboa. Também o Padre Joaquim Veloso de Miranda estava procurando jazidas de salitre, ferro e outros recursos necessários aos revoltosos (ADIM v.9, 1977; MAXWELL, 2001).

Outra nota interessante da Inconfidência a respeito da Fazenda dos Caldeirões é a contida em um depoimento tomado do Padre José da Silva e Oliveira Rolim, quando de sua prisão no Rio de Janeiro. Ele afirmou ter travado diálogo com o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, que disse estar indo passar cinco ou seis dias na dita Fazenda. O tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira havia observado que ele mandara comprar dois chapéus brancos e, troçando, no sentido de que estava esbanjando, Francisco de Paula Freire de Andrada teria dito que era para sua família, que passaria três ou quatro meses na fazenda dos Caldeirões. A conclusão do Padre Rolim foi a de que o levante estava, portanto, para estourar, e que a afirmação do tenente-coronel demonstrava que ele estava colocando a família a salvo da confusão que fatalmente se seguiria à rebelião (ADIM, v.5, 1977).

O capitão-mor José Álvares de Maciel faleceria em 1793, sendo o cargo ocupado por Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira, então tenente, que talvez tenha sido sondado por José de Vasconcelos Parada e Souza, a pedido de Tiradentes, para participar do levante. (ADIM v.4, 1977).

Outras importantes figuras da Capitania foram à Europa em uma grande viagem de estudos mineralógicos e de física para adquirir conhecimentos práticos das mais modernas técnicas de mineração, em 1790, após os acontecimentos da Inconfidência, visitando Freiberg, minas da Saxônia, Boêmia, Hungria, Escandinávia e Grã-Bretanha (MAXWELL, 2001).

Apesar de ser contra a libertação dos escravos, José Álvares Maciel era francamente favorável à implantação de indústrias, notadamente a siderúrgica. Durante o século XIX funcionaram em diversas partes da Capitania, logo, Província, de Minas Gerais, centenas de fábricas de ferro, muitas delas exclusivamente com mão de obra escrava, apenas com a orientação, por vezes frouxa, de técnicos livres. O papel do escravo em algumas dessas fábricas era essencial, tanto como mão de obra quanto para dirigir os trabalhos, já que os donos das fábricas eram ausentes. Apesar de não haver dados para um grande número de fábricas, as conhecidas fábricas de ferro de Congonhas, de Monlevade, do Girau, do Socorro e de alguns outros locais, tinham mão de obra majoritariamente escrava. Porém, Maciel só conseguiria produzir algum ferro em 1801, em seu degredo em Angola, governada, então, por D. Miguel Antonio de Melo (ADIM v.9, 1977; LIBBY, 1988; SILVA, 2011).

Um interessante cruzamento dos fatos da Inconfidência e a futura fábrica de ferro de Congonhas, ou Patriótica, dirigida pelo Barão von Eschwege, está na pessoa de um dos sócios desse empreendedor, Lucas Antônio Monteiro de Barros, citado por uma testemunha, o português tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago, como sabedor da conjuração. Dela lhe contara o sobrinho do Padre Toledo, Claro José da Mota, filho do capitão Antônio José da Mota, casado com D. Mariana, irmã do dito padre. Claro José da Mota teria sido mandado de volta para Taubaté, onde residia, depois de ter flagrado o cônego Luis Vieira da Silva, o coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier e outros a falarem do levante que armavam. Tinham medo que se ali ficasse, entregasse a conspiração. Esse fato relaciona os proprietários de terras no Rodeadouro diretamente à Inconfidência, pois indica que ali se apregoara o levante (ADIM, v.4, 1977).

Outro inconfidente que tinha relações próximas ao distrito de São Julião era o cônego Luis Vieira da Silva, cuja mãe e duas irmãs solteiras de Vieira, viviam em uma fazenda junto ao arraial de Ouro Branco, ou à Passagem de Ouro Branco, próxima a atual Lobo Leite (ADIM, v.3, 1977).

JOSÉ VIEIRA COUTO E SUA VISÃO SOBRE O RODEADOURO

O naturalista José Vieira Couto sintetizou muitas impressões sobre as Minas Gerais, em estudo remetido à D. Maria I de Portugal, em 1799. Entre os trechos que vislumbram o que eram as Minas na região de nossa abordagem, e das esperanças para o futuro que as explorações minerais já apontavam aos que se incumbiam de viajar a procura de informações minerais e econômicas, estão descrições importantes, únicas para a época. Sobre o espinhaço, descreveu-o como “uma imensa serra que, levantando-se primeiramente em São Paulo, corre depois de sul a norte lançando seus grandes esgalhos a uma e outra parte, ora baixando-se, ora elevando-se mais, e desta maneira vai varando todo o Brasil e talvez deverá passar muito mais avante.”

“As três Comarcas: do Rio das Mortes, de Vila Rica e do Sabará ocupam a parte mais fértil desta serra; as suas montanhas menos íngremes, cobertas de matos e de amenos campos oferecem aos cultivadores uma fértil superfície, ao mesmo tempo que os seus interiores passados e repassados de ricos veios de metais convidam os mineiros para os desentranharem: desta maneira o número dos seus habitantes sempre se poderá equilibrar-se e igualmente repartir-se entre mineiros e agricultores...” (COUTO, 1996:71).

Em outra parte do texto, com o subtítulo *Arte Metalúrgica Nacional*; Vieira Couto, fazendo diversas considerações sobre o futuro da metalurgia para a colônia e o reino, exprime a importância que deverá ter a adoção de técnicas próprias:

“O fundidor quer somente que lhe digam como se há de fundir tal e tal mina do seu país, qual é entre todos o melhor forno de que há de usar, qual o melhor fundente e mais a mão da sua mina e pouco lhe importa saber como se fundem as minas do alto e baixo Hartz, na Boêmia, na Hungria, na Suécia, etc.” (COUTO, 1996:71)

Nesse mesmo capítulo, ele discorre sobre o que será, em alguns anos, um dilema central para a Corte no Brasil, e num futuro mais longínquo, uma das premissas dos empreendimentos proto-industriais e industriais do século XIX e XX. A questão implícita é que a existência das jazidas de ferro ‘convidam’ à siderurgia. Como não desenvolvê-la em um lugar, onde há necessidade constante de instrumentos de ferro, sendo que este existe com tanta abundância?

“...sendo o ferro e o aço os gêneros de maior necessidade e consumo para o mineiro e a sua falta um empecilho para a mineração, logo que o Estado providenciar para que estes mesmos gêneros haja, em abundância e por um baixo preço, ele terá dado um grande passo para animar o trabalho desta mesma mineração e para a constituir em um muito melhor pé. O meio, porém, de termos estes mesmos gêneros baratos e



sempre prontos, não vejo outro senão lançarmos mão daquele mesmo ferro que a natureza nos oferta junto às bocas das nossas minas, estabelecendo nós neste país as nossas fundições". (COUTO, 1996: 73)

O horizonte de futuro siderúrgico da região central de Minas Gerais, levantado pelos inconfindentes, talvez mais por necessidade, no final do século XVIII, com a crise do antigo regime, volta às considerações dos intelectuais. A nova situação requer dos intelectuais lusos e luso-brasileiros uma abordagem cada vez mais científica e uma reelaboração dos conceitos de economia política que marcavam o mercantilismo (VILLALTA, 2000).

Um dos tópicos da obra de Vieira Couto é dedicado a defender melhoras para que exista um futuro moderno para a exploração mineral que não é só relacionado ao ouro e aos diamantes. Em *Do comércio e exportação dos metais, estabelecendo canais e boas estradas de terra. Interesses régios*, Vieira Couto vê o centro de Minas como um local de indústrias, em um cenário que talvez se relacione com anterior visita ou descrição que leu sobre grandes indústrias na Europa.

"Parece-me que já vejo um novo horizonte, um novo céu: milhares de fornalhas cobrem as planícies, que levantam espessos rolos de fumo às nuvens: os montes já são minados e, por uma boca estreita, vomitam as suas ricas entranhas; o estrondo de mil máquinas fere meus ouvidos; um povo laborioso, contente e alegre cobre em bandos a superfície da terra: os ricos metais à maneira de um rio caudaloso que cada vez se engrossa mais, vão demandando já, como um mar, o tesouro do Estado" (COUTO, 1996: 78).

Mas, adverte sobre as distâncias a serem vencidas de Minas ao mar: *"A Bahia nos fica longe ao norte e o Rio de Janeiro muito ao sul. Que faremos, pois?" (COUTO, 1996: 78).*

Podemos considerar que as grandes quantidades de metais deixaram nas mentes de alguns dos que se debruçaram sobre as possibilidades do futuro do centro mineiro, sugestiva impressão. Para o Rodeadouro da Itatiaia, um lugar que já era um dos caminhos mais primevos e obrigatórios, além de rico em recursos naturais e que delimitava uma área de minérios de outra, sem sua presença, o futuro que se descortinaria aos poucos em um local de tal forma privilegiado, despertaria aos interessados para o estabelecimento de experiências e investimentos siderúrgicos.¹⁶

Fosse o ouro, o índio a capturar, a terra para plantar ou criar, o ferro a retirar para ir à forja, tudo isso não teria importância sem os homens que no Rodeio da Itatiaia se fixaram temporariamente ou permanentemente. Esses deixaram uma série de marcas na paisagem, no que constituiu o período de pouco mais de um século que chamamos de colonial. Época de importância crucial para compreendermos como se deu o processo histórico cujos vestígios, muitos ainda por descobrir e estudar, estão ainda hoje por este vasto território.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Francisco E. de. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. 113-125. In: *TERMO DE MARIANA: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

¹⁶Muitos autores identificaram no trabalho de Vieira Couto as influências científicas do período final do século XVIII e que, Minas foi um grande laboratório de estudos e observações desses novos cientistas e que por isso é necessário "... ampliar a discussão a respeito do cientista José Vieira Couto e do momento histórico em que viveu, no final do Século XVIII, época em que os estudos sobre a Terra estavam em pleno desenvolvimento, em boa parte para atender às demandas da Revolução Industrial" (MENEZES, 2005:91).

ANDRADE, Francisco E. de Poder Local e Herança Colonial em Mariana: Faces da Revolta do “Ano da Fumaça” (1833). 127-135. In: *TERMO DE MARIANA: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

ANÔNIMO. Relação do princípio descoberto dessas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que as veio governar o Excelentíssimo Senhor dom Brás da Silveira. 194-202. In: *Códice Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed.Itatiaia, 1997.

AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Vols. 1-10. Belo Horizonte/Brasília: Imprensa Oficial de Minas Gerais/Câmara dos Deputados, 1977.

BARBOSA, Waldemar Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. vol.181. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1984.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BROTERO, Frederico de Barros. *A Família Monteiro de Barros*. São Paulo: S/ed. 1951.

CARRARA, Ângelo Alves. Contribuições para a História Agrária de Minas Gerais – Séculos XVIII e XIX. In: *SÉRIE ESTUDOS, V.1*. Mariana. Núcleo de História Econômica e Demográfica - UFOP, Ouro Preto, 1999.

CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica: Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: SIP/Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis*. V. II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D'el Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FORTES, Solange Sabino Palazi. *Ouro preto conta Ouro Preto*. Ouro Preto: EEDPII, 1996.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. . *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1989.

GUIMARÃES, Carlos Magno & MOREIRA, Mariana Gonçalves. Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVII e XIX). In: *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 10-13 de maio de 2011.



IBGE/ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Vol. XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: Uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

JÚNIOR, Augusto de Lima. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

LEMOS. Padre Affonso Henriques de Figueiredo. 77-111. Monografia da Freguesia de Congonhas do Campo. RAPM. Vol. XIII, 1908; Imprensa Oficial, 1909.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MENEZES, Messias G. de. O papel da História da Exploração Aurífera em Ouro Preto e a Formação de Professores de Geologia. In: *Revista do Instituto de Geociências da USP*. Vol.3, p.89-93. São Paulo, Setembro de 2005.

RENGER, Frederick E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. 103-126. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.) *As Minas Setecentistas*. v. I. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SANTOS, Marcio. *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: Os ferreiros na África central no século XIX*. São Paulo. Alameda, 2011.

SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. *Memórias Chorográficas vol. 2*. Belo Horizonte: Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1922.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 2004.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. 1789-1808: *O império luso-brasileiro e os Brasis*. Coleção Virando Séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VILLALTA, Luiz Carlos & BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. 555 - 578. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.) *As Minas Setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

Fontes Primárias

Livro do Tombo n. 1. Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Miguel Burnier. 1918 – 19(?).

MAPAS DE POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS (1831-1839) APM. In:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrbusca/index.php?action=results&query=MAPAS+DE+POPULAÇÃO>

CARTAS DE SESMARIAS – À Matheus da Sylveira Villa-Lobos. RAPM, V. 4, ano IV. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1899.

CARTAS DE SESMARIAS – À Domingos Gomez Pedroza. RAPM, V. 6, Ano VI. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte.1901.

Mapas

Mapa Topográfico 1:50.000 - Ouro Preto – IBGE – 1985.

Séc. XVIII Minas Gerais/Biblioteca Nacional

Periódicos

JORNAL VILA RICA. *Almanaque D'Ouro Preto – Vale do Paraopeba.* Ouro Preto, 14 de abril de 2005.

TÁRCIA, Christina. Distritos de Ouro Preto. JORNAL DE OURO PRETO, n.48, fevereiro de 1996. fl. 21.

TÁRCIA, Christina. *Miguel e Burnier.* JORNAL DE OURO PRETO, n.48, 21 de abril de 1998.



OURO
PRETO

CAPÍTULO 05

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

**SERRA DO OURO BRANCO,
RODEIO E SÃO JULIÃO
- CAMINHOS, PERCURSOS
E DIVISAS**

Marcus Duque Neves
Henrique Piló
Alenice Baeta

SERRA DO OURO BRANCO, RODEIO E SÃO JULIÃO - CAMINHOS, PERCURSOS E DIVISAS

O primeiro acesso para as Minas Gerais foi o dito “*Caminho Geral do Sertão*”, realizado a partir da melhora dos trechos de trilhas indígenas e picadas abertas pelas primeiras bandeiras e frentes de apreamento de índios em direção ao ainda chamado “*Sertão dos Cataguases*”¹. Este antigo acesso era chamado “Caminho para São Paulo” ou ainda “Caminho Velho”.

A Corte portuguesa, ao nomear Arthur de Sá de Menezes como Governador da Capitania do Rio de Janeiro, em abril de 1697, o aconselhou a promover a abertura de outro caminho, mais direto à região dos descobertos, pois o acesso existente, partindo de Parati até Taubaté, e daí até a trilha de São Paulo até aquele “Sertão” ou “Certão” era muito longo e sujeito aos independentes paulistas (PIMENTA, 1971; SANTOS, 2001).

A CARTOGRAFIA BANDEIRANTE E ACESSOS “ESCABROSOS”

O minerador Garcia Rodrigues se ofereceu para a empreitada, e com o auxílio de um grupo de sertanistas calculou que o melhor ponto para se atalhar um novo caminho seria iniciá-lo rumo ao sul, usando um acesso vicinal que partia da Serra da Itatiaia, exatamente no “Rodeadouro” e que descia, por sua vez, até a Borda do Campo, onde o próprio Garcia Rodrigues possuía uma sesmaria. Este minerador e familiares foram lentamente abrindo este caminho com recursos próprios. Pouca ajuda teve neste serviço. Nada conseguiram com petições endereçadas aos comerciantes do Rio de Janeiro, sendo que apenas um auxílio limitado foi dado pelo governador para acelerar a sua abertura. Este ficou pronto em 1700, apesar de apresentar trechos em condições precárias. Garcia Rodrigues, em 1701, nada conseguiu ao pedir recursos ao Erário Real para melhorá-la (PIMENTA, 1971; SANTOS, 2001).

Nos primeiros anos foi pouco utilizado existindo diversos documentos que demonstram ser considerado um caminho árduo e sem suprimentos. Também se encurtava a distância, mas não se diminuía o tempo, pois parte do acesso que transpunha a Serra do Mar, muitas vezes ficava intransitável, enlameado e sujeito a constantes desmoronamentos devidos aos excessos de chuvas que ali se abatiam e umidade dos solos. No entanto, obteve uma melhora tênue em 1706 com algumas reformas feitas por Domingos Rodrigues, quando foi chamado de “*Caminho Novo*”² (PIMENTA, 1971; SANTOS, 2001).

Só com o passar dos anos foi melhorado e aceito como via compensadora, quando, de obra em obra, de rancho em rancho, de roça em roça, passou a ser uma via mais firme, abastecida e rápida, e que podia ser percorrida em torno de 25 dias, em contraposição aos mais de 70 dias de trajeto do “Caminho Velho” (PIMENTA, 1971).

Venâncio (1999) sugere que parte do Caminho Novo que primeiramente poderia ser somente percorrido a pé em zonas muito íngremes quando de sua abertura, teria sido antiga rota de povos indígenas em direção ao litoral fluminense.

“(...) quando analisamos a distribuição dos grupos indígenas próximos ao Caminho Novo percebemos que é justamente a partir de Borda do Campo (atual Barbacena) que tais grupos apresentam maior grau de concentração. Não é absurdo supor, portanto, que a

¹ Rio de Janeiro, São Paulo e o “Sertão dos Cataguases” eram todos territórios da Capitania do Rio de Janeiro. Em 9 de novembro de 1709 foi criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Em 2 de dezembro de 1720 foi criada a Capitania das Minas.

² Também denominado “Caminho Velho da Cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais dos Cataguases e do Rio das Velhas.”



utilização da referida rota teve de superar a resistência indígena". (VENÂNCIO, 1999:189).

A Coroa Portuguesa não se preocupou em controlar o processo de abertura ou "expansão" destes caminhos, mas deixava que se tentassem abri-los, estimulando que iniciativas particulares o fizessem sem gastos para o governo. Só quando fica evidente que as investidas foram concluídas com certo sucesso, utilizadas cada vez mais para o "descaminho do ouro", é que se adotam medidas restritivas aos seus transeuntes, sendo que a primeira delas foi a interdição e controle do "Caminho do São Francisco", que interligava Minas à Bahia. Logo só era permitido escoar o ouro pelo "Caminho Novo", o que alimentou ainda mais a economia do Rio de Janeiro (RESENDE, 2007).

O deslocamento de um enorme exército organizado às pressas no centro das Minas Gerais pelo governador Antônio de Albuquerque para salvar o Rio de Janeiro das mãos do Corsário Francês *Duguay-Trouin*, em 1711, demonstrou a importância do Caminho Novo, e só então, progressivamente ocupou-se suas margens de roças, ranchos de tropas e outros estabelecimentos necessários a efetivar a existência econômica e social da nova linha de comunicação. Várias famílias se estabeleceram e enriqueceram com negócios por toda a sua extensão (SANTOS, 2001).

PARTE DA NOVA CARTA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS
LEVANTADA POR W. L. VON ESCHWEGE



Figura 1 - Detalhe de Mapa de Eschwege de 1821 indicando acessos a São Julião.

Inicialmente beneficiou-se economicamente a região do Rodeadouro da Itatiaia, que foi o entroncamento inicial do Caminho de São Paulo com o Caminho Novo. Contudo, no período inicial do Caminho Novo, o tráfego maior se dava ainda pelo Caminho Velho, em direção ao Rodeadouro, a partir de Congonhas do Campo, passando pelo Rio das Mortes. Não se sabe com exatidão quando o Caminho Novo tornou-se popular, ou quando deu sinais de se desvincular desta região, mas um mapa produzido por Cláudio Manuel, em 1760, é o primeiro a ter como variante do caminho novo a subida da Itatiaia pelo povoado de Pé do Morro. Dali acessava-se apenas a parte "de cima" do Rodeadouro, (Morro do Gabriel) evitando-se a "de baixo" (Caldeirões e Alemães), que era considerada mais sujeita aos assaltos de ladrões e quilombolas. Até o final do século XVIII só existiam estes dois caminhos por ali, sendo suas paragens principais: Congonhas, São Julião, Pouso do Chiqueiro, Capão do Lana; ou Carijós (Lafaiete), Pé do Morro, Serra da Itatiaia, Lavrinhas, Pouso do Chiqueiro e Capão do Lana (PIMENTA, 1971).

Em 1821 o mapa de Eschwege dá três acessos à Vila Rica pelo sul e oeste: o caminho tradicional Congonhas, São Julião, Rodeio, Chiqueiro, Capão do Lana; Queluz (Cons. Lafaiete), Itaitiaia, Santa Rita, Venda do Campo, Itacolomi, Vila Rica; Pé do Morro, Casa Branca, Itacolomi e Vila Rica (ESCHWEGE, 1997).

A despeito da importância econômica centrípeta de Ouro Preto, o Rodeadouro, depois Distrito de São Julião (atualmente região de Miguel Burnier), sempre foi, apesar de pouco citado, o principal caminho de acesso direto às cabeceiras do Rio das Velhas, que se iniciava, por sua vez, em duas variantes: no Pires e em São Julião. Entre as comarcas de Ouro Preto, rios das Velhas e das Mortes, o Rodeadouro era um entroncamento importante também ao norte, não só recebendo o tráfego das rotas ao sul e sudoeste.

A historiografia mais recente vem focalizando o abastecimento e o mercado interno das Minas, os polos consumidores significativos de gêneros compostos por áreas de roças e de criação. O Rodeadouro e o Distrito de São Julião eram importantes nós de caminhos nesse panorama de tráfego contínuo que visava o abastecimento e as trocas comerciais (MORAES, 2007).

A configuração dos caminhos nessa região esteve intimamente ligada a implantação das propriedades rurais e das capelas. A rede de estradas e caminhos vicinais era bem grande no leste de São Julião, onde existia um bom número de fazendas de criação de gado em um terreno labiríntico entrecortado por morros e córregos. Trata-se de lugares ocupados por fazendas ou taperas de trabalhadores que nelas exerciam seus ofícios. As principais paragens eram: São Julião dos Calderões, Calderões de Antonio Dias, Fazenda do Chiqueiro do Alemão, Valo de Fora, Calderões do Valo de Dentro, Sesmaria do Sande, Engenho Velho, Buraco Quente, Forno de Cal, Bule, Monteiro de Barros, Fazenda do Pires, Vigia, Morro Grande, Brejo e Lavras do Morro Grande. Esta malha de acessos era composta pelo Caminho Velho, a variante do Caminho de São Paulo, além do entroncamento para o Caminho Novo; todos com trechos da Estrada Real (TÁRCIA, 1996; SANTOS, 2001; GUIMARÃES, 2011).

Das capelas e ermidas, a de Nossa Senhora da Conceição do Alemão, erguida entre 1724 e 1726, seria a mais antiga dentro do Distrito, bem como a de São Julião, de 1749. Das capelas mais próximas de Miguel Burnier há ainda a de São Vicente Férrer, em Morro do Gabriel e a de Santo Antonio do Monte.



Figura 2 - Detalhe de Mapa de Eschwege de 1821 indicando acessos a São Julião (detalhe ampliado do mapa da figura 1).



Figura 3 - Mapa do Caminho Novo das Minas (SOUZA et AL, 2006IN: POLLIG, 2012: 100).



Das fazendas nas redondezas, fronteiriças ou que tiveram terras dentro de São Julião em outros tempos, pode-se mencionar a fazenda dos Monteiro de Barros, denominada Boa Esperança, pertencente hoje a Congonhas. Outro exemplo seria a fazenda do Bule, que se encontra atualmente no município de Ouro Branco (pois a divisa atual passa pelos córregos da Cachoeira e da Vargem), próximo do Morro do Gabriel.

Entretanto, sua história está relacionada intimamente com o caminho do Rodeio da Itatiaia, pois por ali passavam os que desejavam subir rapidamente o trecho da Estrada Real que atingia Saramenha, em Ouro Preto, evitando enfrentar trajeto ainda mais íngreme a partir da fazenda Pé do Morro, em Ouro Branco (ESCHWEGE, 1997; IBGE, 1977).



Foto 1- Trecho de estrada real na região de Miguel Burnier. Foto: Henrique Piló (2011).

ESTRADAS NO PERÍODO MONÁRQUICO

Em 1822, D. Pedro acompanhado por seu ministro Estevão Ribeiro Resende e uma pequena escolta parte para Minas Gerais, na condição de Príncipe Regente, em busca da conciliação de grupos fiéis a Portugal e às cortes.

A escolta real percorreu a Serra do Ouro Branco pela trilha do Pé do Morro, pousando no Capão do Lana em 8 de abril. De lá emitiu uma proclamação aos mineiros e um ultimato à junta de Governo Provincial, para que o reconhecessem Príncipe Regente Constitucional, preparando seus correligionários para sua entrada em Vila Rica, que se dá no dia seguinte. Permanecem duas semanas ali, iniciando a volta ao Rio de Janeiro no dia 22, passando então, pelo Rodeio da Itatiaia, trecho mais suave para a descida da Serra do Ouro Branco (PIMENTA, 1971).

Em outro momento crítico de sua vida política, em 1831, viaja o agora Imperador D. Pedro I mais uma vez à Vila Rica. Segue com a imperatriz D. Amélia e comitiva. Para visitar e ser visto pelo maior número de súditos, segue pelo caminho do Rio das Mortes, passando por São João Del Rei, Lagoa Dourada, Suaçuí, Congonhas São Julião, Rio das Pedras, Morro Velho, Sabará, Caeté, Caraça, Catas Altas, Camargos, Mariana, e finalmente Vila Rica, onde chega a 23 de janeiro de 1831. Fica em Vila Rica dois dias apenas e empreende viagem de volta pelo caminho da Cachoeira do Campo, Chiqueiro, Alto do Morro, Ouro Branco, Queluz e Barbacena. Novamente cruza o Distrito de São Julião (PIMENTA, 1971).

Em 1835 iniciou-se um movimento entre políticos mineiros para que o governo provincial tomasse medidas que visassem melhorar o estado dos transportes terrestres na Província. Antonio Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni e Bernardo Pereira de Vasconcelos se engajaram em um projeto que visava mandar construir às expensas do governo provincial, quatro estradas carroçáveis saindo de Ouro Preto para os extremos da Província, assim como diversos ramais visando a atender localidades específicas. Tal projeto virou a Lei n.º 18, de 1º de abril de 1835.

Para executar o projeto viário constante na lei supracitada, foram nomeados um inspetor geral e dois engenheiros: Fernando Halfeld e Roberto Francisco Bernhauss. Foi deles a decisão de que era necessário fazer um novo trajeto entre Ouro Preto e Ouro Branco, com rampas suaves de 3 a 4%, retirando o tráfego da corte definitivamente da região de São Julião, Rodeio e Capão do Lana. A construção foi iniciada só em 1839, após consideráveis atrasos. Segmentos da obra começaram a ficar prontos em 1850, e o Distrito de São Julião via no horizonte transformar-se aquele seu caminho cada vez mais em uma estrada local, pelo maior dinamismo que as ligações com a corte no Rio tomavam neste período (PIMENTA, 1971).

Contudo, o projeto era muito caro, e o trecho de Ouro Preto a Ouro Branco mostrou-se um pesadelo de engenharia, sendo que o restante do caminho até a corte também não foi concluído. O Governo Imperial, que não havia contribuído com o projeto, concedeu então,



privilégio, em 1852, ao empresário Mariano Procópio para organizar a Companhia União e Indústria, visando construir uma estrada carroçável que seguisse do Rio de Janeiro até a Barra do Rio das Velhas, passando por Barbacena, projeto que, se realizado em sua totalidade, reabilitaria o caminho antigo em São Julião, pois ali passaria obrigatoriamente, enquanto Ouro Preto ficaria afastado da nova via (PIMENTA, 1971).



Foto 3 – Conjunto de marcos da Estrada União Indústria.
Foto: Marcus Duque Neves.

O presidente da Província então, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, sugeriu que se deveria fazer novo traçado, mesmo que menos suave, com gradientes até 10%, e com o abandono de parte das obras já concluídas. Designou então os engenheiros Bruno Von Sperling, De La Martinière e Rosele Du Varnay para realizar o novo projeto, depois submetido a Fernando Halfeld. Esta estrada ligava Ouro Preto a Barbacena e ficou pronto por volta de 1860, e chamava-se estrada do Paraibuna, rio que originalmente visava alcançar, e retirando definitivamente de São Julião o tráfego do Rio de Janeiro a Ouro Preto. No ano seguinte, 1861, com a inauguração da União e Indústria entre Petrópolis e Barbacena, ficava Ouro Preto, finalmente, conectada à Corte por uma estrada inteiramente carroçável, logicamente, nas estações secas, e que seria abandonada cerca de duas décadas depois, e em diversos trechos, sem manutenção, dariam lugar ao leito da ferrovia (PIMENTA, 1971).

Em 1855 o Governo Imperial já aprovava a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Foi nos períodos Joanino e Monárquico que são registradas as crônicas de viagem de um grande número de viajantes estrangeiros em Minas Gerais. Dois deles descreveram as paisagens do distrito de São Julião: Eschwege e Richard Burton.

Eschwege ficou muito tempo na região, tendo implantado a Fábrica de Ferro Patriótica e pela sua formação e atividades que exerceu lançou olhares profundos sobre a geologia e atividades econômicas locais.

Já Richard Burton realizou importantes observações sobre o cotidiano de sua população, além de vestimentas, alimentos e costumes, descrevendo, de práticas religiosas até, por exemplo, etnias que encontrou na região, como os ciganos que habitavam nas proximidades de Congonhas. Ele os encontrou próximo à Fazenda do Capitão Luiz Gonzaga, antes de chegar a Redondo, atual Alto Maranhão (BURTON, 1976). Em sua viagem de 1867 pelo centro de Minas Gerais, a primeira visão geral que teve da paisagem entre Congonhas e Ouro Branco, foi assim descrita:

“Cerca de três horas da tarde, quando a viagem se tornara uma delícia, chegamos à crista de um morro e, de repente, avistamos Congonhas, como Trieste é avistada, ou melhor, como Trieste era avistada, outrora, de uma velha diligência. A localidade se situa na parte meridional de um lindo vale, em oval, cujo longo diâmetro, de nordeste para noroeste, é formado pelo rio Maranhão. A água corre em uma terra coberta de verdura esmeraldina em rico terreno de prados, raro em Minas, onde as depressões são estreitas. Corte e entalhes de argila branca, vermelha e amarela na parte superior do leito são os únicos vestígios das minas de ouro, outrora ricas. Para o norte, fica a vasta e fragosa serra, reta e semelhante a um paredão; é chamada Serra (de N. Sra.) da Boa Morte, nome de uma aldeia e uma capela dessa invocação; seu ponto culminante é o Pico do Itabira, que avistamos então, e, naquele ponto, ela forma um

semicírculo que se estende até as montanhas de Congonhas, um maciço a oeste. Para leste, fica a grande cadeia de Ouro Branco, cujo aspecto varia muito, de acordo com os diferentes ângulos em que é observada” (1976: 150).

Ao dirigir-se para subir em direção a Boa Morte, pelo caminho fronteiro com o Distrito de São Julião, Burton visualiza brevemente duas construções principais na paisagem, que indica a falta de ocupação mais intensa na parte oeste deste distrito:

“Depois de duas horas de viagem, entramos na terra do ferro, toda negra e vermelha, pontilhada de mica. O solo mais escuro era uma degradação da misteriosa ‘jacutinga’, e o amarelo-castanho avermelhado da hematita, pedra de ferro argiloso, apresentada frequentemente em peças modulares e botrióides; há, também, martite compacta ou ferro magnético, que muitas vezes oferece exemplares perfeitos da dupla pirâmide e, em alguns lugares, uma crosta do amizdalóide quartzoso chamado ‘canga’. A água ferruginosa corre esplêndida como pedras preciosas em um leito do mineral. Apenas avistamos duas casas: A Fazenda do Pires, com sua avenida de araucárias, e, profundamente enterrada nos morros, uma fundição de ferro, pertencente ao Comendador Lucas Antônio Monteiro de Castro” (1976: 159).

A parte final é reveladora, pois a fazenda do Pires, com avenida de araucárias e, a fábrica de ferro, que não é, senão a Patriótica, talvez ainda estivesse funcionando em 1867. O proprietário é parente do antigo sócio de Eschwege, Lucas Monteiro de Barros.

Depois da descrição da subida ao Morro de Santo Antônio quando indicou a existência de “ruínas sem telhado, a direita do trajeto, em um buraco” (provavelmente no córrego mãe d’água), Burton, já no Distrito de São Julião, continua a descrever seu longo trajeto:

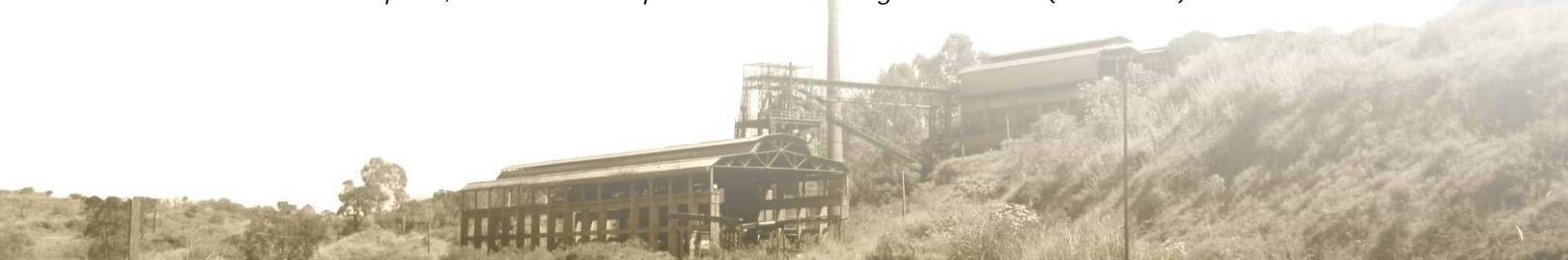
“Do alto da orla da bacia, avistamos, muito embaixo, um rio bifurcado correndo pela montanha, entre avenidas de mato espesso. O ramo principal, correndo de oeste para leste, era de um azul pálido; recebe um córrego, cujas águas, ligeiramente esverdeadas, vem de sudeste, servindo de escoadouro da parte setentrional da Serra de Santo Antônio, que aqui separa os vales do Paraopeba e do rio das Velhas setentrional. Ambos os pequenos cursos de água são chamados de ‘córregos desconfiados’ e o ângulo de descida mostra que suas enchentes são perigosas. Reunindo-se perto das ruínas de uma ponte, que foi levada por uma inundação em janeiro de 1867, eles tomam o nome de rio da Prata” (1976: 160).

Burton possivelmente chama de rio da Prata todo o curso deste vale e do Mata-Porcos, ribeirão que recebe as águas do Prata e cujas margens divide o Distrito de São Julião e o Distrito de Bação. Faz ainda uma descrição do rio das Velhas:

“Atravessamos a vau os dois braços que formam o rio da Prata, cujas águas são cristalinas. Os leitos e os barrancos ribeirinhos são semeados de galletes aluviais, pedras roladas pelas águas e seixos. As duras argilas talcosas são cortadas em formas peculiares; algumas parecem-se com as bolas e ovos usados pelos fundibulários indianos; outras não podem ser distinguidas, a não ser por um observador experimentado, de nossas rudes machadinhas de pedra. Fazem lembrar, naturalmente, as armas dos aborígenes, e são formadas pela natureza tão artisticamente como as que os celtas usavam, nas tribos de beiramar, para abrir suas ostras e mariscos” (1976: 161).

Depois de atravessar o rio da Prata (Mata-Porcos), Burton descreve qual é a paisagem perceptível daquele ponto:

“À direita, fica uma pequena povoação de mineradores, São Gonçalo do Bação, com uma igreja branca e ranchos escuros. O nível mais baixo é uma mancha de verdura, chamada Teixeira, rica em coqueiros e bananeiras, pés de milho e mandioca, algodão e a planta fibrosa chamada jucá ou baioneta. Tem o aspecto de um desses lugares tranquilos, onde o homem pode facilmente chegar à velhice” (1976: 161).



Dali Burton relata o ambiente, em especial, os picos de Cata Branca e do Itabira. O horizonte do norte do distrito de São Julião é dominado pela visão desses dois relevos, aos quais Burton não deixa de dar qualificativos artísticos. Um dos parágrafos inicia-se com a frase: “A paisagem do norte é um quadro...” (1976:161).

A PAISAGEM DO DISTRITO DE SÃO JULIÃO NOS MAPAS: PROPRIEDADES, CAMINHOS E LITÍGIOS

As décadas de 1870 e 1880 trazem novo fôlego econômico por meio de projetos industriais a serem implantados em localidades ainda rústicas de Minas Gerais.

Engenheiros públicos trabalhavam nos “melhoramentos” de estradas, como eram chamadas as obras naquela época. Mas havia ainda empreendedores particulares, e muitos destes se empregavam em grandes firmas privadas, sendo que a Monarquia buscou apoiar à formação desses profissionais. Além das escolas politécnicas, grandes esperanças e fundos foram ainda investidos na implantação da Escola de Minas de Ouro Preto.

No entanto, estes engenheiros, e mesmo alguns técnicos formados como topógrafos e agrimensores, que apareciam ao final do século XIX como aqueles que confeccionavam as plantas nos litígios de demarcação e divisão de terras, deixaram importantes documentos para análise e pesquisa.

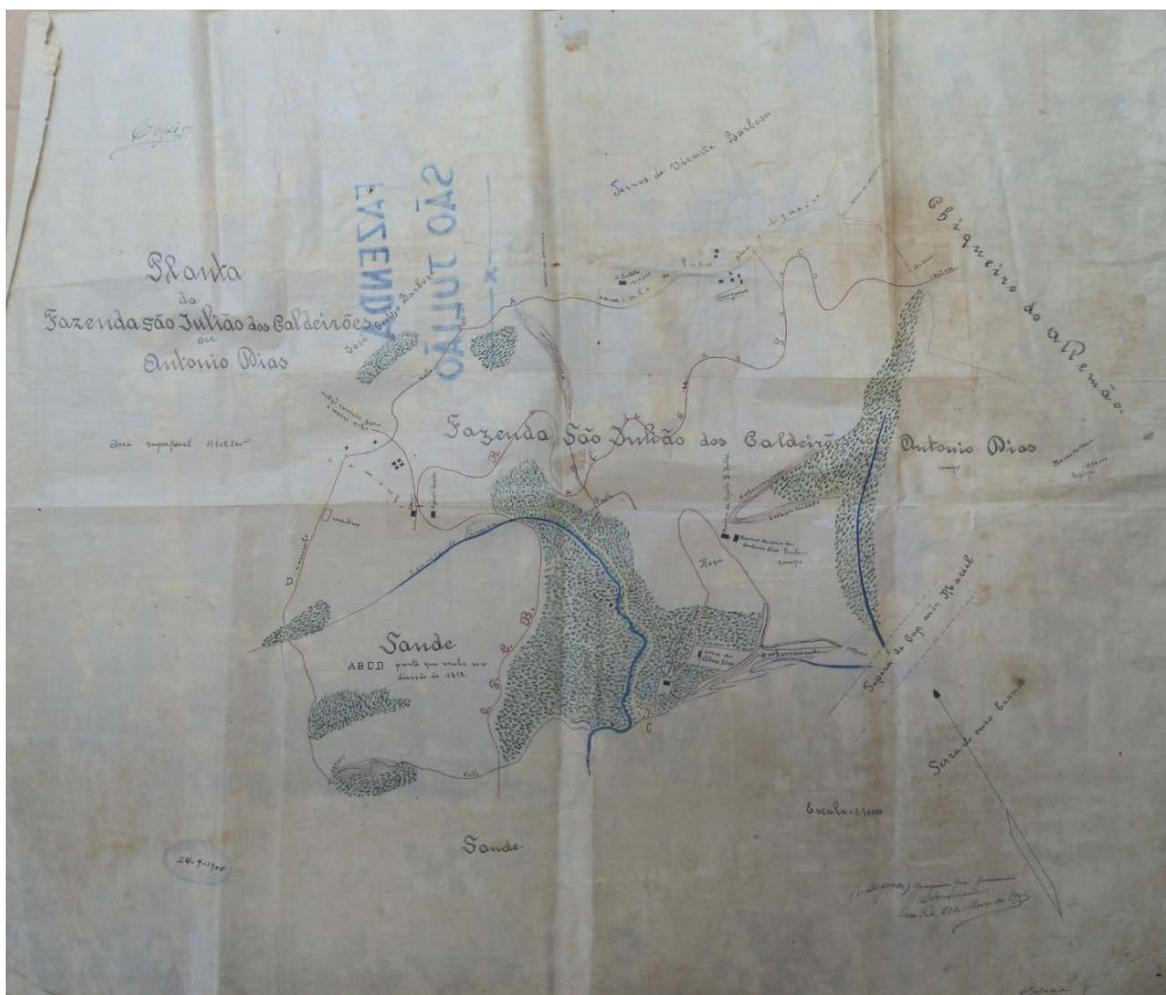


Figura 4 - Planta da Fazenda São Julião dos Caldeirões ou Antonio Dias - 24/09/1900.
Fotos: Henrique Piló e Marcus Neves. Montagem: Emile Scharlé Júnior - Janeiro de 2012.

Em cartas dirigidas a jornais de grande circulação, em 1900, juristas deram parecer sobre o processo de registro onde documentos citavam as mesmas terras, ora na Fazenda do Chiqueiro do Alemão, ora na Fazenda dos Caldeirões. Toda essa polêmica ao menos a fez pública, divulgando algumas informações sobre a sucessão e disputa dessa propriedade, ainda que não encontrada toda a listagem de seus proprietários.

Como ficaram expostos em um artigo, os documentos de propriedade sobre o Chiqueiro do Alemão eram:

Minas Gerais – 16 de dezembro de 1900. Domingo. Comarca de Ouro Preto - Questões Judiciais - Consulta Judicial Chiqueiro do Alemão – 1900.

I – Escrito particular de compra e venda de 31 de agosto de 1753

II – Partilha amigável entre herdeiros e sucessores do comprador que figura neste escrito, de 25 de novembro de 1833 (sic)

III – Escritura pública de 9 de abril de 1878, em que um desses herdeiros vende o seu quinhão na partilha;

IV – Escritura de 9 de novembro de 18(sic), e 30 de março e 7 de outubro de 1895, do arrendamento, em que o comprador arrendava parte desses terrenos, delimitando-a expressamente.

V – Escritura de 10 de dezembro de 1897, de compra e venda dos terrenos arrendados, na qual, quanto às divisas, há referência da do arrendamento, (n. IV), de 8 de março de 1890, que confirma as divisas estabelecidas e figuradas em plantas do terreno, que o vendedor aprovou e assinou no mesmo ato."

Outros litígios versaram sobre as terras eclesiásticas que constituíam o patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Alemão, muitas delas tomadas por usucapião segundo informações que teriam sido escutadas das reclamações dos últimos padres que atuaram ali. A diocese, acostumada com a proteção dos poderes públicos quando da vigência do Padroado na Monarquia, viu-se alvo de muitas ações que lhes retiraram muitas terras, quando na República, já que havia sido feita a separação entre Igreja e Estado, e agora a diocese deveria exercer seus interesses pelos caminhos legais comuns.

No século XIX muitos litígios por terras ocorreram na região do Rodeio, tanto pelas incertezas dos direitos provenientes das antigas Cartas de Sesmaria como dos problemas ocorridos pelo condomínio forçado a que se submetiam herdeiros dos primeiros proprietários, não realizando divisões judiciais do patrimônio herdado.

Estas fazendas muitas vezes eram alvo de compras de parcelas mal definidas, em que um herdeiro vendia aquilo que tinha por seu, mas que por lei ainda o tinha em condomínio. Aquisições como a que fizera o Capitão Miguel da Silva Brandão, ao formar a fazenda do Sande a partir de diversas partes das fazendas de São Julião dos Caldeirões, Caldeirões do Valo de Dentro, e da parte que herdara da Sesmaria do Sande, nem sempre eram descritas de forma inconteste no registro cartorial. A falta de memória se o nome do córrego tal era este, ou o da dobra seguinte do terreno, se juntava a nomes dobrados. Os braços de um mesmo córrego poderiam conservar seu nome, sem, contudo ser visível qual era o principal, ainda mais que as atividades de desmate constante poderiam variar muito o volume d'água de um braço para outro.³

³ O Capitão Miguel da Silva Brandão foi proprietário de outras fazendas, fora do distrito, já na direção da povoação de Santa Rita do Itatiaia, no ribeirão do Lana, no outro extremo da Serra do Ouro Branco. Estas fazendas se chamavam fazenda dos Maltas e fazendas dos Meiras, adquiridas por compras. Delas existem plantas nos acervos da Usina Wigg, pois foram compradas pela Usina no início do século XX, com a finalidade de produção de carvão, retirada de madeiras nobres e, talvez, criação. Há numerosas referências na correspondência de Carlos Wigg sobre seus interesses como proprietário de terras e fazendeiro, mas em muitas destas cartas não há contexto explicativo, sendo em geral ordens dirigidas aos capatazes, e sem a citação da propriedade.



Um dos proprietários da Fazenda dos Caldeirões no século XIX foi o Alferes Vicente Morais, que teve litígios com o seu vizinho Capitão Miguel da Silva Brandão, que acusou de ter tomado parte de suas terras (TÁRCIA, 1996).

A fazenda Engenho Velho pertencia a Candido Ferreira Pedroza, durante a segunda metade do século XIX, comprada, ou adquirida em herança e permuta, tendo sido vendida a Carlos Wigg em 1919. Uma planta de 1903 indica uma divisa comum entre as terras da Usina e de Candido Ferreira Pedroza de 16 quilômetros e seiscentos metros, todas dentro do Distrito de São Julião.

Em uma planta de 1899, que determina as divisões das terras de Costa e Almeida e Felício Alves Góes, todas dentro do Distrito de São Julião, aparece no canto noroeste a norte, a estrada que vai do Pires para o Chiqueiro do Alemão, cortando o Distrito de São Julião de oeste a leste, passando pela Usina Wigg. Em um procedimento incomum, os proprietários e herdeiros envolvidos na divisão certificaram na própria planta estarem de acordo com os limites estabelecidos.



A divisa norte atual do Distrito de Miguel Burnier com o Distrito de Bação, que pertence a Itabirito sempre foi um ponto de difícil travessia, exigindo contornos dos viajantes, e por isso, evitado. O ribeirão Mata-Porcos que marca os limites, e recebe o ribeirão Sardinha, correndo do sul, da área dos Caldeirões, onde hoje está a Usina Wigg. Ao vir de Itabirito, o viajante seguia o ribeirão Mata-Porcos, passava à lateral do ribeirão Sardinha, passando pelas lavras da fazenda Tamanca - hoje ao lado de Engenheiro Correa - que divisava com as terras e lavras dos Monteiros de Barros, indo ao sul até a Fazenda dos Caldeirões. Esse caminho tornou-se carroçável tendo sido utilizado até as primeiras décadas do século XX como acesso para Rio Acima, Congonhas do Sabará (Nova Lima) e Curral Del Rei (Belo Horizonte).

Figura 5 - Planta das propriedades da usina Wigg no Chiqueiro do Alemão – 1903.
Fotos: Henrique Piló e Marcus Neves. Montagem: Emile Scharlé Júnior - Janeiro de 2012.

A CHEGADA DA FERROVIA E DOS AUTOMÓVEIS

A ferrovia chegou ao Distrito de São Julião em 1887, com a inauguração da estação de Miguel Burnier, mas ao menos dois anos antes, já estava o sul do distrito enxameado de operários que construía as rampas, túneis e cortes necessários à colocação dos trilhos e equipamentos.

A estrada carroçável em melhores condições que passava em direção à Belo Horizonte, até a década de 1920, pelo menos, passava por dentro do Distrito de Miguel Burnier⁴. Seguiu até

⁴ Corresponde atualmente à estrada que passa à porta da Usina Wigg, MG-030, próxima à estação.

Itabirito e descia próximo das margens do Rio das Velhas até Rio Acima, depois atingia Nova Lima em direção ao entroncamento, no alto da serra do Curral, onde se dividia em um caminho para Sabará e outro para o Curral D'el Rey.

Durante um tempo ela era extensão da rodovia que ligava o Rio de Janeiro à Minas, e que começava na antiga União-Indústria, de meados do século XIX, e que foi sendo melhorada gradualmente em direção ao norte, ainda que não fosse de macadame ou seja, revestida de asfalto ou placas de cimento.

Havia uma estrada alternativa do Curral D'el Rei-Belo Horizonte até Itabirito, que passava pelo Rio do Peixe vindo de Nova Lima, mas esta era de propriedade da Mineração Morro Velho. Nos períodos de intensas inundações do Rio das Velhas a Companhia de Morro Velho abria o acesso ao tráfego até o outro caminho tornar-se transitável novamente. Esta estrada terminava próxima às cabeceiras do Ribeirão dos Andaimes, de frente para a mina de Cata Branca, e para aqueles que não quisessem descer para Itabirito, que estava bem abaixo no terreno, havia uma trilha que passava próxima a Aredes e Bação. Em Bação havia dois caminhos possíveis, um indo dali a Congonhas e Miguel Burnier pelo antigo trilho existente ali desde o período colonial; ou em um desvio para leste ia-se a região de Santo Antonio do Brejo, onde havia algumas fazendas e subia-se o caminho que margeava o ribeirão Sardinha até Miguel Burnier. No primeiro trajeto, passava-se por várias fazendas, e a bifurcação citada era na Fazenda do Pires, que deu origem ao povoado do Pires que está no extremo oeste do Distrito de Miguel Burnier.



Figura 6 - Planta Geral do Chiqueiro do Alemão – Cerca de 1900. Fotos: Henrique Piló e Marcus Neves. Montagem: Emile Scharlé Júnior – Janeiro de 2012.



Na Planta Geral do Chiqueiro do Alemão, realizada nos primeiros anos do século XX, havia um número maior de confrontantes, onde a fazenda Papa-Cobras situava-se a leste. Ao sudeste seguia-se o espigão da terra preta, um valo e uma vertente de águas na direção nordeste a sudoeste, confinante com a fazenda do Rodeio. Ao Sul, a fazenda Ponta do Rodeio, sendo que da encruzilhada entre a estrada do Chiqueiro do Alemão com o ramal ferroviário para Ouro Preto, havia ainda o Morro do Veeiro. No sudoeste na área que hoje a ferrovia chega do sul⁵ e passa próxima ao cemitério antigo da Igreja e N.S. Auxiliadora de Calastróis, começava a divisa com a parte da fazenda dos Caldeirões que tinha sido incorporada ao patrimônio do Capitão Miguel Brandão. A oeste, divisava com a parte da fazenda do Sande incorporada também às terras do Capitão Miguel Brandão, e que tinham pertencido a Antonio Dias Pinheiro. Ao noroeste, limitava-se com a Fazenda da Lagoa do Netto, da estrada do Pires, passando pelo alto do Morro Grande até um ponto logo ao sul da antiga pista de pouso, nas vertentes do córrego da Ponte Queimada (destinada nos anos 50 e 60 do séc. XX ao plantio de eucalipto). Pelo nordeste a divisa atravessava o córrego do Alemão no ponto em que ele tomava a direção geral do nordeste e seguia pelo alto da Serra do Alemão, em que divisava com a fazenda Bom Retiro, ficando entre o córrego do Alemão e a Serra uma faixa que pertencera a Candido Ferreira Pedroza, fechando assim o perímetro no Papa Cobras. Fica evidente que o Córrego e a mata do Calastróis é o atual córrego da Usina e a mata indicada tornou-se pasto e focos de erosões. Ao início do século XX, ao sul dos terrenos da Usina havia a fazenda da Ponta do Rodeio, que pertenceu a D. Florinda de Mesquita.

Uma planta das propriedades de Carlos Wigg e Trajano de Medeiros, (orientada com o norte para direita) mostra em seu canto inferior esquerdo áreas do noroeste do Distrito de São Julião. A planta, confeccionada em 1912, foi realizada com o fim de separar as áreas compradas pela empresa Trajano & Wigg que naquele momento resolveram os sócios dissolver, dividindo o patrimônio das mesmas. Ali aparecem a Serra de Fábrica, antiga área dos Monteiro de Barros; e as terras de Pacífico Pedrosa.

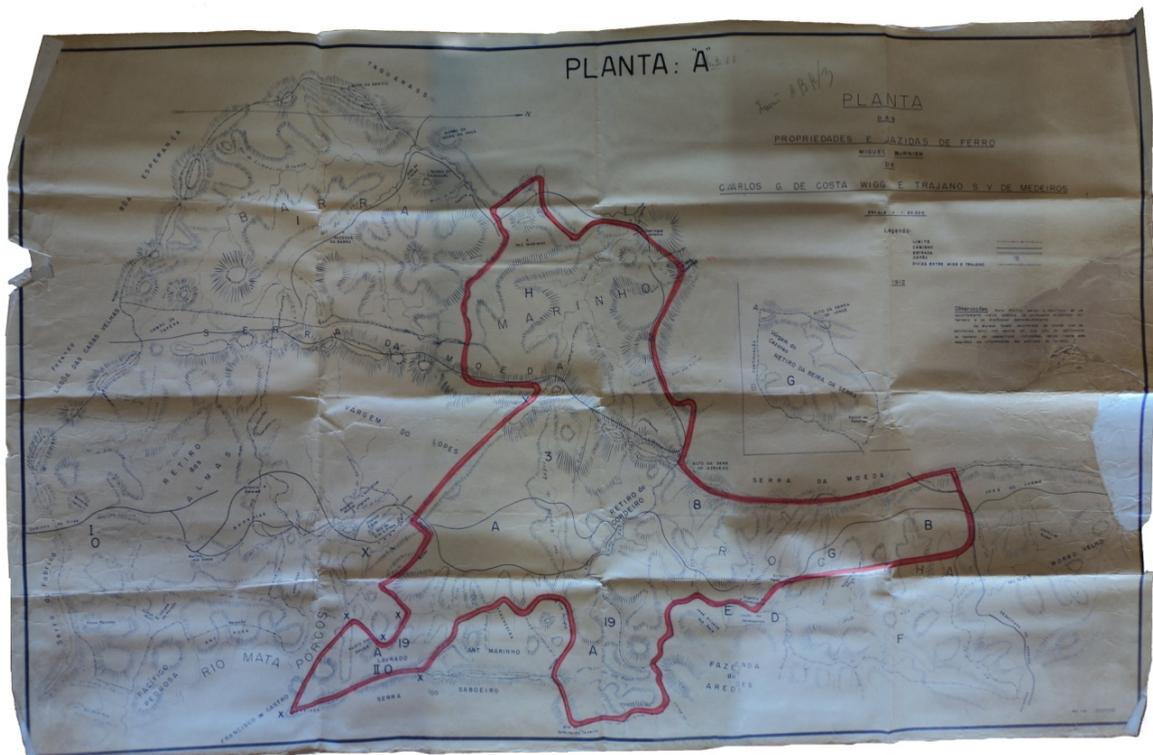


Figura 7 - Planta das propriedades e jazidas de ferro de Carlos da Costa Wigg e Trajano Sabóia Viriato de Medeiros. Miguel Burnier - 1912. Fotos: Henrique Piló e Marcus Neves. Montagem: Émile Scharlé Júnior – Janeiro de 2012.

⁵ Originalmente passava por trás da Capela de São Julião, em um local de minério, que já foi explorado.

DIVISAS E SINALIZAÇÕES EM MIGUEL BURNIER

O atual Distrito de Miguel Burnier, conforme já exposto, se localiza na região conhecida nos primórdios como “Rodeio”, localidade esta composta por fazendas mineradoras de ouro, que se estendia da Serra do Ouro Branco até os limites do atual distrito de Engenheiro Corrêa. A mineração desenvolveu-se principalmente em áreas de depressão dos terrenos conhecidas como caldeirões. Os povoados foram aos poucos se desenvolvendo no entorno destas fazendas.

Com o passar do tempo, as fazendas do Rodeio vão, aos poucos, diminuindo a atividade mineral e aumentando a atividade agrícola. A partir de 1880, a região começa a ganhar nova dinâmica. Com a construção da estrada de ferro, muitas pessoas que trabalhavam na construção da rede se fixaram na localidade. Esta sofreu modificações com a construção, em 1880, da ferrovia, primeira linha construída pela Estrada de Ferro Dom Pedro II que, em 1889, passou se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil, considerada de segurança nacional.

A inauguração da Estação de Miguel Burnier deu-se no dia 17 de junho de 1884 e o nome foi uma homenagem ao diretor da rede ferroviária naquele ano - engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier. A ferrovia teve um papel muito importante na vitalidade do distrito, em virtude do grande fluxo de cargas transportadas por este ramal (VASCONCELOS, 1928).



Foto 4 – Atual estação ferroviária de Miguel Burnier, que sucedeu a inaugurada em 1884. Em 2012 a estação foi restaurada. Foto: Eduardo Rocha/RR. 2012.

Como já visto, em 1893, o comendador Carlos Wigg implantou a Usina Wigg, produtora de ferro-gusa, sucedida pela Siderúrgica Barra Mansa (Grupo Votorantim) e agora de propriedade da Gerdau.

Em fins do século XIX, Carlos Wigg compra então a maioria das terras nesta localidade e em 1893 implanta a usina de produção de ferro. O povoado recebe foros de distrito com o nome de São Julião pela lei nº 556, de 30 de agosto de 1911, com sede no povoado e estação de Burnier. Através da lei nº 1.085 de 8 de outubro de 1929, ficava determinado que a sede do distrito de São Julião do Município de Ouro Preto seria o povoado da Usina, onde havia anteriormente a capela de São Julião (Cf. BARBOSA, 1995)

Em 17 de dezembro de 1948 que, por força da lei nº. 336, o distrito passa a se chamar Miguel Burnier (BARBOSA, 1995), mas, até os dias de hoje, os moradores afirmam que este nome se restringe à área da usina e o restante do distrito se autodenomina São Julião.





Foto 5 - Detalhe das estruturas de divisa da propriedade de Wigg na paisagem. Ouro Preto, MG. Foto: Alenice Baeta.

ESTRUTURAS DEMARCATÓRIAS

Por meio de análise de imagens de satélites e documentos cartográficos bem como da observação das paisagens de Miguel Burnier, além de caminhos, pode-se constatar outras estruturas lineares em algumas encostas de morros. Trata-se de muros de divisa compostos por trechos de valas e muretas de alvenaria de pedra. Durante a identificação exata dos traçados, percorrendo-os, foram encontradas antigas placas numeradas da Usina Wigg ou marcos de divisa. Visando a contextualização da divisa localizou-se um antigo mapa da propriedade do Comendador Wigg.

Foram identificados longos trechos de estruturas de divisa constituídos por cortes em barrancos, estruturas de contenção, valas ou arrimos em alvenaria de pedra, sendo que o mais longo possui 820 metros de comprimento e 1,5 metros de altura. A parte inicial de um dos trechos se encontra em um local de antiga mina de manganês, já desativada.



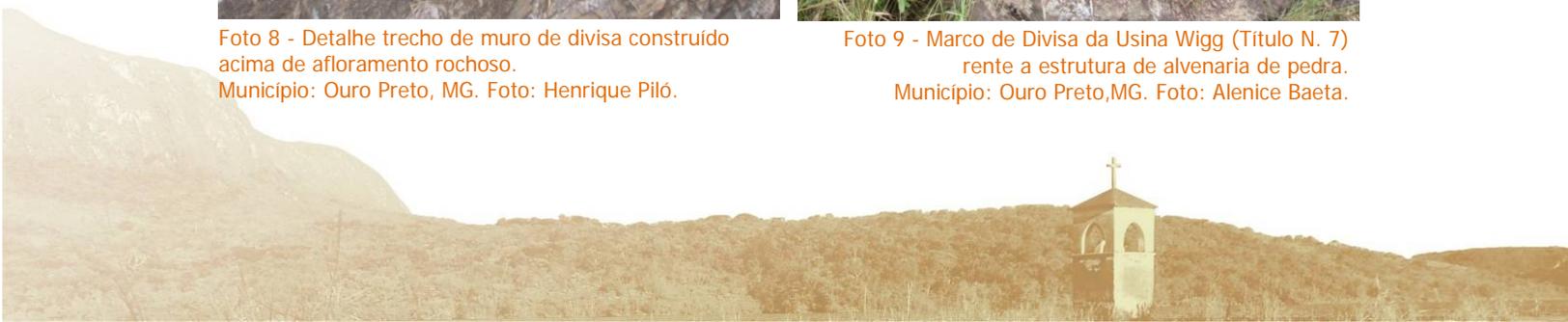
Fotos 6 (esq.) e 7 (dir.) - Detalhes dos muros de divisa de alvenaria de pedra. Município: Ouro Preto, MG. Fotos: Alenice Baeta e Henrique Piló.



Foto 8 - Detalhe trecho de muro de divisa construído acima de afloramento rochoso. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló.



Foto 9 - Marco de Divisa da Usina Wigg (Título N. 7) rente a estrutura de alvenaria de pedra. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Alenice Baeta.



Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas Gerais colonial*. In: *LOCUS, Revista de história*. Vol. 11, n.1 e 2. Juiz de Fora, Departamento de História/Editora, UFJF, 2005. pp.137-160.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 1997.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995. p.269.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed.Itatiaia/Edusp, 1984.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1981.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1980.

BURTON, Richard Francis. *Viajem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1976.

CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. (vários trechos e documentos).

COSTA, João Ribeiro da. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica: Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte. SIP/Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis*. V. II. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1979.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D'el Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Magno et all. Capão do Lana: dos Documentos à Arqueologia. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. n.127. Belo Horizonte, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Magno & MOREIRA, Mariana Gonçalves. Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVII e XIX). In: *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, Maio de 2011.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e Mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos. (org.). *As Minas Setecentistas*. v. I. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. 321- 335 pp.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1978.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana da Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, & VILLALTA, Luis Carlos. *As Minas setecentistas*. vol. I. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 55-85.

PIMENTA, Dermeval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1971.

RENGER, Frederich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos. (org.). *As Minas Setecentistas*. v. I. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. p. 103-126.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização de Minas Gerais. 25-53. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, & VILLALTA, Luis Carlos. *As Minas setecentistas*. vol. I. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Marcio. *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich von. *Viagem pelo Brasil*. Vol I. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1981.

Periódicos

TÁRCIA, Christina. Distritos de Ouro Preto. In: JORNAL DE OURO PRETO, n.48, fevereiro de 1996. p.21.

TÁRCIA, Christina. *Miguel e Burnier*. In: JORNAL DE OURO PRETO, n.48, 21 de abril de 1998.

RAPM, V-6, Ano VI, 19, Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. p. 1226-1227

RAPM, v.13, .LEMONS, 1909.81

Plantas, Croquis e Mapas

Croquis da Fazenda dos Maltas e da Fazenda dos Meiras – c. 1906.

Mapas da Estrada Real (vários)

Mapa Topográfico 1:50.000 - Itabirito – IBGE – 1986.

Mapa Topográfico 1:50.000 - Ouro Preto – IBGE – 1985.

Mapa Topográfico 1:50.000 - Rio Acima - IBGE 1986.

Mapa Topográfico 1:50.000 - Conselheiro Lafaiete – IBGE – 1985.

Mapa Topográfico 1:50.000 - Ouro Branco – IBGE – 1986.

Planta Geral da Fazenda do Chiqueiro dos Alemães – c. 1900.

Planta da Fazenda São Julião dos Caldeirões ou Antonio Dias - 24/09/1900.

Planta das propriedades da Usina Wigg na Fazenda do Chiqueiro dos Alemães – 1903.

Planta das propriedades e jazidas de ferro de Carlos da Costa Wigg e Trajano Sabóia Viriato de Medeiros. Miguel Burnier – 1912

Sites Consultados

www.Touring Clube do Brasil



OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 06

O DISTRITO DE SÃO JULIÃO NOS PERÍODOS JOANINO E MONÁRQUICO

Marcus Duque Neves

O DISTRITO DE SÃO JULIÃO NOS PERÍODOS JOANINO E MONÁRQUICO

O período do fim do século XVIII e início do século XIX foi um momento em que as relações entre Portugal e sua maior colônia, o Brasil, se encontravam em certo impasse. As políticas Pombalinas, durante o período do governo de D. Maria I, e depois de seu filho e sucessor ainda provável, D. João, depois coroado D. João VI, constituíram em um conjunto de atitudes liberais e autoritárias em sucessão, que escancararam a divisão entre as elites portuguesas na Corte, sobre qual o futuro deveria ter a Colônia (MACEDO, 1983; NOVAIS, 1995; VINHOSA, 1984).

A “viradeira”, expressão dessas inconstantes políticas, muitas vezes lidas apenas como problemas palacianos, eram muito mais que isso e exprimiam a “crise do sistema colonial”. Uma das demonstrações de impasse se deu exatamente sobre se devia ou não permitir que indústrias pudessem se instalar na colônia, entre essas indústrias, as de base, como a produção de ferro, que foi alvo de inúmeras leis, sendo a mais famosa a proibição de sua fabricação, em 5 de janeiro de 1785 (MACEDO, 1983; NOVAIS, 1995).

Há ainda pouco conhecimento econômico deste período em Minas Gerais, mas sabe-se algo sobre a existência de fábricas de ferro que subsistiam nas brechas dessas políticas, já que era permitida a fabricação de ferro para consumo próprio. Isso sustentou a existência de inúmeros fornos de cadinhos em Minas Gerais, que, no entanto, talvez com medo de se virem acusados de vender ferro com fins comerciais - o que muitos realmente deviam fazer - quase não deixaram vestígios documentais.

Como caminho, o Rodeio da Itatiaia continua a ser, no início do século XIX, uma preocupação, como um ponto de ‘descaminhos’ (contrabandos). Em 1802, por uma ordem de 07 de abril, Bernardo José de Lorena se dirigiu ao juiz e aos oficiais da Câmara de Vila Rica para procederem no sentido da criação de uma Companhia da Ordenança, no distrito da Aplicação da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Rodeio (APM- Fundo Colonial-Cx.29, R509, doc.10581, 1802).

Como centro econômico, continuava São Julião a ser um local de fazendas e minerações. Há notícia da existência de pelo menos um forno de cadinhos por esse período funcionando ali, na Sesmaria do Sande, e é muito provável que, frente à presença do minério de ferro abundante na superfície, outros existissem nas proximidades.

O fato dos registros serem incompletos, provavelmente é fruto das idas e vindas da legislação da época, que, proibindo a fabricação de ferro para fins comerciais, fazia com que se ocultassem dados mais consistentes, pois havia o risco de sofrerem as penas da lei.

É claro que era a mão de obra escrava a responsável pelo trabalho pesado, necessário a todas essas atividades. Nas fazendas maiores, toda a cadeia produtiva, da obtenção do ferro e da fabricação das ferramentas; da abertura dos campos até a colheita; do desmonte nos morros até a apuração final do ouro nos couros estendidos para reter seus menores grãos, era o negro a força principal. A mão de obra livre é, em geral, diminuta, composta apenas por capatazes, feitores, artesãos e tropeiros. Apenas nas propriedades menores, na parte leste do distrito, talvez fosse possível encontrar grupos familiares extensos compostos de livres e libertos, como podemos apurar a constituição de fogos na região nos anos subsequentes. O padrão já existente por volta de 1800 deve acompanhar, com algumas ressalvas, o padrão visível na análise dos censos de 1831 em diante.



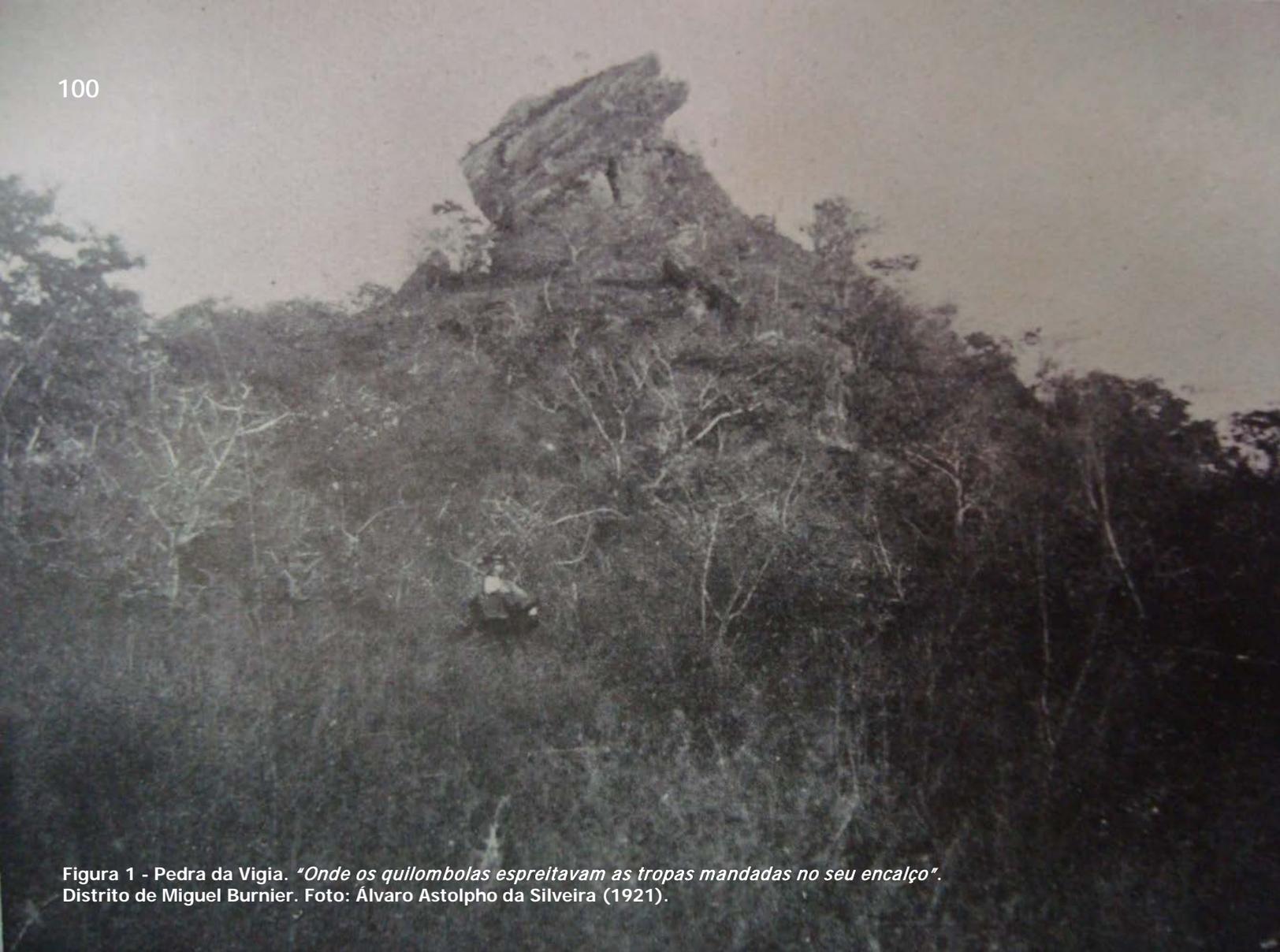


Figura 1 - Pedra da Vigia. *“Onde os quilombolas espreitavam as tropas mandadas no seu encalço”*. Distrito de Miguel Burnier. Foto: Álvaro Astolpho da Silveira (1921).

A FÁBRICA DE FERRO PATRIÓTICA, TRABALHADORES E VIAJANTES

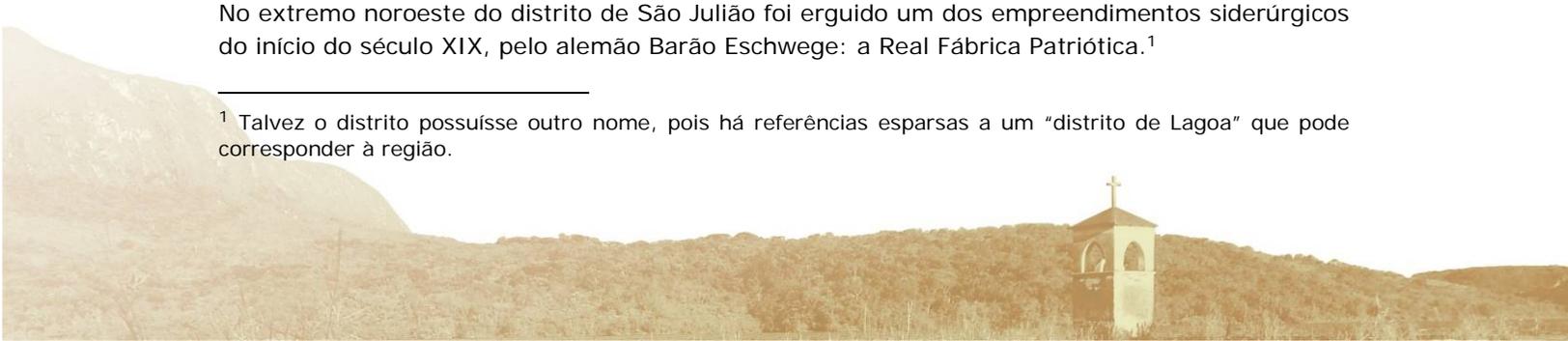
A vinda da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro com a conseqüente elevação do Brasil ao status de centro do império português ampliou os horizontes para novas atividades, tanto pela presença de uma elite rica que tornou o Rio de Janeiro um grande polo de consumo, como pela queda das proibições relativas a várias atividades, dentre elas a fabricação do ferro.

A possibilidade de que as guerras napoleônicas se estendessem indefinidamente na Europa orientavam a política portuguesa no Brasil a dinamizar a economia para prover fundos e meios materiais para resistir a novas investidas militares. Essas investidas poderiam ser tanto dos franceses, como de outros possíveis inimigos oportunistas, que quisessem se aproveitar das fraquezas de Coroa Portuguesa em fuga, que dava claros sinais debaixo poderio militar e diplomático. Para se preparar para um futuro incerto, a Coroa tinha que contar com todo o apoio político, riquezas e produção possíveis das colônias, das quais a maior e mais rica era o Brasil (MACEDO, 1983; VINHOSA, 1984).

Dentro dessa nova conformação política, um projeto econômico para o Centro-Sul do Brasil se delineou, para animar várias atividades industriais. Entre as mais importantes estava a siderurgia, que recebeu incentivo para erguer fábricas de ferro de grande escala, projetos a serem realizados por um conjunto de técnicos luso-brasileiros e de diversas nacionalidades.

No extremo noroeste do distrito de São Julião foi erguido um dos empreendimentos siderúrgicos do início do século XIX, pelo alemão Barão Eschwege: a Real Fábrica Patriótica.¹

¹ Talvez o distrito possuísse outro nome, pois há referências esparsas a um “distrito de Lagoa” que pode corresponder à região.



Antes de tratar da história da Fábrica Patriótica são importantes algumas ressalvas sobre a abordagem historiográfica. É necessário ressaltar que a importância histórica de um lugar ou região não é a soma dos acontecimentos ocorridos ali, mesmo que seja impossível abandonar a análise desses acontecimentos quando temos que registrar e contar essa história. São as relações sociais como um todo que levam a uma compreensão mais ampla, que determinam os processos históricos fortemente marcados por práticas e mentalidades culturalmente referenciadas. Dito de outro modo, o espaço geográfico que limita a abordagem da história aqui contada é um componente estrutural, palco de ações humanas, as quais produziram marcas culturais (mentais, arquitetônicas, etc.) cujas permanências são hoje o patrimônio imaterial e material, residual, portanto, dos modos de viver, pensar e coexistir das pessoas que ali estiveram no passado.

Assim, a história da Fábrica Patriótica é um legado importante, parte de resquícios da sociedade colonial e escravista que, nas décadas iniciais do século XIX, estava passando por profundas transformações. Pela sua importância econômica naquele momento, deixou registros documentais que permitem vislumbrar conflitos reais que se desenrolavam no trabalho, na vida cotidiana, nos costumes e em outras práticas sociais.

Dito isto, localiza-se o ribeirão da Prata na região fronteira entre o então distrito de Congonhas do Campo, pertencente a Ouro Preto, e a região do Rodeio, distrito de São Julião. Foi o ponto finalmente escolhido para um grande projeto que tinha como um dos sócios o geólogo, militar e siderurgista a serviço da Corte Portuguesa, Barão Wilhelm Von Eschwege, nascido no Hesse, um principado alemão. Os outros sócios eram a família Monteiro de Barros, de proprietários locais; e o ministro Conde da Barca, político português.

A presença de Eschwege na Fábrica do ribeirão da Prata é o início de pouco mais de uma década de presença marcante de técnicos alemães que irão disseminar ali novos conhecimentos técnicos, que perdurariam no centro de Minas Gerais durante o século XIX. Entre os muitos que ali estiveram, o irmão de Wilhelm, Ernest Von Eschwege, além do técnico Schonenwolf, são as mais constantes personalidades. Dois outros alemães, metalurgistas práticos, o primeiro chamado de Mestre Mosebach, e outro chamado Feldner, também estiveram brevemente na Fábrica do Prata² (ESCHWEGE, 1979; SOMMER, 1952).

Eschwege recebeu muitos viajantes naturalistas na fábrica Patriótica, como G. H. Von Langsdorff; Johann Baptiste von Spix; Carl F. P. von Martius, em 1817. Também o Pintor Thomas Ender, que viajou com Spix e Martius por algum tempo. Outros amigos, como von Olfers, Friedrich Sellow e Carlos Martins Penna, que acompanharam Eschwege em viagens. Saint-Hilaire esteve ali em duas ocasiões diferentes, em 1816 e 1818 (ESCHWEGE, 1979; SOMMER, 1952).

A afirmação de Werner Baer de que o siderurgista francês Jean de Monlevade também teria trabalhado ali, no início das atividades, é incorreta, já que a Fábrica Patriótica começou a operar em 1812 e o siderurgista francês só chegou às Minas Gerais em 1817. Mesmo assim, ele veio para uma breve excursão, com o objetivo de determinar se ali poderia realizar seus planos. Voltou ao Rio de Janeiro e só em meados de 1818 retornou a Minas para finalmente se estabelecer. Dirigiu-se inicialmente à Sabará e, posteriormente, a Caeté. Pode ser que ele tenha visitado a Patriótica, mas nenhum documento conhecido confirma essa hipótese (BAER, 1970; PASSOS, 1973).

Um sócio alemão de Eschwege em outro empreendimento, Roque Schuch, que comprou a fábrica de ferro que Eschwege fundou próximo a Antônio Pereira, esteve, com certeza na Patriótica. Ele andou pela região, sendo que o geólogo Boubé, em sua obra *Manual de Geologia*, menciona que ele lhe deu, em 1840, nota sobre jazidas de argilas provenientes de um lugar

² Mestre Mosebach voltou à Europa com o irmão de Eschwege, Ernest, em 1814 após ter perdido um olho. Não se sabe se o acidente ocorreu na construção ou operação dos equipamentos da fábrica do Prata.



chamado Cambraia, entre Cachoeira do Campo e Itabira do Campo. A fazenda ainda existe, com acesso, hoje, pela estrada de Ouro Preto, no trecho entre Itabirito e Amarantina (BOUBÉ, 1846:70). Outro personagem pouco conhecido, o filho adotivo de Eschwege, também pode ter estado ali quando criança, fazendo companhia ao pai, mas não há documentos a respeito³ (BARBOSA, 1977; BOUBÉ, 1846; SOMMER, 1952).

O Barão de Eschwege andava muito pelas redondezas, em constantes diligências, e orientava as explorações minerais por ali, inclusive as lavras de propriedade de seus sócios, das quais também comprou pequena participação⁴ (BARBOSA, 1977; ESCHWEGE, 1979).

Eschwege possuía ainda residência em Ouro Preto e recebeu ali Freyress, Langsdorff e Saint-Hilaire, Sellow e Olfers, Spix e Matius, Pohl (1820/1821). Alguns destes estiveram na fábrica de Prata, como Saint-Hilaire. Outros viajantes passaram pela região, utilizando o caminho do Rodeio, sem, contudo, visitar a Fábrica Patriótica, pois se encontrava um pouco distante do caminho tradicional. Outros ficaram menos tempo e a fábrica recebia em suas dependências, esporadicamente, viajantes estrangeiros curiosos que ali pousavam e a quem eram mostradas as instalações. As impressões de viajantes serão abordadas adiante.⁵

Durante o confuso período pré-independência, em 1821, a fábrica teria fechado, segundo alguns autores, informação que foi repetida à exaustão, com base no fato de que, naquele ano cessara qualquer referência à fábrica. Porém, o período logo subsequente, de grande inconstância política, da abdicação de Dom Pedro I, em 1831, até o final das regências, com o golpe da maioria em 1840, não corresponde necessariamente a um período difícil para a região central de Minas. Há indícios de que, para as elites locais, a maior liberdade política do período regencial, quando vigoraram governos parlamentares que privilegiavam a autonomia das províncias, o período foi de prosperidade relativa, com a maior parte da receita dos tributos sendo aplicada localmente. Aliás, parte desse estado de coisas já vigorava desde que D. Pedro I, necessitando do apoio das elites provinciais, aprovou muitas leis que favoreciam os proprietários de terras e governos locais (IGLÉSIAS, 1958; MARINHO, 1987; NEVES, 2010).

A origem da Fábrica Patriótica é uma carta enviada pelo Conde da Palma ao ministro Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 20 de agosto de 1811, propondo a criação de uma sociedade para produzir ferro nos arredores de Vila Rica. Ao capital inicial seria composto por quatro contos de réis divididos em dez cotas. Uma dessas cotas foi subscrita pelo Conde de Barca, duas pelo siderurgista e mineralogista Barão Von Eschwege e, as sete restantes, pelos irmãos Romualdo José Monteiro de Barros, Barão do Paraopeba, e Lucas Antônio Monteiro de Barros, Barão de Congonhas do Campo. Nas diligências para a escolha do lugar ideal para erigir a fábrica muitos locais foram visitados e analisados, principalmente nas imediações de Antônio Pereira, mais próximo a Vila Rica. Entretanto, a escolha recaiu em uma área nas terras dos sócios majoritários, os Monteiro de Barros, em Congonhas, junto ao ribeirão da Prata, em meio de abundantes suprimentos de água, minério e matas para o fabrico do carvão. (BARBOSA, 1977; ESCHWEGE, 1979; LIBBY, 1998; RENGER, 2007).

Apesar da distribuição das cotas ter sido descrita em várias obras como está acima exposto, uma certidão retirada em cartório em 1914 pelo Secretário da Prefeitura de Belo Horizonte e Diretor da Biblioteca Municipal, Dr. Francisco de Assis das Chagas Resende, cuja cópia foi repassada recentemente pelo especialista em mineração e siderurgia históricas, Prof. Dr.

³ Na residência de Ouro Preto foi abandonado um bebê que Eschwege criou como seu filho. Este recebeu o nome de Ângelo, e foi para a Alemanha com o pai adotivo anos depois. O mistério de sua paternidade foi descoberta depois, e pode ter sido a causa da escolha do lugar do abandono ter sido a residência de Eschwege: o pai era alemão, João Ulrico de Oeynhaus. Ele era oficial do regimento de Cavalaria e provavelmente queria que o filho fosse criado por um patrício, que lhe ensinasse alemão, para mais tarde poder ter contato mais fácil com o filho. A mãe era filha de um coronel da Milícia de sobrenome Almeida.

⁴ Eschwege também teve outras empresas de mineração e forjas. As mais conhecidas foram a Mina da Passagem, em Passagem de Mariana, e a fábrica de ferro em Antônio Pereira.

⁵ Schoenenwolf foi depois cedido à fábrica de Ferro do Pilar, em Morro de Gaspar Soares, ao norte do Serro Frio, para fazer funcionar esse estabelecimento erigido pelo intendente Câmara.

Friedrich Renger ao promotor público do Patrimônio Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda, foram citados o total de dez sócios na escritura pública de fundação da Sociedade Patriótica. Além dos quatro já citados, são os outros seis: Brigadeiro Pedro Affonso Galvão de São Martinho; Dr. Matheus Herculano Monteiro da Cunha e Mattos; Desembargador Ignácio José de Souza Rebello; Secretário do Governo João José Lopez Mendes Ribeiro; Capitão Manoel José Monteiro e Capitão José Bento Soares. Este último era o tesoureiro e caixa da sociedade. (MIRANDA: 2011)

Inicialmente, a fábrica foi planejada com as seguintes instalações: "...4 pequenos fornos, 2 forjas de ferreiro, 1 malho e 1 engenho de socar, instalados todos em um único telheiro." Os instrumentos de trabalho não foram construídos totalmente no local. Importaram-se equipamentos caros e de difícil transporte pelas péssimas trilhas que levavam ao centro de Minas Gerais por essa época. Entre eles, equipamentos simples, sem sofisticação, assim como as parte mais sensíveis: "O malho, as luvas, as bigornas, dentre outros instrumentos, foram encomendados na Inglaterra, de acordo com as medidas por mim indicadas, pelo governo no Rio, que os presenteou à sociedade." (ESCHWEGE, 1979; ESCHWEGE, 2002)

Esses maquinismos eram movidos pelas águas do ribeirão da Prata, que tem sua nascente paralela à nascente do ribeirão dos Caldeirões, ambos dentro do atual distrito de Miguel Burnier. Entretanto, a área da antiga fábrica do Barão von Eschwege, na parte ocidental do distrito, e a área dos Caldeirões, tradicionalmente cortada pelo caminho novo, são separadas por uma alta serra chamada Capão D'água, exatamente pela divisão que faz entre as duas bacias, a do ribeirão da Prata e do ribeirão Sardinha, ambos tributários da bacia do rio das Velhas.⁶

Até o final da década de 1980, acreditava-se que a fábrica fechara após o retorno de Eschwege e Schonewolf à Europa, em 1821. Porém, no Mapa de População de 1831, dez anos depois, aparece a Fábrica Patriótica em pleno funcionamento, informação descoberta e coligida a partir dos Mapas de População do século XIX, em um amplo estudo de Douglas Cole Libby.⁷ (LIBBY: 1888).

Outro indício, muito tênue, é verdade, mas que cabe citar como algo mais do que simplesmente curioso, é que quando do tombamento da Fábrica Patriótica pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, quando ela estava sobre a propriedade da Companhia de Mineração de Ferro e Carvão (FERTECO) ali foram feitas diversas visitas e limpezas, sendo que uma descrição feita em 1942 por José de Casais citou a existência de pedaços de metal e blocos de ferro. Ora, o ferro ainda tinha alto valor em 1821, ano que supostamente a fábrica teria sido abandonada. É difícil acreditar que este material não tivesse sido retirado e vendido pelos proprietários residuais, e que permanecesse por cerca de 120 anos ao relento em boas condições. Fica a questão: seria estes materiais outro indício do funcionamento da Fábrica Patriótica muito além do ano citado de 1821? Infelizmente não foi registrado o estado destes materiais e nenhum estudo foi feito a partir deles. Nem mesmo registraram que fim foi dado aos mesmos. (MIRANDA: 2011)

Apesar disso, confirmada a continuidade de funcionamento da Patriótica pelas mãos dos antigos sócios de Eschwege, ficou evidente que poderia haver outros documentos com referências ao seu funcionamento. Entretanto documentos inéditos não aparecem todo dia, e nada de muito significativo apareceu desde 1988 que pudesse esclarecer essa nova fase da Patriótica, sem a coordenação técnica dos 'alemães'. Isto não impediu a releitura de documentos e obras relativas à história de Minas a procura de novos indícios. Apenas uma citação foi encontrada,

⁶Contudo, a maior parte dos canais de adução e outras obras nas redondezas da Fábrica Patriótica foram destruídas na mineração do ferro, ali e em outros morros adjacentes, durante o último quarto do século XX.

⁷No capítulo 3º de *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, Libby aponta a variação do número de fábricas de ferro na região central de Minas nos registros oficiais e relatórios de autoridades ao longo do século XIX. Elas teriam chegado a 120 em alguns momentos do auge da exploração do ferro baixando em certos momentos para menos da metade desse número.

com uma afirmação que trouxe mais indagações. Ela está documentada em uma passagem da obra do viajante inglês Sir Richard Burton:

“Apenas avistamos duas casas: A Fazenda do Pires, com sua avenida de araucárias, e, profundamente enterrada nos morros, uma fundição de ferro, pertencente ao comendador Lucas Antônio Monteiro de Castro.” (BURTON, 1976: 159)



Figura 2 - Visita às ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica por Álvaro da Silveira, em julho de 1913.
Foto: Álvaro Astolpho da Silveira (1913).

Lucas Antonio Monteiro de Castro, da família dos Monteiros de Barros, é sobrinho de um dos sócios de Eschwege. Burton não sabia de quem se tratava e deve ter escutado e anotado em conversa com o guia local. A passagem não deixa dúvidas: a fábrica existia, e o fato de ser avistada, ainda possuía seu enorme telheiro. As pessoas da região que passavam pelo local, como o guia, sabiam de sua existência e sabiam o nome do proprietário. É muito provável, portanto, que a fábrica funcionara até depois de 1831, já que se estivesse abandonada desde então, não sobreviveria para ser avistada em 1867, ou seja, 36 anos depois. Mais ainda, ao ler a obra de Burton podemos perceber que ele é detalhista o suficiente para sempre distinguir as construções em boas condições, das arruinadas. Essas informações dão outra dimensão às questões acerca do lugar da Fábrica Patriótica no conjunto do patrimônio histórico e arqueológico.

Passando à questão dos trabalhadores, a mão de obra das fábricas de ferro era, em geral, constituída de uma porcentagem significativa de escravos. No caso da Fábrica Patriótica, Eschwege buscou treinar homens livres, ou utilizar escravos alugados para certos serviços. No entanto, registrou que 28 trabalhadores livres deixaram a fábrica para, em geral, montarem as próprias forjas após aprenderem o ofício. Os escravos alugados foram retirados pelos seus donos após o mesmo período de aprendizado, pois se interessavam eles que seus escravos

operassem forjas em suas próprias fazendas. Eschwege comprou então, a contragosto, 20 escravos. Em 1831, a fábrica operava com 55 trabalhadores escravos (LIBBY, 1988).

Como as afirmações sobre a Patriótica, a afirmação de que muitos dos trabalhadores que abandonaram o trabalho o fizeram para montar suas próprias forjas nas redondezas, coloca também outra questão inconclusa: a da localização destas. Algumas delas podem estar no território do distrito atual de Miguel Burnier, ou nos arredores, nos distritos de Engenheiro Correa, Santo Antonio do Leite e Bação (Itabirito), ou nos municípios de Ouro Branco e Cachoeira do Campo.

Deixando os que se foram e tratando dos que chegavam, entre os viajantes que estiveram na Fábrica Patriótica ou no distrito de São Julião, o alemão George Wilhelm Freyreiss foi o que mais tempo passou com o Barão de Eschwege, indo à Fábrica Patriótica e em algumas das fazendas da região, por volta dos últimos dias de outubro e primeiros de novembro de 1814. Entretanto, o registro de Freyreiss é confuso e, apesar do registro da visita à fábrica e à fazenda do Capão, o resto do relato possui lacunas e nomes grafados erroneamente, sendo que até hoje não se descobriu a identidade de todos os lugares que visitou. Talvez ele tenha sido o viajante que menor entendimento teve da língua portuguesa (FREYREISS, 1982).

Outro viajante que cruzou pelos caminhos do distrito de São Julião foi o inglês John Mawe, que fez observações do entorno, citando Capão e as explorações de topázio na região contígua. Ele ali passou pelo final de agosto ou início de setembro de 1809:

“A região que percorremos neste dia nos pareceu muito árida, sendo em geral bem pobre de terra vegetal e apenas resguardada dos ardores do sol por pequeno número de árvores. Observamos nas montanhas várias fendas ou rachaduras, que apresentavam singulares massas estendidas em todas as direções como montões confusos de ruínas de arquitetura, nelas se viam veios de talco mole e cascalho pobre em ouro. A rocha era de xisto argiloso, friável e muito ferruginoso. Ao fundo dessas fendas, que aparecem ter sido produzidas pela separação de parte da montanha da outra (provavelmente ocasionada pela infiltração das águas), havia pequenos regatos, que, no tempo de chuva, se transformam em torrentes e correm com muita rapidez” (MAWE, 1978:120).

O viajante mais ilustre a viajar pela região, ainda no período Joanino, foi o francês Auguste de Saint-Hilaire que descreveu um dia, em inícios de dezembro de 1816, em que excursionou por sobre a Serra do Ouro Branco, ou Deus te Livre, em observação de plantas nativas. Esse dia de observações terminou com um jantar e pouso na fazenda Capão, onde “...nas proximidades se encontram topázios...”. O caminho descrito pelo naturalista obrigatoriamente o faria passar por Rodeio ou pelo Chiqueiro dos Alemães, as duas rotas possíveis para empreender esse caminho, segundo a leitura do mapa produzido por Von Eschwege (SAINT-HILAIRE, 2000; ESCHWEGE, v. 1, 1979).

Em outra viagem, entre janeiro e fevereiro de 1818, Saint-Hilaire, no caminho de Cachoeira do Campo para Congonhas, se desentendeu com o seu guia, e se separaram próximos à parte do caminho que passa por São Julião, no lugar denominado Lagoa, não muito distante do atual local da Usina Wigg:

“Colhendo muitas plantas, fiquei para trás. Eu me havia desentendido com meu tropeiro, e depois do lugar chamado Lagoa, segui um caminho diferente do dele. Desci a princípio por um caminho muito difícil, em profunda ravina; depois, tendo escalado a encosta que faz face a aquela que eu vinha de descer, achei-me em uma região alta, no meio de montanhas. Não via mais que imensas pastagens, onde milhares de trilhos de gado cruzavam todos os sentidos; nuvens espessas anunciavam uma tempestade. Errando por aqui e acolá, a fim de descobrir uma casa, senti-me feliz ao descobrir uma ao longe....” (SAINT-HILAIRE, 1974: 89)

Depois de se desentender com o dono da primeira casa que o destratou, Saint-Hilaire seguiu perdido até achar outra casa:



“Avistei ao longe outra habitação e para lá me dirigi; o proprietário ofereceu-se para conduzir-me até à casa de Francisco da Costa, aonde pensava poder pernoitar. A noite surpreendeu-me logo; entretanto não tardei a reconhecer que seguíamos o caminho por onde já havíamos passado. Quando chegamos ao fundo da ravina de que venho de falar, a escuridão era tal que era absolutamente impossível distinguir os objetos que nos rodeavam. Durante o dia esse caminho já me parecia horrível; à noite ele pareceu-me cem vezes mais. Caminhava com precaução extrema, trazendo a minha besta pelo cabresto; mas o declive do terreno acelerava o animal que me empurrava frequentemente e eu receava que ele fosse cair por cima de mim. Chegado ao fundo da grota encontrei um regato e, para alcançar a outra margem... cheguei sem acidentes à casa de Francisco da Costa, que faz parte do distrito chamado Lagoa, diante do qual havia passado sem sabê-lo” (SAINT-HILAIRE, 1974: 89).

Na manhã seguinte, Saint-Hilaire continuou seu caminho por São Julião, ainda meio desorientado, reencontrando o seu tropeiro e indo, agora acompanhado, ao Pires:

“Reiniciei a viagem no dia seguinte pela manhã, e, a pouca distância da casa de Francisco da Costa, deparei, ao pé da montanha, a lagoa que dá nome ao distrito. Próximo do lugar chamado Pires, encontrei meu tropeiro Manuel Soares, que, na véspera havia parado, com minha caravana, à margem da estrada, em uma casa abandonada. Caminhamos juntos e fomos pernoitar no lugar chamado Pires” (SAINT-HILAIRE, 1974: 90).

Saint-Hilaire ainda visitou as forjas do ribeirão da Prata. Deu pequeno resumo de sua história, como a ouviu do Barão, mas como não era um técnico, descreveu as instalações e operações de forma extensa, mas sem observações pessoais (SAINT-HILAIRE, 1974).

Os seguintes visitantes da Fábrica Patriótica foram os Bávaros Johann Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius, em abril de 1818. Eles se deslocaram por toda a região, parte dela em companhia de Romualdo José Monteiro de Barros, proprietário das terras e sócio da Fábrica Patriótica, assim como de muitas minas nas redondezas:

“Ao meio dia chegamos à Forja da Prata.... O inspetor da forja de ferro acompanhou-nos, no dia seguinte, à lavra, uma e meia légua distante à sudeste, pertencente ao Sr. Romualdo José Pereira de Barros, a meta de nossa viagem. Aqui fomos acolhidos pelo proprietário, coronel de milícias, com a generosa hospitalidade própria ao mineiro. Depois do almoço levou-nos ele à sua lavra... (contendo ouro). O metal é tão finamente disperso no quartzo desagregado, que nas fendas está coberto de uma camada terrosa contendo pirolusita, e as partículas de seu pó não podem as vezes ser reconhecidas a olho nu. A ganga é, em certos lugares, extraordinariamente rica desse metal. Na nossa presença, o negro, lavando um pedaço de quartzo do tamanho de um punho, quebrando-o a martelo, obteve uma porção visível de muito fino pó de ouro do valor de cem réis. Também o xisto argiloso, que nas fendas é igualmente coberto de pirolusita terrosa e está frequentemente coberto de um preto dendrolítico, contém ouro; porém nesta mina só se exploram filões de quartzo. Para desentranhá-los, o dono tem descalçado a montanha em diversos lugares, por meio de violentos jatos d'água, e com isso produziu tão íngremes barrancos na pedra friável, que mal se pode, sem perigo de desmoronamento, prosseguir pelas veias mais adentro. Seria muito mais aconselhável fazer exploração sistemática com galerias em carpintaria e poços. O ouro, aqui obtido, é, em geral, de vinte e dois quilates” (SPIX & MARTIUS, V.1, 1981: 89).

Visitaram os naturalistas Bávaros ainda outra mina, abandonada, de cromato de chumbo, além da outra fábrica de ferro de Eschwege, a noroeste de Antonio Pereira. Apenas a mina estava nas imediações que nos interessam aqui:

“À tarde, fomos ao campo chamado Goiabeira, à mina, hoje abandonada, onde o cromato de chumbo foi descoberto. Ela dista apenas uma légua da fazenda do Sr. Monteiro de Barros, numa colina baixa de argila, que em geral inclina-se de N.N.O. para S.S.E.. Debalde revolvemos as ladeiras a fim de achar algum pedaço grande

desse raro mineral, até que enfim o coronel nos conduziu a uma pequena galeria, que ele havia mandado abrir” (SPIX & MARTIUS, V.1, 1981:90).

O último viajante a excursionar pela região próxima foi Johann Emanuel Pohl, em janeiro e fevereiro de 1820. Ele esteve no Capão do Lana, Chiqueiro, Chiqueiro do Capão, Alto do Morro, fazenda do Capão, Boa Vista e excursionou pelas cristas da Serra de Ouro Branco. Não desceu, no entanto, pelo Rodeio, logo voltando à Ouro Preto (POHL, 1976).

Aqui acabam os relatos e passagens mais interessantes. Não devemos esquecer que o Barão von Eschwege, foi também superintendente do governo provincial para as explorações auríferas e, por volta de 1814, listou sete mineradores que exploravam com sucesso suas lavras em Congonhas do Campo, próximas ao povoado, e mais quatro em lavras um pouco mais distantes. Apesar dos esforços de registro, nem todos os lugares podem ser hoje identificados com segurança. Registrou haver lavras nas Goiabeiras, no Morro de Santo Antônio e, mais distantes, em um lugar chamado Grupiara e em outro com o sugestivo nome de Morro em Minas (ESCHWEGE, 1979).



Foto 1 – Visão geral e atual das ruínas da antiga Fábrica de Ferro Patriótica. 2012. Foto: Henrique Piló.

O FIM DO PERÍODO JOANINO E O CONFUSO PERÍODO REGENCIAL

Os problemas políticos que se sucedem em decorrência da Independência não refletiram de forma igual em todos os locais do país e da Província de Minas Gerais. A primeira consequência da volta de boa parte da Corte para Portugal foi uma diminuição do fluxo comercial no eixo do Rio de Janeiro, refletindo em várias partes de Minas Gerais que estavam ligadas ao Rio por laços comerciais. Junto com a Corte, retornaram à Europa um grande número de estrangeiros que a acompanhavam, ou que aqui esperavam o fim das guerras napoleônicas e notícias sobre as condições políticas e de trabalho nos seus respectivos países. Entre os que fizeram o trajeto de volta à Europa em 1821 estavam Eschwege e Schonenwolf, afetando os trabalhos siderúrgicos e explorações minerais em que atuavam (ESCHWEGE, 1979; PAIVA, 2009; PIMENTA, 1971).

No que tange à mineração aurífera, acordos políticos e um decreto de 1829 tornaram-na uma faculdade que prescindia de autorizações do governo para os proprietários de terras que fossem brasileiros natos. Se isso fomentou alguma exploração nova ou maior empenho nas antigas, não há comprovação. Só alguns anos após sua ascensão ao trono, D. Pedro II revogou o decreto e tentou restabelecer o direito Régio sobre a exploração mineral, mas isso foi de pouca efetividade (NEVES, 2010).

Os registros oficiais dos censos da década de 1830 parecem ser incompletos, ou ao menos dependentes da boa vontade dos poderes locais, e estes não corresponderam ao empenho esperado. Deste período é o registro do funcionamento da Fábrica Patriótica, do qual nos referimos antes (LIBBY, 1998).

Os viajantes que vieram a Minas após as turbulências iniciais, como Henry Charles James Fox Bunbury, viajante e naturalista inglês que por São Julião esteve em 16 de janeiro de 1835, nada registraram de positivo, e, em geral, enfatizaram o abandono (BUNBURY, 1981).

Esse viajante, em particular, registrou na volta de Ouro Preto para Barbacena, ter passado pela fazenda de "Chiqueira", duas milhas adiante do pouso de nome "Capão" (onde dormiu também na ida, quando, porém, pegou um caminho por Ouro Branco). Neste local, (próximo ao Chiqueiro dos Alemães) segundo ele, dividia-se o caminho para Barbacena e São João d'el Rei. Pegando o caminho para São João d'el Rei, passou adiante por "Rodeio", local em que desceu dos "altos campos" por um caminho "estrito e escabroso", passando próximo ao "pé da serra do Ouro Branco" e tomando a direção de Congonhas (BUNBURY, 1981).

Muito tempo se passou sem registros de outros viajantes em São Julião, mas além dos levantamentos oficiais da década de 1830, outro levantamento apenas bibliográfico sobre Minas Gerais foi feito por Raimundo José da Cunha Matos, então presidente da *Sociedade Auxiliadora da Indústria*, que terminou em 1837 a pesquisa para a *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, publicada muito após sua morte, em 1839 (MATOS, 1981).

Cunha Matos, ao descrever os problemas no processo de levantamento de todos os dados naturais, sociais e econômicos da Província, forma um quadro nada promissor: mineração decadente, cara e incerta, presa à ignorância e à venalidade dos guardas-mores; matas destruídas a tal ponto que "...extinguiram a força de sua reprodução"; agricultura melhor do que "no tempo passado", mas com resultados que não "correspondem ao número de braços que a ela se acham aplicados" (MATOS, 1981).

Entretanto, entre os dados compilados sobre a região de Ouro Preto, o Arraial do Rodeio aparece com 365 fogos e 265 almas, o que, se comparado a outros arraiais, leva a uma taxa de ocupação muito baixa. Essa informação faz desconfiar de um erro, pois isso daria a ocupação de apenas 0,7 por fogo, o que não faz sentido. Então, a única fonte para este período confiável para outros dados, no caso específico de Rodeio, não podemos nos fiar (MATOS, 1981).

O próximo registro, realizado por Hermann Burmeister, naturalista alemão que viajou por um ano e meio pelo Brasil - ficando cerca de cinco meses com o dinamarquês Peter W. Lund em Lagoa Santa - corresponde à sua volta para o Rio de Janeiro, em finais de novembro de 1850. Por estar convalescendo de uma séria fratura no fêmur ocorrida havia alguns meses, Burmeister não descreveu detalhadamente os arredores. Ainda assim deixou pistas sobre por onde andou na região:

“...Todos os rios que nascem ao norte da serra da Cachoeira deságuam no rio das Velhas, enquanto os que nascem a sul correm para o Paraopeba. O ribeirão da Soledade, o primeiro deles e o menor, atravessamo-lo sem molhar as pernas dos nossos animais, tão pouca era a água que corria no seu leito” (BURMEISTER, 1980:235).

Acontece, porém, que Burmeister vinha de norte para sul, mas, tudo indica, em um trajeto curvo, talvez desviando de alguma estrada temporariamente interditada. Vinha em direção a Ouro Branco e Congonhas, e ainda não havia chegado ao Chiqueiro. Hoje, o ribeirão de Soledade fica ao sul, encontrando-se com o ribeirão Burnier. Mas, antigamente, todos os dois se chamavam Soledade, o que induz a acreditarmos que o ribeirão atravessado foi o atual Burnier. Isso coloca Burmeister atravessando esse ribeirão logo a sudoeste da área da antiga sede da fazenda dos Caldeirões, próximo à atual Igreja de N. S. Auxiliadora de Calastróis, pois ali, nas cabeceiras, haveria pouca água, mesmo em fins de novembro. Ele continua:

“Na margem oposta, que era coberta de plantas e arbustos de folhagem muito fina, seguimos rio acima, para depois subir as encostas, que eram bastante íngremes, mas menos altas. O terreno era formado por micaxisto coberto de barro. Depois de havermos subido um pouco, avistamos, à nossa esquerda, uma pequena fazenda, à sombra de gigantescas gameleiras; não encontrando ali viva alma, nem pudemos saber o nome da fazenda. A minha perna quebrada fez-me perder a ocasião de visitar as furnas de Capão do Lana, que ficavam perto e onde se encontram topázios e euclásios, bem como, mais ao sul, os lugares onde há os minérios de chumbo e de cromo, no morro de Santo Antônio” (BURMEISTER, 1980:218).

O fato dele não registrar o nome da fazenda é um dilema aos historiadores, já que ele estava exatamente na área em que havia, pelo menos, meia dúzia delas próximas umas das outras. Continuando ele chega ao Chiqueiro, fazendo um mal humorado comentário:

“Decorrido pouco tempo, atravessamos um rio estreito num terreno lamacento e barrento. Deste lado do rio continuavam os mesmos campos a que os brasileiros dão o nome de ‘chapadas’, e, depois de meia hora, chegamos a um rancho, ao redor do qual havia várias habitações. ... O lugar chamava-se Chiqueiro, e seu nome era bem justificado; as casas eram das mais miseráveis e a população inteiramente composta de pretos e mulatos.” (BURMEISTER, 1980:219)

Na verdade, o nome Chiqueiro é relacionado ao cercado que os mineradores fazem nos ribeiros de pouca água para batearem (RBG, 1943).

Aliás, quanto às localidades existentes, no mapa desenhado pelo Barão Von Eschwege, quando este era Superintendente das Minas do Ouro, estão marcados os seguintes locais: Chiqueiro dos Alemães, Rodeio, Chiqueiro, Caldeirões e Capão do Lana, além, é claro, da fábrica de Ferro Patriótica, todos, à exceção do Capão do Lana, na região onde hoje é o distrito de Miguel Burnier (ESCHWEGE, v.1, 1979).

Quanto às riquezas minerais, Von Eschwege registrou também a existência de ouro e topázios na região. O ouro, já muito explorado nas proximidades, continuava aparecendo em boa quantidade ao nordeste da Fábrica Patriótica, (e a noroeste de Miguel Burnier) no chamado Morro de Santo Antônio, numa região ao sul da área que hoje ainda é chamada de Santo Antonio do Brejo, logo a sudoeste do atual povoado de Engenheiro Correia. Nesse morro existiram três lavras, com proprietários diferentes, uma delas pertencente ao sócio de Von Eschwege na Patriótica, coronel José Romualdo Monteiro de Barros (ESCHWEGE, 1979).



O Morro de Santo Antônio, explorado em suas lavras auríferas século XIX adentro, era uma referência importante na região e em uma das primeiras descrições que faz da fábrica, Eschwege usara-o como referencial de localização da mesma.

“Mais ou menos a uma légua de distância ao norte do Morro de Santo Antônio, na base da elevada Serra da Boa Morte, que aqui toma o nome de Serra de José Pereira, está situada a fábrica de ferro do Prata...” (ESCHWEGE, 1979:9)

O SEGUNDO REINADO

O Segundo Reinado, que se iniciou com a maioridade de D. Pedro II, em 1840, foi o período de maior decadência econômica no distrito de São Julião até então. Isto se explica pelo peso relativo das atividades econômicas, que nesse período mudaram de direção e de produtos. Se no período colonial o ouro, em seguida as roças de subsistência e o gado formavam o pecúlio do fazendeiro, e os caminhos eram movimentados, nas décadas finais da colônia, algum ferro apontava para propriedades autos suficientes, que poderiam formar fortunas. Mas, com o fim do ouro, o esgotamento da terra e o aumento do custo da mão de obra escrava, muitas dessas fazendas tornaram-se deficitárias. Esse é o quadro da economia em São Julião, com êxodo da mão de obra especializada dos alemães, depois de outros trabalhadores e até de proprietários. Em geral, eles saíam em busca de locais mais favoráveis às lavouras de exportação, inicialmente a cana, o tabaco e o algodão; logo mais, o café (LIBBY, 1998; NEVES, 2010; PAIVA, 2008).

Na transição do período das regências para o Segundo Reinado, com o golpe da maioridade que colocou D. Pedro II no poder aos 14 anos, houve uma reversão das tendências descentralizadoras ocorridas pelo caráter parlamentar e rotativo do poder que vigorara nas regências. O novo titular do poder e seus conselheiros próximos acreditavam que o quadro político deveria finalmente, depois de décadas de insegurança sobre a unidade do país, reaglutinar poderes nas mãos do novo monarca (COSTA, 1998).

Durante o final do período regencial, os Liberais haviam concordado com que se empossasse o novo monarca, desde que fossem asseguradas certas liberdades das províncias que vigoraram durante o período Regencial. Para tal, foi editado o *Ato Adicional de 1840*, que deixava parte significativa de tributos e competências às províncias. Porém, alguns anos no poder convenceram os conservadores que medidas nesse sentido enfraqueciam o poder Monárquico, e lançou-se mão de uma *Lei de Interpretação do Ato Adicional*, que retirava várias das liberdades que o Ato Adicional deveria assegurar. Esse foi o principal motivo para a eclosão da Revolução Liberal, principalmente entre parte da elite de certos estados que se sentiu prejudicada (IGLÉSIAS, 1958).

A revolta eclodiu em diversos lugares, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Ao serem derrotados os revoltosos paulistas, nas primeiras semanas de julho de 1842, logo no início do movimento, os mineiros que buscavam apoio por toda a Província para cercar a capital Ouro Preto, que se mantinha nas mãos dos legalistas, ficaram em delicada situação. Esperavam, com a tomada da cidade, angariar forças e adesões. O simbolismo dessa ação permitiria, a partir dali, negociar em uma posição de força.

Os mineiros vacilavam, entretanto, em manterem sozinhos um movimento que enfraquecia dia a dia, já que, com a aproximação das forças legais vindas da Corte e de São Paulo, muitas das adesões iniciais já se retiravam, recolhendo-se muitos às suas propriedades ou passando para o lado dos governistas (MARINHO, 1977).

A região em torno das divisas entre as antigas comarcas do Rio das Velhas, do Rio das Mortes e de Ouro Preto, onde estão as nascentes dos rios das Velhas, Paraopeba e Manairt, afluente do Doce, era área de elevadas altitudes e de caminhos tradicionais que passavam por antigos

povoados e fazendas. Por essa razão, era ponto de importância estratégica fundamental para o controle do centro da Província de Minas (como o tinha sido antes, na guerra dos Emboabas). Nessa região se situava o distrito de São Julião, pertencente a Ouro Preto, mas muito próximo das vilas de Congonhas e Ouro Branco.

A então vila de Queluz foi tomada e retomada por tropas rebeldes e legalistas no mês de julho de 1842. Juntos a esses movimentos, destacamentos auxiliares se deslocavam entre Congonhas, centro importante do movimento rebelde, e as povoações próximas de Ouro Branco, Suassuí e, mais além, Cachoeira do Campo (onde se dava a junção das comunicações com os rebeldes que operavam a partir da região de Sabará), passando por vezes no território do distrito de São Julião (MARINHO, 1977).

Participaram da rebelião importantes pessoas de Congonhas do Campo. Nas ações governamentais de repressão, destacou-se a família Monteiro de Barros, de onde provinham os antigos sócios do Barão Von Eschwege, na Fábrica de Ferro de Congonhas do Campo, proprietários da fazenda da Boa Esperança, no distrito vizinho de Boa Morte. Nas ações militares iniciais, foi comandante da terceira coluna governamental, até o dia 17 de julho de 1842, um membro dessa família, o coronel da Guarda Nacional, Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, mas que logo entregou o comando da coluna ao coronel José Feliciano de Moraes Cid (MARINHO, 1977).

Um episódio obscuro, relacionado diretamente ao abandono e arruinamento da capela de São Julião a partir desse ano de 1842, foi o assassinato ali, no contexto das desordens e perseguições da revolta liberal, do Padre Maciel. Este era ligado à família dos notórios antigos inconfidentes, José Álvares de Maciel, pai e filho homônimos, cuja família ali ainda se constituía proprietária de terras em meados do século XIX. A notícia do assassinato ficou registrada no Livro do Tombo da Igreja de Nossa Senhora de Calastróis, construída entre 1904 e 1905, mas cujo respectivo livro foi aberto quando de sua elevação à matriz, em 1918. Não é citada a fonte da notícia:

“Assim que teve origem e uma certa vida a capela de São Julião ficando pertencendo à Matriz de N. S. do Pilar de Vila Rica até o começo do século XVIII quando passou ser administrada pelo vigário de Congonhas do Campo até pelo ano de 1842, guerras de “Luzia”, em que consumou-se nela um crime de homicídio na pessoa do Padre J. Maciel, ficando pelas leis canônicas interdita. Como ninguém se interessasse de mandar levantar o interdito e reabilitá-la ao culto, assim ficou completamente abandonada “à fúria dos tempos”, que em breve arruinou restando de pé só os muros laterais para atestarem a sua antiga opulência e riqueza da região” (Livro do Tombo n.1– 1918-19?).

Apesar do conhecido envolvimento de clérigos na revolução Liberal, sendo inclusive um dos seus mais destacados líderes o cônego José Antônio Marinho, não foi possível até agora encontrar a motivação do assassinato ali ocorrido. Não podemos esquecer aqui os problemas que cindiram o clero, fizeram abandonar-se o Seminário do Caraça e colocaram tantos religiosos em oposição à Coroa.

Em resumo, tudo começou com o código criminal de 1830, que em seus artigos 78 e 80 proibia a obediência de clérigos brasileiros a superiores de outras nacionalidades. Esses artigos reiteravam e reinterpretavam as disposições contidas sobre o poder do monarca de nomear todos os religiosos, conferida pela instituição do Padroado, que colocara como líder máximo e representante da igreja Católica no país, o próprio monarca (MARINHO, 1977; GRINBERG, 2008).

Muitas Ordens não aceitaram tais disposições. Entre os lazaristas, que administravam o seminário no Caraça, o colégio de Congonhas do Campo e outras igrejas e instituições de ensino, houve uma profunda divisão entre aceitar ou não essa imposição (CASTRO, 1936; MARINHO, 1977; ZICO, 2000).



A proximidade de relações dos párocos com a população local os tornava sensíveis às reclamações, sendo que, tal sensibilidade, aliás, constituía um requisito importante para o sucesso e a legitimidade dos religiosos frente à sociedade. Questões sensíveis, como as relacionadas aos impostos podiam colocar as elites regionais contra a Coroa, complicando essa relação triangular. Se o Ato Adicional de 1934 foi inicialmente benéfico tributariamente às Províncias por colocarem em suas mãos a competência para organizarem seu próprio sistema de cobranças, por outro lado, torná-lo real e funcional era demorado. Com a Lei de Interpretação do Ato Adicional, em 1841, todo esse relativo progresso em direção à autonomia das províncias ameaçou ruir, e muitos religiosos, já sentindo em vários outros pontos o aumento do conflito entre Estado Monárquico e Igreja, aderiram aos reclames dos seus fiéis (MARINHO, 1977; GRINBERG, 2008).

Outro ponto de discórdia foi a tentativa, em 1842, de realizar a matrícula cartorial dos escravos pelo governo central, como meio de cobrar a meia sisa sobre a venda de escravos ladinos. Essa medida ia contra os interesses de muitos proprietários, pois iria não só aumentar seus gastos, mas desmascarar o fato de que muito possuíam escravos contrabandeados, entrados na Província após a data em que entrara em vigor a proibição do tráfico, em 1831 (MARINHO, 1977).

De qualquer forma, o século XIX é um longo século para a região do Rodeadouro da Itatiaia, de altos e baixos constantes e muito rebuliço. Conhece cedo a prosperidade, por via, principalmente da fábrica de ferro Patriótica e de lavras e lavouras ainda muito importantes, mas que convivem lado a lado com a pobreza e a violência herdadas da sociedade complexa formada no período colonial.

SÃO JULIÃO APÓS A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

Após a Revolução Liberal, apesar da volta da paz, as mudanças econômicas que se esboçaram anteriormente para as Assembléias Provinciais e para as Câmaras Municipais definham temporariamente. Apesar do quadro tributário não mais se modificar significativamente, a economia provincial foi retomando a normalidade, com a questão das comunicações com o Rio de Janeiro entrando novamente na pauta política. Entre a inauguração da estrada do Paraibuna e a comunicação com o Rio de Janeiro por estrada carroçável, em 1861 até 1869, quando foi abandonada, houve um aumento no tráfego das receitas, mas que não foi tão significativo quanto se esperava. Contudo, foi o auge do número das fábricas de ferro, principalmente ao norte, e nas periferias da Província, o que indica, talvez, que a dinâmica mais forte da economia no centro pode ter estimulado o surgimento de forjas. Ao mesmo tempo, no entorno imediato da estrada citada, não parece haver o mesmo estímulo (IGLÉSIAS, 1958; LIBBY, 1998; PIMENTA, 1971).

A pouca influência econômica da efêmera ligação (intermitente, é verdade) do centro de Minas com o Rio de Janeiro, entre 1861 e 1869, permitiu que se abandonassem os esforços de mantê-la aberta, o que foi antes sintoma de um novo ciclo de depressão da economia local. A pouca falta que fez parece estar relacionada ao fato de que para grande parte do centro da Província, o eixo econômico já havia se deslocado por conta do ascendente café, e outras lavouras, principalmente na direção da Zona da Mata e Sul de Minas, agravando o abatimento de certas atividades no centro de Minas e o decréscimo do trânsito nos caminhos (PIMENTA, 1971).

Nesse panorama até mesmo o distrito de São Julião é atingido, pois parte da família Monteiro de Barros abandona a região, adquirindo novas terras no norte da Zona da Mata, transformando-se em ricos cafeicultores.

Para os historiadores, os registros que se relacionam com a economia local são pouco claros neste período. Para o distrito de São Julião, onde ainda residem e operam proprietários



conhecidos pela sua opulência passada, e onde as forjas esgotaram a cobertura vegetal, a crise será gradualmente mitigada com a reativação da exploração mineral e com a chegada dos trilhos, nos anos finais da monarquia, pelo importante trecho da estrada de ferro D. Pedro II, futura Central do Brasil.

Só o final do século XIX traz, no caudal do novo surto econômico mundial de características industriais e do novo capitalismo que demanda novas matérias-primas, ressurgem o interesse no distrito de São Julião, trazendo para ali empreendedores de várias partes do país. A região que passa a dispor de uma infra estrutura mínima, mas importante, na forma da estrada de ferro D. Pedro II, também possuía matérias-primas diversificadas em quantidades variadas, algumas demandando pesquisas. Elas poderiam ser usadas para servir tanto à industrialização local como para mover as indústrias de outras províncias do país e outros países do mundo. Os que ali mais verteram capitais, interessados e sintonizados com as novas oportunidades econômicas, já atuavam na região há algum tempo: o gaúcho Carlos Wigg e seus sócios, que finalmente estabeleceram uma usina junto à Estrada de Ferro Dom Pedro II.

A ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO

As viagens de estudos relacionadas à siderurgia de pequena monta existente em Minas, realizadas pelos alunos da EMOP no último quarto do século XIX privilegiaram as localidades ao norte da região metalúrgica central de Minas Gerais. As descrições de forjas são poucas e em caráter genérico. Dessa forma, pouco do que foi publicado pela EMOP nos primeiros anos serve para estudar a siderurgia de pequenos fornos existente especificamente na região do distrito de São Julião e de seu entorno próximo (BOVET, 1883; FERRAND, 1885; SENA, 1881; OLIVEIRA, 1884).

A primeira indicação bibliográfica que demonstra que há interesse em explorações minerais no distrito de São Julião aparece nos Anais da Escola de Minas de Ouro Preto de n.1, editado no ano de 1881, quando foi feita a análise de amostra de minério aurífero proveniente da mina dos Caldeirões. Essa afirmação é um indicio que antes de haver ali apenas exploração de aluviões e encostas, houve exploração subterrânea do ouro, da qual, nada se sabe. A amostra de minério enviada era uma 'jacutinga', ou seja, um tipo de minério de ferro arenoso e friável onde, em geral, há ocorrência de ouro. O ensaio químico acusou que aquela amostra sugeria um teor de 24 gramas, ou seja, seis oitavas e meia de ouro por tonelada de minério. Contudo, essa mina não era explorada, devido à falta de mão de obra e os altos custos de extração por aquela época. Apenas quatro minas de ouro dentro da demarcação territorial do município de Ouro



Foto 2 – Antigo Palácio dos Governadores de Ouro Preto, que durante décadas abrigou a Escola de Minas. Vista da entrada principal. Foto: Guilherme Ataídes. 2008.



Preto funcionavam então: Saragosa, Pelucia, Antônio Pereira e Taquara Queimada; nenhuma delas no distrito de São Julião (AEMOP, 1881).

O crescente interesse pelas explorações minerais era o que a EMOP visava fomentar, tanto quanto suas funções como instituição de ensino (CARVALHO, 2002). Assim, havia em seus textos técnicos, muitas referências ao futuro das explorações, de como deveriam ser e como deveriam se articular as diferentes exigências para o sucesso. Os futuros problemas de transporte não foram exceção. Os professores Armand de Bovet, Crispiniano Tavares e Gorceix viam com clareza a questão, que constituiria uma constante, e que muito refletiu na história da Usina Wigg (BARROS, 1989).

“Os caminhos de ferro, já numerosos no sul da Província, penetrarão no centro; dentro de um ou dois anos a mais importante das vias férreas brasileiras, a de D. Pedro II, chegará a Congonhas do Campo, entrada da zona dos minérios de ferro. ... se as vias férreas não modificarem as suas tarifas, só prestarão à indústria do ferro um auxílio muito pequeno...” (BOVET, 1883:27).

As compras de terras havidas em São Julião também podem ter conexão com esses interesses reavivados no ouro e emergentes nos minérios industriais. Por exemplo: como vimos, a fazenda dos Caldeirões passou à fazenda Real pelas dívidas contraídas pelo capitão José Álvares Maciel; e foi a leilão em algum momento do final do século XVIII. Não há notícia de quem teria sido o arrematante. O próximo documento existente se refere quando em 1852 os irmãos do capitão Miguel da Silva Brandão, que falecera sem deixar herdeiros, venderam a dita fazenda dos Caldeirões para Francisco de Paula Pereira. Os herdeiros deste a venderiam para Carlos da Costa Wigg e Alice Wigg. É possível que as sucessivas vendas tenham se dado pela incapacidade dos proprietários em reativar a mineração aurífera ali, já que a fazenda em questão, por aquela época, não tinha fertilidade nem pastos em boas condições.

As autorizações de mineração na região para essa época começaram a se suceder na década de 1880. A primeira foi em nome de Paulo Tavares. O Decreto n. 8.136, de 18 de junho de 1881, concedia-lhe permissão para explorar ouro e outros minerais na serra do Ouro Branco, na cidade de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), o que corresponde ao outro extremo da serra de Ouro Branco, cujos limites se apoiam no Rodeio da Itatiaia e no Vilarajo de Itatiaia, muitos quilômetros a sudeste. A concessão também englobava de forma genérica os arraiais de Itaverava e de Congonhas do Campo. Nessa ampla área poderia haver terras no atual distrito de São Julião. A segunda foi dada em nome dos bacharéis Jerônimo Máximo Nogueira Penido Júnior e Agostinho Máximo Nogueira Penido, pelo decreto n. 8.248, de 3 de Setembro de 1881, concedendo-lhes permissão para explorar ouro. Outra concessão foi dada a Valeriano Manso da Costa Reis, pelo decreto n. 8.448, de 11 de fevereiro de 1882, para explorar ouro e outros minerais (RAPM, V. 20, 1924).

As concessões não dizem os locais exatos das explorações, mas é provável que elas estejam dentro ou nas proximidades do atual distrito de São Julião. O importante é que elas marcam documentalmente a retomada do interesse na mineração nas redondezas e no distrito de São Julião, já nas décadas finais da Monarquia.

Aparentemente essas concessões são o sintoma de uma nova confiança dos mineradores de que poderiam reabrir suas explorações com vantagens adicionais pelo momento de crescimento econômico e confiança tecnológica que dominou as décadas finais do século XIX. Antes de serem reflexo de uma nova legislação, a constituição de companhias e o pedido de concessões refletem a esperança de atrair capital nacional ou estrangeiro e aumentar a escala das explorações (BARROS, 1989).

É bastante evidente que a chegada da ferrovia é o motor mais importante desse interesse, e é claro que as notícias dos projetos do governo imperial na estrada de ferro Pedro II faziam parte de um plano maior para o desenvolvimento da região, onde a Escola de Minas de Ouro Preto e a retomada de explorações minerais era a esperança maior de prosperidade.



Figura 3 - Antiga foto da região de São Julião (SILVEIRA, 1922).

Em 1883, Armand de Bovet, professor da Escola de Minas de Ouro Preto, publicou a primeira parte de um artigo intitulado “A Indústria Mineral na Província de Minas Gerais”. Ali ele inicia o artigo tratando do ferro e analisa as necessidades físico-geográficas e os custos para se estabelecer uma forja catalã. O artigo é uma clara tentativa, congruente com os pronunciamentos de Gorceix, de atrair interessados e capitais para o estabelecimento de mais fábricas de ferro, que vinham fechando desde o período da fundação da EMOP. Ele termina o trecho com a seguinte consideração:

“Talvez num ponto particular, na região de Congonhas do Campo a Sabará, onde já se encontram os minérios de ferro e em que chegará dentro de um ou mais anos a estrada de ferro Pedro II, seja presentemente a ocasião em que o emprego destes aparelhos (fornos altos, laminadores, etc.) seria recomendável” (BOVET, 1883:26)

Esse professor foi um dos mais interessados em demonstrar as vantagens da exploração do ferro. Ele insiste então, que os interessados em exploração mineral comparem os riscos e abandonem a tendência em pensar apenas nas explorações auríferas:

“O leitor pode vê-lo pelos algarismos citados acima: há aí uma fonte de rendas talvez tão brilhantes e sem dúvida alguma mais certas que as fornecidas pelas explorações de ouro e diamante. O exemplo muitas vezes indicado nesse trabalho merece ser imitado, uma nova tentativa não seria certamente menos frutuosa para quem a fizesse, e seria, certamente mais vantajosa ao país, hoje em melhor estado para tirar proveito dela. Talvez valesse a pena por isso bem em evidência” (BOVET, 1883:27)

Mas a Monarquia, que desejava ver o processo de modernização se acelerar, mas sem pôr em perigo seus projetos de poder, pensava em termos simbólicos mais do que em termos de avanço social. Esse arranjo não conseguia introduzir novidades econômicas com rapidez, sendo um exemplo cabal o tratamento dado ao progressivo e lento fim da escravidão. D. Pedro II estivera em São Julião de passagem, rumo ao Pico do Itabira, cavalgando junto a uma grande comitiva, desde a casa do engenheiro Von Sperling, próxima à serra de Ouro Branco onde se hospedara em sua primeira viagem às Minas, em 1881. Nessa viagem o monarca foi à cidade de Ouro Preto conhecer a EMOP, assim como ao Caraça ver de perto o Seminário dos Padres Lazaristas, recentemente reaberto. Um dos objetivos da viagem de D. Pedro II era aumentar



sua popularidade como um monarca “progressista” – imagem que construía para si – simbolizando aos olhos de seus súditos a atenção dispensada pela Corte no Rio de Janeiro à Minas, onde sentimentos antimonárquicos se mantinham fortes desde a Revolução de 1842. D. Pedro II pretendia também anunciar a esperança de novo ciclo de prosperidade econômica para a região (LIMA, 1977; EMOP, 1976; NEVES, 2010).

No encontro entre D. Pedro II e Gorceix, eles trataram de questões sobre educação técnica e D. Pedro II teria, inclusive, testado os conhecimentos de professores e alunos da instituição; assim como faria no Caraça, como um fiscal da sabedoria corrente e um anunciador da boa nova do progresso (LIMA, 1977; UFOP, 1976).

O simbolismo estava em todo lugar e em 29 de julho de 1884, o então diretor da estrada de ferro Pedro II, Miguel Noel Nascentes Burnier, de uma tradicional família do Rio de Janeiro, faleceu subitamente de um ataque cardíaco. A comoção entre os funcionários da estrada de ferro foi grande, pois ele era considerado um prodígio, sendo muito conhecido e querido. Pior, era novo, ainda com 36 anos, e era pai de sete filhos, que uma grande parte dos funcionários conhecia. A estrada de ferro Dom Pedro II decretou luto de oito dias (A PROVÍNCIA DE MINAS, 30/07/1884).

A estação de São Julião, construída e inaugurada com atraso em 16 de julho de 1887, com uma pomposa festa, foi batizada então com o nome do falecido engenheiro Miguel Burnier. Estavam presentes ilustres figuras do governo provincial e da EMOP.

Em julho de 1889, D. Pedro II ali voltaria, em companhia da Imperatriz e grande comitiva, agora sem precisar passar pelo distrito a cavalo, como tinha feito em 1881. Velho e doente revelou alguns meses antes em carta a Henri Gorceix, o diretor da EMOP, a vontade de conhecer melhor a região, mas lhe confidenciou a incapacidade de fazê-lo (LIMA, 1977).

Outras festas se sucederam e logo a estação de São Julião era um ponto de parada dos mais importantes. Surgiram hotéis, bares/cafés e restaurantes. Era comum que passageiros da ferrovia dormissem ali, vindos em trens que chegavam tarde da noite.

Em 1888, com os trilhos da estrada de ferro Pedro II já em Ouro Preto e Itabira do Campo, a Usina Esperança é fundada pelo comendador Carlos Wigg e sócios. Vendem-na logo, após a proclamação da República, para a Companhia Forjas e Estaleiros, do Rio de Janeiro. Decide o comendador Wigg fundar outra usina, agora no entroncamento da estrada de ferro D. Pedro II em São Julião, na estação de Miguel Burnier.

Também havia um movimento razoável nas férias escolares. Todos os anos havia excursões de aprendizes da EMOP, das escolas militares do Rio de Janeiro e de outras à Usina Wigg e redondezas. Elas se tornaram ainda mais intensas durante o período de governo republicano subsequente.

Com a proclamação da República, o interesse pelas explorações minerais no distrito de São Julião não arrefeceram, antes, aumentaram. Os planos do governo provisório e depois da constituinte de 1891, dos primeiros ministros da fazenda, eram voltados para a aceleração econômica, com a disponibilização de capitais para as empresas industriais e de exploração de matérias-primas. Muitas das empresas novas, contudo, faliram no auge do Encilhamento, em 1893 e 1894. A empresa que Carlos Wigg e Trajano de Medeiros construíram em São Julião sobreviveu, porque a experiência de Carlos Wigg o fez andar a passos curtos, e ele vinha comprando terras na região desde a década de 1880 e planejando tudo com recursos próprios. Quando do Encilhamento, ele e Trajano de Medeiros, a despeito da crise, estavam inaugurando o alto forno da usina. Como Carlos também conhecia o caminho para utilizar os capitais de bancos ingleses, como o *Brazilian and London Bank*, tinha seu capital bem aplicado, suas próprias linhas de financiamento, atuando em outro nível, afastado da bolsa do Rio de Janeiro.

Assim, encerrou-se o período monárquico e logo novo ciclo de prosperidade se iniciou no distrito de São Julião. Apesar da riqueza da história local durante o século XIX, vemos aqui as dificuldades de manutenção das fontes mais ricas em informações, que se perdem, assim como outras referências importantes. Esse panorama geral que ora mostramos é apenas parte do que pode, documentalmente, servir à história do distrito de Miguel Burnier. Contudo, é apenas um início que visa despertar o interesse e treinar o olhar do leitor para a riqueza cultural que advém do patrimônio material e imaterial local. Muito ainda falta a pesquisar sobre as comunidades que vivenciaram o século XIX em toda a sua diversidade, no Distrito, o que é trabalho árduo e de longa duração.

Referências Bibliográficas:

(AEMOP) ANAES DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. n. 1. *Análises feitas nos laboratórios de Química e Docimasia da Escola de Minas de Ouro Preto*. p.147. Ouro Preto: Livraria Mineira, 1881.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: O peso da glória*. 2ª edição rev. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

CASTRO, Jerônimo Pedreira de. *Memória do Pe. Henrique Lacoste e dos grandes missionários lazaristas no Brasil*. Mariana, 1936.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Barão de Eschwege*. Belo Horizonte: Editora do autor, 1977.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1997.

BARROS, Geraldo Mendes. *História da Siderurgia no Brasil: Século XIX*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.

BOUBÉ, Nereo. *Manual de Geologia*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1846.

BOVET, Armand de. A Indústria Mineral na Província de Minas Gerais. Primeira parte. 23-103. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, n. 2. Ouro Preto: Livraria Mineira, 1883.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*; ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução: Friedrich E. Renger, Tascísia Lobo Ribeiro e Gunter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.



ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis*. V. I e II. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Edusp, 1979.

FERRAND, Paul. A indústria do ferro no Brasil – Província de Minas Gerais. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, n. 3. p. 122-139. Ouro Preto: Typographia Machado, 1884.

FREIREYSS. G. W, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

GRINBERG, Keila. Código Criminal. 145-146. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

IBGE/*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XXVI, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Governo Imperial. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1958.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Margarida Rosa de. *D. Pedro II e Gorceix: A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto*. São Paulo: Edições Loyola, Fundação Gorceix, 1977.

MACEDO. Roberto. *História Administrativa do Brasil: Brasil sede da Monarquia/Brasil Reino*. Vol.7. (1ª parte). Brasília: Editora UnB/Funcep, 1983.

MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

MATOS, Raimundo da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Subsídios para a História da Fábrica de Ferro do Prata e da Sociedade Patriótica de Vila Rica: Berço da siderurgia no Brasil. 96-119. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Volume XXXVI. Belo Horizonte, dezembro de 2011.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

NEVES, Marcus V. D. *Modernizações, projetos econômicos, percepções locais: Mineração e Siderurgia em Minas Gerais (1850-1921)* (Dissertação de Mestrado) PPGH- FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de Paula. Estudos siderúrgicos na Província de Minas – Primeira parte: Transformação de uma forja italiana em catalã. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, n. 3. Ouro Preto: Typographia Machado, 1884.

PAIVA, Eduardo França. Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. (orgs.) *O Brasil Imperial*. Vol. I -1808-1831. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

PASSOS, Juliana Maria do Nascimento. *Monlevade: Vida e Obra*. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1973.

PIMENTA, Demerval. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

RENGER, Frederich E. *Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. & VILLALTA, Luiz Carlos. (org.). *As Minas Setecentistas*. v. I. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. p. 103-126.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SENA, Joaquim Candido da Costa. *Viagem de Estudos Metallúrgicos no Centro da Província de Minas Gerais*. 106/143. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, n. 1, Ouro Preto: Livraria Mineira, 1881.

SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. *Memórias Chorográficas vol. 2*. Belo Horizonte: Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1922.

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich von. *Viagem pelo Brasil*. Vol I. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SOMMER, Frederico. *Guilherme Luiz, Barão de Eschwege*. São Paulo. Melhoramentos, 1952.

RBG - Revista Brasileira de Geografia. Terminologia Geográfica. In: *RBG*. 124-125. Jan./Mar. 1943.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *História Administrativa do Brasil: Brasil sede da Monarquia/Brasil Reino* Vol.8. (2ª Parte). Brasília: Editora UnB/Funcep, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. *A Escola de Minas: 1876-1976*. vol.I. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da UFOP, 1976.

ZICO, José Tobias. *Congregação da Missão no Brasil. (1820-2000)*. Belo Horizonte: Santa Clara/Lithera Maciel, 2000.

Fontes primárias manuscritas

Livro do Tombo n.1 da Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Miguel Burnier.

Ordem de 07 de abril de 1802, que Bernardo José de Lorena dirigiu ao juiz e aos oficiais da Câmara de Vila Rica para procederem no sentido da criação de uma Companhia da Ordenança no Distrito da Aplicação da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Rodeio - APM – Fundo Colonial – Cx.29 R509 doc.10581: 1802

Periódicos

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XX. 1924. *Concessões para exploração e lavra de minerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

A PROVÍNCIA DE MINAS, 30/07/1884.



OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 07

A USINA WIGG

Marcus Duque Neves

A USINA WIGG

ESPAÇO, INDÚSTRIA E EXPLORAÇÃO MINERAL SOB A ÉGIDE DA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA E DA *BELLE ÉPOQUE*

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA USINA WIGG

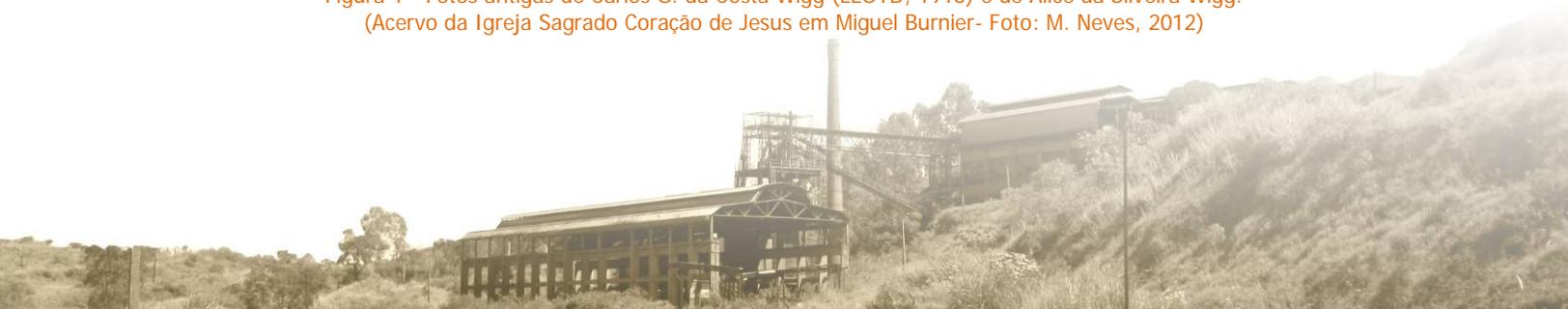
O maior volume documental que compõe o acervo do arquivo da Usina Wigg se refere à fase correspondente às quase quatro décadas em que funcionou sob a direção geral de Carlos Galigniano da Costa Wigg, seu sócio proprietário majoritário. É sobre esse longo período que corresponde, também, a parte mais ameaçada do acervo: copiadores de cartas com importantíssimos e inéditos documentos que, pela natureza de seu suporte -papel de seda - estão em deterioração avançada; cartas manuscritas com tintas cuja composição compromete a integridade das folhas, possuindo grandes áreas borradas.

Os conteúdos são muito variados, versando sobre a história política e econômica, nacional e regional, assim como uma quantidade enorme de documentos relativos à E. F. Central do Brasil, à Escola de Minas de Ouro Preto, aos vínculos entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro nessa época, documentos técnicos, sobre o trabalho e os trabalhadores. Alguns documentos pessoais se misturam ali, fruto da personalíssima gestão de Carlos da Costa Wigg e das relações de trabalho, que se entrelaçam com relações políticas, pessoais, institucionais, às vezes indo à profunda estima e amizade; ou a declaradas relações de inimizade.

Assim, é claro que a história contemporânea do atual distrito de Miguel Burnier não pode ser contada dentro de seus limites territoriais. O alcance que detém o minério dali exportado, a produção siderúrgica ali conduzida, os trabalhadores que vão e vêm, os viajantes e mercadorias que passam e o universo mental de todas as personagens que participam do drama histórico conduz a uma delimitação incerta do alcance material e imaterial das histórias que se entrelaçam em São Julião/Miguel Burnier.



Figura 1 - Fotos antigas de Carlos G. da Costa Wigg (LLOYD, 1913) e de Alice da Silveira Wigg. (Acervo da Igreja Sagrado Coração de Jesus em Miguel Burnier- Foto: M. Neves, 2012)



O patrimônio documental do acervo da Usina Wigg demonstra que antes de ser um lugar no “sertão” - como apontava um anúncio de emprego no *O País* - o lugar-território já era lugar-caminho, era também um lugar-referência e um lugar-confluência. Um lugar cujas lembranças foram, por um processo histórico específico, tecidas em uma trama tênue como aqueles papéis de seda das cartas do comendador Wigg; e por linhas estreitas, como as linhas que representam as trilhas, estradas e ferrovias nos mapas de Minas. O processo em que se formaram os cânones regionalistas da história política de Minas Gerais, intimamente gerada com versões muito pessoais e de um pequeno grupo de vencedores, relegou a Usina Wigg e seus personagens a pés de página da ‘história oficial’. Tudo relativo à Usina Wigg estaria fadado ao desconhecimento, se não fosse pelo zelo de uns poucos ‘curadores involuntários’, cujas trajetórias de vida se cruzaram com esse acervo, que ainda necessita de conservação e restauração.

BREVE HISTÓRIA DOS TRABALHADORES E DO TRABALHO EM MIGUEL BURNIER NA ERA WIGG

A história do trabalho e dos trabalhadores em Rodeadouro/São Julião/Miguel Burnier começa forçosamente com os primeiros mineradores e pelo trabalho compulsório escravo, ainda no início do século XVIII. Todos eles estavam destinados a minerar e plantar, mesmo que o objetivo principal fosse, se possível, apenas minerar. Não existiu autoridade definida nos primeiros anos das Minas Gerais, e o caos se fez fome. Muitos morreram tentando alcançar alimentos nas bordas do núcleo minerador. O que se sabe desse período é por força de textos, em sua maioria posterior aos acontecimentos, e pelos resquícios materiais como as capelas e igrejas, antigos vestígios de muros, canais, minas abertas ou subterrâneas e alguns objetos. Lembrando que nada disso poderia existir àquela época sem a presença do trabalho escravo. Da primeira sociedade colonial que se diversificou também no trabalho é marcante, ao final do período, o surgimento da proto-siderurgia, de serviços e funções antes desconhecidas ou consideradas luxos da metrópole. Para a região de Rodeadouro - São Julião, o século XIX traz a primeira mudança radical no perfil do trabalho local, nos anos iniciais de sua segunda década, com a implantação da primeira siderúrgica de fornos catalães, por obra do barão de Eschwege. Também há mudanças sociais significativas com a chegada de um número pequeno, mas importante, de trabalhadores estrangeiros por contrato.

No final do século XIX, outro momento específico muda abruptamente a face do trabalho no distrito de São Julião. Por todas as grandes cidades, que eram poucas, aconteciam mudanças radicais. Nacos de modernidade eram levados a alguns rincões, por alguns eixos pelos quais andavam monstros de metal. A ferrovia era capaz de levar rápido e levar mais, tornando possível a troca de grande escala e que as pessoas conhecessem muito mais do que era o país. A facilidade de locomoção levava e trazia informação, costumes e ideias.

A formação gradual de novas relações trabalhistas, ideias políticas e visões de mundo comporta grandes diferenças regionais e de local para local. A *Belle Époque* trás um movimento de modernidade desigual, onde as elites beneficiárias expõem seus credos liberais e os trabalhadores se aglutinam nas periferias das cidades industriais. Esse fenômeno atinge o distrito de São Julião de forma incompleta, pois ali é um lugar do ‘sertão de Minas’, ou seja, um lugar de características rurais onde é implantada uma indústria com vínculos diretos, em benefício dos projetos modernizadores. É um lugar frequentado - ainda que por períodos curtos de algumas horas a alguns dias - pela nata de uma elite regional e nacional que ali desembarca, visita, conversa, se alimenta e festeja, tornando a embarcar em direção a Ouro Preto, a Sabará e outros lugares; e logo à nova capital mineira, inaugurada em 1897, a cidade de Belo Horizonte.

Comparações sobre o trabalho no período sugerem diferenças cruciais entre o que ocorria nos principais centros industriais do sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo. Na capital do país o movimento operário lutava por reivindicações imediatas, como aumento de salário, limitações da jornada de trabalho e melhoria da salubridade. Em São Paulo, predominou o

anarcossindicalismo, que pretendia a transformação radical mediante a implantação de uma nova sociedade igualitária. Em Minas Gerais, nas cidades, a tendência era similar ao que ocorria na capital federal: as lutas visavam objetivos mais imediatos e palpáveis. Mas havia em Minas Gerais alguns intelectuais anarquistas, como Avelino Fôsculo, poeta e jornalista, atuante em Paraopeba e Sabará. Mas esses fatos são fatos urbanos, por enquanto. Antes de tudo, quando falamos em São Julião – Miguel Burnier, tratamos de um distrito rural, não de relações de trabalho que se passam no meio urbano, e isso marcará a história do trabalho ali (DUARTE, 1989; CUNHA, 2005).

Congruente com a história do distrito foi o fato de que a mais importante influência teórica sobre as relações de trabalho em Minas Gerais no início da República foi a Igreja Católica, guiada pela Encíclica *Rerum Novarum*, que veio à luz em 1891, no papado de Leão XIII, contemporânea da construção da Usina Wigg e do início da exploração de manganês, os dois mais importantes projetos de Carlos G. da Costa Wigg. Também sob seus princípios organizaram-se em Minas Gerais diversas organizações operária católicas (LE VEN & NEVES, 1996).

Sra. Alice, também sócia, cuidava de orientar como deveria ser a relação da empresa com a comunidade. Ainda que Carlos Wigg atuasse com o rigor que achasse necessário quando acreditava na má-fé de algum subordinado, os auxílios e prêmios estabelecidos aos bons funcionários eram orientados em uma linha de justificação, que era endossada pela própria comunidade. Essa atitude deixava pouca margem para que descontentamentos pontuais de algum operário se tornassem ataques à empresa. Esse arranjo era funcional também porque os trabalhadores compreendiam o mundo através de ideias tradicionais, não sendo desconhecidas deles as formas paternalistas de relacionamento entre patrões e empregados. Muitos, claramente analfabetos ou pouco escolarizados, se beneficiaram dos serviços escolares antes inexistentes no meio rural, já que Carlos Wigg e Sra. Alice estavam empenhados em uma organização que lutava contra o analfabetismo (O Paíz).

As disposições da Encíclica *Rerum Novarum*, ali, no distrito de São Julião, encontraram local fértil para sua aplicação, pois toda a tradição católica local, assim como o isolamento rural, pôde tornar a povoação de São Julião, depois, Miguel Burnier, uma experiência de aplicação dos princípios contidos na Encíclica. Ela previa as obrigações recíprocas entre empregados e patrões (ponto 12); reiterava a sacralidade da propriedade particular (pontos 3,4,5,6, e 23); condenava as greves (ponto 24) e convidava toda a classe operária a unir-se em associações operárias católicas (pontos 34, 35 e 36). A base do relacionamento entre os patrões e os empregados era a caridade dos primeiros para com os segundos, (pontos 14,18 e conclusão). Os segundos deveriam obediência aos primeiros (pontos 12, 23, 24).

Não nos cabe aqui discutir méritos ou deméritos da Encíclica papal, mas, de fato, percebe-se desde o início que na Usina Wigg – seja nos trabalhos de mineração ou nos siderúrgicos - houve uma complexa atividade de aplicação dessas orientações, tanto em relação à mão de obra local que rareava, quanto à que chegava à usina de outros lugares. Entretanto, logo, com a introdução dos imigrantes, há uma coexistência de microtendências onde as relações reais se baseavam no que era preexistente e no que, dentro do pouco de novo que ali chegava, estava na esfera do possível. Imigrantes que pensavam de forma diversa chegavam ali com poucas opções, e a boa vontade dos empregadores em fazer algo por eles manteve a cooperação entre os empregadores e empregados pelas primeiras décadas. Além do mais, o final do século XIX também era um período de valorização e experimentação das organizações trabalhistas de auxílios mútuos por categoria¹ (BATALHA, 2008; FILHO, 1990).

¹ O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial Mineiro, de 1903, foi repleto de propostas contra a vadiagem, controle do trânsito de trabalhadores, multas para empregados que abandonassem o trabalho etc. Muitas dessas propostas feriam os direitos mais básicos possíveis, tentando retornar o trabalhador à condição de escravos dos patrões (FILHO, 1990).



Uma certeza, porém, é que Carlos da Costa Wigg e D. Alice da Silveira Wigg tinham algum tipo de plano tácito conjunto sobre como lidar com as relações da empresa e seus empregados, agindo de comum acordo, pois ela também era sócia da empresa. Ele tratava das relações com os engenheiros, diretores, empregados especializados e com os trabalhadores contratados temporariamente, inclusive os envolvidos nas atividades da empresa no Rio de Janeiro. D. Alice Wigg, pessoa de mais tato, mais carismática, se dedicava quase exclusivamente aos trabalhadores contratados em caráter permanente, operários e suas famílias, que residiam nas imediações da Usina.²

Percebe-se nesse arranjo, que no período da Usina Wigg, as relações trabalhistas giraram em torno do moderno e do arcaico até pelo menos a década de 1930, inclusive porque essas relações eram muito variadas e extrapolavam as portas e as atividades da Usina Wigg no distrito de São Julião³.

TRABALHO E TRABALHADORES EM TEMPOS DE FERROVIA E INDÚSTRIA (1887-1930)

Os primeiros empregados que participaram de algum tipo de organização trabalhista em Miguel Burnier com certeza foram os empregados da ferrovia Central do Brasil, anteriormente Estrada de Ferro D. Pedro II. Eram empregados que passavam períodos de tempo prefixados no distrito, sendo que eram recrutados em outras localidades, onde havia escritórios administrativos da linha.⁴

A primeira associação de cunho assistencialista e mutualista foi a *Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Dom Pedro II*, fundada em 1883 e rebatizada depois para adequar-se à mudança do nome da linha férrea respectiva. Funcionou até 1907, sendo presidida de 1902 até 1907 por Aarão Reis, o mesmo engenheiro que participou no projeto de Belo Horizonte. Em 1903 chegou a ter 2.582 sócios. Tinha por finalidade auxiliar os associados durante enfermidades ou lhes dar pensões caso ficassem inválidos, fornecer auxílio transporte e pensão para a família dos associados falecidos (BATALHA, 2008).

Em 1914, foi fundado o *Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil*, de perfil tanto sindical e assistencialista. Por ser uma entidade de perfil sindical, entrou em choque com a diretoria na pessoa de Arrojado Lisboa, que quis extingui-la à força, mas não conseguiu. Os funcionários da Central do Brasil podiam contar também com a Associação Beneficente dos Empregados da Central do Brasil que funcionou entre 1889 e 1906, com sede no Rio de Janeiro (BATALHA, 2008).

O operário da Estrada de Ferro D. Pedro II, depois, Central do Brasil, era um operário privilegiado, possuidor de um emprego que tinha certo *status*. Provavelmente era visto pelos operários da Usina Wigg, e outros trabalhadores de São Julião/Miguel Burnier, como um trabalhador que possuía grandes vantagens, e algumas eram evidentes, como os passes livres na própria ferrovia, seus uniformes de melhor aparência e um tratamento mais formal e

² A predisposição de Carlos da Costa Wigg para entregar parte do trato com os trabalhadores à sua esposa, provavelmente advinha, também, por conhecer a realidade de uma cidade industrial moderna, pois muitas vezes estivera em Liverpool, terra de nascimento de seu pai. Conhecia as discussões sobre os pobres que entupiam essas cidades e as péssimas condições, além das leis implantadas lá para buscar amenizar esses sofrimentos. Além disso, tinha um tio que foi vice-cônsul da Inglaterra no Rio de Janeiro e no Rio Grande a partir de 1854, preocupado também com essas questões.

³ É importante lembrar que o moderno aqui não significa contemporâneo. Há o 'caráter da generalidade' do discurso do trabalho, para ideais de 'bem comum' e 'progresso', além da 'construção da nacionalidade' e da 'moral pública'. O trabalho é o fator que institui o lugar social do indivíduo na Belle Époque (DUTRA, 1990).

⁴ A documentação da usina cita esses trabalhadores. A usina buscava conhecê-los e tratá-los bem, pois dependia de sua boa vontade para o bom andamento dos desembarques de materiais e embarques de minérios de manganês, areias de moldagem e do gusa e ferragens da usina, os principais produtos de venda da empresa. Também eram importante fonte de informações privilegiadas quanto ao material rodante, decisões da diretoria da estrada de ferro, assim como para informar sobre as atividades da concorrência.

respeitoso dos patrões. Soma-se a isso essas incipientes organizações de auxílio, em que participavam tanto empregados de menor remuneração como engenheiros e trabalhadores muito especializados, como é possível averiguar nas listas de afiliados, o que os tornava um grupo diferenciado aos olhos da sociedade.⁵

OS TRABALHADORES DA SIDERURGIA NOS PRIMEIROS ANOS DA USINA WIGG

A chegada de um grande número de imigrantes em São Julião ocasiona uma inversão do sentido de um anterior êxodo, que até então parecia invencível. A tendência de despovoamento de áreas rurais, do final do século XIX e início do XX, pela atração que as cidades passam a exercer em um número cada vez maior de jovens em busca de novas oportunidades é revertida ali com a chegada da usina. O vilarejo em torno da estação e da usina cresce e floresce em atividades. O comércio renasce e muitas outras atividades o acompanham. Os italianos e portugueses parecem ter sido as nacionalidades de imigrantes mais destacadas no período da implantação e das primeiras décadas da Usina Wigg. Muitos registros, como livros de empregados, de apontamentos, de salários e de ponto indicam uma grande porcentagem desses imigrantes. Muitos dos homens, chefes de família recém-chegados, se dirigem a trabalhar na Usina Wigg, principalmente nos trabalhos de mineração, ainda não mecanizada e fonte de muitas vagas de emprego. Com eles se dirigem os filhos do sexo masculino, inclusive os jovens a partir de 12 anos (GERDAU, Acervo Usina Wigg).

Documentos sobre a imigração pesquisados pela historiadora Norma de Góes Monteiro, no entanto, indicam que entre os pedidos de famílias para trabalhar em indústrias em Minas Gerais houve um pedido da Usina Wigg para que a Secretaria de Agricultura lhe mandasse duas famílias. Isso indica que o fator mão de obra foi importante na interrupção de trabalhos. Os pedidos de famílias para a Usina Wigg foram feitos por volta de 1894, cerca de um ano após sua inauguração. O contexto era de falta de mão de obra geral, relacionada com o fim da escravidão e a pouca atratividade das regiões centrais de Minas Gerais para os imigrantes europeus, no início da República (MONTEIRO, 1994).

Em 1898, o cônsul italiano em Ouro Preto prometeu a cinco famílias de imigrantes italianos empregos na Usina Wigg. Elas estavam passando pela cidade com destino ao Rio de Janeiro, na volta de tentativas frustradas de se tornar colonos em outros locais. Talvez o cônsul acreditasse poder forçar esses imigrantes ao trabalho, pelo fato de ali terem chegado sem fundos que os permitissem seguir viagem para a capital federal. Eles ficaram alojados na hospedaria para imigrantes de Ouro Preto, mas, ao que consta, não se dirigiram à Usina Wigg. Os sobrenomes eram: Casadei, Grandesso, Carracchi, Piovan e Simoncelli (APM- SA 937: 6-7).

Outra prática cuja presença pode ser notada na Usina Wigg foi o aprendizado no próprio local de trabalho. Nunca houve algo como um curso ou escola técnica ali. O operariado, ao menos inicialmente, tinha um baixíssimo grau de escolaridade. Quando a demanda por educação apareceu, timidamente, geralmente associada à busca dos operários em educar os filhos, mas não para si mesmos, a empresa buscava fornecer apoio na forma de transporte para as cidades mais próximas, seja com material próprio, seja com pedidos à Central do Brasil, concernentes aos horários dos trens.

Se os primeiros anos foram difíceis na obtenção da mão de obra, assim como o trato entre patrões e empregados, gradualmente foram se instituindo vínculos mais amenos e duráveis, com a fixação de um maior número de famílias nas proximidades da usina e da estação de Miguel Burnier.

⁵ Listas de afiliados podem ser vistas em jornais antigos, alguns já disponíveis em acervos digitais, como O Paiz, do Rio de Janeiro, onde os estatutos de abertura e atas de assembléias eram dados a conhecer ao público.



O papel mais importante para a melhoria das relações foi, como já apontamos, a gradual adoção por Alice da Silveira Wigg de um ativo papel de apoio aos trabalhadores. Aliás, é bom frisar, que as ações empreendidas por Alice Wigg foram fruto de uma série de condições especiais que precisam ser completadas a partir de certas suposições, ainda que existam registros públicos de suas atividades e quase nenhum documento particular íntimo. Não houve um trabalho anterior de levantamento testemunhal dos que conviveram com ela, sendo que a maior parte dos beneficiários de seus auxílios já é falecida. O que é possível averiguar é que as lembranças sobre seus auxílios sobreviveram de forma mais genérica na cultura oral local, assim como sua vida pública no Rio de Janeiro, que é razoavelmente documentada, ainda que com dados espalhados por diversas fontes.⁶

Entre as condições especiais que podemos listar está o fato de Alice Wigg não ter sido mãe. Sem uma família sob sua responsabilidade ou para quem legar o patrimônio que acumulavam, Sra. Alice pode se concentrar totalmente ao auxílio dos operários e suas famílias na Usina Wigg, assim como em projetos de vulto, como a reforma e construção dos templos, presentes até hoje nas propriedades da usina. Ela e seu atarefado marido se deslocavam constantemente por conta dos negócios, residindo boa parte do ano no Rio de Janeiro, onde ficava a sede da empresa. No Rio de Janeiro eles eram um casal da alta sociedade muito conhecido e que participava ativamente da vida social, como pode ser visto em inúmeras citações sobre suas presenças em eventos. Eram também grandes benfeitores da cidade do Rio, participando em obras beneméritas, tanto pela erradicação do analfabetismo quanto da diminuição da pobreza. Doavam constantemente altos valores para a caridade, para as vítimas da seca no nordeste, e para outras campanhas de cunho social. É possível saber disso tudo em detalhes porque a sociedade carioca da *Belle Époque* era extremamente pública, pois os jornais registravam todas as atividades sociais em detalhes, principalmente através do jornal *O Paíz*.

Apesar de muito bem quistos pela maioria dos empregados, o casal não escapava totalmente das críticas mais gerais que se elaboravam contra as elites do período. Eram bastante claras as contradições dos costumes e valores dessa época, que exigiam dos ricos comportamentos que demonstrassem a abastança e a caridade, quando muitas vezes os descontentamentos sociais eram consideráveis e a urbanização e modernidade empreendidas por essas elites aumentavam os abismos de distribuição de renda. As atividades públicas e a caridade que para um pensamento tradicional e católico se constituíam as obrigações dos ricos, com o tempo começaram a ser vistas como uma afronta à condição social, às vezes precária, dos trabalhadores (DUTRA, 1990; CARMO, 2005).

Nos primeiros anos, a empresa foi a principal atividade aglutinadora da população local e da sua vida social, barrando as ideias mais radicais, que, no entanto, começaram a chegar ao distrito de São Julião, e encontrando, gradualmente, certa receptividade. Mais fácil, inclusive, porque a instrução geral aumentara. As relativamente boas relações entre patrões e empregados foram se deteriorando, apesar de se manterem cordiais. Por volta do período da eclosão da Grande Guerra, em 1914, houve um período de dificuldades de caixa, de recebimentos de encomendas do governo por títulos da dívida pública e outros problemas de liquidez, que causaram alguns atrasos de pagamentos de salários. Nesse período começaram as primeiras dificuldades com demandas coletivas dos empregados.⁷

⁶Pela exiguidade do tempo e o caráter desse trabalho, basta dizer que o volume é bastante significativo. Como não são de interesse para os fins deste capítulo, optou-se pela não inclusão de dados incompletos aqui, usando-se apenas os fatos mais notórios para um breve esboço.

⁷ O sócio de Carlos Wigg em alguns empreendimentos, Trajano de Medeiros era o proprietário sócio majoritário da empresa Oficinas Trajando de Madeiros & C., que fazia manutenção de material rodante de estradas de ferro e outros serviços especializados. Em novembro de 1914 eclodiu uma greve entre os trabalhadores do estabelecimento e que durou até janeiro de 1915, causada por atrasos de muitos meses de salários. O problema de liquidez era geral naquele período, principalmente entre as empresas que prestavam serviços ao governo federal (BATALHA, 2009).

A primeira greve em que se confrontaram trabalhadores e empresa se circunscreveu apenas ao Rio de Janeiro, quando parte dos empregados do carregamento de minério aderiu a uma greve dos portuários, uma das primeiras do país, em meados de 1906.⁸

A empresa passou relativamente incólume pela greve geral de 1917, mas dois anos depois, em 14/06 de 1919 um telegrama, de Olímpio de Assis a Carlos Wigg, comunicava que os empregados da mina pararam o trabalho e que a gerência chamara o delegado de polícia para averiguar o que ocorria ali. No dia seguinte, 15 de junho, padre Marcelino Braglia mandava carta a Carlos Wigg, então no Rio de Janeiro, tranquilizando-o, dizendo que já intervira junto aos trabalhadores. No dia 16 de junho, Carlos Wigg respondia com uma ameaça aos empregados: que sem a redução dos custos da produção, o que acarretaria demissões ou manutenção dos valores dos salários pagos, teria que fechar a empresa. A decisão ficaria com os empregados que votassem e o que a maioria decidisse se cumpriria. Na mesma data, enviava Carlos Wigg carta ao padre Marcelino Braglia lamentando que, ali em Burnier, até então livre das agitações trabalhistas, agora ocorresse tal desordem, e que se os trabalhadores decidissem pelo fechamento da usina, cumpriria sua promessa (BN - MAN – Memória dos Presidentes – 73,1,002 n.096).



Figura 2 - Antiga foto do Sr. Padre Marcelino Braglia. (Acervo da Igreja Sagrado Coração de Jesus em Miguel Burnier. Foto: M. Neves, 2012).

A título de comparação, em fins de 1914, seu antigo sócio e amigo Trajano de Medeiros, que possuía oficinas para a manutenção de material ferroviário no Rio de Janeiro, em má situação financeira, enfrentou uma greve de dois meses que reivindicava o pagamento de muitos meses de salários atrasados, e a criação de um sindicato interno que foi chamada de União Sindicalista dos Operários das Oficinas Trajanos de Medeiros & C. (BATALHA, 2008).

Com isso, Carlos Wigg enviou uma carta ao presidente Delfim Moreira, solicitando a redução de diversas taxas, enviando também balanço e contas para justificar a má situação das contas da usina, como motivador para a greve dos trabalhadores (BN - MAN – Memória dos presidentes – 73,1,002 n.096).

Não há registros de novas greves após a de 1919. Tudo indica que a intermediação do Padre Marcelino Braglia foi eficiente, mas nos anos seguintes a empresa passou por novas dificuldades. Dez anos depois, com a crise de 1929, as dificuldades se repetiriam.

A VIDA RELIGIOSA E A IGREJA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS – DA CAPELA DE SÃO JULIÃO Á MATRIZ DE NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE CALASTRÓIS

A vida dos trabalhadores da Usina Wigg nas primeiras décadas de seu funcionamento, sob a tutela dupla de Alice Wigg e da Igreja Católica foi marcada pela vida religiosa como centro da vida social. As obras das igrejas foram custeadas pela usina, assim como os custos com aparatos, procissões, arte sacra e festividades. Não há registros das festas, pois o pouco registro fotográfico anterior a 1930 foi destruído em um incêndio, no final da década de 1960. Assim, não resta muita coisa desse período, a não ser documentos e correspondências da usina,

⁸ Carta do Acervo da Usina Wigg. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1906.

Prezado Amigo Dr. Rocha, Verificou-se infelizmente os meus receios quanto ao pessoal da ilha, também em parte, devida a fraqueza do Tornquist. Ontem recusaram trabalhar a bordo por menos de 5\$900 ...como antigamente e no momento atual, como temos outras greves ainda perdurando aqui no Rio, achei melhor, por enquanto transigir com eles e mandei trabalhar assim até segunda ordem e também estou despedindo diversos que me parecem os principais agitadores, pois não obstante a minha recomendação ao Tornquist ele não soube me dizer quem eram e tive que procurar saber da melhor maneira possível... C. Wigg.





Foto 1 – Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calatróis, atualmente abandonada. 2012. Foto: Emile Scharlé Jr..

assim como os livros eclesiásticos sobreviventes para reconstruir a vida religiosa. Começamos com as obras dos templos.

Inicialmente as obras de construção da usina, a partir de 1890, requereram a construção de uma capela para os serviços religiosos dos operários e da comunidade, já que foi uma das primeiras necessidades coletivas reconhecidas em São Julião. Havia pouca mão de obra local disposta a abandonar afazeres mais simples e costumeiros, e era muito difícil buscá-la fora. Então, com um projeto coletivo, a diretoria da usina garantiu aos que ali quisessem laborar, que iria satisfazer todas as suas necessidades básicas, além de melhorias locais, e erguer um templo que substituisse a abandonada capela de São Julião, em ruínas desde 1842.

Essa segunda capela de São Julião, pronta em 1890, foi o único templo nas proximidades da comunidade durante 15 anos. Pelas suas modestas dimensões não conseguiu acomodar o número de trabalhadores e suas famílias, que aumentaram ano a ano, alcançando uma quantidade significativa por volta de 1898. D. Alice Wigg, em contato com clérigos locais, levantou a possibilidade de se erguer um templo maior. Contudo, após discutirem as possibilidades, ficou acertado que o melhor seria mesmo reerguer a antiga capela de São Julião, que já era uma referência local. Era próxima das explorações de manganês do Papa Cobras e parte da estrutura em ruínas poderia ser aproveitada, apagando o triste quadro que lembrava, ali, o assassinato do padre Maciel, durante a Revolução de 1842, levantando o interdito que pesava sobre o local.⁹

⁹ O episódio do assassinato está registrado na memória histórica compilada pelo padre Marcelino Braglia nas primeiras páginas do Livro do Tombo da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora de Calatróis, registro feito em 1918, a partir de história oral. Contudo, nenhum documento foi achado sobre esse fato, pois os jornais



Após um lapso de tempo para conseguir as devidas licenças eclesiásticas, realizar o projeto e angariar fundos e apoio junto à comunidade começaram as obras em 1904. O espaço da antiga capela seria utilizado como nave central da nova igreja, um pouco maior, muito mais moderna e sob um orago diverso, já que a capela de 1890 tomara São Julião como o padroeiro. No ano seguinte de 1905 estava pronta a nova igreja, batizada de Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis, por causa de uma mata fechada e do córrego que ali passava, de nomes mata do Calastróis, e ribeirão do Calastróis.¹⁰

Os dois templos funcionaram paralelamente, um atendendo a comunidade junto à estação de Miguel Burnier e às dependências do forno; o outro atendendo aos trabalhadores que se estabeleceram em uma nova vila de operários, próxima às explorações de manganês. A capela do Chiqueiro dos Alemães funcionava perfeitamente, mas era distante demais, servindo às fazendas e a algumas festas específicas.

A Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis seria elevada a matriz em 1918. Por ser maior, recebia as principais festas das duas comunidades e grande parte do serviço religioso.

TRABALHO NA MINERAÇÃO DO MANGANÊS E CALCÁRIO

A mineração era o setor mais pobre em benefícios e onde mais se empregava mão de obra temporária. Também era lugar de aprendizes e ajudantes muito novos, em trabalhos mais leves ou trabalhando como auxiliares, ganhando proporcionalmente menos.

Esse tipo de trabalho era comum e, em uma sociedade pouco escolarizada, era o caminho mais aceito para os jovens de famílias mais pobres aprenderem a trabalhar, almejando serem notados e conseguirem melhores oportunidades. No meio rural era acentuado o número de jovens e crianças a trabalhar no campo e isso refletia, ainda que em graus diferentes, em diversas atividades. A mineração do manganês, seu carregamento e traslado foi um dos setores onde se empregaram jovens em Burnier¹¹ (LEWKOMICZ; GUTIÉRREZ & FLORENTINO, 2008).

A prática de se empregarem jovens e crianças era, inclusive, muitas vezes, motivo de orgulho entre famílias que conseguiam que seus filhos fossem aceitos, ainda novos, para trabalhar em uma empresa. No entanto, a resistência crescente de alguns grupos políticos e religiosos a essa prática foi muito pontual no início do século XX, já que a corrente contrária era muito mais forte na sociedade mineira. Estava em pauta a transformação dos novos cidadãos pelo trabalho, com leis de combate a vadiagem e projetos muito gerais de educação para o trabalho. Visava-se o novo homem: operário e cidadão. Este deveria ter uma educação básica de caráter técnico e cívico (FILHO, 1990; LEWKOMICZ; GUTIÉRREZ & FLORENTINO, 2008).

A legislação que regularia o trabalho de jovens e proibiria o trabalho infantil só viria muitos anos depois. Para as despossuídas famílias de imigrantes o trabalho de seus filhos menores era essencial para sua sobrevivência, assim como para as famílias pobres locais (LEWKOMICZ; GUTIÉRREZ & FLORENTINO, 2008).

locais suspenderam sua publicação durante a revolução de 1842 e as edições logo posteriores nada registram.

¹⁰ O nome da Igreja foi retirado da mata e do ribeirão que corria ali. A origem do nome é desconhecida, mas uma hipótese é a corruptela do sobrenome espanhol 'Calastro'.

¹¹ Livros de ponto (5) (12.1897 a 06.1898; 12.1899 a 06.1903; 08.04.1906 a 12.08.1906; 05.1912 a 10.1913; 01.01.1920 a 19.08.1921) e Livros de Contas Correntes (6) (22.08.1891 a 01.07.1895; 04.01.1899 a 31.12.1899; 31.12.1905 a 31.12.1908; 1908 a 31.13.1913; dez.1917 a jan.1919; 21.12.1921 a 25.10.1923).



As primeiras associações de empregados em mineração, com certeza, foram aquelas surgidas entre as pedreiras do Rio de Janeiro. Existiram com sede no Rio de Janeiro: Congresso União dos Operários de Pedreiras (1901-1907) e Associação de Classe dos Operários de Pedreiras (1905-1906). Esse tipo de associação mutualista não apareceu em Miguel Burnier. Os trabalhadores, muitos deles temporários, contavam apenas com os auxílios fortuitos dados através da igreja e de Alice Wigg.

O trabalho nas minas era sempre perigoso. Assim como na história da exploração aurífera em Minas Gerais, a exploração subterrânea dos minerais industriais, inclusive do manganês, logo fazia suas vítimas. O acidente mais conhecido, que mais repercutiu no distrito de São Julião, nos meios industriais e acadêmicos de Ouro Preto e do Rio de Janeiro, ocorreu na manhã de 20 de abril de 1898, com o jovem engenheiro Felício Viriato Maldonado (*Minas Gerais*, sábado, 23 de abril de 1898; *O Paíz*, sábado, 23 de abril de 1898; *O Paíz*, segunda feira, 25 de abril de 1898).

O engenheiro recém-formado pela EMOP contava apenas 22 anos, e trabalhava para a empresa Ayrosa& Cia, na exploração de manganês no distrito de São Julião. A demora de atendimento por médicos de Queluz e Barbacena, assim como a falta de condições de atendimento, selaram o destino do engenheiro, que morreu a bordo do trem que o transportava para atendimento em Barbacena (*Minas Gerais*, sábado, 23 de abril de 1898; *O Paíz*, sábado, 23 de abril de 1898; *O Paíz*, segunda feira, 25 de abril de 1898)

Este foi um dos motivos da preocupação que levou Carlos e Alice Wigg a providenciarem a permanência de um médico em Miguel Burnier, buscando melhores instalações para cuidados de emergência, inclusive intervenções cirúrgicas. Anúncios constantes em jornais do Rio de Janeiro, como no *O Paíz*, e várias cartas sobreviventes na documentação do acervo da Usina Wigg, em Miguel Burnier, atestam a dificuldade de se conseguir médicos experientes dispostos a residir no distrito. A região da usina chega a ser tratada como “um sertão longínquo” em uma das cartas. Nos anúncios de jornais, os Wigg não se cansam em tecer elogios ao distrito, como “no interior salubérrimo”, apesar de reconhecerem que é um lugar isolado (*O Paíz*; GERDAU - Acervo Wigg).



Figura 3 - “Visita às minas de Miguel Burnier” (In: LLOYD, 1913. Autor e datas desconhecidos).



Médicos residentes em Itabirito ou cidades próximas não são aceitos, pois as constantes brigas com a Central do Brasil e os problemas com o material rodante deixara claro que, mesmo em caso de emergência, não seria possível contar com “especiais”.¹²

Muitas concessões de exploração mineral se sucederam na região no período final do Império e primeiros anos de República. O manganês de Miguel Burnier escreveu o primeiro capítulo da exploração em larga escala de um mineral industrial no Brasil, exportado pela empresa do comendador Carlos da Costa Wigg (BAETA, 1973; GOMES, 1983).

O Panorama internacional das exportações de manganês era muito variável. Apesar de todos os altos e baixos, é certo que sua exploração trouxe certa prosperidade à região central e centro-sul de Minas Gerais. Apesar disso, em muitos lugares há poucas memórias sobre esses momentos de prosperidade. Um dos poucos a tratar desse assunto, Silvio Fróes de Abreu, deixou algumas notas explicativas de grande valor para entender o que significou a exploração para essa região:

“Tivemos, depois de 1916, a grande concorrência da Costa do Ouro, ali, diante de nós, do outro lado do Atlântico, já no hemisfério norte, muito mais perto dos Estados Unidos e da Europa, com minério quase à beira-mar e de bom teor. Logo depois, a Rússia invadindo os mercados à custa de preço baixo. Enquanto esses fatos se desenrolavam, nenhuma providência tomávamos para melhorar a qualidade do nosso minério. Continuávamos a transportá-lo com taxas especiais, de sacrifício, por mais de 500 quilômetros. A ideia da concentração por meio da liga ferro-manganês chegou tardiamente e nem tomou incremento. Pelos estudos de Fonseca Costa, em 1929, podia-se produzir a liga com minérios baixos, de 30 a 45% com um consumo de energia de 4.000 a 5.000 kW, desde que o custo da unidade de energia não passasse de 30 réis por kW. Pouco se fez. Da grande corrida ao manganês, há 20 anos passados, restam apenas as minas abandonadas, salvo o Morro da Mina que mantém a exportação brasileira. O tempo áureo do manganês foi assaz benéfico; na cidade de Queluz corria dinheiro, uma multidão de prospectadores esburacava todos os cantos à procura do minério; os químicos ganhavam dinheiro em análises. Como era natural, os sírios que mascateavam em Minas Gerais, lançaram-se à mineração, seduzidos pelo lucro em expectativa. Desentranhou-se minério de todos os morros, de Ouro Preto a Burnier e a Queluz. No Rio, os químicos de fama fizeram fortuna em análises, e até praticantes e serventes de laboratório faziam titulações e precipitavam fósforo. As análises de Lee, Henninger e Lohmann eram disputadas a peso de ouro, e os parques de minério do Cais do Porto e da Ilha do Governador estavam em constante atividade” (ABREU, 1975:123).

A concorrência na exportação de manganês era acirrada, com diversos passos de verdadeira espionagem, já que a diretoria da Usina Wigg desconfiava dos procedimentos de outras empresas, que tentavam se beneficiar na obtenção de vagões e espaço nas docas. Algumas vezes desconfiavam, inclusive, de procedimentos que punham em risco o preço do minério no mercado internacional. Muitas são as cartas que tratam disso:

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1906

...

Sobre a Cia. Queluz de Minas parece-me que o que fizeram foi o que mencionei ontem e que o memo do encarregado de Lafayette confirmou.

Em todo caso, mostra a necessidade de vigiar um pouco os movimentos do Sr. Thun e outros. Não consegui saber mais sobre a exportação d'aquela minério da Cia. Queluz de Minas que foi feito pelo gerente do Wilson Sons & Cia., segundo informação que tenho. Em todo caso vou procurar saber o que fez ele com esse minério de tão baixo teor.

Entre as jazidas de ferro, então conhecidas no município de Ouro Preto, no ano de 1912, as mais importantes estavam nas mãos de Carlos da Costa Wigg e do Dr. Trajano de Medeiros. Por

¹²‘Especiais’ eram os trens extras, colocados a trafegar entre os horários dos trens dos horários normais, por motivos específicos. Esta prática era criticadíssima, e foi a Estrada de Ferro constantemente atacada pela prática, considerada um luxo injustificado e razão dos altos fretes.



força da dissolução da sociedade entre eles, alvo de críticas relacionadas a ser a empresa destes tanto uma siderúrgica como uma mineradora de manganês para exportação, assim ficaram as jazidas de ferro divididas: Fazenda da Vargem (do Lopes), Marinho e Rocinha, sob a propriedade da Usina Wigg, agora pertencente apenas ao comendador Carlos da Costa Wigg; Morro do Veado, Retiro das Almas e Barra, nas mãos do Dr. Trajano de Medeiros (OLIVEIRA, 1912).

Por essa época, era negociada ainda, no município de Ouro Preto, a mina de Fábrica Patriótica, (não confundir com a atual mina de Fábrica Nova, em Mariana/Catas Altas) entre Congonhas do Campo e Ouro Preto, de propriedade do coronel Virgílio Machado e a Serra do Pires, também na região próxima a Congonhas (OLIVEIRA, 1912).

Até 1912, a estimativa das reservas de minério de ferro existentes no território do município de Ouro Preto tinha sido realizada por quatro engenheiros, ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto: Gonzaga de Campos, que calculara as jazidas do Pico de Itabira do Campo, Rio do Peixe, Morro do Veado (no ribeirão das Almas); Pandiá Calógeras e S. Guimarães, que calcularam as jazidas da Serra da Gandarella e da Serra da Cachoeira do Botafogo, hoje Rio Acima; e, finalmente, Clodomiro de Oliveira, que trabalhara como gerente na Usina Wigg, que calculara as jazidas de Antônio Fernandes (Rocinha), Serra da Moeda, Vargem do Lopes, Azedo, Serra dos Mascates, Morro do Pires, Serra da Boa Morte, Mendonça, Fábrica, Vigia, Burnier, Serra do Palmital (Rio de Pedras), Serra da Ajuda (São Bartolomeu), Serra do Manso e Tesoureiro, Morro do Cruzeiro (depósitos disseminados praticamente na área urbana de Ouro Preto e proximidades), e Serra de Antônio Pereira (OLIVEIRA, 1912).

A USINA WIGG ENQUANTO SIDERÚRGICA

Para alguns trabalhadores, o fato de estarem os fornos da Usina Esperança muito mais próximos da área urbana, no caso, de Itabira do Campo, hoje Itabirito, pode ter pesado na hora de procurar colocação na siderurgia. São evidentes, principalmente nas primeiras duas décadas, os esforços de Carlos da Costa Wigg, seus diretores e sua esposa, D. Alice, de fazer a vida em Burnier mais confortável e atrativa aos operários. Mesmo assim, o funcionamento irregular do forno da Usina Wigg se deu por diversos problemas, às vezes técnicos, às vezes financeiros, às vezes relacionados à falta de mão de obra; seguiu-se após muitos anos, o seu aluguel e uso pela empresa Queiróz Júnior. (BAETA, 1973; GERDAU – Acervo Usina Wigg).

A localização da Usina Wigg se beneficiaria da existência de jazidas de manganês para a produção de ferro-manganês e 'spiegel', em Miguel Burnier e de fundentes (calcário), em Burnier e Rodeio. Além disso, em Itabira do Campo e Burnier haveria areias para moldagem que, segundo Clodomiro de Oliveira, 'comparáveis às areias de moldagem de Lisboa, senão, superiores' (OLIVEIRA, 1912).

Clodomiro de Oliveira considera que da proclamação da República, em 1889, até 1902, não houve nenhum interesse governamental com a indústria siderúrgica. O motivo do desinteresse teria sido as sucessivas crises institucionais e financeiras. Entretanto, a usina funcionou, ainda que se transformasse por um bom período em uma empresa de fundição e moldagem, paralisando a fabricação do gusa no alto forno (OLIVEIRA, 1912).

Havia, além dessas dificuldades conjunturais, uma grande dúvida durante as primeiras décadas da República sobre a viabilidade de se estabelecer um parque siderúrgico que utilizasse como combustível o carvão vegetal. A opinião se dividia entre os que acreditavam que faltava apenas investir em plantio de eucaliptos e em técnica apropriada para se criar tal parque, e aqueles que acreditavam que só a descoberta de potentes jazidas de carvão mineral ou de minerais similares, como o linhito, poderia permitir a criação de um grande parque siderúrgico nacional (OLIVEIRA, 1912; MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1938).



Foto 2 – Visão geral da Usina Wigg. 2012. Foto: Emile Scharlé Jr..



Foto 3 – Detalhe do maquinário remanescente da Usina Wigg. 2012. Foto: Emile Scharlé Jr..

O alto forno da Usina Wigg funcionava intermitentemente quanto à produção de gusa, mas durante quase todas as primeiras décadas de sua existência o forno de Esperança, que havia inicialmente pertencido a uma sociedade, que tinha como sócio majoritário o mesmo Carlos da Costa Wigg, funcionou com minério retirado de Miguel Burnier. O minério era carregado até lá em vagões da Central do Brasil. Com o funcionamento do segundo forno de Esperança, em 1912, a quantidade de minério retirado e transportado para lá aumentou significativamente (OLIVEIRA, 1912).

Além disso, a estratégia de sobrevivência da Usina Wigg era investir em duas frentes de forma qualitativa, e não apenas pensando pura e simplesmente em números. Carlos Wigg cuidava dos pormenores da exploração do manganês para que ele continuasse sendo o melhor do mercado: alto teor, melhor processo de estocagem e forma de transporte para que o produto chegasse em perfeitas condições aos clientes, na usina propriamente dita, o melhor produto possível nos fornos de segunda fundição, de onde o ferro e o aço iam diretamente para uma das melhores plantas de moldes do Brasil, com produtos acabados de ótima qualidade. Carlos percebeu muito cedo que a qualidade dos produtos que a usina entregava era a chave da sobrevivência, em meio a uma concorrência que poderia sempre jogar com altos números. Nesse ponto ele antecipou a especialização do parque siderúrgico de Minas Gerais.

TENTATIVAS DE CRESCIMENTO: O DECRETO DE 1911

Por decreto de 11 de janeiro de 1911, foram concedidos favores sem monopólio às empresas que se organizarem para explorar a indústria siderúrgica e o governo foi autorizado a fazer na Estrada de Ferro Central os melhoramentos necessários para atender ao transporte do minério, assim como a construir ou contratar a construção e arrendamento de estradas de ferro, que tenham por objetivo principal favorecer a indústria siderúrgica e desenvolver a exploração do minério de ferro. Outro decreto, de 22 de fevereiro seguinte, concedia aos Srs. Costa Wigg e Trajano de Medeiros prêmios sobre os produtos manufaturados, garantia de consumo anual e outros favores para exploração de uma usina siderúrgica com a capacidade de 150.000 toneladas anuais. Essas concessões provocaram diversos protestos de que o *Jornal do Commercio* se fez voz, assim comentado os favores concedidos, em editorial de 25 de agosto de 1911:

"Para não nos alongarmos, consideraremos apenas os mais importantes favores do aludido decreto, cada um dos quais, com o caráter de monopólio, isto é, concedido a um só indivíduo, seria bastante para matar a indústria siderúrgica, fazendo desaparecer todas aquelas iniciativas que com tanto brilho e entusiasmo tinham surgido".

"São eles: 1º) o prêmio de 25\$ em média por cada tonelada de ferro fabricada; 2º) compromisso do governo de comprar um terço de todo ferro de que precisar pelos preços da Europa, gravados dos direitos alfandegários atuais, mesmo no caso de serem eles abolidos; 3º) transporte a preço reduzido na Estrada de Ferro Central, para a exportação do minério (o que não constitui indústria siderúrgica) até um milhão e quinhentas mil toneladas. Só a importância dos prêmios orça por cerca de 4.000 contos anuais com que o governo terá de entrar para os cofres dos Srs. Wigg e Trajano, os quais, no caso do monopólio, serão os únicos que poderão fabricar as 150.000 toneladas de ferro, em que se computam as exigências do nosso mercado"(Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1911).

Adiante, defendia as questões da concorrência, que até então, não existia de fato:

"Com efeito, a indústria siderúrgica de um país não consiste na instalação de uma só usina, por maiores que sejam as suas proporções; mas na multiplicidade delas, em todos os recantos onde haja uma jazida a explorar, derramando a vida, animação e progresso por todo ele; ela consiste exatamente na luta e emulação travadas entre todas essas usinas, grandes e pequenas, em que cada uma procura aperfeiçoar os seus produtos e baratear os seus processos de fabricação, de modo a poder vender por mais baixo preço, conquistando assim a preferência da freguesia. É essa a

verdadeira indústria e a única que, aproveitando diretamente ao público, traz para o país o progresso e a prosperidade”(Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1911).

Apesar das críticas, o que demonstra a trajetória de Carlos Wigg como empreendedor, do final do Império à época da lei de 1911 - que foi a possibilidade de erguer um grande parque siderúrgico - é que ele se bateu pela siderurgia nacional e teve uma visão clara, às vezes turvada por momentos obscuros de uma política que mudava a todo instante, e assim mudava também as estratégias e necessidades para fazê-lo.

Em 1911, ele tinha no currículo a construção dos dois mais importantes altos-fornos modernos do país (antes só existiam os de Ipanema, em Sorocaba-SP). Tinha se envolvido com muito esforço próprio, assim como capital pessoal, para buscar melhoras significativas nas fundições da Usina Wigg, na busca de produzir produtos de alto valor agregado. Ele tinha parentes e sócios envolvidos em diversas atividades que visavam substituir importações, como Trajano de Medeiros e seu sobrinho Carlos B. Wigg Sobrinho, que trabalhava no Rio de Janeiro, na Companhia Industrial de Artefatos de Ferro. Era benfeitor da EMOP (apesar de não ser reconhecido por todos) e desejava, agora, montar uma siderúrgica que iria, se tivesse sucesso, alcançar a escala de produção necessária para baixar os custos o suficiente para desbancar a concorrência do metal importado. Porém, o regionalismo de alguns proprietários e técnicos empedernidos fazia com que só conseguissem vê-lo como um gaúcho anglófilo que atuava na odiosa - na visão nacionalista - “venda do solo pátrio”, ou seja, a exportação do manganês.

O CHOQUE COM O REGIONALISMO RENASCENTE

O regionalismo mineiro que tinha sido alçado a uma condição de orgulho e vetor de mudanças para uma elite que se modernizava, acabou por ser lentamente dominado, novamente, por grupos mais alinhados com a proposta de manutenção das riquezas minerais nas mãos de antigas famílias mineiras. Esse entendimento, forte no momento inicial da república em Minas, tinha se arrefecido na crise do Encilhamento e nas dificuldades de empreendedores mineiros que fracassaram em seus sonhos de enriquecimento rápido via mineração e siderurgia.

Com o fim do período de recessão e das medidas de arrocho, e com a perspectiva de novo perfil de lucratividade na exploração mineral e na siderurgia, a partir de 1909, há um restabelecimento também do discurso regionalista.¹³

O período de altos e baixos que se constituiu para Carlos Wigg, entre a perda da perspectiva que lhe dava a concessão siderúrgica, a que teve de renunciar, foi, em geral, positivo. Mas logo um representante do regionalismo que o atacava chegaria ao poder:

“Arthur Bernardes, por sua vez, chegou ao governo federal com uma visão econômica visivelmente influenciada pela dura resistência que vinha oferecendo ao esquema da

¹³Outros acontecimentos de 1909, como a lei que lei n. 2.210 de 26 de dezembro de 1909, e no ano seguinte outra lei, o Decreto n. 8.019 de 19 de maio de 1910, traçou em detalhes os auxílios possíveis e autorizados para empresas siderúrgicas. Os projetos de lei, já conhecidos anteriormente, fizeram movimentar os interessados em estabelecer novas metalúrgicas, em Ouro Preto, em datas logo anteriores. Das sessões da Câmara de Ouro Preto, temos dois pareceres muito significativos, inclusive por quem são os petionários:

Parecer n. 37 - A Comissão de fazenda, tendo em conta a petição assinada pelos senhores Carlos Vaz, Victorino Dias Desidério de Mattos, Sr. Joaquim Candido da Costa Sena, Sr. Augusto Barbosa da Silva, Raymundo Guido de Andrade, José Honório Mourão e Sr. Clodomiro de Oliveira pedindo para estabelecer nesta cidade uma Usina de fundição... , 14 de Setembro de 1909. O seguinte parecer, de n. 40 - ... Drs. Joaquim Candido da Costa Sena, Augusto Barbosa da Silva, Clodomiro Augusto de Oliveira, comendador Victorino Antonio Dias, Coronel Desidério Gonçalves de Mattos e Majores Raymundo Guido de Andrade, José Honório Mourão ... ressaltando direitos adquiridos e, quanto a exportação de minérios de ferro e manganês a hipótese em que não fazendo a empresa o tratamento metalúrgico de tais minérios outra empresa se proponha a fazê-lo de modo efetivo, caso em que essa última terá preferência para a extração e uso dos ditos minérios. ... 21 de setembro de 1909 (APMOP – Atas das Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto).



Itabira Iron para exportação mineral. Como presidente, Bernardes deu sequência à política intervencionista que adotara em Minas, ao providenciar a elaboração de um plano siderúrgico nacional, que foi aprovado pelo Congresso em 1924. Previam-se três usinas de pequeno porte, uma em Santa Catarina e duas em Minas. Portanto, no tocante à indústria de base, seu programa era uma tentativa de estender para a esfera nacional uma política gestada no governo estadual, dado o conteúdo nacionalista e parcialmente estatizante da legislação que patrocinou (...) Trata-se do vínculo entre regionalismo e nacionalismo, ideias que se articulam no pensamento econômico das elites mineiras. Na questão minero-siderúrgica, a defesa dos 'interesses de Minas' era identificada com a defesa dos interesses do país, revestindo-se de conteúdo estratégico alusivo à segurança nacional" (DULCI, 1999:207).

A questão da 'pátria' era entendida de forma muito desigual no esquema descentralizado do federalismo da Primeira República.

Se por um lado o Rio de Janeiro como capital federal e herdeiro das tradições patrióticas de unidade nacional simbolizada pela antiga corte monárquica, mantinha-se como um aguerrido local de um modelo nacional amplo e símbolo da força da União, por outro lado os estados em geral mantinham ideias marcadas pelo sentido de 'pátria' como uma relação regional.

Os outros dois importantes estados do sudeste, São Paulo e Minas Gerais, tinham ideias diferenciadas sobre o que era o novo nacionalismo federativo. São Paulo, tornando-se o estado economicamente mais importante, entendia que esta força deveria transparecer na política, buscando um modelo onde pudesse impor sua hegemonia. Já Minas Gerais tinha um complicadíssimo quadro econômico 'em mosaico' com uma respectiva política potencialmente desagregadora de sua unidade, enfrentando movimentos separatistas de regiões como a Mata e o Sul de Minas. Assim, para Minas Gerais, o modelo era o da "pátria mineira", contraposto ao nacionalismo abrangente e voltado para seus próprios problemas. O regionalismo de Minas Gerais era um modelo onde a ideia do solo e da "física sagrada" pretendia ter mais peso, inclusive por causa dos arraigados interesses no futuro da exploração mineral¹⁴ (WIRTH, 1982; NEVES, 2010).

Esta especificidade do regionalismo mineiro da Primeira República, representada por uma elite tradicionalmente estabelecida no centro minerador metalúrgico, que se via herdeira dos primeiros habitantes das Minas, foi o 'calcanhar de Aquiles' da aceitação de Carlos Wigg em Minas Gerais. Apesar de estabelecer contatos valiosos e buscar uma aproximação íntima com a EMOP e com grupos industrializantes, foi alvo de críticas diversas, que muitas vezes se fundamentavam, também, no fato de que parte dessa elite considerava Carlos Wigg um intruso: um rio-grandense de ascendência inglesa que se estabelecera sub-repticiamente em uma região que, na visão regional mais tacanha, deveria contribuir apenas para a riqueza da elite local, mesmo que isso importasse em esperar muito tempo para fazê-lo, pela falta de capitais, competências específicas e interesses imediatos dessa elite. No entanto, esse grupo só foi dominante na política por um determinado período, e a influência dos descendentes de imigrantes relativizava a visão regionalista, como assinala Otávio Soares Dulci:

"... nem todos os membros das elites econômicas tinham raízes oligárquicas: personalidades como Américo Giannetti e Euvaldo Lodi, para lembrar os dois líderes mais influentes do setor industrial mineiro, eram outsiders, descendentes de imigrantes e se projetaram de fora para dentro do sistema de poder tradicional. Mas longe de colidir com este, assumiram-no à sua maneira, principalmente ao transitarem do setor privado para o ambiente político partidário" (DULCI, 1999:165).

¹⁴ WIRTH (1982) aponta que: "... São Paulo progrediu mais do que Minas na década de 1890 e, após essa época, a distância entre as duas economias ampliou-se ainda mais. Em 1920, o produto agrícola e industrial bruto de São Paulo era o dobro do de Minas. Desenvolveu-se uma relação neocolonial que os mineiros não conseguiram inverter: Minas deixava partir pessoas e matéria-prima, São Paulo enviava manufaturados e alimentos processados. Em 1940, quase um quinto de todos os mineiros tinham emigrado para as pastagens mais verdes de São Paulo ou Rio de Janeiro, e o número de pessoas que partia para a fronteira do Paraná aumentava".

Em carta de 31 de dezembro de 1914, Carlos Wigg se manifestaria com um amigo sobre as dificuldades que alguns representantes do regionalismo mineiro e outros interesses impunham à sua empresa:

“É desoladora a convicção a que vou chegando, de que, salvo alguns raros amigos pessoais, nem mesmo no município de minha atividade, se me reconhece, em Minas, algum valimento, as minhas mais justas pretensões, sendo constantemente preteridas pelo efeito do despeito (ou de outros motivos de igual pouca nobreza) de qualquer cidadão falto da precisa elevação moral. E por tal forma vão me ferindo e magoando estas desagradáveis experiências, que não vejo senão a alternativa de recolher-me à vida privada; já que a conseqüente falta de tranquilidade de espírito me impede, aos 60 anos, da continuação do mesmo esforço, rigoroso, sob o qual tenho resistido até recentemente. Eu não quisera que o amigo visse nisto uma queixa, mas antes um desabafo, perante um amigo cujas manifestações benévolas, justificam-me.”

(Carta a Braguinha¹⁵, enviada do RJ)

Cerca de um mês antes, Carlos Wigg se manifestava sobre o contrato que a empresa ganhara para fornecimento de pés de cadeiras para as escolas públicas do Estado de Minas Gerais, em carta dirigida à Costa Sena. Nessa carta é interessante ver que as autoridades passavam o tempo todo em Burnier e, obrigadas a descer para baldeação, tinham então que ouvir os reclames dos gerentes da usina, de forma casual, mas interessada:

“Quanto às ordens da Secretaria do Interior relativas às expedições de pés de carteira, do atraso do Governo do Estado para com a usina, ao notar o que o meu amigo me diz a esse respeito o faço confiante, porém, de que o Américo não permitirá que continue, por ainda mais tempo, a ser injustamente punida a usina por faltas da quais essa nenhuma ingerência ou responsabilidade teve, ou tem. Isto mesmo, aliás, reconheceu o próprio Presidente do Estado (que conosco firmou o respectivo contrato, ainda como Secretário do Interior) por ocasião de sua recente passagem por Burnier; quando o atual gerente da usina, aproveitando o ensejo que lhe dera o convite para acompanhar a comitiva de S. Exa. até Mariana, aproveitou o ensejo, repito, para pedir a S. Exa. a leal e amistosa execução ou vigência do contrato de fornecimento firmado com o Governo do Estado e avisa-me o Sr. Vieira que o nosso ilustre amigo Dr. Delfim, não só tomara em sua carteira diversas notas sobre o assunto, como também em seguida prometera recomendar o mesmo assunto a quem de direito.”

(Carta dirigida a Levindo Lopes, do RJ, datada de 25 de novembro de 1914)

Muitos procuravam Carlos Wigg com o intuito de receberem favores, e nem sempre eram atendidos. Cada descoberta de minérios de manganês na área por quem não podia explorá-lo era oferecida às empresas. Clodomiro de Oliveira, ao achar minérios de manganês empilhados como rejeito de minerações, ao que parece, auríferas, tentou vendê-los a Carlos Wigg, no que não foi atendido:

“Rio de Janeiro 25 de novembro de 1914 a Manoel - Burnier”

“De fato nenhum interesse temos em fazer aquisição do tal minério do Dr. Clodomiro, senão o desejo de com isso servir, se possível, ao nosso velho amigo Dr. Sena. Este mesmo, porém, não tem razões para sacrificar nossos interesses à descabidas pretensões daquele nosso outro amigo, de sorte que antes de oferecer, até mesmo os 5\$000 de uma sua recente referência pelo aludido lote de minério, convém se dê, ainda, mais uma busca nos arquivos da usina em procura das análises feitas pelo Anchisses, das amostras que este último fez; por se buscar nos pontos onde ainda hoje se acham as pilhas de minério de que se trata; verificar as quantidades

¹⁵ Custódio da Silva Braga, filho de Vitorino da Silva Braga, considerado um dos fundadores de Juiz de Fora MG, também amigo de Carlos Wigg. Custódio era engenheiro, farmacêutico, literato, professor de geometria e trigonometria, química, física e eletrotécnica, além de historiador. Trabalhou em diversas explorações minerais em Ouro Preto, em prospecções e análises químicas publicando 28 trabalhos nos Anais da EMOP. Presidente da Câmara de Ouro Preto em 1912 cuidou dos transportes no município e da canalização de água de Cachoeira do Campo (OLIVEIRA, 1974). Amaro Lanari Júnior, sobrinho de Carlos Wigg, se formaria na EMOP na mesma turma do filho de Custódio da Silva Braga, Custódio Braga Filho, em 1936 (UFOP, 1976).



aproximadas de cada uma das 2 respectivas pilhas; e verificar se até existe, de fato, o material da recente referência do Dr. Sena, e só com a utilização do mesmo é possível trazer o minério à beira da linha, sob boas condições de preço."

Alguns dos inimigos difundiam a ideia de que qualquer sucesso de Carlos Wigg era virtude de manobras e influências junto aos seus amigos poderosos. Como ele era uma figura pública muito conhecida, era fácil relacioná-lo a qualquer um envolvido em explorações e pesquisas minerais. Ele se explica em uma carta particular sobre um desses comentários maliciosos:

"Rio de Janeiro 25 de novembro de 1914 a Manoel - Burnier"

"Uma comunicação oficial recente referiu-se às minhas relações com o Dr. A. Lisboa, como sendo bastante amistosa, e para que você não tire daí falsas conclusões devo dizer-lhe que as minhas relações com o mesmo Senhor não passam de cortesia, o que, aliás, não impede que eu faça muito bom conceito do mesmo."

Houve uma grande movimentação da parte de Carlos Wigg no ano de 1914 pela incerteza gerada pelo projeto de Lei Calógeras. Emitindo cartas ao presidente Wenceslau Brás; ao superintendente da Mina de Morro Velho, George Chalmers, e a aliados, Carlos Wigg ficou visivelmente preocupado com a possibilidade da perda de seus direitos de proprietário e minerador, que eram escorados no que dizia o art. 72 da Constituição de 1891, vigente àquela época.

Foi até o Palácio do Catete para expor ao presidente suas opiniões, assim como tentou influenciar Calógeras, de quem fora muito próximo uma década antes, entregando-lhe uma proposta de redação para seu projeto que assegurasse os direitos adquiridos das explorações antigas, conforme carta a Wenceslau Brás, de 21 de dezembro de 1914:

"Em seguida, tendo para justificar-me o fato do breve encerramento do Congresso federal, como também a necessidade de minha próxima presença em Minas, peço vênha para lembrar à V. Exa. a minha recente solicitação, em prol da indústria siderúrgica; sobre a qual direi que, sendo simplesmente protelatória, senão negativa, ou contraproducente dos fins do estabelecimento d'aquela indústria a autorização que, ainda uma vez, pretende a Comissão restabelecer no respectivo orçamento, ora ainda em discussão na Câmara, como do retalho junto (col. 1) que ouso, por isso, reiterar o meu pedido por uma autorização mais ampla e mais prática; que faculte o patriótico Governo de V. Exa. agir na matéria, donde que as circunstâncias lhe permitam fazê-lo; autorização esta aliás, de que o Governo pode bem deixar de se utilizar, dado que a conseqüente proposta de inovação não se harmonize, melhor, com a nossa atual situação financeira, bem como com as ideias gerais de V. Exa. a emenda concebida nos termos da minuta junta (sob n.2); da qual deixei uma cópia com o ilustre Dr. Calógeras, o digno Ministro de V. Exa., da pasta respectiva, à quem tomei a liberdade de procurar, esta tarde, à propósito de sua lei de Minas, que ora está sendo votada; incidentemente então e assim, falando com S. Exa. sobre a Siderurgia. Conquanto implícito, venho, no entanto aqui esclarecer que não posso, nem quero, fazer questão de ser, precisamente esta a redação da aludida emenda, o que, porém eu quisera é ver o Governo armado de uma autorização, qualquer, prática, e, pois, do possível proveito à hipótese acima indicada. Mas a recusa, até mesmo disso – se tanto julgar V. Exa. mister – não fará com que fiquem abalados o sincero apreço e a alta admiração que venho, cada vez mais, tributando à pessoa de meu mais ilustre e assaz gentil amigo, de cuja patriótica e firme ação tantos bens prevejo para o nosso Brasil, tal com o usei expô-la, franca e verbalmente, no Catete, ainda recentemente."

Calógeras, que havia sido gerente de minas de manganês e um dos sócios da Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, que comprou o acervo da empresa ferroviária do barão de Mauá e realizou o trecho da raiz da serra até Petrópolis e até Areal, ou seja, um empreendedor que tinha tudo para compartilhar das opiniões e pontos de vista de Carlos Wigg. De fato, foi um aliado durante os primeiros anos de Wigg em Minas, agora atuava cada vez mais em direção contrária, convencido de que não havia futuro para o projeto siderúrgico em Minas Gerais. Carlos Wigg sentia-se traído por boa parte de seus antigos amigos mineiros, que sucumbiam ao regionalismo exacerbado ou às opiniões vigentes nos círculos do Serviço

Geológico e Mineralógico Brasileiro, de âmbito federal. Os primeiros queriam fazer de tudo para a exploração mineral e a siderurgia fosse realizada apenas por parte da elite local, detentora do que chamavam legitimidade da "terra mineira". Apesar de o Brasil daquela época ser uma terra cheia de imigrantes e migrantes, muitos deles imbuídos de espírito nacional relacionado a se fazer em novas terras, a elite mais antiga, descendente dos bandeirantes e de portugueses do período colonial, sendo os maiores proprietários de terras no centro de Minas, acreditavam que apenas a eles cabia, por herança, o usufruto das riquezas minerais. Os segundos, como Calógeras, viam os problemas técnicos de forma positivista e o progresso como possuindo apenas um único caminho, como na polêmica do carvão mineral *versus* o carvão vegetal, desautorizando por meio desses argumentos, qualquer projeto siderúrgico em Minas Gerais.

Carlos Wigg e outros empreendedores, porém, atuavam no espaço mental dos homens de negócios brasileiros, que compartilhavam uma visão mais ampla buscando a modernização nacional independentemente dos regionalismos. Miravam e cultuavam os grandes homens de negócios estrangeiros, com os quais possuíam, inclusive, trato comercial e pessoal. Essa proximidade e culto eram o seu forte e seu fraco, pois se servia aos objetivos de realizar grandes empreendimentos, nem sempre serviam à política, da qual esperava que funcionasse em uma lógica econômica 'puramente liberal', horrorizando-se quando percebia que havia muitas compreensões locais da política e muitos interesses divergentes. Entre os aliados de Wigg que partilhavam esse perfil e a busca por fazer a nova e moderna indústria no Brasil estava, por exemplo, o barão de Ibirocahy, que foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que, juntamente com outros, buscava a exploração de carvão no Rio Grande do Sul. Para tal fundaram, em 1916, a Companhia Carbonífera do Jacuhy (DOU, sábado, 19 de agosto de 1916, p.9453-9456).

As relações de Carlos Wigg com parte da elite mineira iriam se deteriorar ainda mais. No final de 1914, em 16 de novembro, falecera Domingos José da Rocha, engenheiro formado na EMOP em 1882 e que foi engenheiro chefe da Usina Wigg de 1902 a 1911. Naquele ano, despediu-se para montar firma de engenharia, com o filho, Domingos Fleury da Rocha, também formado na EMOP, na turma de 1909. Este também trabalhou na Usina Wigg por alguns períodos, com o pai. Carlos Wigg travara uma ótima amizade com o pai, que fora político influente no período de implantação da usina e participara da Constituinte de 1890-1891 como deputado por Minas, além de professor, por longo período, da EMOP. Domingos José da Rocha queria que o filho Domingos Fleury da Rocha, o seguisse na carreira, o que efetivamente o filho fez, sendo um dileto professor da EMOP e político. Entretanto, contrariamente ao pai, não parece ter havido grandes simpatias entre Domingos Fleury da Rocha e Carlos Wigg. O afastamento de Domingos pai da Usina Wigg talvez tenha sido motivado por esse fato, cujos detalhes são desconhecidos. Quando Domingos José da Rocha faleceu, tinha opções de negócios e outros assuntos ainda não resolvidos com Carlos Wigg. Este, em conversas com Domingos Filho, deu prazo para que ele se manifestasse sobre os negócios pendentes do pai. Entretanto, Domingos Filho entendia que teria direitos específicos que Carlos Wigg disse nunca ter combinado com o seu pai. Logo, o irmão de Domingos Filho, João da Rocha, teve violenta discussão com Carlos Wigg nas dependências da usina e em pouco tempo moveram-lhe uma ação, onde não viram comprovados seus interesses. Infelizmente, para a história, as instâncias judiciárias nacionais não velam pela memória histórica e o processo se perdeu. Como a resistência política em Minas à figura de Carlos Wigg já vinha aumentando desde pelo menos 1906 ou 1907, ficando muito forte por volta de 1912, esse fato contribuiu ainda mais para tal, com grande perda de prestígio de Carlos Wigg junto à EMOP, instituição de quem era benfeitor, encomendando livros por meio de contatos pessoais, recebendo alunos e até, ocasionalmente, visitando a escola, aonde chegou a palestrar sobre as atividades de sua empresa.

Como Domingos Fleury da Rocha foi diretor da EMOP nos períodos de 10 de outubro de 1927 a 25 de novembro de 1930, e depois, de 27 de dezembro de 1945 a 03 de maio de 1956, esteve em posição para barrar qualquer reconhecimento por parte da EMOP à figura de Carlos Wigg,

falecido em 1931. Também foi diretor do DNPM e tinha uma influência enorme. Como elogiar a memória de Carlos Wigg era se arriscar a desagradá-lo, ninguém o fez.¹⁶

Os ataques a Carlos Wigg, porém, não prosperaram entre toda a elite mineira porque amigos próximos que compreendiam muito bem sua situação e seu pioneirismo não permitiram ações mais radicais. Américo Werneck, Augusto Barbosa, Joaquim Cândido da Costa Sena, Levindo Lopes, Custódio Braga e, principalmente, Francisco Sales foram os que se mantiveram leais à história e feitos de Carlos Wigg. O fato de ele buscar agir dentro da “política de concessões” do governo federal, a partir de 1910, fez com que muitos o igualassem a Percival Farquhar, na década de 1920, o que era um absurdo. Francisco Sales, especificamente, grande articulador político em Minas entre os anos de 1906 a 1918, travava intensa correspondência com Carlos Wigg, e este batizara um de seus filhos, sempre enviando brinquedos e orientações ao garoto.¹⁷

A única melhoria significativa na década de 1920, com o crescimento da oposição aos exportadores de mineiro, foi a construção da estação de usina, próximo a Papa-Cobras, construída em 1923. Mesmo assim, houve acordo entre a Central do Brasil e a Usina Wigg para que esta arcasse com parte dos custos.

Assim, o término da *Era Wigg* vai jogar no limbo a memória de um industrial que, ainda que polêmico, merecia melhor sorte na historiografia nacional e regional, pois teve uma vida de atividade intensa, ideias avançadas sobre o entendimento dos mercados internacional e nacional foi pioneiro em diversas atividades, além de disponibilizar o espaço de seus empreendimentos como verdadeiros campos escolas para os alunos da EMOP. Tudo isso, junto às suas diversas conexões pessoais e profissionais por todo o mundo, no seu longo trajeto de vida, o habilitam como um dos mais ilustres desconhecidos da história brasileira e de Minas Gerais, desconhecimento que contribuiu de forma intensa para o esquecimento também da história do distrito de Miguel Burnier.

A USINA WIGG: NOVAS MODERNIDADES E CAPITALISMO

Para este período o arquivo de Burnier apresenta menor volume documental, fruto de novas técnicas administrativas e da forma mais impessoal da direção na nova fase da siderúrgica e da exploração de manganês. Nem por isso é um fundo menos importante ou de menor interesse. Ali estão documentos fundamentais e esclarecedores que são insubstituíveis para a história econômica e social da siderurgia em Minas Gerais.

Os principais documentos se referem ao estabelecimento e retomada dos trabalhos e do planejamento: documentos de constituição, pareceres técnicos, contratos de venda de matas e de reflorestamento, minutas sobre novos procedimentos, planejamento estratégico de longo prazo, análises mercadológicas, plantas, novos projetos, etc.

O DISTRITO DE MIGUEL BURNIER A PARTIR DA DÉCADA DE 1940

A década de 1930 havia sido de recessão forte, com o abandono de alguns projetos da usina por doença e morte de Carlos Wigg, em 1931. Depois, houve uma década de tentativa sincera por parte de D. Alice Wigg de manter a usina e os trabalhadores em condições dignas, o que de fato conseguiu, ainda que com sacrifício. Mas tal situação de inconstância não era boa para os negócios e, aos poucos, ficou claro que a usina se tornara deficitária, carente da visão clara e de

¹⁶ Domingos Fleury da Rocha foi o redator do Código de Minas de 1934, quando era diretor do DNPM, junto a Juarez Távora, além dos deputados federais Furtado de Menezes e Euvaldo Lodi. Domingos Fleury da Rocha foi poderosíssimo não só dentro da EMOP como junto ao governo Vargas e de seus sucessores. (CARVALHO, 2002).

¹⁷ Algumas das cartas que sobreviveram sobre essa relação próxima são sumamente interessantes e versam ao mesmo tempo sobre política negócios e cotidiano das duas famílias.

longo prazo de Carlos Wigg. A década seguinte foi de retrocesso econômico, mas a perspectiva aberta por nova guerra na Europa colocava mais uma vez, como acontecera em 1914, um bom panorama para a substituição de importações no país, que, no mais, já vinha sendo incentivada pelo governo Vargas. A siderurgia entrava em outra boa fase de encomendas. Contudo, para os trabalhadores, foi a década de menores salários e, logo com a entrada do Brasil na II Guerra, em 1943, de novos sacrifícios impostos pelo governo de Getúlio Vargas (DINIZ, 1981; DULCI, 1999).

Em 1944, as propriedades minerais de exploração de ferro no distrito de Miguel Burnier, ou próximas, estavam assim distribuídas, mostrando um avanço nas explorações (MORAIS, 1944):

- Casa de Pedra – A. Thum
- Pires – Cravo & Irmão
- Fábrica – Companhia de Mineração de Ferro e Carvão S/A
- Pedras Pretas – Queiroz Júnior Ltda.
- Espinheiro – Sibila Maria Schuweber
- Pico do Itabirito – St. John Del Rey Golding Mining Co.
- Cata Branca - St. John Del Rey Golding Mining Co.
- Burnier – Usina Wigg
- Miguel Burnier – Queirós Júnior
- Serra do Mascate e Mendonça – Bracuhy Falls
- Morro do Gabriel – Serafim da Silva Gomes
- Pires, Vigia, Engenho e Boa Vista - Usina Wigg

IMPASSES E LEGADO

A doença e a morte de Carlos Wigg em 1931 coincidiram com mudanças profundas no meio político. A revolução de 1930, chefiada por um político gaúcho e com vários grupos favoráveis à mudança em outros estados, inclusive em Minas Gerais, apontou mudanças em favor das indústrias e de novos arranjos econômicos para lidar com a crise mundial de 1929. Contudo, o futuro no distrito de São Julião era incerto.

Para o distrito de São Julião o quadro econômico não era dos melhores no início da década de 1930, já que o aumento da população do distrito e a crise constante da usina se combinaram para aumentar o desemprego. Havia êxodo acentuado em direção a Itabirito, Ouro Branco, Lafaiete (antiga Queluz), Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Ponte Nova, Barbacena e Belo Horizonte, direções de emigração relacionadas tanto com vínculos familiares antigos quanto às oportunidades que surgiam pelo crescimento das áreas urbanas.

A quantidade e a qualidade dos trabalhadores declinaram e os problemas se sucederam. Desde o último ano de vida do Comendador que problemas com alguns empregados aumentaram, principalmente com os que prestavam serviços esporádicos. Um dos documentos existentes nos arquivos da empresa que demonstram as dificuldades do período: um caderno de notas sobre demissões dos funcionários e a motivação dessas dispensas, conhecida como lista negra, demonstra o aumento no número de empregados pegos furtando, envolvendo-se em brigas, pegos alcoolizados e mesmo três tristes assassinatos, em um período de menos de dois anos (GERDAU, Acervo Usina Wigg).

A morte do Comendador significava, também, para a empresa, o fim de todo planejamento de longo prazo. Pouco se sabe, e os documentos pouco contam, sobre o período da década de 1930. A documentação e as ações de planejamento de longo prazo só foram retomadas na década seguinte, quando assumiu a usina um novo grupo de investidores.

D. Alice Wigg, agora viúva, após o inventário de Carlos, que correu no Rio de Janeiro onde eles estavam mais presentes ainda nos últimos anos de vida do Comendador, tinha como objetivo



final de sua vida passar a usina e suas propriedades para alguém, ou algum grupo, que continuasse o que Carlos e ela iniciaram ali. Preocupava-lhe, sobretudo, o futuro dos empregados e a continuidade das suas obras de caridade.

O primeiro passo após a morte do esposo foi apoiar a construção de uma nova igreja junto à usina. Simbolicamente, ela foi erguida nos terrenos já sagrados da nova capela de São Julião, erguida nos primeiros anos de construção da usina (1890), de forma a coroar o processo que levou do singelo início, ao momento final, algo a enaltecer o ápice do período personalíssimo da usina, onde a presença do casal Wigg e as relações patriarcais criadas não se perdessem no tempo. Talvez Alice Wigg pensasse que a nova Igreja seria uma boa motivação para as pessoas continuarem ali, nos anos difíceis, até que tudo se acertasse pela compra da usina. A Igreja do Sagrado Coração ficou pronta em 1934, sob os auspícios de Alice Wigg e do padre Marcelino Braglia, que há muitos anos aconselhava o casal e acompanhava, ali, os fiéis. Também demarcou e doou o edifício e a área de entorno da igreja para a paróquia. Em 1946, ergueu-se sob o patrocínio da Sra. Wigg o Orfanato Monsenhor Horta. Alguns anos depois, no início da década de 1950, a Irmandade das Irmãs de Maria Imaculada, assumiu o espaço, com o fim de que cuidassem das crianças pobres da região e auxiliassem as mães, pessoas idosas ou doentes nos serviços domésticos. Assim, as suas ações repercutiram positivamente na região durante muitas décadas depois.

Em 1948 o distrito de São Julião é renomeado para Miguel Burnier, nome que até então só designava a estação ferroviária e a localidade de entorno.

A REESTRUTURAÇÃO DA USINA WIGG E PÓS-WIGG

O problema da continuidade da empresa foi resolvido gradualmente pelos contatos familiares e pelas amizades, muito cultivadas pelo casal na alta sociedade e nos meios políticos. O plano de uma grande siderurgia havia sido abandonado, há muito, por Carlos e encontrara certa solução de continuidade na cessão dos direitos, sobre o decreto de 1911, para familiares de Alice Wigg, principalmente na pessoa do sobrinho, Amaro Lanari Júnior. De certa forma foi ele o continuador de Carlos Wigg na siderurgia (PEREIRA & FARIA, 2002).

Quanto à Usina Wigg, assumida por sócios minoritários e pela viúva Alice, agora se tratava de legar algo mais palpável que um sonho: era necessário legar algum futuro, na forma de empregos e oportunidades aos empregados que tanto tempo se dedicaram à usina, e a seus descendentes uma oportunidade de continuar, se desejassem ali permanecer, dando continuidade à história local (PEREIRA & FARIA, 2002).

Na década de 1930, Pandiá Calógeras iria fazer diversos discursos em instituições de ensino e *Clubs* em que atacaria a teimosia de Minas Gerais em buscar possuir um parque siderúrgico a carvão vegetal como regionalismo sem visão. Porém, os projetos de altos fornos a carvão vegetal se multiplicaram naquela década. Enquanto Calógeras se convertia ao credo de técnicos que concordavam com antigas posições dentro da EMOP e da Politécnica, antigos alunos da EMOP seguiam o rumo inverso, rompendo com o que tinham aprendido e aderindo ao projeto estadual de montar tal parque siderúrgico, inclusive reativando e modernizando as operações em Esperança e Wigg¹⁸ (CALÓGERAS, 1936).

O único elogio à obra de Carlos Wigg no momento da reativação da usina foi um singelo artigo no periódico *Observador Econômico*:

¹⁸ Dois discursos bem marcantes de Calógeras foram os realizados na Escola Politécnica de São Paulo, em 1 de setembro de 1928, e no IHGSP, em 11 de março de 1933, publicados posteriormente na coletânea *Problemas de Governo*, de 1936.

“Em 1940 foi toda a propriedade adquirida pela organização que hora explora as jazidas de ferro e manganês e o alto forno, tendo assim sido inaugurada uma nova era para a Usina Wigg que atinge no momento seu apogeu de uma vida de meio século (...) A Mineração e Usina Wigg tem assim, realizado um dos grandes esforços em prol da pequena siderurgia em nosso país, dando seguimento a uma obra que é um dos legítimos marcos da criação da nossa indústria do ferro. A grande realidade que é hoje, revela a iniciativa do comendador Carlos Wigg nos últimos anos do século passado” (OBS. EC., 1943: 127 a 130).

O grupo que assumiu os trabalhos da usina e seu futuro não poderia ser mais eclético e, ao mesmo tempo, mais coeso: ele compunha-se de técnicos e políticos que buscavam influir no projeto de desenvolvimento mineiro a partir do novo arranjo de forças que estava se construindo, após os períodos iniciais da revolução de 1930. Quebrado o Bernardismo, que misturava antagonismos inconciliáveis do regionalismo e do nacionalismo, na indefinição de alianças entre capital estrangeiro e nacional, se impunha então retornar as atividades sob a tutela da parte da elite mineira aliada aos projetos nacionais mais sutis de Vargas. O projeto bernardista, de nação-objeto, é substituído pelo varguismo, de nação-sujeito. Assim também outras oposições surgem na organização de forças políticas do país; bernardismo x varguismo: agrarismo x indústria; mercado interno e elites locais x estado nacional e classes; liberalismo x autoritarismo (DE DECCA, 1980).

Os dez maiores acionistas eram, por número de ações: 1 – Cia. Serviços de Engenharia; 2 – Paulo Auler; 3 – José de Magalhães Pinto; 4 – Benjamin Ferreira Guimarães; 5 – Antônio Faria Ribeiro; 6 – Amynthas Jacques de Moraes; 7 – Dr. Alberto Woods Soares; 8 – Waldomiro Magalhães Pinto; 9 – Joaquim Vieira Faria; 10 – Américo René Giannetti (GERDAU - Acervo da Usina Wigg).

Alguns dos novos sócios tinham outros negócios em mineração, como Alberto Woods, que explorava ouro em Aredes, local fronteiriço ao distrito. Outros eram políticos que se destacariam na vida pública nacional, como Juscelino Kubitschek de Oliveira. José de Magalhães Pinto era banqueiro e industrial, seria governador de Minas. Seu irmão Waldomiro Magalhães Pinto e seu cunhado Joaquim Vieira de Faria eram comerciantes e industriais. Benjamim Ferreira Guimarães faleceria em 1948, ele era sócio em muitas empresas, inclusive na Mina da Passagem. Boa parte destes se configuraria em ‘tecnocratas’, ainda que tal concepção seja ainda muito discutida. As atividades da empresa continuaram sendo a exploração do manganês e a siderurgia (DULCI, 1990).

Outros desses sócios eram oriundos da EMOP. Américo Giannetti, cujo pai, Pedro Giannetti, era Italiano que viveu no Rio Grande do Sul, além de ter fundado o Alto Forno de Rio Acima (Metalúrgica Santo Antônio & Purri) formou-se na turma de 1923; Antônio Faria Ribeiro, em 1926 (UFOP, 1976; CARVALHO, 2002).

A política de substituição de importações continuou a influir fortemente na linha de produção, já que em momentos de crise poderia faltar materiais importantes ao país. Assim, muitas indústrias siderúrgicas também apareciam ou eram reestruturadas e modernizadas em Minas Gerais.¹⁹

De 1920 a 1940, o discurso político foi dominado pela busca da ‘grande siderurgia’, como ela deveria ser e onde deveria se implantada. O papel primordial desse grupo que assumia os altos-fornos de Esperança e Wigg era não deixar morrer a siderurgia em Minas Gerais. A única forma

¹⁹Depois da Companhia Siderúrgica Mineira, de 1917, que reformara o projeto inicial e inaugurara o forno em 1921, já incorporada em sociedade, rebatizada Belgo-Mineira, um segundo forno estaria funcionando em 1936 em João Monlevade (Rio Piracicaba). Também precursora foi a Usina Gagé, em Lafaiete, da Empresa Queiróz Júnior, em 1921. Haveria a fundação, ainda, da Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas (Morro Grande), em 1925; da Usina Gorceix, (Caeté) da Cia. Ferro Brasileiro, em 1931; da Usina (Rio Acima) da S/A Metalúrgica Santo Antônio, em 1931. Já na década de 1940 temos a fundação pela Cia. de Mineração e Siderúrgica Gandarella, também em Rio Acima, em 1941; e da Cia. Siderúrgica Mineira em Divinópolis, em 1944 (IBGE, 1946).



de fazer isso era não bater de frente com a concorrência que esta fazia aos produtos metalúrgicos produzidos em Minas Gerais. Como fazer isso?

A empresa contratou um antigo consultor da Usina Wigg, que trabalhara com Carlos Wigg desde o período da Primeira Guerra. Este era Anchises Carneiro Lopes, que elaborou um documento técnico e de análise mercadológica apresentado na Assembleia Geral de Acionistas, de 24 de fevereiro de 1942; convocada por certo medo das consequências da futura - e agora certa - construção de uma grande siderúrgica, que viria ser a Barra Mansa, próxima a cidade carioca de Valença. Não teríamos espaço para publicar o parecer de Anchises, aqui, na íntegra, então vamos nos concentrar nas suas conclusões. Estas indicavam que outro forno mais eficiente e maior deveria ser construído. O antigo, modernizado. Ele deu ao plano traçado certa maneabilidade e opções de prazos. Mas, o mais importante foi a escolha do que produzir. Assim como já orientava e discutia com Carlos Wigg, Anchises elaborou uma análise de mercado que indicava para a produção um perfil similar ao que buscava o antigo proprietário: produzir produtos com qualidade superior ao da concorrência e/ou que não estivessem na pauta de produtos da concorrência. Isso significava produzir gusa de qualidade superior para fundições finas, ou seja, para a produção de aços especiais. O forno menor trabalharia com ferro maleável, que havia grande procura no mercado e a produção geral não satisfazia as demandas. Significava também agregar valor ao fabricar máquinas simples e peças em série para outras máquinas²⁰ (GERDAU, Acervo Usina Wigg).

As atividades do novo grupo logo se fizeram sentir na economia local e de regiões próximas: muitos contratos de fornecimento foram fechados, novas terras foram compradas, empregados readmitidos ou novos contratados. O número e o teor dos contratos de produção de carvão, assim como de venda de matos e arrendamento de terras para tal fim dão uma dimensão da extensão dos efeitos econômicos na região: de João Ribeiro (atual Entre Rios de Minas) passando por Lafaiete, Ouro Branco, Mariana, Cachoeira do Campo, Glaura, Itabirito (GERDAU, Acervo Usina Wigg).

Entre as atividades que se intensificaram nesse período, a monocultura do eucalipto e do *pinus* para a produção do carvão, de que necessitava os fornos da usina, é a mais evidente. Áreas enormes foram reflorestadas diversas vezes, conforme as possibilidades do solo e da tecnologia empregada. Existem muitos contratos relacionados a essa atividade, que a empresa, em geral, tomou para si. Os contratos dizem respeito à compra de matas, ou seja,

²⁰ Há diversas referências à Anchises na documentação da Usina Wigg. A mais antiga encontrada é uma carta enviada por Carlos Wigg do Rio de Janeiro para Manoel (gerente) em 25 de novembro de 1914, onde ele pede para Manoel "dar busca nos arquivos da usina em procura das análises feitas pelo Anchises". Portanto, a relação é mais antiga. Não pudemos checar anos anteriores pelo mau estado dos copiadore de cartas mais antigos. Tentar lê-los poderia significar a sua destruição.

desmatamento de mata, em geral já secundária, por conta da própria usina. Há documentos sobre a intenção de plantio de 2.000.000 de mudas de eucalipto em 1948, por exemplo (GERDAU, Acervo Usina Wigg).

Na década de 1930, as relações trabalhistas, focos de muitos conflitos a partir da greve de 1917, foram regulamentadas por meio da organização de sindicatos, de caráter obrigatório, pelo governo federal. Por tudo que foi descrito nos tópicos anteriores, talvez seja muito arbitrário datar um momento como o do início do período em que as relações de trabalho em Miguel Burnier se tornam marcadas pelas contradições, fatos e conflitos que transformaram o trabalho no que ele se tornou, em meados do século XX. Tudo continua a mudar em uma velocidade bastante alta, ao ponto de cada geração seguinte não se reconhecer nas práticas e relações da geração que a antecede. Porém, em termos das relações legais, o marco maior para uma contemporaneidade do trabalho ainda está nas leis trabalhistas do período Vargas.

A DÉCADA DE 1960 EM DIANTE

Houve uma série de novas minerações nesta época, com a abertura de lavra pela CSN no Rodeio de Baixo, e a Pedreira da Mineração Lagoa Seca, também ali próxima. Em 1979, foi criada uma represa de grandes dimensões na extremidade sudeste do distrito de Miguel Burnier, dentro do município de Ouro Branco. Ela inundou o caminho tradicional para essa cidade, forçando modificações do trânsito para lá. O seminário que ali ficou submerso, apesar de já estar no território do município de Ouro Branco, merece mais atenção dos historiadores futuros, pela relação com o caminho ali existente e a região como um todo. Ainda há muitas pessoas que estudaram na região e dali guardam lembranças (Entrevistas: 07/11/2011).

Nesse período, a Usina Wigg sob a Siderúrgica Barra Mansa e o Grupo Votorantim, patrocinou dois times de futebol: Estrela Azul e Siderantim. O primeiro era representado pelos jogadores da Usina Wigg, enquanto o outro tinha jogadores de Miguel Burnier. Havia ainda, também, o Congado, com dois grupos: o de Santa Efigênia e o de Nossa Senhora do Rosário, mas que foram formados na década de 1950 ou 60. Digno de nota foi o incêndio da sede do clube, onde se perderam principalmente fotos, de grande valor histórico. O edifício é descrito pelos que o conheceram como muito belo, sendo do período de Carlos Wigg, e construído em pinho-de-riça importado (Entrevistas: 07/11/2011).

A Usina Wigg foi desativada em 1969 e, logo em seguida, o complexo foi assumido pelo grupo Votorantim que, no mesmo ano inaugurava a Siderúrgica Barra Mansa. Nesse período, várias outras mineradoras se instalaram na região. O empreendimento siderúrgico da Votorantim incluía um complexo de atividades entre as quais se destacavam a produção de ferro, extração de minério e pedras (brita), produção de carvão e reflorestamento (GERDAU, Acervo Usina Wigg).

A siderúrgica Barra Mansa foi desativada, juntamente com o complexo de atividades correlatas, no ano de 1996. O fechamento da siderúrgica imprimiu um grande retrocesso econômico na localidade, ocasionando a saída de maior parte do contingente populacional de Miguel Burnier, uma vez que este morava nas unidades habitacionais – vilas – associadas ao próprio empreendimento. A vila próxima à Siderúrgica Barra Mansa foi praticamente demolida, restando poucos exemplares habitacionais



em bom estado de conservação. A vila construída na época da Usina Wigg, dotada de uma maior importância histórica e arquitetônica, também apresenta sinais de degradação, mas conta com um maior número de unidades habitacionais preservadas.



Foto 4 – Visão geral das instalações desativadas da Siderúrgica Barra Mansa. Foto: Henrique Piló. 2012.

Outras atividades econômicas estiveram presentes no distrito de Miguel Burnier nesse período. Várias olarias funcionavam na década de 1950 em Crockatt de Sá. Havia várias chaminés dessas empresas, e algumas ainda se encontram de pé.

Em Miguel Burnier ainda funcionava, precariamente, o hotel próximo à estação. E muitos dos donos de comércio, ainda abriam seus estabelecimentos, mesmo nos períodos mais difíceis. Um deles, Silviano Zenóbio, italiano, é lembrado pelo hábito que possuía de bater um pequeno sino à frente de seu estabelecimento para avisar o apronto das refeições (Entrevistas: 07/11/2011).

A Usina Papa Cobras, que gerava energia para a Usina Wigg, funcionou até pelo menos a década de 1960 e o último operador foi Arlindo Miguel de Vasconcelos, pai do conhecido Tuia, nascido em 1943, e que ainda mora próximo à estação. Antônio Lana “Niquinho”, falecido em 1995, foi o último responsável local pela guarda da igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis (Entrevistas: 07/11/2011).

Referências Bibliográficas:

ABREU, Sérgio Fróes. *A riqueza mineral do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

BAETA, Nilton. *História da Siderurgia em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1973.

BATALHA, Cláudio H. M. (Org.). *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do Século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *Problemas de Governo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

CARMO, Paulo Sérgio do. *A Ideologia do Trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ª ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

DE DECCA, Edgar. *1930, o silêncio dos vencidos – memória, história e revolução*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1991.

DULCI, Otávio Soares. Empresariado e política em Minas Gerais. 93-124. In: *Cadernos DCP n.8; Revista do Departamento de História*, n. 10 (Número conjunto) "Cem anos de República". FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1990.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas Dutra. República e Trabalho no registro da Burguesia. 28-39. In: *Cadernos DCP n.8, Revista do Departamento de História*. n.10 (Número conjunto) "Cem anos de República". FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1990.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. A República do Trabalho: A formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais no alvorecer do século XX. 79-92. In: *Cadernos DCP n.8/Revista do Departamento de História*. n.10 (Número conjunto) "Cem anos de República". FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1990.

GOMES, Francisco Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983.

IBGE. *Usinas Siderúrgicas em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, 1946.

IBGE. *Concessões para pesquisas de jazidas minerais – 1940-1942*. Separata n. 17 do 'Boletim do Dep. Estadual de Estatística'. Belo Horizonte: Dep. Est. de Estatística, 1946.

LE VEN, Michel Marie & NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho e Sindicato, cidade e cidadania (1897-1990). 77-106. In: DULCI, Otávio Soares & NEVES, Magda de Almeida (Orgs.) *Belo Horizonte: Poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

LEWKOMICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horácio; FLORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2008.

LLOYD, Reginald (Org.) *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Londres. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltda; Rio de Janeiro, L. T. Delaney e Joaquim Eulalio, 1913.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808 a 1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.



MINISTÉRIO DA FAZENDA. Conselho técnico de economia e finanças do. *A grande Siderurgia e a exportação de minério de ferro brasileiro em grande escala: projetos Raul Ribeiro, Paul H. Denizot e "Itabira Iron"*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1938.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais 1889-1930*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 1994.

MORAIS, Geraldo Dutra de. *Jazidas de Ferro do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Estudos Mineralógicos, 1944.

NEVES, Marcus V. D. *Modernizações, projetos econômicos, percepções locais: Mineração e Siderurgia em Minas Gerais (1850-1921)* (Dissertação de Mestrado) PPGH-FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA. Ataliba Mendes de. *Figuras notáveis de Minas Gerais. Série III*. Belo Horizonte: Pioneiros e Expoentes Editorial Ltda., 1974.

OLIVEIRA, Clodomiro de. Indústria Siderúrgica. In: *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, n. 14. p. 43-203. Ouro Preto: Oficinas da Casa Mattos, 1912.

PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora de. *Amaro Lanari Júnior – pensamento e ação de um siderurgista*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

REIS, Milton. *A trajetória do poder – de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. *A Escola de Minas: 1876-1976*. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da Universidade de Ouro Preto, 1976.

WIRTH, John D. *Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937: O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes Primárias

APM - Arquivo Público Mineiro - AS 937: 6-7.

APMOP. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto-Atas das Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto. Parecer n. 37 de 14 de setembro de 1909.

APMOP. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto - Atas das Sessões da Câmara Municipal de Ouro Preto. Parecer n. 40 de 21 de setembro de 1909.

BN – MAN – Memórias 7,3, 1002 – n. 096.

Escritura de Compra e Venda da fazenda dos Caldeirões – 1852 (GERDAU)

Relatório da Bocaina - Engenheiro de Minas Mr. Arthur de Belmont. S/d. (GERDAU)

Uma Política Siderúrgica para Usina Wigg S.A. Engenheiro Anchises C. Lopes, 1943. (GERDAU)

Livros de ponto (5) (12.1897 a 06.1898; 12.1899 a 06.1903; 08.04.1906 a 12.08.1906; 05.1912 a 10.1913; 01.01.1920 a 19.08.1921)

Livros de Contas Correntes (6) (22.08.1891 a 01.07.1895; 04.01.1899 a 31.12.1899; 31.12.1905 a 31.12.1908; 1908 a 31.13.1913; dez.1917 a jan.1919; 21.12.1921 a 25.10.1923)

Documentos avulsos do Acervo Usina Wigg/Gerdau

Fotos antigas do Acervo da Igreja Sagrado Coração de Jesus de Miguel Burnier

Correspondências

Carta 27/08/1906 – De Carlos Wigg para Domingos da Rocha

Carta 01/09/1906 - De Carlos Wigg para Domingos da Rocha

Carta 27/07/1908 - De Carlos Wigg para Martin Augendre – Paris

Carta 17/12/1908 - De Carlos Wigg para Martin Augendre – Paris

Carta 16/10/1914 – De Carlos Wigg para Domingos Fleury da Rocha

Carta 25/11/1914 – De Carlos Wigg para Levindo Lopes

Carta 25/11/1914 – De Carlos Wigg para Manoel

Carta 12/12/1914 - De Carlos Wigg para Miranda

Carta 15/12/1914 - De Carlos Wigg para George Chalmers

Carta 21/12/1914 – De Carlos Wigg para Wenceslau Brás

Carta 25/11/1914 - De Carlos Wigg para Manoel

Carta 25/11/1914 - De Carlos Wigg para Levindo Lopes

Carta 22/12/1914 - De Carlos Wigg para Francisco Salles

Carta 28/12/1914 - De Carlos Wigg para Francisco Salles

Carta 31/12/1914 - De Carlos Wigg para Custódio Braga

Jornais e outros periódicos

DOU, sábado, 19 de agosto de 1916.

Jornal do Commercio, 25 de agosto de 1911.

Minas Gerais, sábado, 23 de abril de 1898.

Observador Econômico e Financeiro. Outubro de 1943, ano VIII, n. 93, fls. 127 a 130

O Paíz, sábado, 23 de abril de 1898.

O Paíz, segunda feira, 25 de abril de 1898 p.1.

O Paíz, domingo, 17 de maio de 1921.

O Paíz (várias edições) informações sobre o processo de Inventário de Carlos G. da Costa Wigg. Seção Judiciário - Vara do Juízo Civil – Comarca do Rio de Janeiro – Juiz Dr. Nelson Hungria Hoffnauzer, 1931-1932.



CURO
PRETO

CAPÍTULO 08

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL E USINA WIGG: A EVOLUÇÃO DA SIDERURGIA NO BRASIL

Henrique Piló
Emile Albert Scharlé
Alenice Baeta

ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL E USINA WIGG: A EVOLUÇÃO DA SIDERURGIA NO BRASIL

O surgimento do alto-forno siderúrgico é bastante antigo, resultado de lentos aperfeiçoamentos das forjas até o alto-forno com rendimento aprimorado. As primeiras informações históricas dos altos-fornos são do século XV, sendo até os dias atuais o principal meio de reduzir minérios de ferro.

Em 1554, o padre jesuíta José de Anchieta relatou, em um informe ao rei de Portugal, a existência de depósitos de prata e minério de ferro no interior da capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo).

Quem primeiro trabalhou na redução do minério de ferro foi Afonso Sardinha. Em 1587, ele descobriu magnetita na atual região de Sorocaba, no interior de São Paulo, quando iniciou a produção de ferro a partir da redução do minério. É a primeira fábrica de ferro que se tem notícia no Brasil. Alguns anos antes, nas proximidades da cidade de São Paulo, foi construída uma pequena fábrica para fundir ferro, no local dos primeiros descobertos. Em razão da baixa concentração de ferro no minério, aliado aos resultados insatisfatórios obtidos nos pequenos fornos de refino, essa fábrica situada na freguesia de Santo Amaro teve sua produção bastante efêmera.

Com a descoberta de minério rico em ferro no Morro de Araçoiaba, região de Sorocaba, é que Sardinha deu início à produção de ferro na região.

A história não menciona o nome do descobridor dessa ocorrência, nem o do construtor e proprietário da fábrica. É de supor, entretanto, que tenha sido Afonso de Sardinha, paulista empreendedor, o descobridor do minério de ferro de Araçoiaba e construtor, em 1590, de uma pequena fábrica do Vale das Furnas, à margem do córrego (ESCHWEGE, 1979: 201).

Sardinha estabeleceu dois fornos para a produção de ferro e aço. Quando da visita do governador de São Paulo, D. Francisco, no ano de 1600, Sardinha fez a doação de um deles ao governador. Quando, em 1602, o governador regressou a Portugal, deixou a fundição a seu filho. Em 26 de fevereiro de 1629, os trabalhos foram suspensos em razão de sua morte, sendo apenas em 1760 seu retorno à produção. No entanto, a forja se manteve em funcionamento, após sua reativação por um período bastante curto, tendo em vista os custos de sua operação. Após essa data, a siderurgia brasileira entrou em um período de estagnação que durou até o século seguinte.

Passaram-se então 40 anos sem que se fizesse nenhuma outra fundição, até que, em 1801, um certo João Manso, mulato de nascimento, tendo extraído dos livros alguns conhecimentos químicos, e, portanto, segundo o modo de pensar dos portugueses e brasileiros, devia estar habilitado para fabricar ferro, obteve do governo a incumbência de construir um novo forno de fundição (ESCHWEGE, 1979: 202).

Foi construído então um alto-forno de tijolos, nas terras do capitão-mor de Sorocaba. Após a construção, foi instalado um fole manual e convidadas as figuras ilustres da região para prestigiar a produção do ferro em grande escala. Ao acionar o fole e descarregar o minério e o carvão no forno, nenhum ferro apareceu nos cadinhos, fazendo com que João Manso fugisse às escondidas (ESCHWEGE, 1979: 203).

O conhecimento da potencialidade das jazidas de minério de ferro em Minas remonta aos primeiros tempos de sua ocupação. Em 1702, o governador Artur de Sá e Menezes levou ao conhecimento do rei de Portugal a existência de minério na região, sendo o ferro o de maior destaque. As pesquisas mais aprofundadas se deram somente em fins do século XVIII, tendo a demarcação do distrito dos Diamantes grande potencial.



O trabalho de Vieira Couto, um dos estudos pioneiros, demonstrava a qualidade dos minérios encontrados na demarcação do distrito dos Diamantes e adjacentes, onde, a seu ver, as reservas de ferro eram significativas (BAETA, 1973: 69).

Foi a descoberta de ouro no atual estado de Minas Gerais que desencadeou um novo estímulo à siderurgia. Fundições foram abertas para a construção de implementos de ferro utilizados no trabalho das minas. Com as reservas superficiais de ouro já, em grande parte, esgotadas, a mineração se tornava cada vez mais trabalhosa e necessitava de instrumentos e ferramentas sofisticadas, cuja importação tornava ainda mais onerosa a obtenção do ouro. Tendo em vista que os impostos de importação eram calculados pelo peso do produto, peças de ferro eram sobretaxadas inviabilizando assim sua chegada aos consumidores finais.

Dessa forma, no último quartel do século XVIII, a mineração de ferro passou a se constituir uma atividade importante em Minas Gerais. Ainda que de rendimento inferior ao do ouro, a exploração do ferro era necessária para suprir a região de instrumentos e ferramentas, não só para a retirada do ouro, como também para uso doméstico nas lavouras e estribarias.

Em Minas, os pioneiros na fabricação do ferro foram os escravos africanos na região de Antônio Pereira, em Vila Rica, como afirma W. L. Eschwege em sua obra *Pluto Brasiliensis*.

O ferro foi fabricado pela primeira vez em Antônio Pereira, por um escravo do capitão-mor Antônio Alves, e também em Inficionado, por um escravo do capitão Durães (o mesmo senhor que achara cobre nativo arenoso). Ambos disputavam a honra da prioridade (ESCHWEGE, 1979: 203).

No período inicial de sua produção, o ferro era fabricado apenas na quantidade suficiente para as necessidades pessoais, pois, sua produção industrial, além de ser proibida no período anterior à chegada da família real ao Brasil, também era desconhecida em grande escala. A maioria dos ferreiros tinha um pequeno forno de fundição, construídos segundo a intuição de cada um, uma vez que não havia técnicas disponíveis. Essas pequenas fundições, muitas vezes improvisadas, conseguiam apurar muito pouco ferro, isso quando conseguiam.

No caso da siderurgia, segundo admitimos, o conceito de produção doméstica se fundamenta na redução do minério de ferro em pequena escala, para consumo do próprio fabricante. Portanto, está explicado, nessa conceituação, o seu objetivo, qual seja o atendimento das necessidades domésticas, sem se preocupar com uma escala de produção destinada à venda para terceiros (BAETA, 1973: 168).

Esses pequenos fornos para produção pessoal tinham o aspecto improvisado, mas já se encontravam amplamente difundidos na região das minas. Este panorama foi descrito por Eschwege quando tomou conhecimento dos primeiros fornos estabelecidos por ferreiros e grandes fazendeiros, que produziam o necessário para suas necessidades.

Por ocasião da minha chegada a Minas, em 1811, era comum esse processo bárbaro de produção de ferro. A maioria dos ferreiros e grandes fazendeiros que possuíam ferraria tinha também o seu forninho de fundição, sempre diferente um do outro, pois cada proprietário, na construção, seguia suas próprias ideias (ESCHWEGE, 1979: 203).

Em Minas Gerais, o pioneirismo na exploração do ferro em larga escala se deve a Eschwege, nos trabalhos da Forja do Prata (Mina Patriótica), estabelecida nas proximidades de Congonhas do Campo (situada no município de Ouro Preto). Essa forja serviu de modelo para a construção de outras fábricas na capitania, sendo Eschwege uma espécie de instrutor dos ensinamentos básicos para que fossem difundidas as forjas de ferro. A Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, foi desenvolvida paralelamente à do Prata, por iniciativa de Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, às expensas do erário. Posteriormente a essas iniciativas, começava a ganhar impulso a mineração do ferro na região das Minas Gerais.

O êxito da Fábrica do Prata e o efeito de demonstração do Morro do Pilar estimularam o aparecimento de outras forjas na Capitania, tais como a do Girau, em Itabira, do Bonfim, no Termo da Vila do Príncipe e outra, em Cocais (BAETA, 1973: 74).

Por ocasião de sua vinda a Minas, Eschwege participou desse processo, seja ajudando, como ele mesmo dizia, aos 'iniciantes' que ainda mineravam de forma bárbara, seja como proprietário de uma forja de ferro na região de Congonhas do Campo, como já citado.

Itabira do Mato Dentro foi o único lugar onde havia uma espécie de forno de peito fechado, cujo ar era fornecido por grande fole de couro, acionado por uma roda d'água, que punha em movimento, também um engenho de serra. (...)

Dei a esse homem todas as instruções necessárias para o assentamento de um malho hidráulico, de que ninguém fazia ideia. Enviei-lhe mesmo, por algum tempo, um ferreiro alemão, de modo que nosso homem fez grandes progressos na fabricação de ferro. (...)

A partir dessa ocasião, 4 outras pessoas do lugar imitaram minhas instalações da Fábrica de Ferro do Prata, perto de Congonhas do Campo, e, em pouco tempo, trabalhavam 16 pequenos fornos, com diversos malhos de ferro forjado, movido a água (ESCHWEGE, 1979: 204).

Em cinco de abril de 1809, foi iniciada a construção da primeira forja de ferro em Minas Gerais, no Morro de Gaspar Soares, comarca do Serro, que se denominava Pilar. Em 1815, teve início a produção de barras de ferro com a utilização de um forno de 8,5 metros de altura e 1 metro de diâmetro. Essa forja funcionou até 1831.

Ainda no período colonial, outras fábricas de ferro foram instaladas no Brasil; esta, porém na capitania de Minas Gerais, onde abundam excelentes minérios por toda a parte e onde a necessidade daquele metal mais se fazia sentir, não só por ter a capitania a maior população, que se entregava quase que exclusivamente às indústrias extrativas e agrícolas, como pela distância que estavam seus povoados dos portos do litoral e pelas dificuldades de transportes para cargas pesadas (RAPM, 1903: 1022).

As tentativas de se estabelecer forjas de ferro em escala industrial nessa época foram bastante frustradas, tendo sido a do Morro do Pilar, de produção muito breve e de construção demoradíssima; a de São João de Ipanema, de construção bastante onerosa para tão pouca produção e, finalmente, a da Prata, em Congonhas do Campo, tendo obtido mais sucesso, em virtude de seu menor porte.

Segundo Eschwege (1979), a Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar foi um fracasso na produção devido a inúmeros fatores não levados em consideração pelo seu executor, o conhecido mineralogista Manuel Ferreira da Câmara. Em primeiro lugar, julgou que as matas vizinhas eram suficientes para o fornecimento do combustível necessário a três altos-fornos e doze fornos de refino. Segundo o autor, qualquer metalurgista prático que conhece minimamente a região, ficaria rapidamente convencido de que não são suficientes nem para um único forno. O segundo grande problema seria a questão da água. Ao invés de usar o grande potencial hidráulico do rio Picão, confiou que um pequeno canal que levava água a uma antiga lavra poderia ser suficiente para toda a instalação. "Assim teve a infeliz ideia de não utilizar de maneira alguma o rio Picão, que oferecia um excelente local, com grande queda" (ESCHWEGE, 1979: 207). A localização em uma encosta íngreme de um morro servia também de forte dificultador no transporte do minério e do carvão.

Somente após a construção de um alto-forno, um forno de refino e de um malho, é que Ferreira da Câmara se convenceu intimamente de que a água só bastava para essas três instalações, e isso, mesmo no tempo das águas, conforme já lhe chamara eu a atenção, por ocasião da minha visita em 1811. Como, porém, para grande prejuízo da administração ele perseverasse teimosamente em seu projeto, teve a ideia de trazer a água para os outros fornos projetados de um córrego afastado, por meio de um difícil canal de uma milha de extensão, projeto esse que, aliás, não foi realizado (ESCHWEGE, 1979: 208).



Finalmente, nos seis anos que funcionou, a fábrica gerou grande prejuízo e após a retirada do intendente Câmara, cerrou suas portas. Segundo Eschwege, a cada arroba de ferro produzido, gerava um prejuízo líquido de 4.450 réis.

Em 1818, a fábrica de Ipanema, nos arredores de Sorocaba, começa a produzir ferro forjado. Outras indústrias foram abertas em Congonhas do Campo, Caeté e São Miguel de Piracicaba, todas em Minas Gerais. Antes da abertura das fábricas locais, o ferro era exclusivamente importado de países europeus, especialmente da Suécia, da Alemanha e da Espanha.

A Fábrica de Ferro de Ipanema, em São Paulo, era coordenada pelo sueco Carl Hedberg, o alemão Von Varnhagen e uma junta organizada pelo governo. A Fábrica de Ferro de Congonhas do Campo ficou a cargo do alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege.

... Direi somente que, até o ano de 1818, quando a fábrica sueca de São João do Ipanema foi transformada por Varnhagen em uma fábrica do tipo Alemão, minha usina de Congonhas produzia mais ferro do que a do Morro do Pilar e tanto quanto a de São João do Ipanema. E também, que, tendo as duas primeiras custado 300.000 cruzados cada uma, as despesas com a construção da minha atingiram somente a 13.000. Além disso, havia ainda a grande diferença de ter dado bons lucros aos proprietários, enquanto as duas outras somente produziram prejuízos consideráveis (ESCHWEGE, 1979: 205).

Os resultados das forjas não animaram nem o Governo, nem particulares a persistirem na iniciativa, senão em escalas modestas. Após essa primeira fase de grandes fábricas, no rastro deixado pela possibilidade de beneficiamento do ferro, diversas empresas pequenas se instalaram na região de Minas.

A produção do ferro encontrou inúmeras facilidades como o elevado potencial do minério nas áreas de Minas Gerais, abundantes reservas florestais para o fabrico do carvão, força hidráulica abundante necessária para a movimentação dos equipamentos, conhecimento das técnicas, além das medidas incentivadoras corporificadas na política que D. João VI deu à siderurgia.

À vista de tantos elementos positivos para industrializar o ferro, faltavam apenas o domínio da técnica e o espírito de iniciativa. Espírito esse que surge animado, principalmente pelo sucesso da Fábrica de Prata e antes as perspectivas gerais divisadas por quantas fábricas de pequeno porte se organizassem em Minas Gerais. Mesmo a Fábrica do Morro do Pilar, que tentava viabilizar planos arrojados assume papel proeminente na propagação da siderurgia. Reunindo na época um complexo de serviço, de técnicos, de máquinas e equipamentos, tornou-se um centro irradiador de mão de obra, encorajando outras experiências regionais a ponto de alguns de seus técnicos, após o vencimento dos contratos com o Governo, se integrarem noutras forjas construídas naquela área (BAETA, 1973: 206).

Segundo relato de Paul Ferrand em 1894 (APUD BAETA, 1973: 220), o panorama da indústria mineira de ferro se dividia em usinas metalúrgicas para a fabricação da fonte e produtos moldados e forjas que usavam o método direto para a produção de ferro, subdividindo-se nos métodos catalão, italiano e de cadinhos.

A fase de instalação das usinas dá nova dimensão à siderurgia, tendo em vista a instabilidade experimentada em períodos anteriores no campo industrial. O fim do século XIX marca o período mais fecundo para a siderurgia brasileira, com atividades que visavam estruturar tal atividade no país.



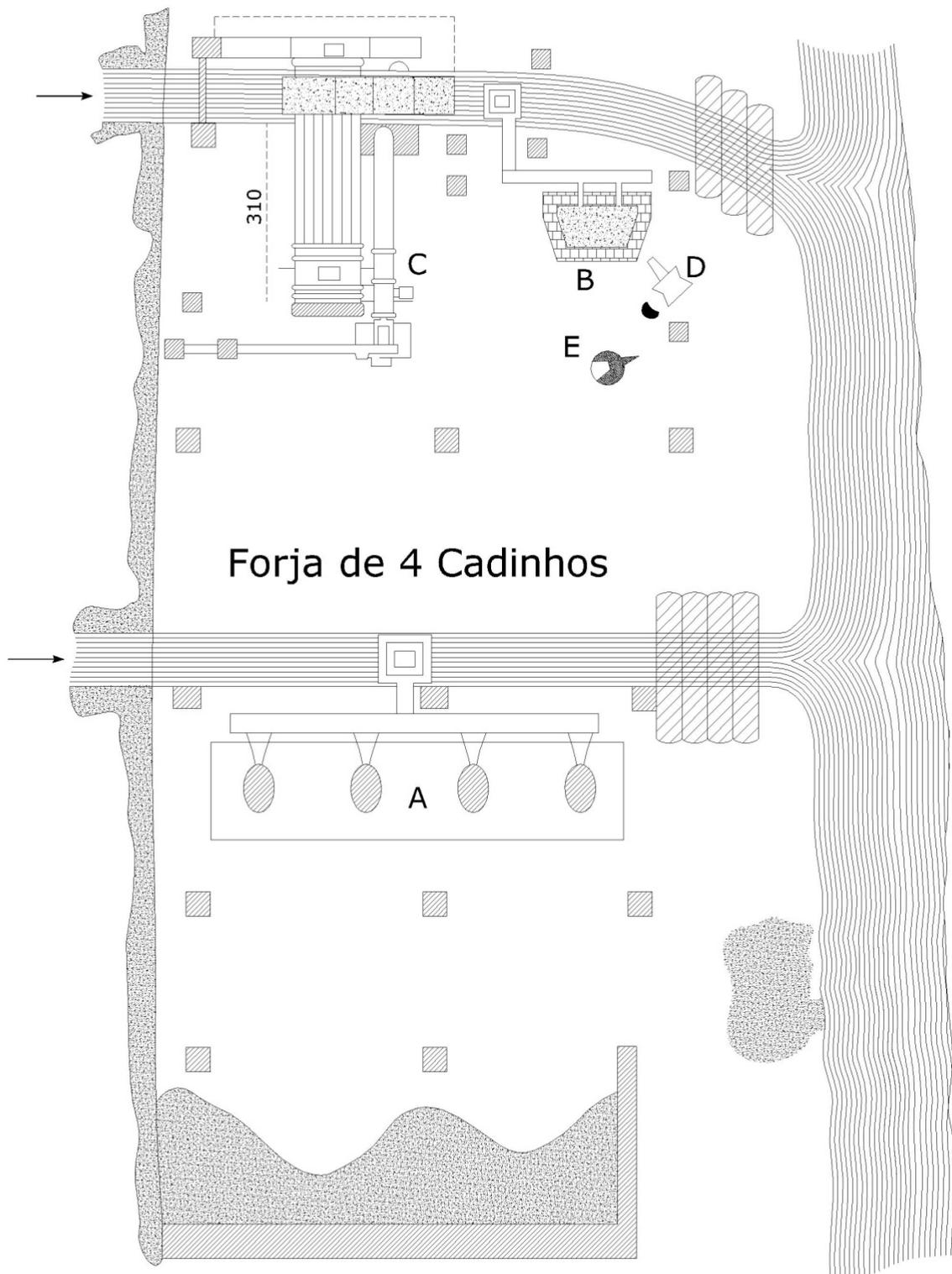


Imagem 1 - Desenho esquemático de Forja de 4 Cadinhos. Desenho: Albert Scharlé Jr. Base: Santos, 1986.

LEGENDA

A - Cadinhos
C - Conjunto de Roda e Malho
(Esbravejador - retirada das escórias)
E - Bigorna para finalizar barras

B - Forno de Revérbero (reaquecimento)
D - Fole do forno de Revérbero (sem precisar de alta temperatura constante, não tem soprador hidráulico)



Um alto-forno é um aparelho que consiste essencialmente num espaço limitado por paredes de alvenaria, no caso atual de alvenaria refratária a altas temperaturas. Suas dimensões variam muito, desde alguns poucos metros nos fornos destinados a pequena produção de algumas toneladas por dia, até os maiores, cuja altura pode atingir uma centena de metros, com a produção de alguns milhares de toneladas diárias. O forno é desde muito revestido de chapas de aço. Ele se compõe essencialmente de dois troncos de cone, de que o superior tem a base maior voltada para baixo, enquadrando-se na base maior do tronco superior, que tem sua base, menor no solo, junto às fundações. Algumas vezes, há um cilindro de pequena altura entre os cones. A parte superior tem uma abertura que é fechada durante o funcionamento e aberta no momento de se carregar o forno com minério, combustível e fundentes. A abertura se chama boca ou goela. Vem em seguida a rampa, que termina na parte mais bojuda do aparelho, a que se dá o nome de ventre. Inferiormente vem o cadinho, onde se forma, finalmente, o ferro gusa em estado de fusão. O cadinho possui duas aberturas, uma inferior por onde sai o gusa fundido para os moldes, onde se solidifica, e uma superior por onde escapa a escória, que, sendo mais leve, sobrenada no gusa fundido. Existem aberturas que recebem certo número de ventaneiras, por onde se insufla o ar quente destinado a conduzir o oxigênio destinado a queimar o carvão e produzir a redução do minério. Nos fornos mais antigos o carregamento era manual. O dispositivo mais usado para abri-los e fechá-los se chama taça e cone, conhecido mais por seu nome inglês cupand cone (GOMES,1983:26).

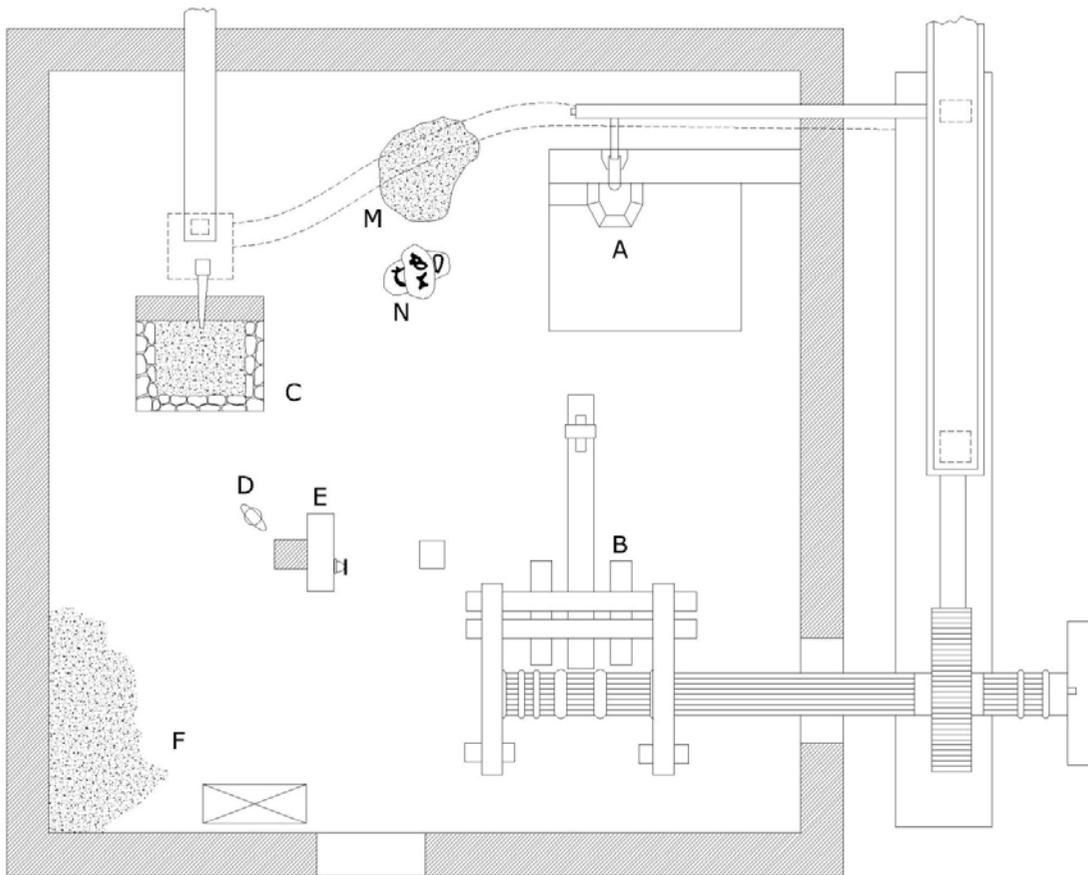


Imagem 2 – Planta de Forja Italiana. Desenho: Albert Scharlé Jr. Base: Santos, 1986.

LEGENDA

- | | |
|--|-------------------------|
| A - Forno Italiano | B - Roda e Malho |
| C - Forno de Revérbero | D - Bigorna |
| E - Bancada das varetas, pinças e outras ferramentas | F - Jacutinga em pó |
| M - Trompa Hidráulica. | N - Blocos de Itabirito |

A primeira usina siderúrgica com características modernas, com um forno a superar a marca de 1t/dia de produção, construída no Brasil, foi a Usina Esperança, em meados de 1888. Albert Gerspacher, juntamente com Amaro da Silveira e do comendador Carlos da Costa Wigg, construíram em Itabira do Campo esse alto-forno com grande capacidade para a época, em relação ao que existia no Brasil. A Usina Esperança era também pioneira na indústria de tijolos refratários para o revestimento de seu alto-forno. No início do funcionamento da usina, esses tijolos eram importados da Inglaterra. O revestimento interno tinha que ser substituído de tempos em tempos, e Albert Gerspacher descobriu uma jazida de barro refratário a pouca distância da usina, que forneceu matéria-prima para o seu revestimento periódico. Inicia-se, assim, a fabricação pioneira de tijolos refratários no Brasil. Existia calcário dolomítico em jazidas que servia, além de fundente, como matéria-prima para a fabricação de tijolos refratários magnésicos. A usina foi vendida em 1892 à companhia Forjas e Estaleiros, que a explorou até 1896. Em virtude da falta de capitais para investimento (e devido ao Encilhamento), a empresa foi adquirida em 1900 pela Sociedade Queiroz Júnior (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS, 1989).

Não foram poucas as tentativas de estabelecer um grande empreendimento siderúrgico. Pequenas usinas funcionaram, com diferentes graus de sucesso, desde 1888, quando foi fundada a Usina Esperança, no atual município de Itabirito, a pouca distância da jazida (...), com abundantes matos na proximidade, com energia hidráulica mais do que suficiente para sua operação e ampliação, a 500 metros da estação Esperança da atual Estrada de Ferro Central do Brasil. Assim, além do capital e da tecnologia, os ingredientes básicos estavam reunidos: matéria-prima (minério de ferro), carvão vegetal (redutor e combustível), energia elétrica e infraestrutura de transporte (SANCHEZ, 2003: 137).

A usina era composta por um forno alto para carvão de madeira, de 9 metros de altura. Podia ser produzida de uma a duas toneladas de peças moldadas por dia, tendo uma produção anual de 2.000 toneladas de fonte, das quais 500 toneladas em produtos moldados (Cf. BAETA, 1973).

Seu forno, a princípio de peito aberto, já era em 1901 abastecido pelo citado sistema *cup and cone*, consumindo 4m³ de carvão vegetal por tonelada produzida de gusa. Sua capacidade era de 18 m³, instalado sobre uma base de alvenaria. Os aparelhos de aquecimento de ar do tipo Bessèges elevavam a temperatura do ar de 175° a 200°(GOMES, 1983: 144).

O comendador Carlos da Costa Wigg, juntamente com Joseph Gerspacher, filho de Albert Gerspacher, construiu ainda a Usina Wigg, em Miguel Burnier. As usinas Wigg e Esperança foram, então, os dois únicos empreendimentos de porte a atingirem o século XX. Os experimentos iniciais proveitosos, feitos na Usina de Esperança fizeram com que, em 1893, fosse montada a Usina Wigg, próxima a Ouro Preto, na estação de Miguel Burnier, tendo sido inaugurada em 14 de setembro de 1893.

De acordo com Xavier da Veiga,

Com animados festejos, achando-se presentes muitos cavalheiros distintos, inaugura-se, próximo à Estação de São Julião (Miguel Burnier) da Estrada de Ferro Central, a Usina Wigg (sic.), importante estabelecimento metalúrgico para o fabrico de produtos de ferro, propriedade dos Srs. José Gerspacher & Cia. Funciona ali, perfeitamente montado, um alto-forno cujas dimensões principais são dez metros de altura e 1,50 de boca. Em marcha regular pode esse forno produzir, diariamente, em média, de seis a sete toneladas de ferro fundido. Funciona também um cubillot para segunda fusão e moldagem de peças mais delicadas. Os tubos empregados na canalização de águas e gases da Usina foram fundidos anteriormente nesse mesmo estabelecimento - um dos poucos, no seu gênero, existentes no Brasil (VEIGA, 1988: 827-828).

O forno da Usina Wigg tinha semelhança com o da Usina Esperança e foi projetado também para uma autonomia de 5t por dia. A energia da fábrica provinha de uma roda Pelton, auxiliada em momentos de seca por um motor a vapor. Esse esquema parece ter prevalecido ao menos



até o período da Grande Guerra Mundial, quando modernizações podem ter sido introduzidas pela necessidade de maior produção. Segundo o engenheiro francês Ferdinand Gautier¹, o sistema de aquecimento do ar para o forno de Esperança era um Wasseraufheizen de origem alemã, enquanto do sistema de aquecimento do ar para o forno da Usina Wigg era um Calder, francês. Segundo relato do Sr. Mecias Quintino Costa, antigo funcionário da Siderúrgica Barra Mansa, no final da década de 1960, parte da energia utilizada na Usina Wigg vinha de uma antiga barragem na região de Papa Cobras, auxiliada pela energia oriunda de Itabirito. Em alguns momentos foram utilizados veículos automóveis acoplados ao gerador, já que havia falta de motores à explosão de baixo custo.

Contudo, os altos-fornos de Esperança e Wigg foram considerados tipos intermediários, compostos por alvenaria de pedra com revestimento interno em tijolos refratários, diferentemente dos que se seguiriam, no caso, de alvenaria de tijolos. Esses dois fornos eram considerados pequenos para o padrão europeu ou norte-americano, tendo sido reformados. Ganharam durante algum tempo o *status* de altos-fornos médios, devido o aumento de sua produção inicial (de 5t/dia para até 17t/dia) em uma ocasião onde eram os únicos no Brasil (GOMES, 1983).

Para o alto-forno da Usina Wigg, a instalação do conjunto dos aparelhos Glendon, Cowper e outros aparelhos importados que visavam, em seu conjunto, o reaproveitamento dos gases expelidos, teria sido a parte mais avançada tecnologicamente de sua estrutura. A grande diferença entre o forno de Esperança e o da Usina Wigg é que o segundo foi projetado com pequenas diferenças para receber dois aparelhos Cowper, enquanto o de Esperança os recebeu posteriormente, tendo funcionado sem eles, recebendo os gases quentes por um sistema direto do guelard do forno, que não retirava as impurezas dos gases. A Usina Wigg foi pioneira no uso dos Glendons e Cowpers, que não só elevavam em muito suas capacidades diárias de produção, mas atuavam no sentido de manter a melhor qualidade do produto. O segundo forno da Usina Esperança, de 1912, incorporou esses aparelhos, por obra de Mario Rache e José Jorge, entre 1916 e 1917 (RACHE, 1969; BARROS, 1989).

Nesse processo de fabricação do ferro-gusa, existe uma grande produção de óxido de carbono, constituindo excelente combustível. Em um alto-forno é utilizado o processo de recuperação térmica. Uma parte desse gás é empregada no aquecimento em aparelhos Glendon, Cowper e outros, visando a melhor forma de recuperação e aproveitamento térmico. Em alguns casos, usa-se o gás emanado do processo em usinas termo elétricas que geram energia para a própria usina (GOMES, 1983).

Com relação ao empreendimento, a Revista Industrial de Minas Gerais de 1893 (APUD BAETA: 1973) traz detalhamento com relação às suas estruturas e operação.

A força motriz para o ventilador é fornecida a uma roda Pelton, que aproveita um pequeno córrego com a queda de 40 metros. Na estação chuvosa esse córrego pode fornecer uma força de 12 a 15 cavalos efetivos, mas, no tempo de seca, a água diminui tanto que a roda tem que ser auxiliada por um locomóvel. Existe um alto-forno e um cubilot reunidos num edifício de 50 metros de comprimento por 15 metros de largura. Os tijolos refratários empregados no forno foram feitos em Itabira do Campo pelos proprietários da usina. O alto-forno tem 10 metros de altura na boca e é soprado por três algavarizes (sic.). O vento é aquecido num aparelho de ar quente composto de tubos de ferro fundido (...); a temperatura do vento, ao entrar no alto-forno é de 200°.

O alto-forno é soprado por um ventilador Rots, podendo fornecer 3.500 metros cúbicos de ar, por hora, a uma pressão de 1,25 metros a 1,50 metros de água. O cubilot é de pequenas dimensões e pode fundir 1.500 a 1.800 quilogramas de gusa (fonte) por hora. Até a inauguração do alto-forno, ele tratou 50 toneladas de gusa. Como

¹"Metallurgia: La MetallurgieduferauBrésil" publicado na Revista Industrial de Minas Gerais, Ano III n.18 e 19 de 15 de junho e 15 de junho de 1896 em Ouro Preto, pela Imprensa Oficial do Estado de MG.

acessórios existem tornos, máquina de furar, forjas de ferraria, etc., etc (BAETA, 1973: 273).

No início do século XX, a totalidade da usina passara à propriedade de Carlos da Costa Wigg e as atividades do proprietário deixam de ser exclusivamente no alto-forno para dar lugar à exploração das ricas jazidas de manganês que existem na região. Os trabalhos de fundição passam a ocorrer em menor escala, não mais no alto-forno e sim no cubilot (BAETA, 1973: 273-274).

(...) Entre estes, a usina moldou 7 km de tubos de 10 cm de diâmetro e 2,50 cm de comprimento, com os quais se fez o abastecimento de água do Santuário do Bom Jesus em Congonhas do Campo, universalmente conhecido pelos passos e as maravilhosas estátuas em pedra-sabão dos profetas do Antigo Testamento, obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, apelidado Miguel Ângelo dos Trópicos (GOMES, 1983:146).

Na década de 1940 a empresa foi adquirida por um consórcio de 43 acionistas, entre eles diversos importantes técnicos, políticos e empresários de Minas Gerais. A compra foi feita entre o consórcio e a viúva de Carlos da Costa Wigg, Alice Wigg. Durante o período entre 1940 e 1969 houve modificações em alguns aparelhamentos do forno.

A Usina Wigg produziu sua última corrida em 1969, período onde o complexo foi assumido pelo grupo Votorantim que, no mesmo ano, inaugurava a Siderúrgica Barra Mansa, ali perto, com um forno de maior capacidade. Foi nesse período que várias mineradoras se iniciaram suas atividades na região. O empreendimento siderúrgico da Votorantim no auge de suas atividades empregava, aproximadamente, 1.500 trabalhadores.

A Siderúrgica Barra Mansa foi desativada no ano de 1996. O fechamento da siderúrgica de Miguel Burnier ocasionou a saída de grande parte da população, associada ao próprio empreendimento. A vila operária construída na época da Usina Wigg, apresenta sinais de degradação, mas conta ainda com algumas unidades habitacionais preservadas.

A Usina Wigg, junto com a estação ferroviária de Miguel Burnier, foram os grandes responsáveis por alimentar o Brasil em suas necessidades siderúrgicas durante a 1ª Guerra Mundial, início do século XX, período em que o mundo se fechou na exportação de ferro.

Em 1910, o Congresso de Geologia, em Estocolmo, revelou ao mundo as reservas de minério de ferro do Brasil e, em seguida, várias firmas estrangeiras começam a adquirir jazidas em Minas Gerais.

Em plena guerra mundial são montados os primeiros laminadores: em Niterói, São Caetano e Juiz de Fora, e o primeiro forno Siemens Martin, em São Caetano. Os engenheiros Cristiano França Teixeira Guimarães, Amaro Lanari e Gil Guatemossin montam a Companhia Siderúrgica Mineira, em Sabará, dotada de um forno de aço de 25 t e, mais tarde, com a entrada de capital belgo-luxemburguês, a então Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, constituída em 11 de dezembro de 1921.

Em 1925, implantam-se altos-fornos em Morro Grande, hoje Barão de Cocais (MG), com capital de Hime & Cia., associado a Luís Ribeiro Pinto, e uma laminação de pequenos perfis em São Gonçalo (RJ).

Em 1930 a produção de gusa atinge 35 mil t para uma importação de 2 mil t. A produção de laminados é de apenas 25 mil t contra uma importação de 234 mil t, aproximadamente 90% do consumo. O índice de consumo de aço *per capita* é de 10 kg, um dos mais baixos do mundo. Com as restrições à importação, a década de 1930 acusa um grande aumento da produção. Até 1940 a produção de ferro gusa aumenta cinco vezes, atingindo mais de 185 mil t, eliminando praticamente a importação. A produção de lingotes de aço passa de 21 mil t em 1930, para



141.201 t em 1940, geradas na maior parte pelas usinas de Sabará e Monlevade, da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Em 1931, capitais franceses e brasileiros fundam a Cia. Ferro Brasileira, em Caeté (MG). Anos depois, em 1937, na região de Barra Mansa (RJ), a Companhia Metalúrgica Barbará, que já dispõe de uma fábrica de tubos de ferro fundido centrifugados (uma invenção brasileira hoje universalmente adotada sob o nome de Artens e De Lavaud), monta um alto-forno.

Diante da escassez do aço, o governo federal atribui prioridades para aumentar sua produção: institui grupos de estudos (a Comissão de Estudos e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional) e autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a obter empréstimos no valor de US\$ 45 milhões junto ao Eximbank, Banco de Exportação e Importação, visando à construção da usina no município de Volta Redonda, a 100 km do Rio de Janeiro e 350 km de São Paulo.

A Segunda Guerra Mundial atrasa a construção da usina, que é inaugurada somente em 1946 com um alto-forno, obtendo o coque a partir da mistura do carvão nacional (Santa Catarina) e importado (americano), sendo que a sua construção termina em 1948.

O ano de 1950, quando a usina já funcionava com todas as suas linhas, pode ser tomado como marco de um novo ciclo de crescimento da siderurgia brasileira. A produção nacional de aço bruto alcançava 788 mil toneladas e tinha início uma fase de crescimento continuado da produção de aço no País.

Outras usinas são fundadas na década de 1950. A Mannesmann, a maior delas, foi inaugurada em 1953, com capital alemão. A Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas) se destacam ainda entre os principais empreendimentos dessa época, bem como a recuperação da Aços Especiais Itabira (Acesita), pelo governo federal. Nesse período, registra-se grande expansão de altos-fornos a carvão vegetal, atingindo 89 unidades em 1960.

Em 1973, foi inaugurada no país a primeira usina integrada produtora de aço que utiliza o processo de redução direta de minérios de ferro a base de gás natural: a Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba). No mesmo ano foi criada a Siderurgia Brasileira S.A (Siderbrás). Dez anos depois, entrou em operação, em Vitória (ES), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Em 1986, foi a vez da então Açominas iniciar a operação em Ouro Branco (MG).

Na década de 80, o mercado interno estava em retração e a alternativa era voltar-se para o exterior. De uma hora para outra, o Brasil passava de grande importador a exportador de aço, sem ter tradição no ramo. Mas a crise que atingia a siderurgia brasileira tinha amplitude mundial. Por toda parte, os mercados se fechavam com medidas restritivas às importações.

O parque siderúrgico nacional iniciou a década de 90 contando com 43 empresas estatais e privadas, cinco delas integradas a coque, nove a carvão vegetal, duas integradas a redução direta e 27 semi-integradas, além de produtores independentes de ferro-gusa e carvão vegetal, que somavam cerca de 120 altos-fornos. A instalação dessas unidades produtoras se concentrou principalmente no estado de Minas Gerais e no eixo Rio-São Paulo, devido à proximidade de regiões ricas em matérias-primas empregadas na fabricação do aço, ou de locais com grande potencial de consumo (SCHEER, 1966).

Nos primeiros anos da década de 90, era visível o esgotamento do modelo com forte presença do Estado na economia. Em 1991, começou o processo de privatização das siderúrgicas. Dois anos depois, oito empresas estatais, com capacidade para produzir 19,5 milhões de toneladas (70% da produção nacional), tinham sido privatizadas.

Entre 1994 e 2007, as empresas siderúrgicas investiram US\$ 21,5 bilhões, dando prioridade para a modernização e atualização tecnológica das usinas, alcançando uma capacidade instalada de 41 milhões de toneladas.

O parque produtor de aço brasileiro é relativamente novo e passa por um processo de atualização tecnológica constante, compondo-se atualmente de 28 usinas, sendo que 13 integradas (a partir do minério de ferro) e 15 semi-integradas (a partir do processo de ferro-gusa com a sucata), administradas por oito grupos empresariais – Arcelor Mittal Brasil, Gerdau, CSN, Usiminas, SINOBRAS, V&M do Brasil, Villares Metals e Votorantim Siderurgia - com capacidade instalada de 44,6 milhões de t/ano de aço bruto (SCHEER, 1966).

Está apto a entregar ao mercado qualquer tipo de produto siderúrgico, desde que sua produção se justifique economicamente.

Segundo a Worldsteel Association, a produção mundial de aço, em 2011, dos 64 países produtores, foi de 1,49 bilhões de toneladas, ficando o Brasil em 9º lugar com 35,2 milhões de toneladas (SCHEER, 1966).

Devem ser consideradas ainda as usinas independentes de ferro-gusa, representadas por 70 empresas, instaladas no polo de Carajás - que compreende os Estados do Maranhão e Pará, mais as localizadas no eixo de Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul – que dispõem de capacidade instalada para produzirem 13,5 milhões de toneladas de ferro-gusa/ano.

O SÍTIO HISTÓRICO ARQUEOLÓGICO USINA WIGG

Conjunto siderúrgico composto, dentre outras estruturas, por alto-forno, cubilot, motores para geração de energia, galpão, depósito de carvão, *glendon*, ventaneiras, estruturas para retirar o pó do gás, resfriador, lavador de gás, estrada de serviço e equipamentos.

O alto-forno da Usina Wigg se dava com o fornecimento do ar comprimido pelos motores situados na casa de máquina, que transferiam o ar para os *glendons*. Nestes, o ar era aquecido e entrava no alto-forno através das ventaneiras. O gás produzido era então recuperado e filtrado através dos equipamentos correspondentes e novamente injetado no alto-forno através do *glendon*. O gás queimado neste equipamento era eliminado por uma chaminé. O gusa era produzido pela abertura frontal inferior e a escória, a impureza do minério, era eliminada pela abertura superior da “porta” frontal. Faltam no local os sistemas de carga e transporte de fundentes, minério e carvão do alto-forno, que era feito, certamente, na parte superior do sítio. Esse sistema deveria ser composto por trilhos que transportavam os componentes por meio de carrinhos. Foi notada também a ausência de forro ou telhado na parte frontal superior do alto-forno, tendo em vista que não se poderia despejar o gusa ao ar livre. Essas estruturas devem ter sido retiradas do local em anos anteriores à nossa pesquisa em Miguel Burnier.

IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS ESTRUTURAS COMPONENTES DA USINA WIGG

A usina Wigg é constituída por vários equipamentos e estruturas, tendo sido construída sobre os mais racionais e modernos moldes. O minério de teor entre 60 e 63% é retirado à pequena distância do forno, sendo muito pequena a despesa a ser feita com transporte.

O gusa produzido em Miguel Burnier era utilizado, sobretudo, para a moldagem de peças de utilidade comum, como sapatas de freio, caixas de água, chapas de fogão, engenhos de cana e farinha além de canos para a distribuição de água.





Foto 1 – Vista geral do forno e estruturas componentes da Usina Wigg.
Foto: Henrique Piló (2010).

ALTO-FORNO

Utilizava 20% do peso total do minério de canga pobre, tendo como fundente o calcário retirado de uma jazida, na Fazenda Bocaina, de propriedade da usina, a 3 km do forno, sendo que o combustível utilizado era o carvão vegetal. Possui 10 metros de altura na boca tendo sido soprado por três ventaneiras. Os tijolos refratários empregados no forno foram feitos em Itabira do Campo pelos proprietários da usina.

O ar era aquecido em um Glendon composto de tubos de ferro fundido e, ao entrar no alto-forno, a temperatura era de 200°. O alto-forno era soprado, por sua vez, por um ventilador Rots, podendo fornecer 3.500 metros cúbicos de ar, por hora, a uma pressão de 1,25 metros a 1,50 metros de água. O cadinho é de pequenas dimensões e pode fundir 1.500 a 1.800 quilogramas de gusa (fonte) por hora. Para a alimentação do forno era ainda utilizado o processo *cup and cone*.

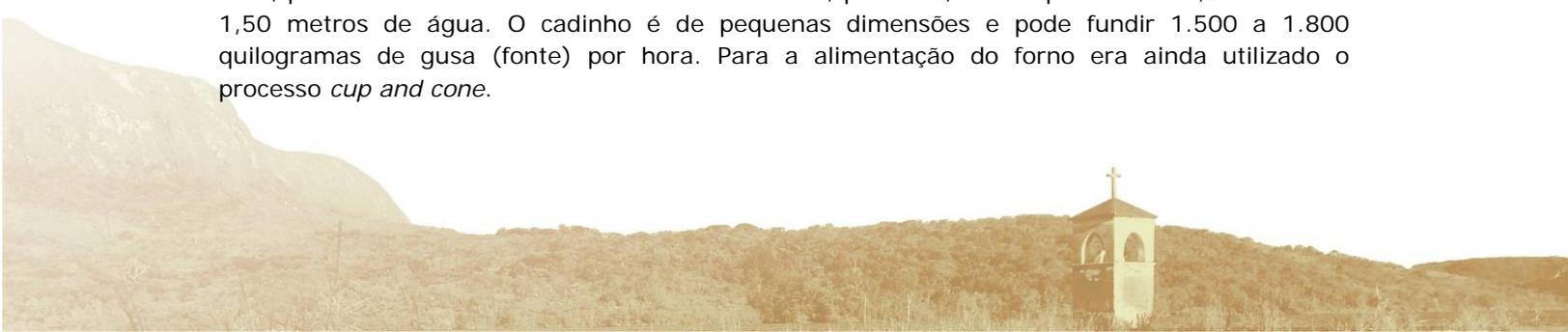


Foto 2 – Local onde era produzido o gusa e eliminada a escória. Sítio Histórico Arqueológico Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010).

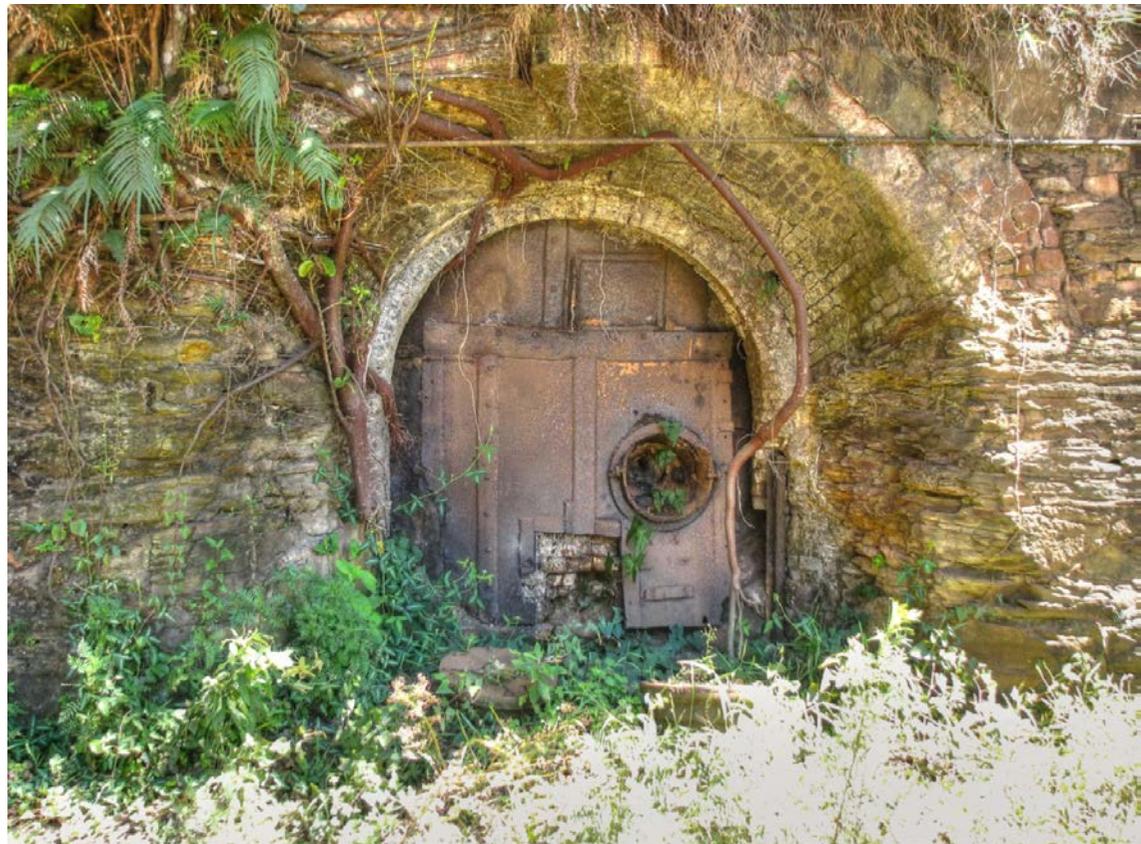
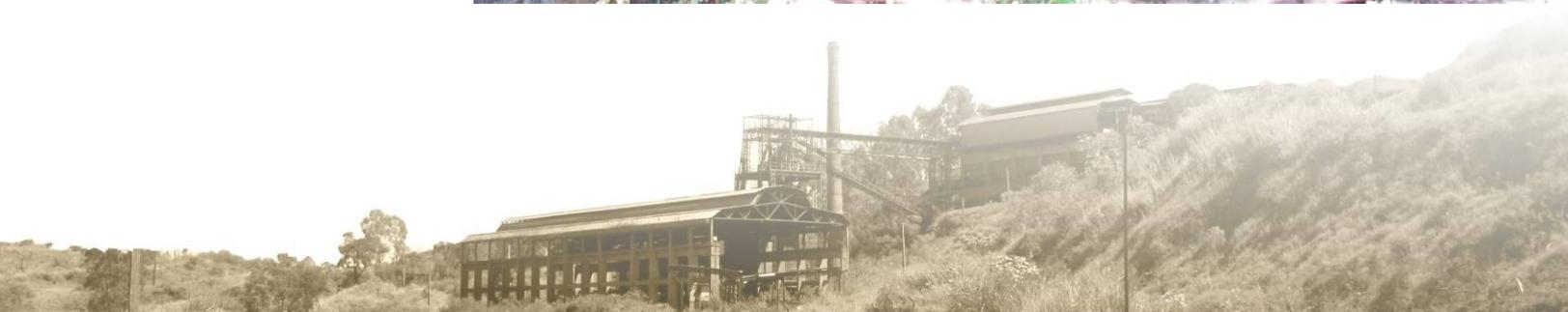


Foto 3 – Vista da ventaneira lateral, Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010).



DEPÓSITO DE CARVÃO OU DEPÓSITO DE FUNDENTES E COMBUSTÍVEL

Estrutura situada na parte alta da colina onde se encontra implantado o sítio Wigg, acima do pátio do alto-forno, onde era armazenado calcário, quartzo e dolomita. Ali também era estocado o carvão utilizado como combustível.



Foto 4 - Depósito de carvão e fundentes. Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010).

GALPÃO

Utilizado como área de trabalho, onde havia os equipamentos: tornos, máquina de furar, forno mais recente, dentre outros (BAETA, 1973).



Foto 5 - Galpão Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010).

Trata-se, portanto, de importante patrimônio industrial, constituído por diversos equipamentos e estruturas rudimentares configurando um tipo de sítio histórico arqueológico que vem sendo progressivamente valorizado nas políticas internacionais e nacionais. Sobretudo a partir dos anos setenta do século passado, estudiosos e integrantes de comitês de preservação vêm se debruçando na elaboração de documentos voltados para o patrimônio industrial, propondo recomendações quanto a sua proteção, prática de restauros e tombamentos de exemplares. O principal organismo que trata este tema é o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage- TICCIH, fundado em 1978, sendo o consultor do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS para esta categoria de patrimônio.

Em 2003, na cidade russa de Nizhny Tagil, ocorreu importante encontro desse organismo quando foi elaborada a “Carta Nizhny Tagil, de 17 de julho de 2003”. Neste documento foram estabelecidas conceituações e diretrizes sobre o tema. Em seu item primeiro, patrimônio industrial foi assim definido:

“O *patrimônio industrial* compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação”.

Segundo, em especial as orientações deste importante documento, foram estabelecidos os procedimentos relativos à pesquisa arqueológica nesse logradouro. A Carta ainda aborda a importância da identificação, inventário, investigação, manutenção e divulgação deste tipo de patrimônio histórico.

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA²

Foram realizadas limpezas, raspagens e sondagens rasas no sítio histórico da Usina Wigg, visando evidenciar as estruturas sotopostas ou obliteradas pela vegetação. O intuito foi identificar as estruturas remanescentes e seus usos no passado.

As estruturas componentes deste sítio são constituídas, conforme exposto, basicamente por peças metálicas, que apresentam em alguns de seus componentes avançado estado de oxidação, merecendo, em futuro próximo, a implantação de um programa de revitalização, quando deverão ser desenvolvidas ações voltadas à conservação e proteção das mesmas.

Foram realizadas sondagens no entorno do forno onde foi raspada fina camada de sedimento, evidenciando um piso de tijoleira. Em alguns locais ainda foi possível identificar as letras CAETE e UWAF2³. Há também indicativos de que os tijolos teriam sido fabricados na Usina Esperança, em Itabirito, também de propriedade do comendador Wigg.

² Pesquisa arqueológica autorizada por meio da Portaria nº1 de 27 de Janeiro de 2010, anexo 12 - DOU; (BAETA & PILO, 2010).

³CAETE se refere à marca de fábrica da empresa Cerâmica Caeté, na cidade de mesmo nome, em Minas Gerais, e que foi a primeira grande empresa ceramista do Estado, propriedade do político e industrial João Pinheiro, que morreu em 1906, no exercício do mandato de governador do estado de Minas Gerais. Já UWAF2 é referente a “Usina Wigg Alto- Forno 2” o que significa que tal elemento foi produzido no segundo forno da empresa, inaugurado em 1968, e que tinha essa designação, sob a então denominada Siderúrgica Barra Mansa S/A.



Foto 6 – Detalhe de identificação do fabricante no piso. Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010)



Fotos 7 - Piso de tijolos e identificação de sua disposição. Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010).



Foto 8 - Detalhe piso tijoleira-Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010).

Outra sondagem no galpão elucidou parte do piso de tijolos que deve ter sido instalado na época da construção da usina, em 1893. Acima do piso de tijolos há camada de cimento e blocos de pedra. Possivelmente, esses blocos deram sustentação para instalação de mesas e equipamentos em reformas no local, nos primeiros decênios do século XX.

Foi possível evidenciar ainda duas bases de cimento, que provavelmente foram suporte de um balcão, além de vestígios de tijolos indicando que antes do galpão ser construído, ali teria sido um pátio cujo piso também teria sido de tijoleira, que serviu, provavelmente, como apoio nas atividades relacionadas ao alto-forno em sua primeira fase de atividade.

No depósito de fundentes a escavação confirmou a existência de um piso original constituído por terra batida. Em alguns locais do depósito foi constatado que havia uma base pétrea, porém, trata-se de piso natural, devido afloramento de rocha no local onde o depósito fora construído.

Ainda foi identificado trecho de um pequeno caminho que interligava uma antiga casa de dois pavimentos (atualmente escritório da Gerdau) ao antigo depósito de fundentes. Por esse caminho era feito o abastecimento do forno de minério e fundentes. O abastecimento era feito em épocas mais recentes por caminhões que despejavam os produtos em carrinhos que eram levados até a abertura superior do forno. Ainda é possível observar a base da estrutura de abastecimento que era fixada na estrada, bem como, o local aplainado destinado ao retorno dos caminhões.

Esses estudos e seus resultados visaram ainda subsidiar programa de revitalização deste sítio histórico industrial que deverá ser implantado em futuro próximo.



Foto 9 – Galpão e área externa com maquinário e pisos remanescentes. Usina Wigg. Município: Ouro Preto, MG. Foto: Henrique Piló (2010).



Referências Bibliográficas

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS. *Metalurgia e Desenvolvimento: a corrida dos metais no Brasil*. Associação Brasileira de Metais, São Paulo, 1989.
- BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique. *Prospecção e Resgate Arqueológico Mina Miguel Burnier-Gerdau Açominas, município de Ouro Preto, MG* (Relatório Final). Artefacto Consultoria/Brandt Meio Ambiente, Março de 2010.
- BAETA, Nilton. *A indústria Siderúrgica em Minas Gerais*. Imprensa Oficial; Belo Horizonte, 1973.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Itatiaia; Belo Horizonte, 1995.
- BARROS, Geraldo Mendes. *História da Siderurgia no Brasil: Século XIX*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.
- BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Trad. David Jardim Jr. Itatiaia, São Paulo, 1976.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Diário do Brasil ou notícias diversas acerca do Brasil*. Ed. do Gr. H.S., Landes – Ind. Comp. Weimar, 1818. (Journal von brasilien – Trad. Dra. Lúcia L. Lahmeyer, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1946).
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Pluto Brasiliensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.
- FERRAND, Paul. *O Ouro em Minas Gerais*. Trad: Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988.
- GOMES, Francisco Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp., 1983.
- GAULTIER, Ferdinand. "Metallurgia: La Metallurgie Duferau Brésil". In: *Revista Industrial de Minas Gerais Ano III n.18 e 19*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 15 de junho de 1896.
- MARTINS, Robert Borges & BRITO, Octávio Elísio Alves de. *História da Mineração no Brasil*. Atlas Copco. S.d.
- MARTINS, Sebastião. *Caminhos de Minas*. São Paulo, Editoração Publicações e Comunicações, 1992.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais – 1837*. Itatiaia; São Paulo, Ed. USP; 1981 2v.
- MAWE, John. *Viagem ao Interior do Brasil*. Trad. Selena Benevides Viana, Itatiaia; São Paulo, Ed. USP; 1978.
- RACHE, Athos de Lemos. *Contribuições ao estudo da economia mineira*. S/ed., Belo Horizonte, 1969.
- RENGER, Friedrich E. *Direito mineral e mineração no Códice Costa Matoso*. In: *Vária História*. Departamento de História FAFICH – UFMG, nº 1 – 1985.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, Ed. USP, São Paulo, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, Ed. USP, São Paulo, 1974.

SANCHEZ, L. E. A Produção Mineral Brasileira: Cinco Séculos de Impacto Ambiental. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. Ed. USP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2003.

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e de diamante no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Estrada Real, 2001.

SANTOS, Antônio César. *O Problema do Trabalho na Industrialização em Minas Gerais: O caso da siderurgia*. Dissertação de Mestrado. CEDEPLAR-UFMG, 1986.

SCHEER, Leopold. *Aço: Introdução à sua metalurgia ao alcance de todos*. 2ª edição São Paulo: Aços Villares S.A., 1966.

SENA, Nelson de. *A Terra Mineira. Chorografia do Estado de Minas Gerais*. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1926.

SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil*. Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1976.

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Centro de Estudos Históricos Culturais – Fundação João Pinheiro, 4 v., Belo Horizonte, 1998.

WIED NEUWIED, M. *Viagem ao Brasil*. Cia Ed. Nacional, Coleção Brasileira, São Paulo, 1940.





OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 09

**O LEGADO ARQUITETÔNICO
DE MIGUEL BURNIER:
ACERVO URBANO E RURAL**

Maria Cristina Cairo

O LEGADO ARQUITETÔNICO DE MIGUEL BURNIER: ACERVO URBANO E RURAL

Falar sobre a arquitetura civil nos seus vários aspectos: urbana, industrial, rural e ferroviária, é falar sobre a história de Miguel Burnier, abrangendo as áreas centrais da sede do distrito e das localidades de Hargreaves e Chrokatt de Sá.

Do período colonial, onde os assentamentos ainda não se configuravam como células urbanas, quase nada restou. As aglomerações das residências eram encontradas no entorno das capelas, tais como as de Nossa Senhora do Chiqueiro dos Alemães, construída ainda no século XVIII, e de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis, do início do século XX (construída sobre as ruínas da antiga Capela de São Julião, também do século XVIII), das áreas de mineração e das sedes de fazendas. Destas, poucos vestígios foram encontrados.

Já no final dos oitocentos até meados do século XX, são construídos conjuntos de habitações no entorno das estações ferroviárias, ao longo do leito da ferrovia e próximos às usinas siderúrgicas, abrigando seus trabalhadores e suas famílias. Atualmente, as construções urbanas se restringem basicamente ao núcleo histórico de Miguel Burnier.

Como exemplares da arquitetura rural encontramos algumas sedes de fazenda, como a Vila da Ema e outras de menor porte inseridas no conjunto arquitetônico em torno da estação ferroviária, como no caso de Chrokatt de Sá.

A arquitetura industrial tem significativos exemplares, ainda que a maioria esteja, hoje, se configurando como importantes sítios arqueológicos, como a Fábrica Patriótica, da Usina Wigg, da Usina de Barra Mansa e das estruturas de antigas olarias em Chrokatt de Sá.

Os conjuntos ferroviários vêm com suas construções singelas, adotando o estilo eclético, então em voga, mesmo com uma linguagem mais simplificada, compondo quadros de grande significância para os locais onde se instalaram. Assentam-se ao longo dos leitos da estrada de ferro abrigando as funções que esta demandava: a estação, as caixas d' água que abasteciam as locomotivas movidas a vapor, as oficinas (conservas de vagões), os dormitórios, as casas das linhas, dos mestres, dos engenheiros e de tantos outros ferroviários.

ARQUITETURA URBANA

A configuração urbana mais antiga se estende ao longo dos caminhos na parte baixa da cidade: a ferrovia e a estrada. O conjunto de moradias descansa ao longo das vias públicas, com traçado irregular, sem qualquer formalismo estabelecido por normas urbanísticas. Assentadas no alinhamento, emolduradas pelas áreas verdes dos grandes quintais que se estendem aos fundos formam encantadora paisagem.

Na maioria trata-se de casas térreas, com porão alto, têm fachadas compostas de janelas e portas com vergas retas. Estas, originalmente em madeira, foram ao longo dos tempos substituídas por esquadrias metálicas industrializadas. As fachadas, quando decoradas, recebem elementos geométricos simplificados, dissociados de qualquer componente estrutural da edificação. As alvenarias recebiam pintura colorida com tintas à base de cal. A maioria das coberturas recebe platibandas escalonadas, solução simplificada que remete ao estilo *art déco*. Apresentam cumeeira perpendicular ao alinhamento da rua, com telhas francesas e beirais em cachorrada simples nas laterais.





Foto 1 - Vista geral do distrito de Miguel Burnier. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.



Foto 2 - Conjunto arquitetônico da Rua João Gonçalves no entorno da Estação Ferroviária. Foto: Emile Scharlé Jr., 2012.

Mas ainda encontra-se exemplares arquitetônicos com telhas cerâmicas de barro curva com cumeeiras paralelas à via pública, beirais encachorrados, vãos distribuídos harmonicamente com enquadramentos e vedações cegas em madeira, retratando a influência da arquitetura vernácula mineira do período colonial.

No conjunto da via principal, Rua João Gonçalves¹, voltada para a estação destaca-se a ruína da antiga hospedaria. O grande movimento de pessoas da estação ferroviária de Miguel Burnier, como área de encontro de vários ramais, exigia muitas vezes o transbordo dos passageiros que ali aguardavam a próxima viagem. Também foi sala de cinema durante um período ainda no século XX.

¹ Nome de um dos administradores da Usina Wigg e construtor de muitas moradias para aluguel segundo dossiê de tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães, Miguel Burnier. Gerdau Açominas/Artefacto Consultoria. Dez 2011.





Foto 3 - Antiga hospedaria – Rua João Gonçalves.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.



Foto 4 - Rua João Gonçalves.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.



Foto 5 - Detalhe de edificações de tipologia colonial na Rua João Gonçalves.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.

O conjunto de moradias da Rede Ferroviária Federal S. A. está abaixo descrito no item *Arquitetura Ferroviária*.

Na parte alta da cidade vamos encontrar edificações que, quer por sua solução arquitetônica quer por sua história, se destacam na paisagem urbana. Uma delas é o sobrado dos escritórios da antiga Usina Wigg, localizado próximo às ruínas desta. Assentado sobre platô em suave encosta, apresenta telhado em duas águas, empena com duas aberturas em forma de losangos para ventilação, vãos elegantemente distribuídos com molduras em massa, esquadrias em madeira, folhas de abrir. Mantém o partido original tendo, entretanto, recebido alguns acréscimos para adequação de novas atividades.





Foto 6 – Antigo escritório da Usina Wigg no entorno da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.
Foto: Eduardo Rocha/RR, 2012.

Um pouco afastada da área central urbana, há uma grande casa situada dentro de área murada com jardins e pomar. Térrea, com porão na parte frontal, assenta-se sobre terreno com suave declividade. Sua localização e volumetria lhe conferem destaque: com ampla varanda frontal, vãos em arcos com molduras em pedras irregulares, decoração em baixo relevo, esquadrias de madeira e coroada por cobertura em telhas cerâmicas curvas, remetendo de forma simplista ao estilo californiano. Trata-se de casas geminadas, para moradia dos engenheiros da Usina Barra Mansa, possivelmente construídas na década de 60 do século passado.



Foto 7 - Residência dos engenheiros da Usina Barra Mansa. Foto: Guilherme Ataiades, 2011.



Foto 8 - Residência dos engenheiros da Usina Barra Mansa: escadaria de acesso.
Foto: Guilherme Ataides, 2011.



Foto 9 (mosaico) - Residência dos engenheiros da Usina Barra Mansa:
ornamentos da fachada principal. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.

Outra ocupação urbana se deu nas proximidades da imponente Igreja do Sagrado Coração de Jesus, onde se formou uma vila operária. Lá ainda se encontram exemplares remanescentes de moradias dos trabalhadores da antiga Usina Wigg. São casas padronizadas, térreas de partido retangular, varanda entalada no corpo principal e cobertura em duas águas com telhas francesas. As esquadrias são todas em madeira, com venezianas externas em folhas de abrir. Este padrão também é encontrado em outro exemplar próximo à escola Monsenhor Rafael.

Perto da Usina Barra Mansa, também denominada Usina Wigg, foi criada outra vila operária com casas de tipologia bem semelhante às demais encontradas no núcleo de Miguel Burnier: térreas, partido retangular, varanda entalada no corpo principal, com cobertura em duas águas em telhas francesas, esquadrias de madeira em folhas de abrir com caixilho de vidro na parte superior, venezianas no terço inferior e postigos internos em folha cega.

A Vila Wigg era um povoado com muitas residências, templo, comércio (cooperativa, açougue), uma estação de ferro específica do lugar, campo de futebol e escola. Hoje, completamente abandonada, várias casas ruíram e outras tantas foram demolidas. Resta a saudade e o perfume das flores do campo e pomares remanescentes.





Foto 10 - Conjunto de residências na antiga Vila Wigg.
Foto: Henrique Piló, 2012.



Foto 11 - Detalhe de uma edificação da Vila Wigg já tomada pela vegetação. Foto: Henrique Piló, 2012.



Foto 12 - Antiga escola da Vila Wigg.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



Foto 13 - Escola Monsenhor Rafael.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.

A Escola Monsenhor Rafael² adota padrão tradicional, com predominância da horizontalidade, grandes vãos de janelas, cobertura em quatro águas com telhas também francesas. Duas árvores de grande porte suavizam a aridez da área onde ela se assenta, compreendida pela encosta entre o pátio ferroviário e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

ARQUITETURA INDUSTRIAL

Miguel Burnier é um dos distritos mais ricos em sítios com arquitetura industrial. São três ligados à siderurgia: Fábrica Patriótica de São Julião, Usina Wigg e Usina Barra Mansa. Podemos citar ainda duas olarias na localidade de Chrockatt de Sá. A Fábrica Patriótica é aberta à visitação pública; as demais, infelizmente, encontram-se sem uso. São ruínas que compõem importante acervo da arqueologia industrial.

Estes sítios detêm a memória do trabalho, do saber fazer, da transformação. Ressalta-se que eles pertencem a uma rede de atividades intrínsecas, como a ferrovia, que abastecia e levava o produto já industrializado.

² Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho foi o fundador da Congregação das Irmãs das Servas do Coração de Jesus - Beneficência Popular, criado em Alvinópolis/MG (onde está a Casa Mãe). Informações fornecidas pela Irmã Rta Miguel de Figueiredo.



“Esta dimensão física do patrimônio industrial, como já apontara Ulpiano Bezerra de Menezes, integra a cultura material socialmente apropriada pelo homem e dá a ela forma, função e sentido. Dentro da cultura material, os artefatos permitem perceber as relações sociais e [trazem embutidos em sua materialidade os atributos e propriedades decorrentes da forma como os homens se organizam em sociedade] (MENEZES, 1988, p. 68). Por esta razão, os artefatos que constituem o patrimônio industrial englobam as edificações, as estruturas e os bens móveis e os sítios industriais de forma geral, sem os quais os conhecimentos e as técnicas encontram-se privados de sentido. As unidades industriais muito raramente podem ser entendidas como edifícios isolados; a estrutura só tem sentido se compreendida como um todo interligado à várias outras estruturas e etapas da produção. Como observou Menezes, [o espaço resultante do fenômeno industrial [é] socialmente] produzido enquanto um conjunto de objetos solidariamente interrelacionados] e espacialmente dependentes.” (MENEZES apud MENEGUELLO)”

Após o esgotamento das minas de ouro, Miguel Burnier vive novo ciclo econômico com atividades ligadas também à mineração, mas agora do ferro. É quando surge a Fábrica de Ferro Patriótica de São Julião, a primeira do Brasil, contemplada com tombamento federal em 1938:

A Fábrica de Ferro Patriótica foi fundada pelo Barão de Eschwege, tendo sido construída em terreno de propriedade do Barão de Paraopeba, que mais tarde viria a ser seu sócio. Os trabalhos de construção tiveram início em fins de 1811 e, a 12 de dezembro de 1812, deu-se a primeira corrida de ferro no Brasil, o que confere à Fábrica Patriótica de São Julião um papel fundamental na história da siderurgia no Brasil. O Barão de Eschwege, fundador da fábrica de ferro e um dos pioneiros da indústria em nosso país, era alemão de origem, engenheiro e naturalista. Seus primeiros trabalhos na Alemanha foram dedicados à mineralogia. Chegou ao Brasil por ocasião da viagem da Família Real, em 1808, sendo aqui nomeado Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros de Vila Rica, Intendente das Minas de Ouro e Curador do Real Gabinete de Mineralogia. Realizou diversas viagens de estudos e observação científica em Minas e São Paulo, quando então fundou a fábrica, em fins de 1811. Conforme o projeto da fábrica, foram instalados quatro fornos, duas forjas de ferro, um malho, bem como um engenho de socar, instalados num único edifício. O malho, com os respectivos cabos, bigornas e aspas, foi importado da Inglaterra pelo governo brasileiro e doado à fábrica, tendo sido o primeiro no Brasil que, movido a força hidráulica começou a forjar o primeiro ferro, produto dos fornos desta primeira fábrica. Alguns anos depois se construiu, em nível inferior, um telheiro para o malho e as duas forjas. De acordo com o plano primitivo, o malho foi disposto entre as forjas, o que permitiu a instalação, no mesmo prédio, de quatro outros pequenos fornos de fundição, possibilitando o uso alternado dos fornos. A fábrica encerrou suas atividades provavelmente em 1822, após a partida de von Eschewege para a Europa, em razão de divergências entre os principais acionistas da empresa. O plano do barão era de antecipar a fabricação da grande usina do Morro do Pilar, assim como a de Ipanema e de ser, assim, a primeira fábrica de produzir ferro industrialmente, no Brasil. A sua atividade científica ao regressar à Europa continuou ligada ao Brasil, na base de anotações feitas nas viagens que efetuou, resultando em diversas obras sobre geologia e riquezas minerais, destacando-se a obra “Pluto Brasiliensis” ou a “Riqueza do Brasil em Ouro, Diamante e outros minerais”, 1833. Abandonada a fábrica, em breve transformava-se em ruínas, que ora são conservadas pelo IPHAN como testemunho histórico da indústria siderúrgica. Veem-se ainda os vestígios das construções e de algumas paredes de pedra.³

As ruínas da antiga fábrica situam-se dentro das instalações da mineradora Vale, distante do núcleo urbano de Miguel Burnier. Localizam-se em área com ligeiro declive, emoldurada por mata densa, tem todo o terreno composto por área gramada e caminhos em pedra. Delimita-se por estrada (interna com tráfego intenso de veículos da mineração), mata e, pelo hoje tímido leito do Ribeirão do Prata. Os trechos remanescentes apresentam alvenarias em pedras de largura significativa, algumas aparelhadas e assentadas com argamassas em terra; os vãos de

³ Texto extraído de: Arquivo IPHAN. CARRAZZONI, Maria Elisa. Guia dos Bens Tombados. 1984. SOUZA, Wladimir Alves de: Guia dos Bens Tombados. Minas Gerais. 1984.
http://www2.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=Linha_busca.gif&Cod=1370 (acesso em 12/02/2007).





Foto 14 - Vista geral das ruínas da antiga Fábrica Patriótica.
Foto: Henrique Piló, 2012.



Foto 15 - Vista geral da "Patriótica" a partir do aqueduto; ao fundo a casa do administrador.
Foto: Henrique Piló, 2012.

portas e as janelas de grandes dimensões com vergas em arco foram mantidos. Essas paredes definem a leitura da planta original das instalações da siderúrgica Fábrica Patriótica.

Pode-se observar a estrutura da residência do administrador com escadaria de duplo lance. O canal do aqueduto nasce de dentro da mata, que encobre as estruturas remanescentes do reservatório de água. Analisando o conjunto de ruínas, de costas para a estrutura da antiga residência acima citada, tem-se à esquerda a belíssima estrutura do depósito de moldes com alvenarias em pedras, vãos em arco abatido. À frente tem-se os fornos da casa de fundição e, posteriormente, os remanescentes dos tambores d' água. À direita, separados por extensa área gramada (antigo pátio siderúrgico), fundações em pedra indicam a localização das senzalas e depósito de ferros. Descendo pela escadaria em pedra chega-se à área onde assentavam os tambores de água com uma possível roda de moinho, às margens do Ribeirão do Prata.

Foto 16 - Casa do administrador da "Patriótica" observando-se em primeiro plano os dois lances de escada. Foto: Henrique Piló, 2012.



Foto 17 - Vista geral dos três fornos da casa de fundição "Patriótica". Foto: Henrique Piló, 2012.

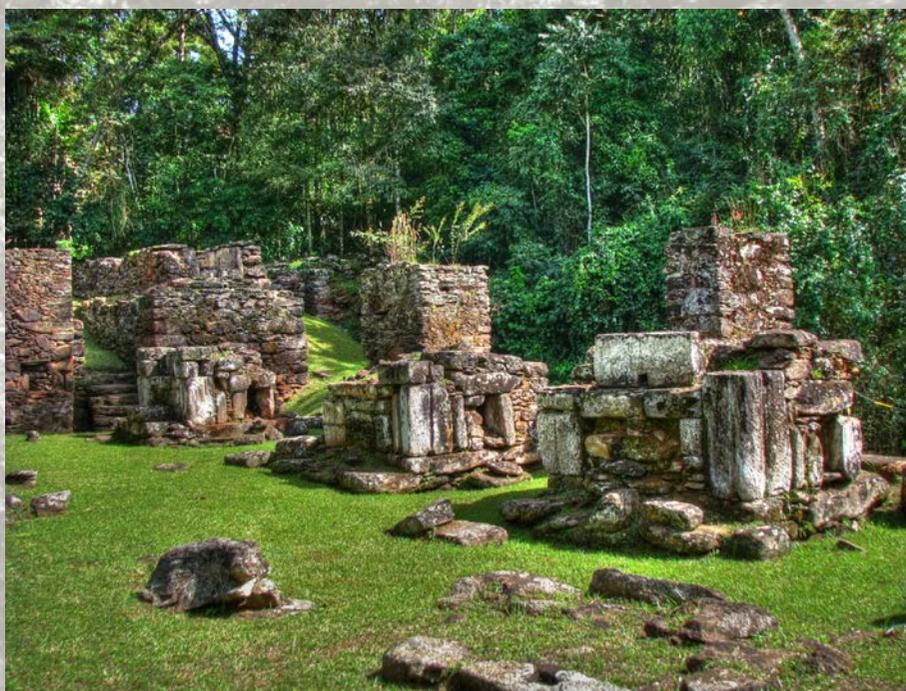


Foto 18 - Depósito de moldes da "Patriótica". Foto: Henrique Piló, 2012.





Foto 19 - Estrutura remanescente do tambor d'água da "Patriótica" próximo ao ribeirão do Prata.
Foto: Henrique Piló, 2012.

Foto 20 - Vista do aqueduto da "Patriótica".
Foto: Henrique Piló, 2012

Trata-se de belíssimo conjunto arquitetônico e paisagístico, de inquestionável valor cultural, ilha de salvaguarda histórica e ambiental.

Com a ferrovia implantada, a Estação de São Julião inaugurada (1887), o distrito em franco crescimento com a intensa atividade do entroncamento ferroviário mais importante de Minas Gerais (por ali passaram todos os materiais para a construção da nova capital - Belo Horizonte) e um território rico em minério de ferro, era apenas uma questão de tempo para que um empreendimento de grande porte ligado a essa rede de atividades viesse a ser implantado na região.

"Ainda no alvorecer da República, em 1893, o Comendador Carlos Wigg comprou grande parte das terras do distrito. Wigg já havia construído em 1888, juntamente com Joseph Gerspacher e Amaro da Silveira, a Usina Esperança em Itabira do Campo, atual Itabirito (na época também distrito de Ouro Preto). Estas propriedades foram adquiridas tanto de antigos herdeiros locais, quanto da Firma chamada "Forjas e Estaleiros" (proprietária também da Fazenda de Monlevade), falida em 1889. A Usina Wigg se tornou, em poucos anos, grande fabricante de ferro, com produção escoada pelos trilhos. A economia do povoado se diversificou, com variados armazéns e até com uma insinuante hotelaria. O número de habilitantes cresceu rapidamente.





Foto 21 - Vista geral da antiga Usina Wigg. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.

No mesmo ano 1893 foi explorado também, em terras de São Julião, jazidas de manganês, primeira atividade do tipo em terras brasileiras. Foi no dia 14 de dezembro que os fundadores da Usina Esperança inauguraram um segundo alto-forno em Miguel Burnier, dando ensejo à moderna indústria siderúrgica mineira de hoje.⁴

As instalações da antiga Usina Wigg, inseridas dentro da malha urbana de Miguel Burnier, são compostas por uma edificação principal e outras secundárias em terreno limitado por encostas íngremes. A edificação principal apresenta planta retangular com corpo central mais elevado e grande cobertura em telhas metálicas e cerâmicas com engradamento em madeira. O alto forno tem base em alvenaria de pedra, grande chaminé em chapa metálica. Compõe o conjunto outras estruturas como o cubilot e galpão.

O conjunto mantém praticamente todo o sistema e equipamentos da época, verdadeira relíquia da indústria siderúrgica.



Foto 22 - Usina Wigg: chaminé do alto forno e fole.
Foto: Henrique Piló, 2012.

⁴ BOHER, Alex Fernandes. *Inventário do Acervo Cultural do Município de Ouro Preto*. Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 2007.



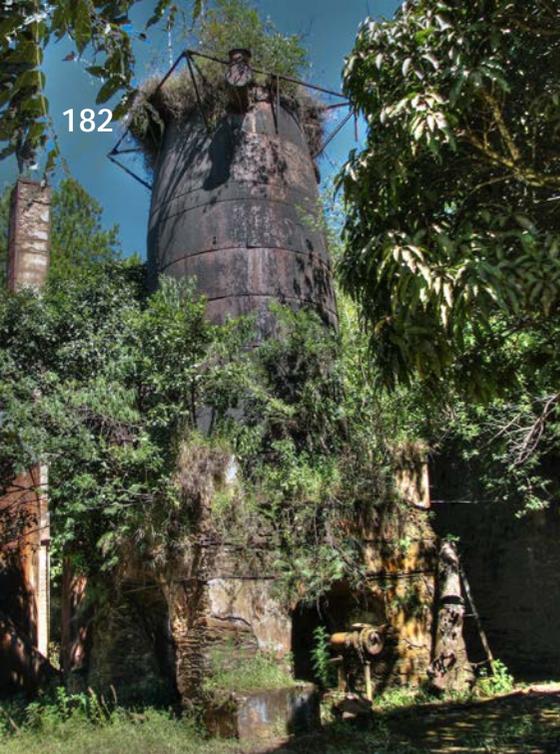


Foto 23 - Usina Wigg: estruturas diversas.
Foto: Henrique Piló, 2012.



Foto 24 - Usina Wigg: vista geral do galpão e equipamentos remanescentes. Foto: Henrique Piló, 2012.

A Usina Barra Mansa, também denominada Usina Wigg, localizada em sítio mais afastado da sede do distrito Miguel Burnier, que quando foi desativada na década de 90 do século passado pertencia ao Grupo Votorantim, é composta por grande galpão com cobertura composta de estrutura e telhas metálicas, apoiadas sobre altas colunas em tijolos, mantém ainda parte dos equipamentos.

As principais estruturas ainda são mantidas, mas bastante vandalizadas. A imponência da chaminé em tijolos compõe o conjunto de três *cowpers*, alto-forno, e ainda as salas de distribuição de energia, o regenerador de gases, sala dos sopradores e aspirador. Ainda pode-se observar o depósito de carvão. Na parte alta, assentado em platô com altura o depósito de carvão. Sob a cobertura do grande galpão, todo o sistema de descarga de carvão, ponte rolante, coquilhas e formas para gusa.



Foto 25 - Vista geral da Usina Barra Mansa. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



Foto 26 - Usina Barra Mansa: vista parcial com a imponente chaminé. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



Foto 27 - Usina Barra Mansa: três *cowpers*. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.

Foto 28 - Barra Mansa - usina desativada na década de 1990 em Miguel Burnier. Fonte: Emile Scharlé Jr., 2012.





Foto 29 - Usina Barra Mansa: sala de distribuição de energia. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



Foto 30 - Usina Barra Mansa: estruturas da usina. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



Foto 31 - Usina Barra Mansa: regenerador de gases. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



Foto 32 - Usina Barra Mansa: estruturas da usina. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



Foto 33 - Usina Barra Mansa: alto-forno. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.

Em Chrockatt de Sá encontram-se as elegantes chaminés das olarias. De uma delas restou apenas a chaminé junto a estruturas de um curral. A outra chaminé assenta-se afastada do corpo da olaria, composta com estrutura de madeira e grande cobertura em duas águas em telhas de amianto. Todas se encontram dentro dos terrenos da fazenda Vila da Ema, abaixo citada.



Foto 34 - Chaminé de olaria junto a currais. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.



Foto 35 - Corpo da antiga olaria em Chrockatt de Sá. Foto: Vanderson Thiago Luiz – 10/04/2012.





Foto 36 - Chaminé de olaria em Chrockatt de Sá. Foto: Vanderson Thiago Luiz – 10/04/2012.

ARQUITETURA RURAL

Como anteriormente citado, poucos exemplares da arquitetura rural restam no distrito de Miguel Burnier. Na localidade de Chrockatt de Sá ainda se pode observar a imponente fazenda Vila da Ema, composta por edificação assobradada e volume térreo anexo protegido por grande cobertura em telhas curvas. As janelas esguias, com folhas de abrir, têm vergas curvas. Assenta-se em belíssimo sítio emoldurada por encosta com mata nativa exuberante. À frente, grande lago cercado por áreas gramadas.



Foto 37 - Vista da fazenda Vila da Ema. Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 10/04/2012.

Outro exemplar, de menor porte, mas não menos singelo, localizado próximo à estação ferroviária, mantém as características da arquitetura mineira. Trata-se de casa térrea sobre porão alto, que recebeu acréscimos e reformas, com varanda frontal, cobertura em duas águas, em telhas curvas. Os vãos do volume original com vergas retas se distribuem de forma harmônica na fachada voltada para a linha férrea. Trata-se de edificação construída ainda no século XIX.





Foto 38
Casa de fazenda
em Chrockatt de Sá.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva
10/04/2012.

ARQUITETURA FERROVIÁRIA

“E nem só de minerar e fundir viveu o povoado: no dia 17 de junho de 1884 foi inaugurada a estação ferroviária de Miguel Burnier, quase cinco anos antes das de Rodrigo Silva e de Ouro Preto. Na época era diretor ferroviário o engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, personagem que mais tarde daria nome ao distrito. Desde o começo da década de 1880 a região já vinha experimentando novo surto de crescimento com a construção da estrada de ferro. Em verdade, foi da estação de São Julião que partiram os trilhos rumo a Ouro Preto, posto que o plano principal, a espinha dorsal do projeto, era passar pelo local que é hoje Engenheiro Corrêa e Itabirito, indo sempre ao norte:⁵ a estrada de ferro de Ouro Preto, pois, é uma via secundária, um “afluente” nascido de bifurcação em Burnier, cuja construção agitou as Serras do Trino, Caxambu e Figueira, no último quartel do século XIX.”⁶

O conjunto de construções ferroviárias existente no distrito de Miguel Burnier é o mais importante e significativo do município de Ouro Preto. As edificações das estações ferroviárias de Miguel Burnier, Chrockatt de Sá e Hargreaves, entre outras, articuladas para serviços de manutenção e infraestrutura das linhas férreas e para moradias dos funcionários da rede e suas famílias, têm capítulo à parte na história da arquitetura de Minas do século XIX e início do século XX. Mesmo que bastante deteriorado e parcialmente descaracterizado, esse conjunto retrata o momento histórico do apogeu das ferrovias como principal meio de transporte que permitiu o grande desenvolvimento econômico da região, marco na história do Brasil.

“Na sede de Miguel Burnier foi edificada a principal e mais movimentada de todas as estações das redondezas. O atual conjunto ferroviário é fruto de uma série de construções e ampliações graduais. Em fotos antigas podemos perceber uma outra estação, menos pragmática que a atual: sobre o patamar de pedra erguia-se uma pitoresca edificação de madeira e barro, à moda europeia, com pináculo e esqueleto de madeira aparente, muito semelhante à estação de Rodrigo Silva. À frente desta estrutura desaparecida, havia um anexo de madeira, diferente de tudo que remanesceu até hoje - pela forma construtiva delicada, quase oriental. Hoje o conjunto é dominado, no mesmo lugar, por uma ampla construção de duas águas, maior do gênero nos distritos de Ouro Preto.”⁷

⁵ Segundo projeto original da Estrada de Ferro Central do Brasil.

⁶ Acervo Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. Prefeitura de Ouro Preto. Distrito de Miguel Burnier. 2007

⁷ Acervo Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. Prefeitura de Ouro Preto. Distrito de Miguel Burnier. 2007



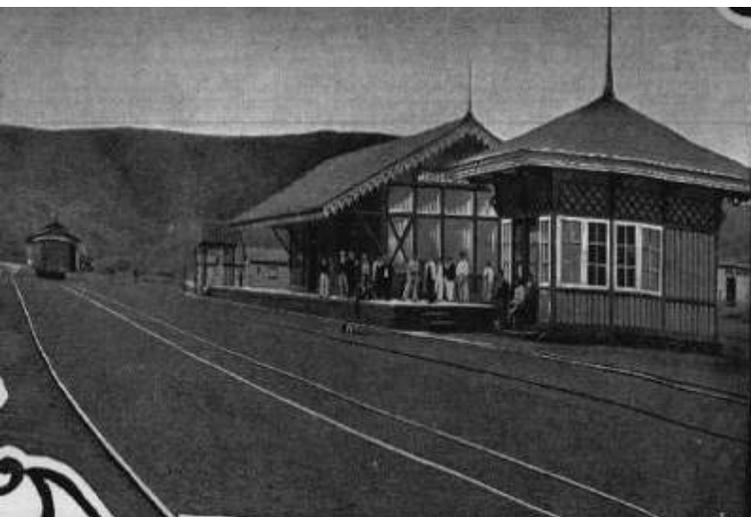


Figura 1 - Estação de São Julião, atual Miguel Burnier – 1908.

Fonte: Arquivo Marco Giffoni. http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/burnier.htm

Na parte central do distrito de Miguel Burnier encontramos o conjunto com maior número de edificações e estruturas: a estação, a oficina (conserva de vagões), dormitório, caixa d'água, túnel, baldrames em pedra e quase uma dezena de moradias que se assentam em conjunto ou isoladamente ao longo da linha, destinadas então aos ferroviários. As edificações foram construídas conforme o padrão difundido para as atividades da ferrovia. As alvenarias em tijolos cerâmicos autoportantes adornadas com elementos em estuque, coberturas predominantemente em duas águas com telhas francesas, vãos com dimensões amplas: portas com bandeiras fixas e duas folhas de abrir; janelas com caixilhos com vidro externas e folhas em calha internas; pisos em ladrilho hidráulico, forros em saia e camisa. Era bastante comum o uso da madeira pinho de riga, peroba, cedro e até jacarandá. As formas são simples, com proporções e modenaturas de vãos que lhe conotam muita elegância.

A estação é a edificação de maior destaque: grande volume com plataformas ladeando o volume principal. Nas extremidades, áreas livres cobertas. Em uma delas, grandes lajes de pedra revestem o piso, e, em outra, cimentado, evidenciando as etapas construtivas em épocas diferenciadas. Grande e única cobertura em duas águas com telhas francesas realça a construção. Mãos francesas em madeira e perfis de ferro criam belo balanço sobre as plataformas. As alvenarias são em tijolos maciços vedando os vãos da estrutura em madeira aparelhada, peças em jacarandá. Na parte interna alguns cômodos recebem barrados na pintura. Como pisos encontram-se ladrilhos hidráulicos, tacos e cimentados no depósito. Forros de madeira em saia e camisa. As fachadas são marcadas pela estrutura de madeira: cunhais, vergas, frechais, peitoris e ombreiras formam painéis nos panos das paredes.

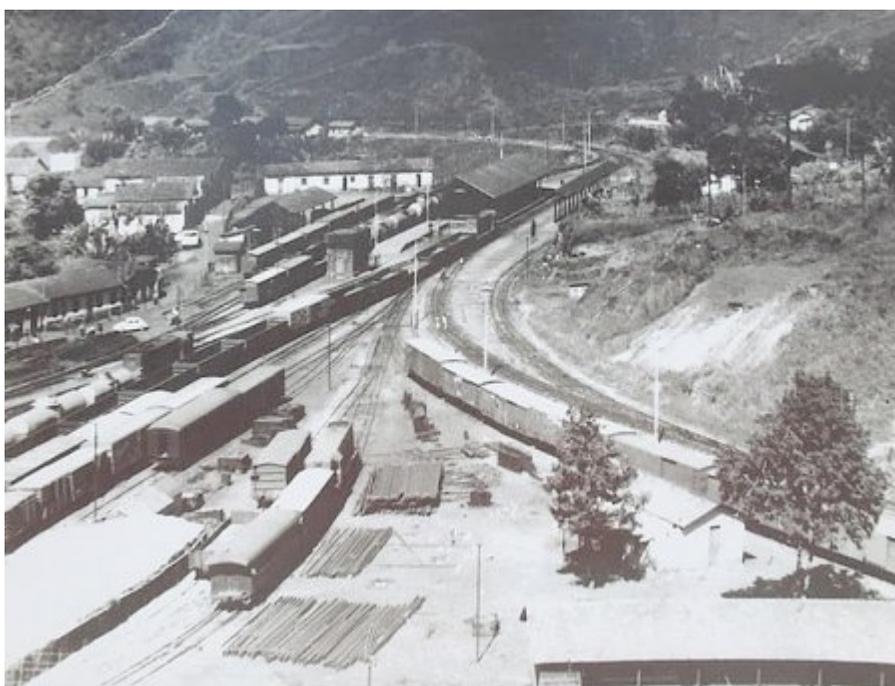


Figura 2 - Pátio da Estação de Miguel Burnier na década de 1940.

Foto: autor desconhecido. Fonte:

http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/burnier.htm

Foto 39 - Estação Ferroviária de Miguel Burnier.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva, 2012.



O antigo dormitório com projeção retangular recebe também cobertura em duas águas com telhas francesas. Destaque para o beiral arrematado com belo lambrequim em madeira recortada. As extremidades da cumeeira têm pequenos pináculos (ou agulhas) como acabamento. Esquadrias em madeira, forro em saia e camisa, pisos em tabuado, taco e ladrilhos. A fachada é modulada pelos pilares em tijolos da estrutura autoportante.

Foto 40 - Antigo dormitório,
Estação Ferroviária de Miguel Burnier.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 24/04/2012.



A oficina (ou conserva de vagões) possui parte edificada e grande cobertura anexa sobre área do poço entre os trilhos.

Foto 41 - Antiga oficina ou conserva de vagões,
Estação Ferroviária de Miguel Burnier.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva – 24/04/2012.



A caixa d'água é composta por grande recipiente em ferro apoiada sobre estrutura em pedra aparelhada. De planta retangular apresenta quatro vãos de porta de pequena largura com verga em arco pleno.

Foto 42 - Caixa d'água,
Estação Ferroviária de Miguel Burnier.
Foto: Emile Scharlé Jr., 2012.



Entre os modelos de moradias encontrados, há basicamente quatro tipologias. As maiores estão localizadas perto da estação, em platô em cota bem mais elevada. Eram destinadas ao engenheiro e mestre de linha. A primeira delas, de maior dimensão, possui dois volumes geminados com suas coberturas distintas em duas águas. O corpo principal tem empena decorada com círculo com estrela e moldura com perfilatura variada em estuque. Os vãos têm acabamentos em meia curva, distribuídos harmonicamente.

A segunda, localizada próxima àquela acima citada, possuía também, originalmente, tradicional planta retangular com cobertura em duas águas, beiral arrematado com lambrequins e, na empena, dois pequenos vãos de ventilação para o telhado, com vergas triangulares e vedação em venezianas. As esquadrias com dimensões avantajadas já apresentam vergas retas. Destaca-se que ambas ainda têm inscrito nas fachadas em pintura a sigla "CB" da Central do Brasil.

As moradias assentadas ao longo da via têm modelos tradicionais com volume compacto assentado sobre porões de pequena altura, cobertura em duas águas ou quatro águas com beirais encachorrados. No terceiro modelo, a varanda está entalada no corpo da casa. Todas recebem óculos nas empenas para ventilação do desvão dos telhados; as fachadas são decoradas com molduras em massa contornando as portas e janelas. Seus panos são modulados e emoldurados pelos perfis dos cunhais e pilaretes. Algumas remetem de forma bastante simplificada ao gosto *art déco*. Hoje, tem os quintais e jardins delimitados por cercas de bambu e foram acrescidos por garagens improvisadas. Na maioria das fachadas ainda são mantidas as marcas de registro da ferrovia sobre a pintura das moradias, onde predominavam os tons de ocre e terra.



Foto 43 (mosaico) - Residências dos ferroviários ao longo da linha férrea.
Fotos: Maria Cristina Cairo Silva - 24/04/2012.





Foto 44 - Residência possivelmente do agente de linha.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 10/04/2012.

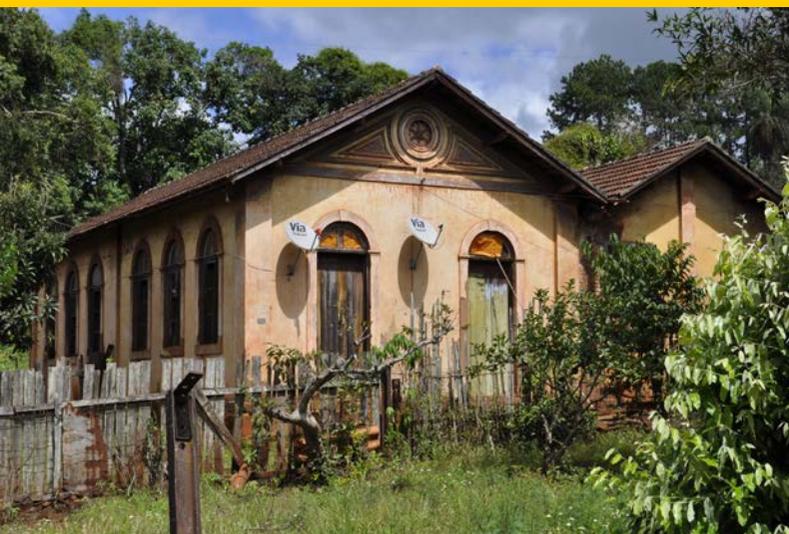


Foto 45 - Antiga residência possivelmente do chefe de linha.
Fotos: Maria Cristina Cairo Silva - 10/05/2012.

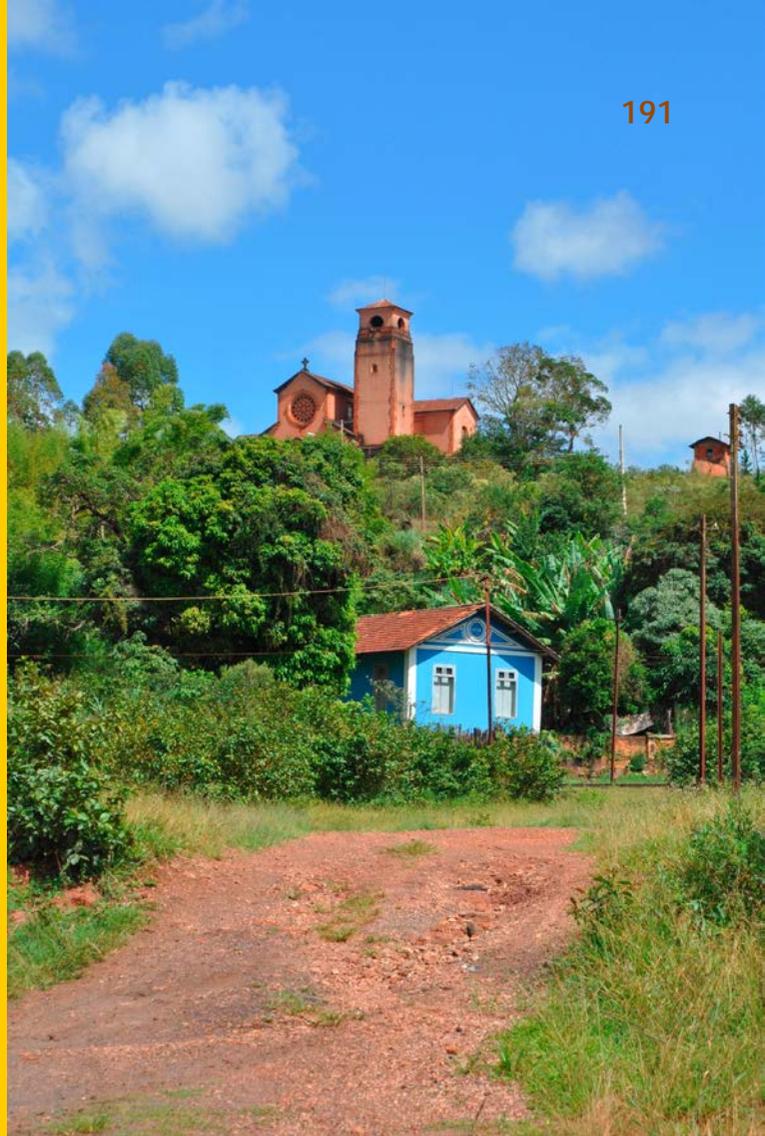


Foto 46 - Residência assentada junto ao ramal da ferrovia. Ao fundo, a Igreja Sagrado Coração de Jesus.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 10/04/2012.

Ainda perto da estação central de Miguel Burnier havia outra, chamada "da Usina", que infelizmente desapareceu. Era pequenina edificação (como observado na foto abaixo), com rampa e plataforma de pedra, estava ligada ao conjunto da Vila Wigg. Construída em 1923, foi possivelmente demolida na década de 70 do século 20, considerando que alguns moradores da vila ainda se recordam dela.⁸



Figura 3 - Estação da Usina – década de 1920.
Fonte: Acervo Marcelo Lordeiro, RJ. Fonte:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/usina.htm

⁸ http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/usina.htm. Acessado em 02/04/2012.



A estação de Hargreaves, antiga Metalúrgica, foi reconstruída provavelmente na década de 1940. Nas fotografias antigas aparece como uma típica vivenda ferroviária, quase ao modo das muitas que encontramos na região de Rodrigo Silva até os dias atuais.

“Na realidade, no território do Trino - pertencente ao distrito de Cachoeira do Campo - houve uma estação primitiva chamada de Henrique Hargreaves, construída em 1896 para beneficiar a região de Cachoeira. Os padres salesianos a reedificaram em 1917. Só em 1934 o nome da estação cachoeirense foi alterado para Estação Dom Bosco. Hargreaves passou a ser designativo de outra estação, geograficamente anterior, situada entre as estações de Dom Bosco e de São Julião, no atual distrito de Miguel Burnier. Essa estação nas terras do antigo Chiqueiro chamava-se, anteriormente, Metalúrgica. Como dito, foi em 1934 que o nome atual lhe foi dado.

Estação Metalúrgica, posterior Henrique Hargreaves, foi inaugurada em 1898, e seu nome atual é uma homenagem a Henrique Hargreaves, engenheiro que dirigiu a obra construtiva da citada estrada de ferro. O prédio que atualmente se vê é uma reconstrução do original, edificação datada provavelmente da década de 1940.

A construção que se vê atualmente (da antiga estação) foi totalmente descaracterizada. A estrutura da estação fora mantida, porém novas divisões e subdivisões serviram para enquadrá-la como uma residência. Substituição de pisos, de forros, adequação de instalações hidráulicas para construção de banheiro, cozinha e local para lavar roupas. A edificação sofreu também readequação do sistema elétrico. A antiga estação fora dividida em duas partes, uma ao lado direito residencial e outra, ao lado esquerdo como um grande cômodo de apoio e serviços gerais.

Vê-se nitidamente que pouco da antiga estação (em termos de acabamento interno...) foi mantido. As novas necessidades sucumbiram qualquer vestígio que se possa dizer que ali existira, anos antes, uma estação ferroviária.”



Figura 4 - Antiga estação de Hargreaves quando ainda se chamava Metalúrgica. Foto: Acervo de Marcelo Lordeiro, RJ. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/hargreaves.htm



Foto 47 - Antiga Estação de Hargreaves.
Foto: Henrique Piló, 2012.

A Estação de Chrockatt de Sá, erguida no ramal principal, veio a dominar o lugar chamado de Bocaina, aos pés da Serra da Bocaina Negra. Nos anos 20 do século passado, compunha-se de diminuta edificação de madeira, menor de todas do gênero. Atualmente está modificada e ampliada.



Figura 5 - Antiga estação de Chrockatt de Sá, então denominada Bocaina.
Foto acervo Marcelo Lordeiro, RJ. Fonte:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/efc_b_mg_linhacentro/crockat.htm

O conjunto composto por estação, caixa d'água, moradias, guarita e outros equipamentos menores, está localizado em belíssimo sítio. A estação, atualmente, encontra-se com as feições originais de quando edificada em alvenaria. De dimensões singelas, com cobertura em duas águas, sobre as plataformas de embarque e desembarque (uma em cada lado da estação) os beirais típicos que se prolongam apoiados sobre mãos francesas em ferro com rendilhado vazado. Todas as fachadas são decoradas com frisos e apliques em alto relevo, bem ao estilo *art déco*.



Foto 48 – Conjunto arquitetônico e paisagístico da Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá. Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 24/04/2012.



Foto 49 – Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá: fachada principal e plataforma. Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 24/04/2012.



Foto 50 – Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá: fachada posterior. Foto: Henrique Piló, 2012.



Foto 51 - Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá: detalhe da fachada em alto relevo. Foto: Henrique Piló, 2012.



Foto 52 - Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá: detalhe da mão francesa em ferro fundido sobre a plataforma. Foto: Henrique Piló, 2012.





Foto 53 - Vista geral da caixa d'água da Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 10/05/2012.



Foto 54 - Estação Ferroviária de Chrockatt de Sá: posto do agente de linha.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 24/04/2012.

A caixa d'água é toda estruturada em metal, com grande bacia apoiada sobre pilares e mantém-se ainda com abastecimento.

As casas de moradia do conjunto ferroviário têm mesmo partido das encontradas em Miguel Burnier, com acabamento mais simplificado nas fachadas, considerando ser esta estação de menor importância.

E é por esta história tão grandiosa regida e vivida por inúmeros personagens em Miguel Burnier que se ressalta a importância da preservação desse acervo arquitetônico de inquestionável valor cultural para nosso país.



Foto 55 - Conjunto de residências ao longo da linha do conjunto ferroviário de Chrockatt de Sá.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 10/05/2012.





Foto 56 – Linha férrea próxima do conjunto ferroviário de Chrockatt de Sá.
Foto: Maria Cristina Cairo Silva - 10/05/2012.

Referências Bibliográficas

ARTEFACTTO CONSULTORIA. *Dossiê de Tombamento: Conjunto arquitetônico e arqueológico da Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis*. Ouro Preto, MG, 2011.

_____. *Dossiê de Tombamento: Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães*. Ouro Preto, MG, 2011.

ÁVILA, Affonso et al. *Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. São Paulo: Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho/Companhia Editora Nacional, 1980.

CARRAZZONI, Maria Elisa e. SOUZA Wladimir Alves. *Guia dos Bens Tombados*. 1984. http://www2.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C.. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDART, 1972.

DUCHER, Robert. *Características dos Estilos*. 2 ed.; São Paulo, Martins Fontes. 2001.

MENEGUELLO, Cristina. *Patrimônio industrial como tema de pesquisa*. Florianópolis. UDESC. <http://eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/viewFile/171/143>
Acesso em 10/04/2012.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de (1988). *Patrimônio Industrial e Política Cultural*. In: *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*. São Paulo, Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, v.2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. *Inventário de proteção do acervo cultural: distrito de Miguel Burnier*. Ouro Preto (MG), 2007.

REIS FILHO, Nestor Gulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico*. Belo Horizonte: Editora EDUSP, 1979.

SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB. 1981.

VASCONCELLOS, Silvo de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>

http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/hargreaves.htm

http://pt.wikipedia.org/wiki/Art_déco



OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 10

O PATRIMÔNIO RELIGIOSO DE MIGUEL BURNIER

Guilherme Ataídes

O PATRIMÔNIO RELIGIOSO DE MIGUEL BURNIER

É motivo de orgulho para o estado de Minas Gerais o patrimônio arquitetônico que possui oriundo do período colonial (séculos XVIII e XIX), que representa a maior parte do patrimônio cultural brasileiro legalmente protegido, especialmente suas numerosas igrejas. Nestas se vêem a intensidade, a riqueza e a originalidade da produção artística daquela época, o que as tornam símbolo de qualquer cidade. Em Miguel Burnier, ligado à antiga Vila Rica e atual Ouro Preto, não é diferente. Suas capelas coloniais, embora modificadas, merecem ser observadas de perto e mais ainda sua igreja principal, cujo estilo neorromânico, numa região até hoje influenciada arquitetonicamente pelo estilo colonial, não tem comparável na região, ou mesmo no resto do estado.

SANTUÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

O Santuário do Sagrado Coração de Jesus¹ é o principal monumento do distrito de Miguel Burnier e se destaca por sua arquitetura neorromânica, em meio ao contexto arquitetônico enfaticamente colonial do município de Ouro Preto e região, conhecidos por notáveis exemplares de igrejas barrocas do século XVIII.

Desde sua construção constitui a referência cultural do lugar, estando a imagem do distrito fortemente associada a esse templo católico de aspecto ímpar, que se impõe na paisagem de poucas edificações e com montanhas sinuosas de vegetação predominantemente rasteira, em processo de exploração mineral. Assenta-se em ponto baixo do relevo montanhoso, porém na porção mais elevada do núcleo urbano do distrito, voltando para ele seu frontispício. À volta da igreja quase não há edificações, que estão mais concentradas nas imediações do conjunto ferroviário, de construções mais antigas do final do século XIX, implantadas em área plana, mais abaixo e deslocada do adro da igreja.

A dominância sobre a paisagem pode ser percebida principalmente da estrada de terra que liga Miguel Burnier à cidade de Ouro Branco (MG 030), em um sentido, e a Itabirito, Engenheiro Correa, Santo Antônio do Leite e Cachoeira do Campo (às margens da BR 356), no outro, estes três últimos também distritos ouro-pretanos. Quem passa por ela não consegue guardar outra imagem de Miguel Burnier que não seja a da Igreja do Sagrado Coração de Jesus com sua aparência externa maciça, própria do seu estilo, e o tom ferruginoso que parecem revelar paredes de pedra, contrariando o real sistema construtivo em estrutura de concreto armado e alvenarias de tijolo maciço, rebocadas e sem pintura.

A data mais difundida de inauguração do santuário é o ano de 1934, tendo sido sua construção motivada pelo pedido das Irmãs da Beneficência Popular do Coração de Jesus, que haviam chegado a Miguel Burnier no final da década de 1920, e que lá permanecem e zelam pelo templo. O apelo atendido foi feito a Sra. Alice da Silveira Wigg, mulher bastante religiosa, que já havia patrocinado nos primeiros anos do século XX (conforme documentos históricos), junto com seu marido, o comendador Carlos da Costa Wigg, a reconstrução e ampliação da primitiva

¹ A devoção ao Sagrado Coração de Jesus é antiga no mundo, tendo se reforçado a partir do século XVII com as propagadas e reveladoras aparições de Jesus (três) à Santa Margarida Maria Alacoque, irmã da Ordem da Visitação. No Brasil foi largamente difundida no século XIX em diante, sendo hoje viva e principalmente mantida, como ocorre em Miguel Burnier, por uma associação de leigos denominada Apostolado da Oração. A festa dentro das solenidades litúrgicas católicas ocorre na segunda sexta-feira após a Festa de Corpus Christi. A imagem do Sagrado Coração de Jesus é representada pelo Cristo de pé, com cabeça inclinada ligeiramente para baixo e olhos fitos na direção de quem o olha. O braço direito é estendido à frente, como que chamando à aproximação e as mãos são chagadas, sendo a esquerda apontando o coração aflorado no centro do peito. O coração, sinal de amor, é o símbolo principal na representação do Sagrado Coração de Jesus, apresentando-se com chaga aberta, coroa de espinhos e encimado por cruz e chamas de fogo (que são as chamas da ardente caridade do Coração de Cristo).



e arruinada Capela de São Julião, datada do século XVIII. Após as intervenções, esta capela passou a ser dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora, sendo elevada a status de sede paroquial em 1918, também por intermédio de D. Alice. Um quadro desta senhora pode ser visto na cripta do santuário, onde ela está enterrada. Anos mais tarde, a sede da paróquia seria transferida para o santuário, que hoje se encontra administrado pelo mesmo pároco da Paróquia do Divino Espírito Santo, na cidade de Ouro Branco.

Foto 1 - Fachada principal do Santuário do Sagrado Coração de Jesus. 2012. Foto: Eduardo Rocha/RR.



Foto 2 - Fachada lateral do Santuário. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.



Foto 3 - Fachada posterior do Santuário. 2012. Foto: Emile Scharlé Jr..



Além da herança arquitetônica deixada no campo religioso, a família Wigg também legou a Miguel Burnier uma herança arquitetônica no campo industrial e, indiretamente, no ferroviário, consolidando a vocação do distrito para a exploração de minério. No final do século XIX, Carlos Wigg comprou a maioria das terras da antiga fazenda São Julião, santo que originalmente dava nome ao lugar, e implantou uma usina siderúrgica que é conhecida pelo seu sobrenome – Usina Wigg – cujas estruturas típicas e inativas resistem ao tempo nas proximidades do santuário.

Uma segunda capela, não mais existente, foi erguida por volta de 1890 para São Julião, segundo relatos orais, localizada no antigo pátio de manobras e depósito da Siderúrgica Barra Mansa, sucessora da Usina Wigg. Sem razões explícitas foi demolida e a imagem primitiva de São Julião, já advinda da primeira capela, foi transferida para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus assim que foi construída, lá permanecendo até hoje como testemunho histórico da religiosidade presente em Miguel Burnier.

O estilo neorromânico, no qual se enquadra o Santuário do Sagrado Coração de Jesus, baseia-se no estilo românico² vigente na Europa Medieval do século X ao XIII, do qual extraiu suas principais características reinterpretando-as como: a planta em forma de cruz latina; a volumetria das basílicas romanas; a predominância de cheios, isto é, das paredes de alvenaria sobre as aberturas; o uso do arco de meia volta (ou arco pleno); os motivos geométricos (geometrização); a austeridade e a robustez. Até mesmo a aparência maciça de construção em pedra, que caracteriza a solidez da edificação e remete ao sistema construtivo empregado nas construções românicas (espessas alvenarias de pedra), foi buscada na Igreja Matriz de Miguel Burnier.

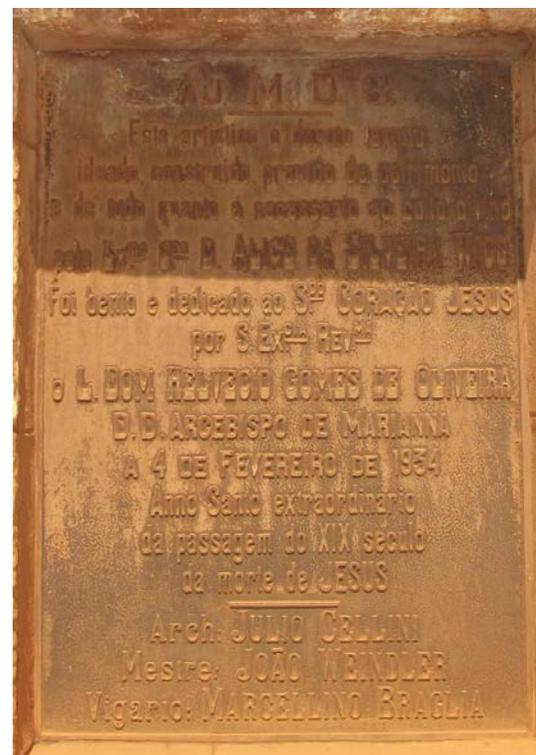


Foto 4 - Acima, à direita: placa externa na base da torre alusiva à benção e entrega do templo ao culto. Nele se acham escritos: os responsáveis pela construção; o nome do bispo de Mariana à época da inauguração e que benzeu o templo; data do templo; autor da obra (arquiteto); mestre de obra; e o nome do vigário paroquial. Também no altar principal existe uma placa aludindo a benção do templo. 2011. Foto: Emile Scharlé Jr..



Foto 5 - Ao lado: imagem de São Julião, que veio da capela demolida. 2011. Foto: Guilherme Ataides.

² O estilo românico surge na França e encontrará sua expressão máxima na arquitetura, na qual retoma características da arquitetura romana dos séculos I e II, sendo as basílicas romanas o modelo a seguir. Será o estilo das grandes igrejas de peregrinação religiosa, onde se desenvolverá em toda sua plenitude adaptando o traçado das basílicas, favorecido pelo movimento expansionista do Cristianismo. A basílica romana era originalmente um edifício multifuncional de grandes proporções, geralmente composto por uma nave central, duas naves laterais e uma ou mais absides. As naves laterais eram mais baixas, de modo a não obstruir as janelas altas na parte superior da nave central. A sua adaptação pelo Cristianismo decorreu do fato de aliar espaço interior amplo, exigido pelo culto cristão em expansão, à grandiosidade que convinha à nova religião.





Foto 6 - Interior do Santuário: nave central. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.



Foto 7 - Interior do Santuário: nártex e coro. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.

O aspecto similar ao das antigas basílicas românicas é a principal marca. As adaptações ocorrem com a inserção do corpo saliente do batistério na lateral esquerda da igreja, da torre única junto à fachada principal na lateral direita e sacristia contornando o presbitério aos fundos. As abóbadas típicas das basílicas dão lugar à estrutura aparente da cobertura e laje inclinada, ambas em concreto, o que contribui para reduzir a altura da igreja. No cruzeiro (interseção da nave central com os transeptos) a cobertura sugere uma abóbada de aresta e a estrutura suas nervuras. A abside com sua configuração comum – semicircular ou poligonal abobadada – cede lugar ao presbitério de contorno retangular.

A planta em forma de cruz latina tem o nártex abaixo do coro e junto à entrada principal antecedendo a nave central. Esta é ladeada por duas naves estreitas e mais baixas (naves laterais), das quais está separada por arcadas em arco pleno. Acima do telhado das naves laterais está o clerestório, que ilumina lateralmente a nave central através de uma fileira de janelas retangulares no topo dessa nave. Os dois transeptos constituem uma nave que corta transversalmente a nave principal, gerando o cruzeiro no cruzamento e conformando a planta cruciforme. Nesses transeptos há um altar todo revestido em diferentes tipos, recortes e cores de pedra lapidada e, acima deles, uma longa janela vertical. O altar do transepto do lado esquerdo é dedicado a Nossa Senhora das Graças e o do lado direito a São José, ambos moldados em imagens de tamanho natural. O altar-mor, localizado no presbitério na ponta da nave central, oposta à entrada principal, é escalonado e, como os do transepto, ricamente decorado com pedras lapidadas coloridas. O topo é marcado pela imagem do padroeiro – o Sagrado Coração de Jesus – em tamanho acima do natural, tendo às costas uma cruz formada por placas de pedra escura. A parede de fundo do presbitério tem óculo circular no topo e se conjuga ao altar-mor por meio de arcos concêntricos reentrantes, dando-lhe profundidade. Completa o ambiente interno os dois púlpitos, um de cada lado do arco do presbitério, que são acessados por escadas voltadas para a sacristia. Na parte inferior do templo, aproveitando o desnível do terreno, está a cripta, na verdade um amplo salão que tem um altar também revestido em mármore e granito, dedicado a Nossa Senhora da Piedade. O acesso tanto à cripta, quanto ao coro é feito pela escada no interior da torre de base quadrangular.





Foto 8 - Detalhe do teto sobre o Cruzeiro da igreja. 2011.
Foto: Guilherme Ataides.

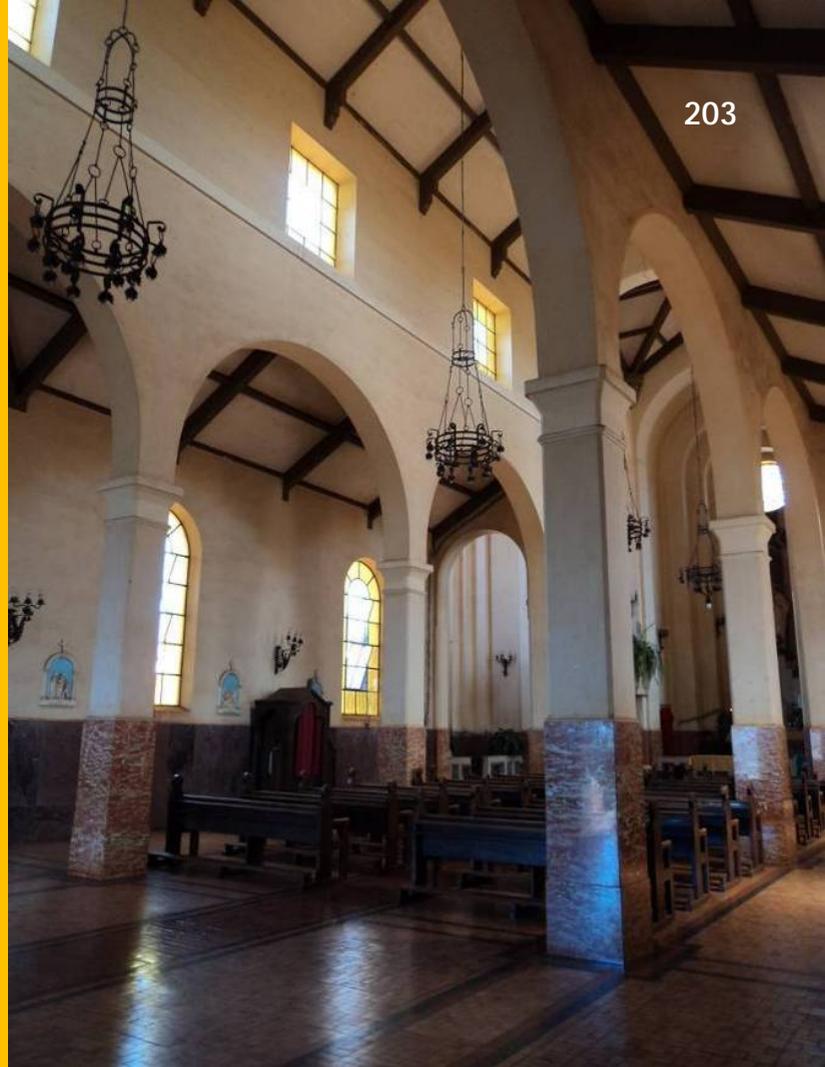


Foto 9 - Interior do Santuário: nave central, arcadas e naves laterais. 2011. Foto: Guilherme Ataides.



Foto 10 - Altar principal e a imagem do padroeiro. 2011.
Foto: Guilherme Ataides.

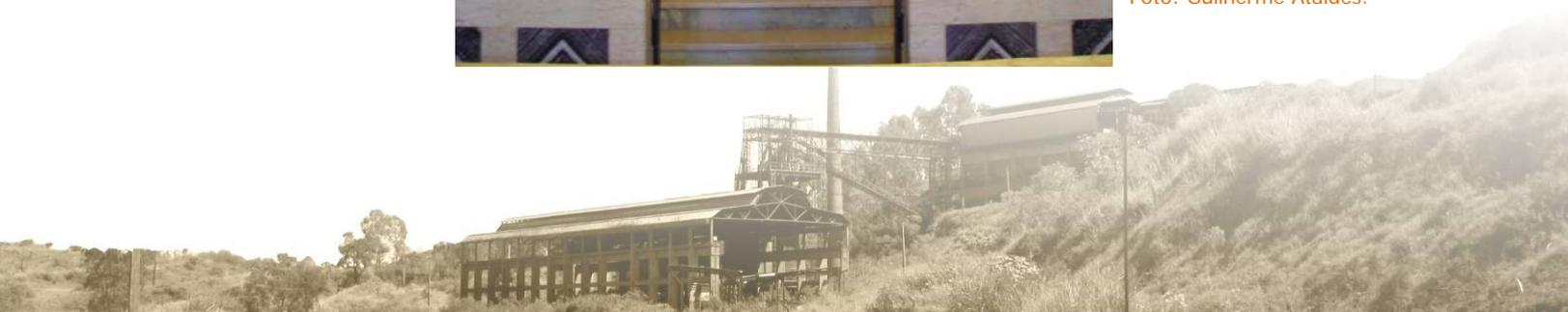




Foto 11 - Altar de Nossa Senhora das Graças no transepto. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

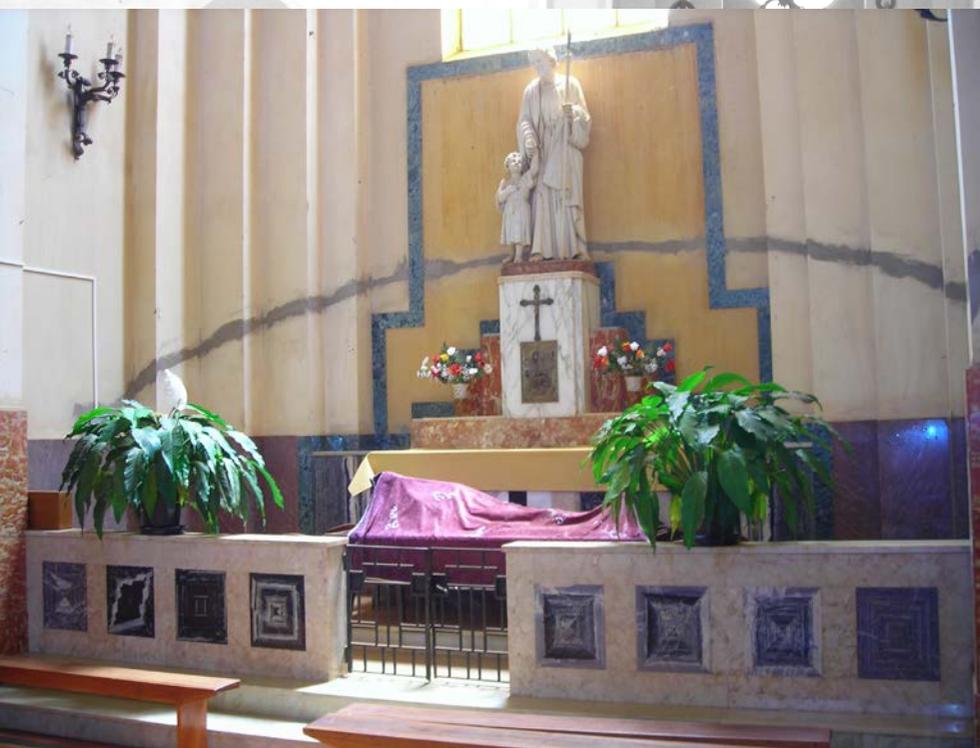


Foto 12 - Altar de São José no transepto. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.



Foto 13 - Cripta: altar de Nossa Senhora da Piedade. 2011, Foto: Guilherme Ataídes.



Dignas de nota são as diversas pedras lapidadas existentes no interior da igreja, que, além dos altares, revestem o piso circundante e os barrados, sendo matéria para confecção da pia batismal e das grades de fechamento dos transeptos e do presbitério. Não só as cores são harmonizadas como também o corte das placas é precisamente calculado para haver uma combinação dos rajados naturais encontrados nas pedras. O colorido do piso desenhado com pequenos ladrilhos completa a gama de cores e a decoração geométrica do interior.

Externamente não há adro delimitado, estando a igreja solta no terreno. O acesso principal ao templo se dá por uma longa escadaria de pedra com degraus de convite, que são os degraus iniciais que permitem acesso por mais de um lado. Essa escadaria alcança diretamente a porta principal, concebida ao modo de um pórtico saliente de arremate triangular, que tem flagrante inspiração românica traduzida na profundidade proporcionada pelos arcos concêntricos.

Na fachada principal é visível a largura reduzida das naves e a variação de altura entre a nave central, mais alta e com cobertura em duas águas formando um frontão triangular, e as naves laterais mais baixas, com cobertura em meia água. Localizada na região do coro, sobressai a bela e grande rosácea com traceria geométrica preenchida com vidros coloridos. Uma cruz grega arremata o topo da fachada. A torre alta de cobertura piramidal é a parte de aspecto mais maciço do templo, dada suas poucas e pequenas aberturas. Há nela um carrilhão de três sinos de 1933: um dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, onde se acha a inscrição "SACRATISSIMI CORDI JÉSU DICATA A. D. MCMXXXIII"; outro dedicado a Virgem Maria, com a inscrição "BEATAE MARIAE VIRGINI DICATA A.D. MCMXXXIII"; e o terceiro dedicado a São José, com a inscrição "SANCTO JOSEPH DICATA A.D. MCMXXXIII". O ano gravado nestes sinos é bem próximo ao usualmente aceito (1934) para datar a inauguração do santuário.

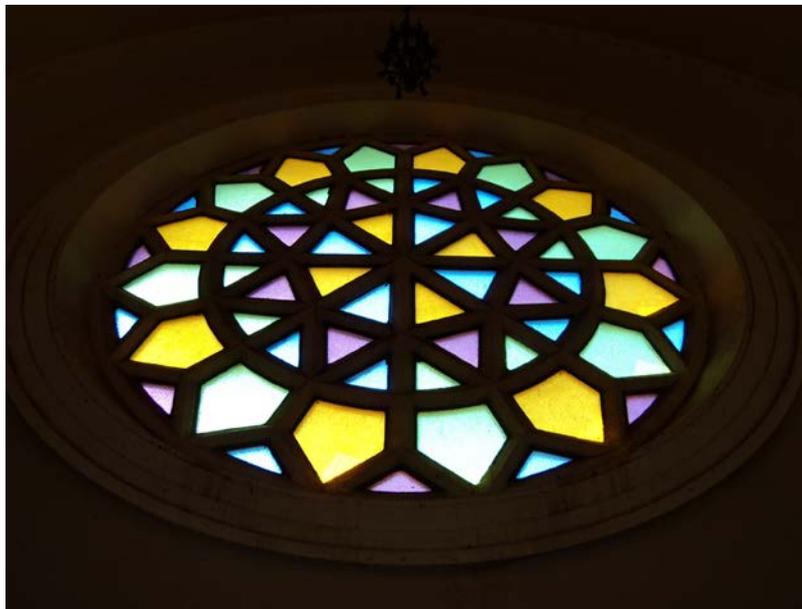


Foto 14 - Rosácea no alto do coro vista internamente. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

Destaca-se, ainda, a predominância de janelas verticais com verga em arco pleno e vidros coloridos, a existência de nichos nas laterais, uns até concebidos como os portais de entrada e a marcação dos cunhais (quinas) e base do templo com placas de pedra desalinhadas. A cobertura é feita com telhas coloniais.

O acervo de bens móveis e integrados é modesto e executado dentro do espírito que norteou a construção da igreja. Geometrização, simplificação, rigidez e sobriedade são suas principais características, sobressaindo as luminárias de metal – lustres pendentes e arandelas – os sacrários de metal, a imaginária em gesso e a mobília de madeira – confessionários, cadeiras, etc. A secular imagem de São Julião foi incorporada ao acervo, sendo uma peça pequena, aparentemente repintada e de fatura de cunho bem popular.

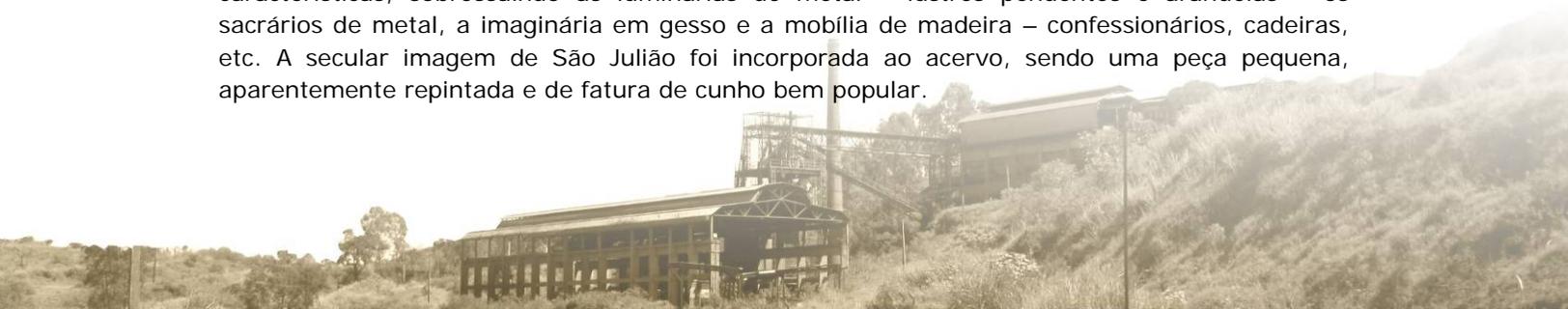




Foto 15 - Mobiliário: cadeiras do altar. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.



Foto 16 - Pia batismal no batistério. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.

O Santuário do Sagrado Coração de Jesus pertence à Arquidiocese de Mariana e mantém-se aberto para o culto. Tanto ele quanto seu acervo foram inventariados pela Prefeitura de Ouro Preto em 2007, reconhecendo-os como integrantes do patrimônio cultural protegido ouro-pretano.

Ao templo está anexo à esquerda e aos fundos o antigo Educandário Monsenhor Horta³, edificado em 1946, obra também das Irmãs da Beneficência Popular do Coração de Jesus e que hoje é ocupado pelas instalações administrativas da empresa de mineração Gerdau que revitalizou toda a construção. Sua função original era atender crianças pobres e prestar serviços humanitários para comunidade operária residente em Miguel Burnier e em franco crescimento, coincidindo com os mesmos gestos que teve exemplarmente Monsenhor Horta em Mariana, onde dá nome também a um distrito.

O educandário é uma edificação alongada em dois pavimentos e planta com formato basicamente em "L" com térreo avarandado, erguida com alvenaria de tijolos maciços. Em alguns pontos há subsolo utilizável aproveitando o desnível do terreno. O corpo que se conecta a igreja (refeitório) se diferencia do resto da edificação pelas aberturas e por possuir um pavimento. A tipologia lembra bastante a das edificações destinadas aos seminários com amplos espaços internos quase sem divisões e fachadas dotadas de várias janelas grandes e alinhadas, neste caso em madeira com venezianas. A cobertura é feita com telhas coloniais. A arquitetura é despojada sem tratamento decorativo, condizente com a realidade econômica local e sua função. A forma de implantação da edificação, sua simplicidade construtiva e as árvores existentes quase a torna imperceptível diante da imponência do Santuário do Sagrado Coração de Jesus.

³ Monsenhor Horta (1859-1933), assim conhecido o padre José Silvério Horta, com nobre título eclesiástico de monsenhor, pertencia ao clero da Arquidiocese de Mariana, tendo sido ordenado no Convento de Macaúbas aos 27 anos de idade. Reconhecido por suas qualidades, a Santa Sé o nomeou para ser Camareiro Secreto e Prelado Doméstico do Papa Pio XI.



Foto 17 - Antigo Educandário Monsenhor Horta. A edificação foi revitalizada pela Gerdau e abriga atualmente suas instalações administrativas, além de cozinha e refeitório. 2012.
Foto: Emile Scharlé Jr..



CONJUNTO ARQUITETÔNICO E ARQUEOLÓGICO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE CALASTRÓIS

O conjunto arquitetônico e arqueológico da Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis é composto pela capela e seu adro, a casa do vigário com o anexo e pátio interno, o coreto, um cemitério mais recente (séc. XX 1º metade) e um cemitério mais antigo (séc. XVIII), sendo esta estrutura arqueológica remanescente dos primórdios do povoado de São Julião. Esse conjunto está localizado a sudeste do núcleo urbano do distrito de Miguel Burnier e, infelizmente, está em estado de abandono. Calastróis é nome do córrego que passa no pé do morro, em cujo topo está a capela.

Conforme relatos históricos extraídos do Livro do Tombo, a atual Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis foi erguida no início do século XX, a partir das ruínas de uma capela dedicada a São Julião. Esta foi ereta no século XVIII e seu local de construção bento por Frei Ambrósio, em 1749, após as devidas licenças de Dom Frei Manoel da Cruz, bispo de Mariana à época, e do vigário de Vila Rica. Já em 1842, o templo cairia em seu primeiro abandono, em meio aos conflitos havidos na região durante a Revolução Liberal de 1842, e depois de ter sido interdito ao culto devido a um suposto assassinato nele ocorrido. Sem funções por pelo menos meio século e exposto à ação do tempo, sobreveio à ruína restando apenas as paredes de pedra e o frontispício.

Coube a Sra. Alice da Silveira Wigg, já apresentada anteriormente, o feito de reabilitar a antiga Capela de São Julião ao culto em abril de 1904. Em cumprimento a uma promessa, reconstruiu o templo, dando-lhe, porém, novo aspecto, como com a inclusão da torre lateral e, por uma devoção especial, dedicou-o a Nossa Senhora Auxiliadora⁴. Em 1918, a capela é elevada a matriz, atendendo ao apelo de Carlos Wigg, sua esposa Dona Alice e do crescente número de

⁴ A invocação de Nossa Senhora Auxiliadora remonta a 1571, num contexto de embate entre católicos e mulçumanos pelo domínio religioso da Europa. Pedido o auxílio da Virgem Maria, os católicos liderados pelo Papa Pio V saíram vitoriosos afastando a perseguição maometana e o Pontífice em demonstração de gratidão incluí a invocação “Auxílio dos Cristãos” na ladainha mariana. Porém a festa só foi instituída em 1816 pelo Papa Pio VII, no mesmo dia em que entrou triunfalmente em Roma (24 de maio), após ser libertado do cativeiro imposto por Napoleão Bonaparte, recorrendo ao intermédio da Virgem Auxiliadora. Napoleão queria dominar os estados pontifícios e havia sido excomungado pelo papa. Anos mais tarde, São João Bosco difundiria a devoção por todo o mundo e a adotaria N. Sra. Auxiliadora como padroeira de sua Congregação Salesiana criada na Itália, que chegou ao Brasil em 1883 estando presente em diversas cidades, inclusive Ouro Preto.



moradores locais, que não desejavam se deslocar até Cachoeira do Campo para cumprirem suas obrigações religiosas. Junto à capela foi construída a casa paroquial, onde residiu por mais 40 anos seu primeiro pároco – o padre Marcellino Braglia. Também o adro foi reformulado e um novo cemitério foi construído, assim como um coreto e a casa do caseiro nas proximidades.



Foto 18 - Capela de Nossa Senhora Auxiliadora: fachada lateral direita. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

O acesso ao conjunto de Calastróis é feito por estrada de terra rumo à antiga Siderúrgica Barra Mansa (séc. XIX/XX), usina desativada que se situa nas proximidades. Junto a essa usina estão as estruturas de uma antiga vila operária (séc. XX, 1ª metade), por muitos no local denominada Vila Wigg⁵, abandonada quando da desativação da usina, em 1996.

A usina e a vila vieram firmar a ocupação humana no entorno da Capela de Nossa Senhora Auxiliadora, com a qual estabeleceram grande vínculo, sendo ela o espaço onde se desenvolveram intensamente as atividades religiosas que alcançaram também todo o restante do distrito.

O entorno imediato do conjunto de Calastróis não tem ocupação, sendo mantido no estado vegetado. A capela e a casa paroquial ocupam uma grande área plana no topo de um monte de topografia mais suave, a frente do qual se descortina bela paisagem natural dominada pela Serra do Ouro Branco e para a qual a capela se volta. Na frente e no mesmo nível do adro está o coreto e mais abaixo os dois cemitérios do conjunto. A casa do vigário com seu anexo e o

⁵ Referência a uma usina mais antiga localizada no distrito de Miguel Burnier e também desativada, cujo nome foi tomado de seu fundador, Carlos Wigg.



pátio interno ocupam a parte posterior da capela, estando edificados contiguamente a ela. A casa do caseiro está na margem direita da estrada de quem sobe para capela. Essa casa, que seguia a linha arquitetônica do conjunto, infelizmente está em ruínas, restando apenas parte das paredes.



Foto 19 - Antiga casa nas proximidades da capela (casa do caseiro). 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

CAPELA DE NOSSA SENHORA AUXILIADORA

A Capela de Nossa Senhora Auxiliadora segue o partido e o programa típico das capelas coloniais mineiras do século XVIII (1ª metade), com nave, capela-mor e sacristia (duas neste caso), havendo uma clara diferenciação externa entre os volumes de cada recinto, distinção que também se observa internamente, em função da hierarquia dos espaços. A nave é o maior espaço e o mais alto, abrigando o nártex e o coro acima deste. Pelo nártex se acessa a capela ao passar pela porta principal. Sequencialmente à nave está a capela-mor, segundo maior espaço em tamanho e o mais importante. A ortogonalidade e a ausência de divisões em cada volume marcam a composição, que na observação de Saint Hilarie⁶, ao modo das demais igrejas coloniais mineiras, funciona como grande salão.

O arco-cruzeiro é o elemento de transposição entre nave e capela-mor demarcando o espaço da assembleia (do povo) na nave e o espaço das celebrações na capela-mor, onde fica o presbitério com o altar. A importância do presbitério sobre os demais espaços é ressaltada pela sua elevação com degraus. A grade existente no arco-cruzeiro – denominada grade da comunhão – contribui para marcar a distinção e o grau de importância entre a nave e capela-mor.

Lateralmente à capela-mor, em cada lado, há uma sacristia que dá acesso à nave e ao presbitério. Essas sacristias têm acesso independente nas laterais e são definidas por um volume mais baixo, com pilares expostos. Toda a capela é coberta com telhas francesas, sendo os beirais em cimalha de argamassa.

Nave e capela-mor, edificadas com alvenaria de pedra, são visivelmente parte do arcabouço de uma capela mais antiga – a primitiva Capela de São Julião, segundo relatos históricos – que em ruínas foi reconstruída e modificada, cedendo lugar ao novo orago. As sacristias atuais (em alvenaria de tijolo maciço) foram introduzidas depois e provavelmente em substituição a uma anterior e no contexto das reformas pelas quais passou a capela no primeiro quartel do século XX, quando da elevação à paróquia. Essas reformas alteraram inclusive toda a parte interna da

⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. [trad: Cláudio Ribeiro Lessa]. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 377p.



nave e capela-mor. Uma redução na espessura das paredes da nave e o desnivelamento do forro na região das portas de comunicação com a sacristia são indícios dessa alteração, levando a crer que ali estava o arco-cruzeiro original.

As sacristias trazem um pouco de influência eclética: fachadas marcadas por pilares almofadados, aberturas dotadas de bandeira fixa, folhas com postigos nas janelas, enquadramento em massa, telhas francesas (que foram colocadas em toda a capela) e uma platibanda sutil. Os cunhais são encimados por arremates de base quadrangular com topo piramidal.

Na grande reforma também foi acrescentada a torre lateral de base quadrangular alinhada ao frontispício, fazendo da Capela Nossa Senhora Auxiliadora um dos poucos casos de capela de origem colonial nessa formatação de torre lateral única.

O frontispício, em linhas gerais, segue o aspecto do das capelas coloniais primitivas, com empena e disposição das aberturas triangulares. Não há marcações horizontais. Os cunhais não têm base e são em massa com marcações simulando almofadas. As aberturas têm verga curva e quadro de cantaria, certamente remanescentes da Capela de São Julião. No quadro da porta principal há várias marcas e inscrições (como 1892, 1883), que devem se relacionar a alguma fase construtiva/reforma da capela. A empena é marcada por um belo óculo contracurvado, que muito se assemelha ao da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães, também localizada no distrito de Miguel Burnier. Há três sineiras na torre, atualmente sem sino. Ao que se sabe, um foi levado para a Igreja do Divino Espírito Santo, em Ouro Branco (MG), paróquia a qual está vinculada. A antiga cobertura piramidal da torre ruiu após ser abandonada. As fachadas laterais da nave e capela-mor são cegas, mas percebe-se pelo telhado em ruínas das sacristias que a capela-mor apresentava uma ceteira de cada lado, que foi encoberta externamente pelo telhado da sacristia e internamente pela abóbada inserida na capela-mor.

O interior da capela é modesto e em função das reformas já citadas esteticamente pouco



Foto 20 - Capela de Nossa Senhora Auxiliadora: fachada principal. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

lembra o interior das capelas coloniais. Os retábulos de madeira típicos estão ausentes e há apenas um púlpito. Os forros são em estuque, já tendo desabado nas sacristias, e a capela-mor foi conformada como uma abside em alvenaria de tijolo inserida entre as paredes de pedra, sendo o principal espaço modificado. Um altar em mármore e um nicho na parede substituem o retábulo-mor. Na nave há dois pares de nichos emoldurados com madeira esculpida nas paredes laterais e dois nichos no arco-cruzeiro. As duas sacristias têm altar nos fundos, sendo a do lado esquerdo com um oratório em madeira e a do lado direito com um retábulo branco de feições neoclássicas de três nichos em alvenaria.

Foto 21 - Interior da capela:
arco-cruzeiro e capela-mor. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.



Foto 22 - Interior da capela: nave, nártex e
coro. À direita vê-se o púlpito. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.





Foto 23 - Interior da sacristia na lateral direita. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.

Chamam atenção os revestimentos em pedra lapidada, identificando-se ao menos seis pedras ornamentais⁷. Todos os recintos têm um barrado de 1,50 metros de altura executado com placas de granito preto-acinzentado que cobre toda a altura sem juntas horizontais. Os ladrilhos hidráulicos do piso, provenientes do Rio de Janeiro, apresentam pelo menos duas padronagens.

Todos os bens móveis foram removidos da capela e levados, a maior parte, para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Dentre as peças há uma grande imagem do Sagrado Coração de Jesus, que ficava na sacristia do lado direito, e uma grande quantidade de paramentos sacerdotais nas diversas cores litúrgicas, alguns ricamente trabalhados com galões e bordados metálicos dourados em tecidos adamascados.



Capa de asperges, um dos ricos paramentos pertencentes ao acervo da capela. Século XIX/XX. Tecido adamascado, galões, franjas e bordados em fios metálicos dourados.
Foto: Guilherme Ataídes.



Estola paroquial pertencente ao acervo da capela.
Século XX (início). Foto: Guilherme Ataídes.



Véu umeral pertencente ao acervo da capela. Século XIX/XX.
Tecido adamascado e bordado. Foto: Guilherme Ataídes.

⁷ As pedras foram fornecidas pela Casa São Pedro de Juiz de Fora, conforme atestava uma placa fixada na grade da comunhão e que foi removida.





Casula romana (à esquerda) e dalmática (acima), ambas de um conjunto na cor litúrgica branca. Século XIX/XX. Tecido branco e galões e bordados e fios metálicos dourados. Integram o acervo de diversos paramentos da capela. Foto: Guilherme Ataídes.



Exemplares de casula romana do acervo da capela, cores litúrgicas branca, preta e roxa. Início do século XX. Tecidos adamascados, galões desenhados e bordados. Foto: Guilherme Ataídes.



Casula romana, dalmática e casula romana, ambas na cor litúrgica vermelha. Início do século XX. Foto: Guilherme Ataídes.





Acima: véu umeral na cor roxa. Século XIX/XX. Tecido adamascado e galões, cordão e borla em fios metálicos dourados. Foto: Guilherme Ataídes.

Ao lado: estandarte de São José. Tecido pintado e bordado com franjas em fios metálicos prateados. Foto: Guilherme Ataídes.

ADRO

O espaço do adro no contorno da capela é delimitado por uma mureta de alvenaria que parte da Casa do Vigário aos fundos e abre-se em curva e recurva até chegar à frente do frontispício com entradas guarnecidas por pilares com topo piramidal. O espaço interno é gramado sem vegetação de porte.



Foto 24 - Adro contornando a capela e coreto na frente. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

CASA DO VIGÁRIO

A Casa do Vigário ou Paroquial é formada pela residência propriamente dita atrás da capela, ligada diretamente a ela, o anexo com a parte de serviços, a garagem e o pátio interno entre eles. As edificações foram erguidas em alvenaria portante de tijolo maciço. A residência tem porão alto, embasamento saliente com óculos e planta retangular. Os cômodos são distribuídos ao longo do eixo longitudinal da casa definido pelo corredor. Os quartos estão na frente e à direita; as salas na frente e à esquerda; e a cozinha com despensa nos fundos, mostrando uma clara setorização.



O anexo é alongado, estreito e tem planta em "L". Os cômodos ocupam toda largura, sendo dispostos sequencialmente, sem ligação direta entre eles e com acessos independentes para o pátio interno, para o qual se voltam todas as aberturas.

A residência e o anexo são térreos com cobertura em telhas francesas e beirais forrados, exibindo empena triangular na fachada principal. Parte do telhado já ruiu. A fachada principal da residência se sobressai pela decoração com relevos em massa, como os que desenham uma estrutura de tesoura de telhado na empena.



Foto 25
Fachada principal da antiga
casa paroquial. 2011.
Foto: Guilherme Ataides.



Foto 26
Anexo da antiga casa
paroquial no lado esquerdo
da capela. 2011.
Foto: Guilherme Ataides.

As janelas são do tipo guilhotina e as portas externas têm bandeira fixa, sendo as principais com duas folhas almofadadas. O piso era assoalhado. Em função do estado ruinoso atual, boa parte dos materiais de acabamento foi comprometida e até mesmo removida.

CORETO

O coreto tem planta hexagonal, parapeito de alvenaria de tijolo, estrutura de sustentação constituída por seis pilares de concreto e cobertura piramidal com telhas onduladas metálicas e arremate central com agulha de madeira.





CEMITÉRIO NOVO

O cemitério novo consiste numa área retangular murada de topografia suave com acesso único e pequena capela quadrangular na ponta oposta à entrada, cujo corpo fica externo aos limites do muro. Os muros de fechamento seguem o perfil do terreno, sendo executados com alvenaria marcada com pilares de tijolo maciço. A capela está parcialmente arruinada, assim como trechos do muro.

Foto 27 - Cemitério mais recente do conjunto de Calastróis. 2011.
Foto: Guilherme Ataídes.



CEMITÉRIO ANTIGO

O cemitério antigo encontra-se parcialmente encoberto pela vegetação. Trata-se de uma grande área retangular murada, cujos muros em alvenaria de pedra seca seguem o perfil do terreno e cercam, atualmente, em torno de 75% do perímetro. A altura e a largura do muro são variáveis, sendo esta última em média 60 cm. Há muitos trechos com falhas, ficando os limites do cemitério implícitos por rastros no chão.

Internamente, observam-se alguns túmulos isolados, cujas lápides registram anos do início do século XX. Cruzes de ferro fundido marcam esses túmulos. Pela ausência de placas, vestígios e dificuldade de locomoção interna devido à vegetação, não é possível identificar túmulos mais antigos.

Foto 28 - Trecho do muro em pedra que cerca o cemitério antigo. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

O Conjunto arquitetônico e arqueológico da Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis encontra-se protegido por meio de inventário, elaborado pela Prefeitura de Ouro Preto no ano de 2007.

Foto 29 - Vista da Serra de Ouro Branco que fica defronte à capela.
Na margem inferior da foto está a área do cemitério antigo. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.



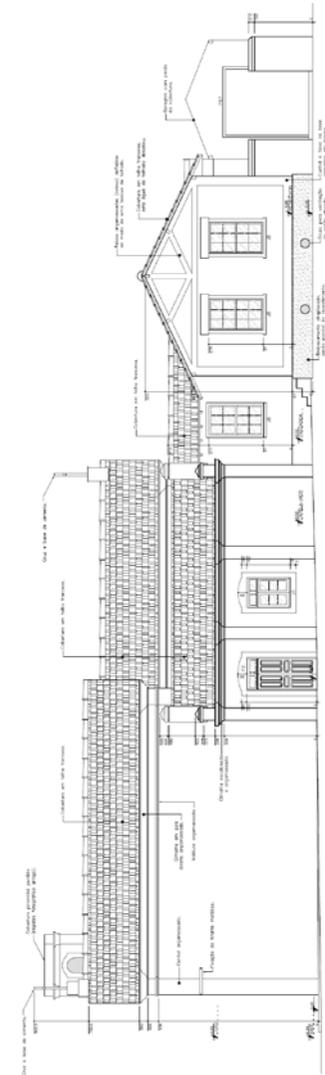
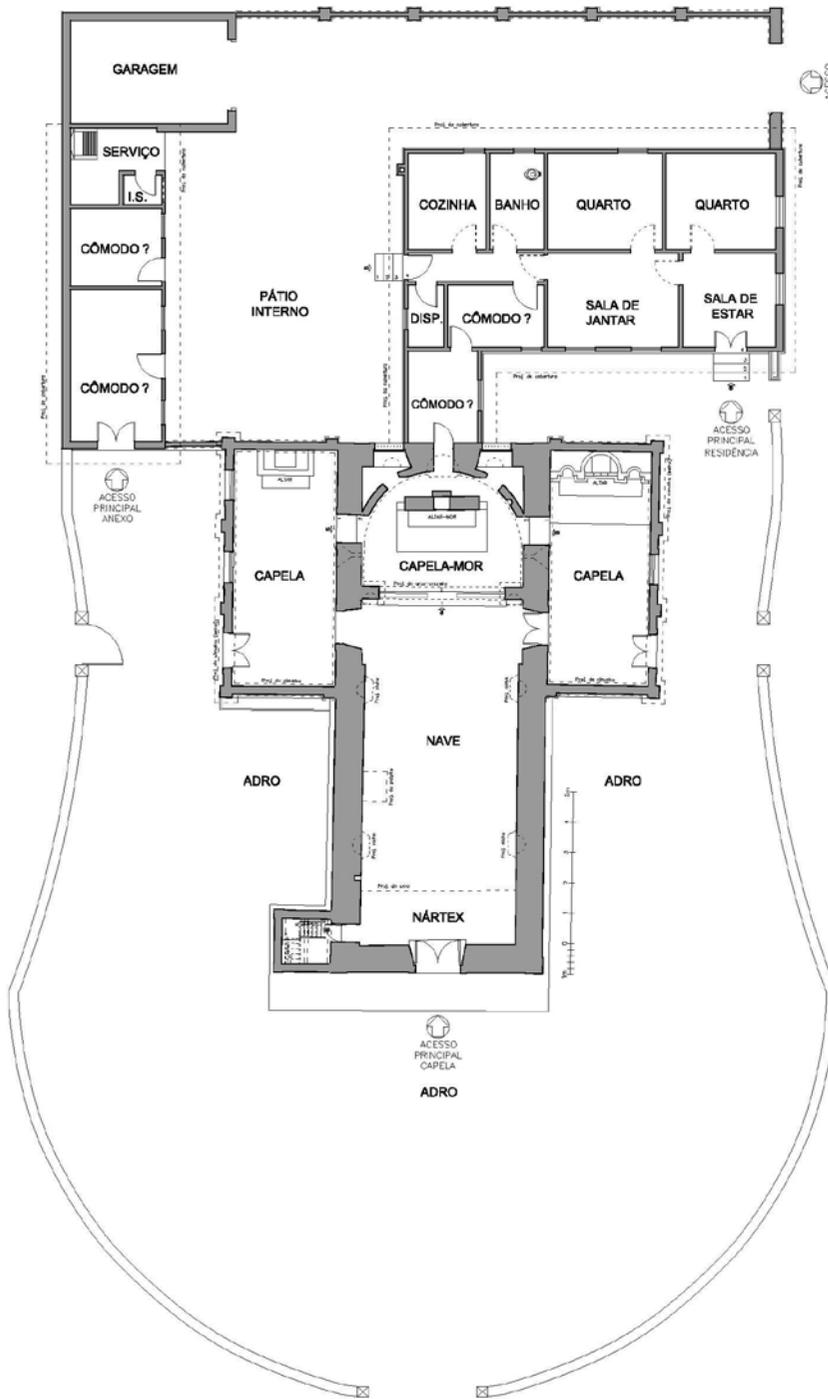
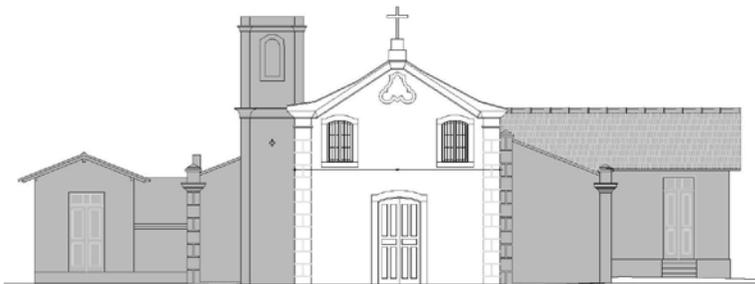


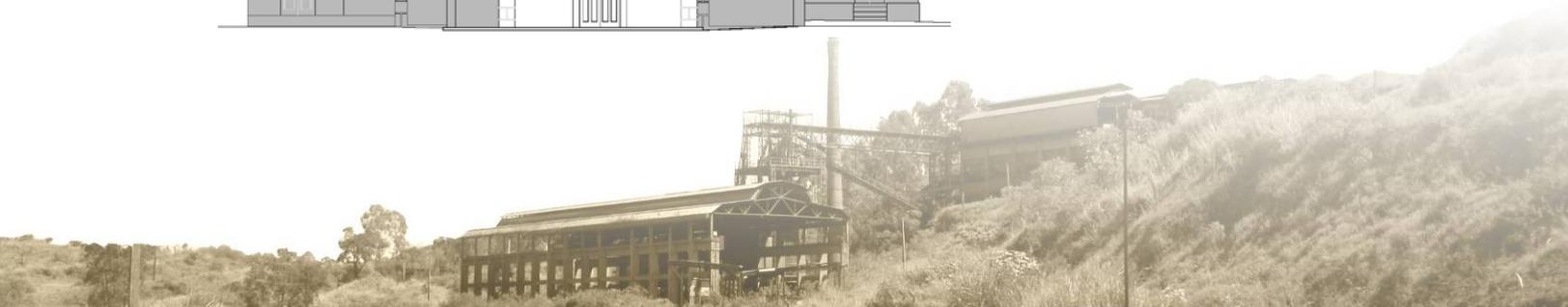
Figura 1 - À esquerda: planta parcial do conjunto arquitetônico de Calastrois com a capela, adro e casa paroquial.

Figura 2 - Acima e à direita: fachada lateral do conjunto.

Figura 3 - Ao lado: fachada principal (frontal) do conjunto, destacando-se o corpo original da antiga Capela de São Julião, que foi incorporado ao conjunto de Calastrois.



Levantamentos: Guilherme Ataídes e Maria Cristina Cairo. Desenhos: Guilherme Ataídes. 2011.





CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO CHIQUEIRO DOS ALEMÃES

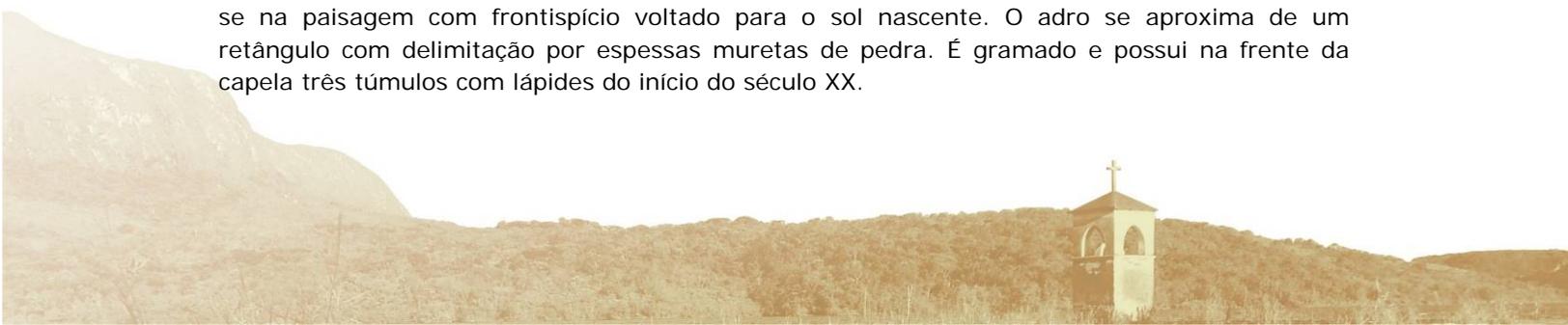
A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães está localizada em um vale distante do núcleo urbano do distrito de Miguel Burnier, acessado por estrada de terra. O lugar é conhecido desde os primórdios do século XVIII, com referências inclusive em mapas antigos. À medida que se desce em direção ao vale, a paisagem vai se alterando, sendo dominada por montanhas com trechos de mata fechada. A capela é avistada no fundo do vale em área mais ou menos plana margeada por um curso d'água.



Foto 30 - Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães e seu adro. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

O Chiqueiro dos Alemães está em zona rural e mantém características de uso e ocupação rurais. O local quase não tem movimentação e o clima bucólico marca a ambiência. Há pequenas áreas de pastagem e plantação nas imediações da capela. A ocupação é reduzida com poucas edificações, que se caracterizam por estruturas térreas esparsas, de uso residencial e pequeno porte.

A Capela de Nossa Senhora da Conceição, sendo a maior edificação e isolada no vale, destaca-se na paisagem com frontispício voltado para o sol nascente. O adro se aproxima de um retângulo com delimitação por espessas muretas de pedra. É gramado e possui na frente da capela três túmulos com lápides do início do século XX.



Atualmente, a capela do Chiqueiro dos Alemães consiste em uma estrutura de edificação parcialmente arruinada, da qual restaram apenas partes do piso em ladrilho hidráulico, fruto de intervenções do século XX, e as paredes de pedra com alguns trechos desmoronados nos topos e com perdas no reboco. As paredes da nave e da sacristia são as mais íntegras, apresentando-se o frontispício bem preservado. As perdas maiores ocorrem na parede do arco-cruzeiro e da capela-mor em razão do crescimento expansivo de uma árvore internamente. Há vestígios das telhas antigas nos beirais da nave e na empena frontal. Até pouco tempo ainda podia ser vista parte do madeiramento do coro (barrotes) e do arco-cruzeiro, que logo se perderam por sua vulnerabilidade e ação do tempo, ficando apenas como testemunho os pontos de apoio da estrutura. Esses mesmos pontos de apoio e marcas na alvenaria podem ser vistos também no lugar dos dois retábulos laterais, que se posicionavam em viés ao lado do arco-cruzeiro. Além disso, grandes nichos escavados na lateral da nave junto à parede do arco-cruzeiro acusam a existência desses retábulos. Destaca-se ainda a permanência do console e bacia esculpido em granito, do único púlpito da capela, localizado no lado esquerdo da nave (Lado Evangelho).

Foto 31 - Fachada principal e lateral da capela.
2011. Foto: Guilherme Ataídes.



Foto 32 - Fachada posterior da capela.
2011. Foto: Guilherme Ataídes.





Foto 33 - Interior da capela: nave e capela-mor aos fundos. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.



Foto 34 - Detalhe da bacia e console em granito que sobrou do púlpito. 2011. Foto: Guilherme Ataídes.

O partido e o programa da capela, até pela sua datação, é típico das capelas coloniais mineiras da primeira metade do século XVIII. Apresenta planta simétrica com nave, capela-mor e duas sacristias laterais a esta. Os recintos são retangulares e a composição volumétrica rígida com gradação de altura e largura, sendo a nave o corpo mais alto e mais largo, seguido da capela-mor mais estreita e mais baixa. O frontispício tem empena triangular definida pela cimalha, três aberturas retangulares marcadas pelo belo quadro de granito azulado e um óculo sinuoso no frontão. Os cunhais são em massa com almofadas na base. Não há vãos iluminantes (janelas) nas laterais da nave e capela-mor, a não ser a porta de acesso lateral no lado esquerdo da



nave. As empenas remanescentes indicam a existência anterior de cobertura em duas águas na nave e capela-mor e em meia água nas sacristias. Estas têm ambas uma janela e uma porta na lateral. Na sacristia do lado direito remanesce integralmente o beiral em beira e bica. Não há torres, campanários ou outro local para colocação de sinos.



Fotos 35 e 36 - Nave da capela vista em direção ao coro (à esquerda) e frontispício da capela (à direita). 2011. Foto: Guilherme Ataiades.

Apesar de simétricas, as primeiras capelas mineiras possuíam apenas uma sacristia, geralmente do lado esquerdo (Lado Evangelho), como ocorre em várias capelas da região, como nas da Serra de Ouro Preto (à exceção da do Taquaral que tem sacristia no lado direito ou Epístola) e na Capela do Padre Faria, as mais antigas da cidade de Ouro Preto (datadas do 1º quartel do século XVIII). Poucos são os casos de capelas do mesmo período com duas sacristias ladeando a capela-mor, conferindo de fato uma simetria rigorosa ao templo – planta e volume.

O aspecto de igreja-salão e a ortogonalidade são evidentes. Os altares enviesados mascaravam os ângulos da nave. As proporções com grande sobreposição do comprimento em relação à largura, além da altura, afilam o templo tornando-o mais imponente. É sutil a verticalidade da Capela do Chiqueiro dos Alemães, sendo fortemente acentuada pela cruz do frontispício, que tem altura elevada.



De grande interesse são as cimalthas externas, tanto dos beirais quanto do frontão, que são em massa e marmorizadas (pintura de fingimento). Não foi identificado caso semelhante de uso de pintura de fingimento externamente.

As esquadrias de madeira foram removidas. Não havia marcos ajustados ao quadro de cantaria pelo lado interno como comumente se vê. As dobradiças eram fixadas em barrotes cravados na parede, como se vê nas peças remanescentes e nas lacunas por elas deixadas. Por esse aspecto pode se afirmar a existência de duas folhas na porta principal, duas folhas na porta lateral da nave, assim como nas portas da capela-mor e uma folha nas janelas do coro e janela e porta das sacristias.

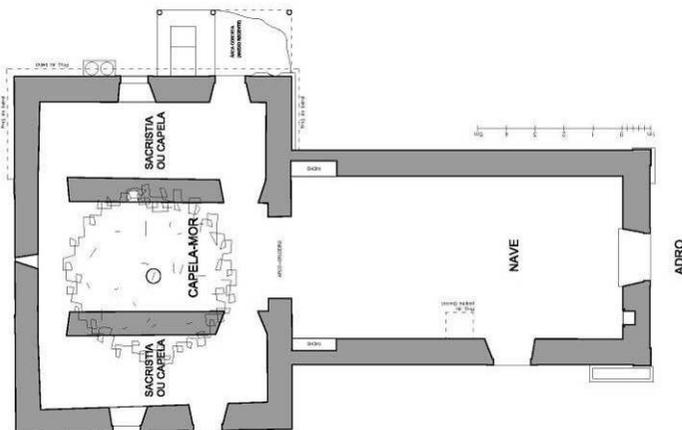


Figura 4 - Planta do nível térreo da Capela do Chiqueiro dos Alemães. 2011. Levantamento: Guilherme Ataídes e Maria Cristina Cairo. Desenho: Guilherme Ataídes. 2011.

O Chiqueiro dos Alemães (ou Alemão) era uma conhecida área de exploração aurífera e de passagem de tropeiros e viajantes desde o início da ocupação de Minas Gerais. As terras pertenciam a um minerador bandeirante, segundo a tradição Diogo de Vasconcelos de codinome "Alemão", uma das teses que em parte explica o nome do lugar. O termo chiqueiro, comum na mineração de garimpo, designa em geral pequenas áreas de barragem construídas para se garimpar. Para a área em questão foi equivocado e frequentemente associado a local de criação de suínos e de aspecto sujo e enlameado, até em função dos registros de viajantes que por lá passaram, principalmente estrangeiros.

A Capela do Chiqueiro dos Alemães dedicada a Nossa Senhora da Conceição⁸ pode ser considerada uma das mais antigas da região, se situando na primeira metade do século XVIII, o que é reforçado por suas características arquitetônicas. Embora ligada à Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, com matriz em Cachoeira do Campo, tinha status de matriz, mesmo sem designação formal, por ser a única da região do Rodeio⁹ a possuir pia batismal (não mais existente) e assim poder realizar batismos regularmente. Um padre¹⁰ chegou a residir junto à capela, sendo seu capelão. Por ser reconhecidamente importante, o lugar era bem frequentado e relatos locais indicam o funcionamento normal da capela até pelo menos a década de 1970. Uma reforma ocorreu contemporaneamente à criação da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora com sede na Capela de Calastróis, localizada no entorno. Em estado precário de conservação e com o declínio acentuado da população, como a de Calastróis, a Capela dos Alemães caiu no abandono, chegando ao atual estado de ruína.

⁸ A Imaculada Conceição (concepção), ou simplesmente Conceição, é dogma de fé da Igreja Católica, para a qual a Virgem Maria foi concebida sem pecado original desde o início de sua existência. Esse dogma, celebrado no dia 08 de dezembro, foi proclamado pelo papa Pio IX apenas em 1854, com a Bula Ineffabilis Deus, porém sua devoção remonta dos primórdios do cristianismo estendendo-se no Oriente e no Ocidente. A devoção no Brasil advém desde a sua descoberta pelos portugueses e foi bastante propagada principalmente pelos franciscanos, sendo orago de várias igrejas principalmente matrizes.

⁹ Rodeio era a denominação de todo o território compreendido entre as serras de Ouro Branco, Bocaina, Rodeio, Morro do Gabriel, Lagoa do Neto, Coluna, dentre outros, incluindo o Chiqueiro.

¹⁰ Trata-se do Padre Antônio Gonçalves Moraes e Castro, que também tinha morada em Ouro Preto.

Assim como as demais edificações religiosas de Miguel Burnier, a Capela de Nossa Senhora da Conceição foi inventariada em 2007 pela Prefeitura de Ouro Preto, como forma de garantir sua proteção.

Referências Bibliográficas

ARTEFACTTO CONSULTORIA. *Dossiê de Tombamento: Conjunto arquitetônico e arqueológico da Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis*. Ouro Preto, MG, 2011.

_____. *Dossiê de Tombamento: Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães*. Ouro Preto, MG, 2011.

ÁVILA, Affonso et al. *Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. São Paulo: Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho/Companhia Editora Nacional, 1980.

ALVIM, Sandra. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes*. Vol. 2. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-Iphan/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1999.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 1956.

BURDEN, Ernest. *Dicionário Ilustrado de arquitetura*. São Paulo: Bookman, 2006.

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C.. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDART, 1972.

GOMBRICH. E. H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. *Inventário de proteção do acervo cultural: distrito de Miguel Burnier*. Ouro Preto (MG), 2007.

RAMALHO, G. *Saber Ver a Arte Românica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico*. Belo Horizonte: Editora EDUSP, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. [trad: Cláudio Ribeiro Lessa]. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 377p.

SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

VASCONCELLOS, Silvo de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1979.





OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

CAPÍTULO 11

**PATRIMÔNIO IMATERIAL
DE MIGUEL BURNIER –
FESTAS, BANDAS,
CELEBRAÇÕES E SONHOS**

Sandra Fosque

PATRIMÔNIO IMATERIAL DE MIGUEL BURNIER FESTAS, BANDAS, CELEBRAÇÕES E SONHOS

O Patrimônio Imaterial é definido, de acordo com o artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), como sendo as *“práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”*¹.

O Patrimônio Imaterial é, portanto, carregado de significados que fazem a ligação entre a comunidade, o território e a cultura, materializando e eternizando momentos do passado e conservando tradições que exprimem singularidades dessas comunidades e lugares.

Esse Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O território torna-se, nesse contexto, elemento fundamental como verdadeiro “marcador de identidades”, com a capacidade de projetar a realidade local aglutinando elementos na construção de um conjunto de atividades que se ligam diretamente a história e a vida local.

Miguel Burnier possui um vasto repertório ligado ao Patrimônio Imaterial, sua comunidade mantém viva manifestações culturais tradicionais, destacam-se nesse cenário a Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier, a Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus e Maria e a Celebração das festas do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora do Rosário.

A GUARDA DE CONGADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SANTA EFIGÊNIA DE MIGUEL BURNIER

A guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier é hoje uma das cinco guardas de congado do município de Ouro Preto. Fundada em 1947, desafia os vários momentos econômicos e sociais vividos pelo distrito de Miguel Burnier, lugar essencialmente minerador e especialmente suscetível às mudanças da economia, que ora geram prosperidade ao lugar, ora, em decadência, produzem o êxodo da maioria de sua população em idade produtiva.

Essa Guarda chama atenção não só pela sua autenticidade em relação à celebração dos rituais que envolvem o culto a Nossa Senhora do Rosário, mas, principalmente, pela continuidade de suas atividades independentemente da situação socioeconômica da localidade onde o grupo se reúne e dos próprios limites físicos desse território.

A dança chegou a Miguel Burnier pelas mãos do Sr. Antônio Emídio Lana, vindo de Itaverava. Ele havia se mudado para Miguel Burnier no início dos anos 1940, acompanhando o padre enviado para a paróquia.

¹ Documento produzido por solicitação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (Crespial), que coordenou, em outubro de 2007, levantamento sobre o estado da arte do patrimônio imaterial em dez países sul-americanos.





Foto 1 – Procissão da Festa de Nossa Senhora do Rosário - Miguel Burnier.
Foto: Sandra Fosque.

Diante da falta de opções culturais no local, “seu” Niquinho, como era conhecido popularmente o Sr. Antônio Emídio Lana, teve a ideia de fundar um grupo semelhante aos que ele havia visto desde criança em Itaverava.

Antônio Emídio Lana era um estudioso autodidata. Tendo cursado apenas as primeiras séries, sempre se dedicou à leitura, tendo um especial interesse por relatos históricos sobre pessoas e lugares. Escreveu e publicou o livro “Itaverava: Núcleo de Bandeirantes Documentário Histórico”, em 1980. Essa característica da personalidade de “seu” Niquinho nos leva a compreender sua preocupação com os detalhes de formação da Guarda, seguindo as tradições e os preceitos do culto a Nossa Senhora do Rosário, realizando estudos e pesquisas e procurando antigos dançantes.



Foto 2 - Mastro com Bandeira,
Festa de Nossa Senhora do Rosário,
Miguel Burnier.
Foto: Sérgio Sanches.

Em Miguel Burnier, Liquinho não teve dificuldades em reunir pessoas para formar a Guarda. Encontrou “seu” Pedrão que já dançava o congado em honra a Nossa Senhora do Rosário em sua terra natal, e que assumiu a responsabilidade de ajudar na organização do grupo e de ser o seu capitão.

Entendendo essa particularidade da formação da Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier podemos perceber que se trata de uma guarda com formação recente, mas com raízes anteriores, já que seus primeiros integrantes eram oriundos de outras guardas da região.

Vários integrantes da Guarda não nascidos em Burnier, que chegaram ao distrito para trabalhar, entre eles o capitão Antônio Xisto, revelaram em suas narrativas a construção de uma nova vida com as possibilidades geradas pela implantação da Usina Wigg ou da Estrada de Ferro. A criação do congado, em 1947, coincide, assim, com um período de grande atividade na usina, e um momento economicamente bom, com grandes possibilidades de crescimento.



Foto 3 - Festa de Nossa Senhora do Rosário - Miguel Burnier.
Foto: Sérgio Sanches.



Foto 4 - Capitão Antonio Xisto.
Foto: Sérgio Sanches..

O grupo social envolvido na criação da Guarda possuía, nesse momento, um grande horizonte de expectativas. Ancorado em suas experiências do passado, vislumbrava um futuro próspero sem abrir mão de suas crenças e valores. E são exatamente essas crenças e valores que mantém o grupo em atividade até hoje.

O atual capitão da Guarda Sr. Antônio Xisto chegou a Miguel Burnier em 1958 e logo se aproximou da Guarda de Congado do local. Herdou a tradição de dançar o congado de seu avô e assumiu a função de capitão após a morte de "seu" Pedrão. Ele é hoje responsável por importante trabalho de divulgação da cultura local na região, à frente de uma guarda que possui entre seus integrantes adultos, jovens e crianças que têm em comum a fé em Nossa Senhora do Rosário e o sentimento de pertencimento a um grupo social e cultural mantenedor das tradições e histórias do distrito de Miguel Burnier.





Foto 5 - Capitão Antônio Xisto e o Rei da Guarda de Miguel Burnier.
Foto: Sérgio Sanches.

A CORPORAÇÃO MUSICAL SAGRADOS CORAÇÕES DE JESUS E MARIA

As bandas de músicas civis de caráter mais moderno surgiram no Brasil no começo do século XIX. Ao longo do tempo essas bandas passaram a representar uma das instituições mais populares e uma das principais manifestações culturais do país, contribuindo para a formação de músicos destinados a orquestras e para a evolução de outros gêneros musicais em voga no período.

Em Miguel Burnier, a banda foi criada pela Usina Wigg com o nome de Sociedade Musical Usina Wigg, sendo uma das mais antigas da região. Já em 1905, o jornal “O Paíz” noticiava que, em visita a Miguel Burnier, Santos Dumont foi saudado pela banda de música formada pelos trabalhadores da usina.

A banda era sempre a principal atração nas ocasiões oficiais, presente em todas as festividades, tocando o Hino Nacional e outras músicas.

De acordo com o depoimento do atual maestro, Sr. Jerônimo Cecílio, ser músico nessa época era garantia de emprego certo, já que várias empresas mantinham bandas com a participação voluntária de seus empregados.

A Sociedade Musical Usina Wigg permaneceu em atividade a despeito das dificuldades econômicas e das mudanças que ocorriam na empresa, mesmo com a compra da Usina pela Votorantim a banda continuou seus trabalhos, agora com a designação de Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus.

A Sociedade Musical Sagrado Coração foi desativada com o fechamento da Cia Siderúrgica Barra Mansa, pertencente ao grupo Votorantim, em 1994. Os instrumentos foram guardados em Miguel Burnier sob a responsabilidade do maestro, que permaneceu no local como funcionário da empresa até o ano 2000, quando a banda foi definitivamente desativada.

Foto 6 - Foto de músicos da Banda Tocando em uma festa em Miguel Burnier - década de 70, da esquerda para a direita o 3° é o Maestro Jerônimo. Acervo: Maestro José Cecílio Jerônimo.



Foto 7 - Viagem da Banda para Bom Jesus do Amparo 1985. Acervo: Maestro José Cecílio Jerônimo.



Foto 8 - Apresentação da banda na década de 80. Acervo: Maestro José Cecílio Jerônimo.





Foto 9 - Toque da Banda no campo da Associação Atlética Siderantin 1982.
Acervo: Maestro José Cecílio Jerônimo.

Apesar do decréscimo da população local nos anos seguintes à desativação da usina, o desejo de reativar a banda na localidade permaneceu vivo, e em 2005 a prefeitura criou um programa de reativação das antigas bandas do município. Contou com o empenho e dedicação do maestro Jerônimo, a cooperação de antigos músicos, que prontamente se habilitaram a participar novamente das atividades da banda, e o auxílio da prefeitura. A banda retomou suas atividades com uma nova denominação, Corporação Musical Sagrados Corações de Jesus e Maria, tendo como presidente a Sra. Maria Aparecida Ferreira, filha de um antigo músico da banda, já falecido.

Mesmo convivendo com dificuldades, hoje a banda está em plena atividade, mantendo em funcionamento uma pequena escola de música, que envolve jovens da comunidade com ensaios regulares semanais e apresentações em Ouro Preto e região.



Foto 10 - Apresentação da Banda Sagrados Corações de Jesus e Maria.
22 ago. 2010, IX Festival Oupretano de Bandas - Museu da Inconfidência.
Foto: Tatiana Toledo.

FESTAS E CELEBRAÇÕES

As festas religiosas constituem elemento fundamental da cultura mineira, herança colonial portuguesa. Tradicionalmente, as celebrações religiosas abarcam as diferentes formas de pertencimento da comunidade ao lugar, marcando a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

Duas grandes festas tradicionais unem população local e visitante em Miguel Burnier, a festa de Nossa Senhora do Rosário, que é realizada no mês de outubro, e a festa do Sagrado Coração de Jesus, realizada no mês de junho.

As festas são momentos especiais na vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, espaço de reencontros e sociabilidades, especialmente em Miguel Burnier constituem a oportunidade de visitas ao local daqueles que hoje se encontram distantes.

FESTA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

As celebrações em honra ao Sagrado Coração de Jesus são realizadas no mundo cristão como símbolo maior da compaixão divina. Essa devoção está presente no imaginário católico desde o início do cristianismo e vem sendo preservada durante os séculos graças à propagação feita por santos devotos, como São Boaventura, Santo Alberto Magno, São Francisco de Sales, Santa Catarina de Sena, sendo que, Santa Margarida Maria, em 1673, começou a ter uma série de visões de Jesus mostrando seu coração em chamas, rodeado de espinhos e com o sinal da ferida da lança. Nessas visões a súplica de Cristo era por uma maior dedicação dos católicos à Sagrada Eucaristia. O Senhor havia dito a Santa Margarida: “Eis o coração que tanto tem amado os homens e os cumulou benefícios, e em resposta ao seu amor infinito, em vez de gratidão, encontra esquecimento, frieza e desprezo”. Na terceira revelação, ocorrida em 1675, foi pedido que se celebrasse uma festa ao seu Sagrado Coração, sendo esta a origem da festa perpetuada até os dias de hoje.

Em Miguel Burnier, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus surge em 1920, com a chegada ao distrito das irmãs da Beneficência Popular do Sagrado Coração de Jesus. Elas solicitaram à Alice Wigg, esposa do comendador Carlos Wigg, proprietário da Usina Wigg, a construção de uma nova igreja de maior porte, pois, com o aumento da população, a Igreja e a capela existentes na região não comportavam mais os ofícios sagrados.



Foto 11 – Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Miguel Burnier.
Foto: Henrique Piló.



Dona Alice era reconhecida pela sua devoção ao catolicismo e, antes mesmo da chegada das irmãs, já havia construído no local uma igreja dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora de Calatróis. O pedido das irmãs foi atendido e em 1934 foi inaugurada a nova Igreja, tendo como padroeiro São Julião e o Sagrado Coração de Jesus. A edificação do novo templo chama atenção por sua grande dimensão e suntuosidade, demonstrando a prosperidade reinante na localidade nesse período.

As irmãs passaram a organizar anualmente a festa dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, com recursos oriundos de doações, sendo a Usina Wigg responsável pelos maiores donativos.

Dessa forma, a festa do Sagrado Coração de Jesus foi se consolidando ano a ano e a partir da declaração da igreja como santuário passou a atrair grande número de fiéis de toda a região. Atualmente, a festa do Sagrado Coração de Jesus é realizada com grande simplicidade, mas mantém inalterados os rituais pertencentes à celebração.



Foto 12 – Procissão da Festa do Sagrado Coração de Jesus.
Foto: Patrícia Pereira. In: <http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br>.

A comemoração tem início com uma novena em honra ao Sagrado Coração de Jesus, que acontece na própria igreja nos nove dias que antecedem o dia da festa. A novena é coordenada pelo Apostolado da Oração.

No último dia da novena acontece a procissão com a bandeira, acompanhada pela Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus e Maria. A bandeira sai da casa de um devoto e vai até a Igreja; após o término da novena tem-se o levantamento do mastro em frente à igreja, com fogos e toque da banda.

Após o levantamento do mastro, as pessoas continuam reunidas em torno de uma fogueira. São montadas barracas com comidas e bebidas, sendo as atividades animadas com apresentações musicais e culturais.

Nos últimos quinze anos, a Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia tem participado da comemoração, abrilhantando o evento. No dia da festa é realizada uma procissão com a imagem do Sagrado Coração de Jesus pelas ruas da localidade até a igreja, onde a imagem é então exposta aos fiéis, que diante dela exprimem sua devoção ao símbolo máximo da compaixão de Deus pelos homens. Após esse momento, é rezada uma missa solene ao padroeiro e, em seguida, os meninos do distrito procedem à coroação da imagem do Sagrado Coração de Jesus.

Para essas ocasiões a igreja é adornada com flores, a bandeira e o mastro ornamentados; tudo feito voluntariamente por fiéis da comunidade.



Foto 13 – Bandeira do Apostolado da Oração.
Festa do Sagrado Coração de Jesus de Miguel Burnier.
Foto: João Paulo.

In: <http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br>

FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

A festa de Nossa Senhora do Rosário é realizada no distrito no segundo domingo do mês de outubro. Desde 1947, é organizada pela Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, de Miguel Burnier.

Intimamente ligado à fé católica, o Congado de Miguel Burnier tem em suas origens o mito fundante de Nossa Senhora do Rosário. Sendo ela protetora dos pobres, negros e escravos é também uma narrativa de contestação, visto que celebra a derrota dos brancos e portugueses, que, apesar de oferecerem suas riquezas à santa, não conseguiram tirá-la das águas.

Reza a lenda que uma imagem de Nossa Senhora foi encontrada em um rio e que os portugueses tentaram tirá-la das águas com suas orações, mas não obtiveram sucesso. Após várias tentativas, chegaram os negros que cantaram e dançaram para a santa, que saiu das águas diretamente para os seus braços, caminhando lentamente no movimento do vai e vem das ondas, até chegar à praia. Dessas narrativas surgiram as representações que até hoje se perpetuam no Brasil. Em Minas Gerais, muitas guardas contam ter sido a imagem encontrada em um rio, adaptando o mito à realidade local.

A fé das Guardas de Congado em Nossa Senhora do Rosário ultrapassa os limites da tradição católica, incorporando elementos próprios das religiões africanas que vão para além da música e da dança. Elementos como benzeções e orações de cura diferenciam seus devotos dos demais por seus “poderes especiais”.



Foto 14 - Bandeira de Santa Efigênia - Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Miguel Burnier. Foto: Sérgio Sanches.



São essas características de certa forma estranhas às ideias religiosas predominantes que fazem com que o congado se diferencie de outras manifestações culturais e práticas religiosas do distrito, tornando-o símbolo das classes sociais menos abastadas da localidade.

Pierre Sanchis (2001) afirma que no Brasil existe uma referência generalizada ao cristianismo resultante de uma imposição histórica, onde se situa o catolicismo, que de certa forma acabou por cristianizar todos os cultos concebidos no país. Como exemplo, ele cita a utilização da bíblia e a noção de pecado nos cultos afro-brasileiros.

A festa de Nossa Senhora do Rosário é, pois, um momento de manifestação de devoção, demandando um intenso cuidado de seus organizadores e da comunidade local. É também um momento de reencontro, visto que muitos ex-moradores do distrito e ex- integrantes da Guarda de Congado retornam para participar da celebração.

A festa é realizada tradicionalmente no segundo domingo de outubro. Várias guardas de congado da região são convidadas a participar. Todas se encontram na casa do capitão pela manhã onde é servido um café, em seguida as guardas saem em procissão com a bandeira de Nossa Senhora do Rosário em direção ao adro da igreja, onde acontece o levantamento da bandeira no mastro.

Após o almoço é realizada uma nova procissão com a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Todas as guardas presentes tocam durante a procissão e a imagem é então levada ao altar da igreja, onde acontece a celebração de uma missa, seguida do descerramento do mastro e a despedida das guardas.

Todas essas manifestações que formam o patrimônio imaterial de Miguel Burnier estão intimamente ligadas ao território e à história local e, junto com os monumentos arquitetônicos, formam a paisagem cultural do distrito, como afirma Paul Claval (2002):

... a paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos do grupo. Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas...

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALMEIDA, Marco Antônio & PAOLI, Maria Célia. *Memória, cidadania, cultura popular*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N° 24. Brasília: IPHAN, 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOHRER, Alex Fernandes. *Ouro Preto: um novo olhar*. São Paulo: Scortecci Editora, 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp. 2006.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de e FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC/IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

IPHAN/MINC. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Minc/IPHAN, 2003, pp.23-33.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. *Foi assim que me contaram: recriação dos sentidos do sagrado e do profano do Congado na Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO 1940- 2003)*. Tese de Doutorado em História Cultural. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Disponível em:

http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4252/1/2009_CairoMohamadIbraimKatrib.pdf

KOSSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006, pp. 305-327.

LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões nas Festas do Reinado (Divinópolis - M.G)*. Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes*. Estudos Históricos. Número 38, jul-dez. de 2006. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

LUCAS, Glaura e LUZ, José Bonifácio da (Org.) *Cantando e Reinando com os Arturos*. Belo Horizonte: Rona, 2006.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

OLIVEIRA, Ana Gita de. *Salvaguarda do Patrimônio Cultural: bases para constituição de direitos*. In *Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais*. Belém: CESUPA/MPEG, 2005.

PREFEITURA DE OURO PRETO. CAIRO, Maria Cristina (Org.). *Inventário do Distrito de Miguel Burnier*. Município de Ouro Preto, Minas Gerais, 2008.

SANCHIS, Pierre. *Pra não dizer que não falei de sincretismo*. Comunicação do ISER n° 45, 1994.

SANCHIS, Pierre. *Religiões, religião... alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro*. In: *Fiéis e cidadãos - Percursos de Sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNESCO Documento apresentado na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, UNESCO, 2003.



OURO
PRETO

MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Abóbada: cobertura (ou teto) de seção curva. Existem diversos tipos, geralmente formados por combinações da abóbada típica: a abóbada de berço.

Abóbada de aresta: abóbada resultante da junção de duas abóbadas de berço de mesma altura, que se cruzam em ângulo reto.

Abóbada de berço: abóbada de seção semicircular.

Abside: recinto (ou parte dele) de planta semicircular ou poligonal com teto abobadado, geralmente uma meia cúpula. Situa-se nas extremidades e comumente se projeta para fora do edifício.

Acabamento: ato ou efeito de acabar uma obra de arquitetura. O acabamento consiste no arremate final de todos os elementos constitutivos de uma edificação. Em arquitetura considera-se o acabamento no sentido amplo da técnica e da estética. Há que satisfazer todas as condições da construção e também a vista do observador pela conveniente indicação e aperfeiçoamento de todas as suas partes.

Active: em forma de ladeira íngreme; inclinação forte do terreno; ladeira.

ADIM: Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.

Adornar: Ornar, enfeitar, ataviar; embelezar.

Adro: área externa na frente ou em volta de uma igreja, muitas vezes cercada.

AEMOP: Anais da Escola de Minas de Ouro Preto

Aerogeofísica: a Geofísica é uma técnica da exploração geológica muito utilizada na pesquisa mineral e de petróleo e gás. Os métodos geofísicos podem ser magnetométrico, radiométrico, elétrico, sísmico, dentre outros, e os levantamentos geofísicos podem ser feitos em terra, no mar ou aéreos. O Quadrilátero Ferrífero foi palco de vários levantamentos aerogeofísicos efetuados pela CODEMIG, por empresas e pelo Serviço Geológico do Brasil, e os dados produzidos, quando integrados aos mapas geológicos, são úteis na descoberta de novos depósitos minerais.

Agulha: pirâmide de pequena base e grande altura; obelisco; pináculo, de seção circular, comprido e delgado.

Almocafre: ferramenta que consiste em uma alavanca de metal com uma ponta chanfrada e levemente curva, utilizada para revirar cascalhos nos leitos dos córregos e nos desmontes dos barrancos que margeiam a área da lavra.

Anfibolitos: é o nome dado a uma rocha composta principalmente pela anfíbola hornblenda, restringindo-se o termo a rochas metamórficas.

Antropomorfos: representação de formas humanas seja em pinturas ou esculturas.

Arcada: série de arcos em sequência num mesmo plano dividindo espaços.

Arco-cruzeiro: elemento estrutural curvo. Nas igrejas é arco que separa a nave ou o transepto da capela-mor ou, situando-se no cruzeiro, transversalmente ao eixo principal (longitudinal) da construção.



Art déco: o termo *art déco*, de origem francesa (abreviação de *arts décoratifs*) refere-se a um movimento popular internacional de design, de 1925 até 1939, que afetou as artes decorativas, a arquitetura, design de interiores e desenho industrial, assim como as artes visuais, a moda, a pintura, as artes gráficas e cinema.

Baixo relevo: trabalho de escultura, de largo emprego na arquitetura, no qual as figuras não sobressaem no seu volume total e, sim, apenas em parte, ficando aderentes à superfície em que se aplicam.

Bandeira: em certas envasaduras, principalmente nas do século XIX, chama-se bandeira o caixilho, fixo ou móvel situado na parte superior das portas e janelas. As bandeiras são formas muito usadas para favorecer iluminação ou ventilação aos ambientes, independentemente das portas e janelas sobre as quais se situam.

Belle Époque: período entre o final do século XIX e começo do século XX quando Paris ditava os costumes a uma burguesia triunfante, que enriquecia e se divertia em uma fase de expansão dos negócios, melhorias urbanas e ferrovias. Essa elite social, financeira e cultural tinha o conforto e o prazer da técnica e do refinamento disponíveis nas cidades modernizadas e ajardinadas que se reformavam para imitar Paris.

Bernardismo: corrente política associada a Arthur Bernardes, ex- governador de Minas Gerais (1918-1922) e presidente do Brasil (1922-1926), combatido pela Coluna Prestes em 1926. Apoiou a Revolução de 1930, mas foi exilado pelo governo de Getúlio Vargas pelo seu apoio e participação na Revolução Constitucionalista de 1932.

Bioespeleologia: ramo da Biologia que se dedica ao estudo dos seres vivos que ocorrem no ecossistema das cavernas.

Cachorro: peça de madeira em balanço que serve de elemento de sustentação, suportando beiras de telhados.

Cachorrada: conjunto de cachorros de uma beirada ou sacada ou outra parte do edifício.

Caldeirões: termo utilizado no período colonial para designar áreas com grandes buracos tanto naturais quanto fruto de obras de mineração.

Canga ferruginosa: carapaça formada pela colagem ou cimentação natural de fragmentos de rochas ferruginosas. Constitui, no Quadrilátero Ferrífero, uma camada rígida que recobre as formações ferríferas, os itabiritos e quartzitos ferruginosos do Grupo Itabira, e localmente podem constituir minério de ferro ou de ouro.

Capela-mor: capela principal onde fica o altar-mor de uma igreja.

Cavernas: espaços vazios em rochas, formados naturalmente e que apresentam dimensões suficientes para dar acesso ao homem.

Ceteira: abertura estreita e comprida.

Chiqueiro: pequeno represamento feito com materiais, geralmente blocos de pedra, do próprio local, para reproduzir as condições ideais para a identificação e retirada do ouro de aluvião, servindo como um tanque para a decantação do ouro presente na terra desmontada acima, assim como ponto de utilização da bateia. Talvez a ideia de que o minerador trabalha sempre sujo de lama também esteja presente metaforicamente na formação do termo.



Cimalha: arremate superior das paredes em forma de moldura saliente, ao modo de uma cornija, que faz a concordância entre a parede e o teto ou beiral. No frontispício, por analogia, é a cornija que se constitui um prolongamento da cimalha das fachadas laterais.

Clerestório: parte superior da parede de uma nave, em que há um conjunto de janelas que a ilumina lateralmente e dispostas sobre um telhado adjacente. Encontrado nas igrejas românicas, góticas e aquelas nelas inspiradas.

Congonhas: uma grande extensão de campo com vegetação baixa. Do *Tupi: cahã-nhonha* - mato desaparecido, lugar desmatado.

Cruz grega: cruz de traves com mesmo tamanho, ao contrário da cruz latina que tem trave vertical maior que a horizontal.

Cruzeiro: área interna de uma igreja com planta em forma de cruz, resultante da interseção da nave central com o transepto. É comum haver uma cúpula sobre o cruzeiro.

Cumeeira: parte mais alta do telhado onde se encontram as superfícies inclinadas que constituem as águas e também a grande peça de madeira, situada na extremidade superior dos telhados, que une os vértices das tesouras e onde se apoiam os caibros do madeirame da cobertura. Cimo, cume, topo, espigão, crista.

Depósito mineral: corpo ou conjunto de corpos de minério que contém determinado(s) bem(s) mineral(is) em quantidades anormalmente elevadas. Os depósitos minerais economicamente viáveis, quando iniciadas as suas lavras (aproveitamento econômico), são denominados minas. Essa economicidade varia com a economia, por exemplo, em um contexto de crise econômica mundial, determinado minério perde o seu valor, o que pode ocasionar o fechamento de minas até então viáveis.

EIA-RIMA: estudos ambientais multidisciplinares desenvolvidos antes da implantação de empreendimentos econômicos em uma determinada localidade. Esses estudos diagnosticam as condições ambientais da área a ser impactada, a viabilidade do empreendimento proposto, apresentando, se for o caso, medidas e programas que deverão ser realizados visando minimizar os impactos ambientais e culturais do mesmo.

Emboaba: referência ao termo indígena que designava todos os estrangeiros pelo fato de usarem calças e calçados, que, segundo os indígenas se pareciam com aves que tinham os pés cobertos. Os paulistas, boa parte mestiços e falantes do tupi, utilizavam o termo para designar todos os lusos e luso-brasileiros que eram seus inimigos e que, geralmente, tinham roupas melhores que as deles.

EMOP: Escola de Minas de Ouro Preto

Empena: parte superior triangular de uma fachada acima do forro, fechando o vão entre as águas inclinadas do telhado. Também oitão. Nos frontispícios das igrejas confundiu-se com o frontão.

Encilhamento: movimento de especulação desenfreada na Bolsa do Rio de Janeiro, ocorrida entre os anos de 1890 a 1892, quando o governo permitiu aos bancos emitirem apólices muito acima dos valores que possuíam em depósito com o intuito declarado de 'modernizar' o país através do financiamento indireto de novas empresas.

Epífita: plantas epífitas são as que vivem sobre outras (em geral árvores), via de regra, sem parasitá-las. Espécies epífitas são particularmente comuns entre as Briófitas (musgos), Pteridófitas (algumas samambaias), Orquidáceas, Cactáceas (flor-de-maio), Begoniáceas e Bromeliáceas.



Escala: a escala de um mapa qualquer, como o geográfico, geológico, planialtimétrico, ou de fotografias aéreas e imagens de satélite, para citar alguns exemplos, é uma relação de medida que expressa as dimensões reais da região abordada. Uma escala de 1:1.000 em um mapa, p.ex., significa que cada centímetro do mapa corresponde, no terreno, a 10 metros; e em um mapa geológico feito na escala 1: 100.000 cada centímetro equivale a 1.000 metros no terreno.

Escravos ladinos: escravos nascidos no Brasil.

Espeleogênese: conjunto de processos responsáveis pela origem e desenvolvimento de cavernas.

Estratigrafia: parte da Geologia que estuda a sucessão de camadas de rochas de uma dada região. Normalmente, as camadas em posição inferior são mais antigas que aquelas dispostas acima.

Estrato arbóreo: formado pelos maiores elementos (árvores) de um ecossistema vegetal.

Estrato arbustivo: conjunto de plantas maiores que as do estrato herbáceo (ex. capim) e menores que as do estrato arbustivo (ex. angicos e candeias velhas). Exemplos: lobeira, cajuzinho e pequenas quaresmeiras.

Estrato herbáceo: horizonte formado por vegetais pequenos, da mesma espécie ou variados, em uma floresta, cerrado ou outro tipo vegetacional. Por exemplo, o conjunto de gramíneas como o capim-gordura e de plantas como carqueja e marcela formam o estrato herbáceo de parte da vegetação do Cerrado.

Estruturas tectônicas: feições lineares ou planares que as rochas podem apresentar, e que auxiliam no entendimento de sua origem. Planos de fratura, planos de falha, dobras, bandamento, xistosidade e lineação mineral são exemplos de estruturas tectônicas.

Estuque: argamassa feita de gesso ou cal, areia fina ou pó de mármore, revestindo trançado de metal ou treliça de madeira.

Filito: rocha metamórfica de composição argilo-arenosa, a mais abundante no Quadrilátero Ferrífero, e que se desfaz em placas paralelas entre si. Normalmente não contém minérios, embora alguns filitos, submetidos a modificações geológicas, possam hospedar minérios auríferos.

Frontão: tipo de empena que arremata a parte central de uma igreja, geralmente decorada, tendo ao meio uma cruz. Nos edifícios clássicos tem a típica forma triangular.

Frontispício: fachada principal.

Hematita: óxido de ferro (Fe_2O_3); minério de ferro.

Itabirito: rocha metamórfica formada por camadas de sílica (grãos de quartzo) alternadas a camadas ferruginosas (hematita, magnetita, martita). Com o aperfeiçoamento das técnicas de beneficiamento e metalúrgicas, itabiritos antes considerados não econômicos atualmente podem constituir minérios de ferro.

Magnetita: mineral magnético formado pelos óxidos de ferro II e III ($\text{FeO} - \text{Fe}_2\text{O}_3$), cuja fórmula química é Fe_3O_4 .

Mata ciliar: vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte da região do Cerrado, em que a vegetação arbórea não forma galerias. Em geral é estreita, raramente

ultrapassando 100 m de largura em cada margem. Diferencia-se da mata de galeria por suas plantas serem decíduas, isto é, cujas folhas secam em parte do ano.

Mata de galeria: vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos dos planaltos do Brasil Central, formando corredores fechados (galerias) sobre o curso de água.

Meia-siza: imposto de 5% sobre a venda de qualquer escravo ladino.

Mina: depósito mineral que foi lavrado (mina paralizada) ou que se encontra em fase de lavra (mina ativa).

Modenatura: arte de traçar os perfis. Consiste principalmente em ordenar as molduras numa disposição harmoniosa sobre as superfícies arquitetônicas, em função de seus efeitos estéticos que acompanham sempre o jogo de luzes e de sombras que elas provocam, exatamente no local onde são aplicadas. Conjunto de molduras de uma construção. Existe a forma “modinatura” registrada em todos os dicionários da língua portuguesa, mas, por influência francesa, este termo, na linguagem comum e didática, tornou-se MODENATURA, em lugar daquela forma que corresponde à sua origem legítima, italiana.

Nártex: espécie de vestibulo (área distinta de entrada) que precede a nave em uma igreja.

Nave: espaço fechado de um templo, desde a entrada (nártex) até o cruzeiro ou capela-mor, onde se reúnem os fiéis para o serviço religioso.

Nichos: cavidade ou vão em parede, muro, retábulo, arcos, etc para colocação de imagens.

Óculo: abertura circular ou elíptica para entrada de ar e luz. Por vezes assume formas mais elaboradas com intuito decorativo.

Omrófilo: plantas ombrófilas são aquelas que absorvem a água pelas folhas e se adaptam a lugares úmidos e sombrios, como as matas de galeria e as matas ciliares.

Padrão de drenagem: a Geomorfologia, ciência que estuda o relevo, também classifica as drenagens (cursos d'água) segundo o seu arranjo geométrico em mapas. Essas geometrias, ou padrões de drenagem, podem ser dos tipos retangular (quando as drenagens se ramificam e/ou se encontram em ângulos aproximadamente ortogonais), sub-retangular, centrífuga, centrípeta, anelar, etc.

Postigo: folha cega de porta ou janela aposta à folha que fecha o vão.

Potosi: maior mina de prata da América Espanhola, na atual Bolívia, e que era o maior símbolo de riquezas minerais da América Colonial.

Pré-história: período da história antes do advento da escrita. No caso do Brasil, usa-se esse termo para identificar o período anterior à chegada dos colonizadores europeus.

Presbitério: parte elevada da capela-mor de uma igreja onde fica o altar e o retábulo-mor.

Província mineral: região que congrega vários depósitos minerais, a exemplo de Carajás e do Quadrilátero Ferrífero.

Púlpito: tribuna nas igrejas destinada à pregação ou sermões do sacerdote.

Quadrilátero Ferrífero: região que se estende por uma área aproximada de 7.500 km², na porção central do estado de Minas Gerais, e representa uma região geologicamente importante



do Pré-Cambriano brasileiro, devido às suas riquezas minerais, principalmente ouro, ferro e manganês.

Quartzito: rocha metamórfica cujo componente principal é o mineral quartzo (mais de 75% como ordem de grandeza).

RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiro

Rerum Novarum - Das Coisas Novas – era uma orientação normativa que tratava da forma que deviam tomar as atitudes de todos os religiosos e fiéis católicos sobre uma série de novas relações humanas, cuja diversidade de tratamento e opiniões dentro da própria igreja ameaçava desuni-los. Entre outras coisas, lia as novas relações de trabalho que surgiam com a chegada do capitalismo industrial de larga escala, de uma forma tradicionalista e paternalista, proibindo a aproximação e a simpatia do clero com os trabalhadores que esposassem ideias consideradas radicais. Pela *Rerum Novarum* a reivindicação direta de direitos pelos trabalhadores era vista como um ato de insubordinação.

Retábulo: estrutura ornamental em pedra ou madeira que se eleva na parte posterior do altar, sendo nela colocada as imagens.

Rosácea: abertura circular de efeito ornamental subdividida por uma trama de desenho diversificada preenchida por vidros coloridos, que por vezes trazem representações.

Sacristia: recinto de uma igreja com posição variável, onde são guardados os paramentos, objetos e alfaias litúrgicas e onde os sacerdotes se preparam para os ofícios religiosos.

Sesmaria, Carta de: documento emitido por representante da Coroa Portuguesa que consistia na doação condicional de terras, descritos ali os seus limites, para fins de cultivo e criação em determinado prazo. Findo este último sem a realização de sua finalidade, retornava a terra para o patrimônio da Coroa.

Silimanitas: nome de um mineral formado basicamente por alumínio e silício, com fórmula química $Al_2 Si O_5$.

Sineira: vão de uma torre onde se colocam os sinos.

Tembetás: Adornos labiais feitos de pedras ou vegetais.

Traceria: trabalho decorativo correspondente à subdivisão em desenho variado de uma rosácea com material resistente, ao modo de uma renda perfurada.

Transepto: nave transversal, isto é, ala que corta a nave principal de uma igreja gerando a planta em forma de cruz.

Urucu: Árvore pequena da família das bixáceas, nativa de regiões tropicais das Américas. É cultivada no Brasil como planta ornamental e pelas sementes e polpa medicinais e especialmente utilizada no fabrico de corantes.

Varanda entalada: quando o corpo da varanda está projetado no volume principal da edificação.

Verga: peça colocada, superior e horizontalmente em um vão de porta ou janela, apoiando-se sobre as ombreiras em suas extremidades.

Viradeira: período do governo português sob D. Maria I em que sobem ao poder religiosos e altos comerciantes que pretendem governar sob princípios mercantilistas contrários ao que até



então adotara o governo ilustrado do Marquês de Pombal e seus seguidores. Em 13 de março de 1777, foram nomeados outros conselheiros reais que aplicaram esses novos princípios a partir daí.

Xisto: nome genérico de vários tipos de rochas metamórficas que são facilmente identificáveis por serem laminadas.

Zoomorfias: Representação de formas animais seja em pinturas ou esculturas.



SOBRE OS AUTORES

ALENICE MOTTA BAETA

Arqueóloga e Historiadora, pesquisadora colaboradora do Setor de Arqueologia do MHNJB/UFMG. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais-FAE/UFMG. Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo-USP. Sócia Diretora da Artefacto Consultoria.

EMILE ALBERT SCHARLÉ

Engenheiro de Minas e Metalurgia. Graduado em Engenharia de Minas e Metalurgia pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG em 1961. Trabalhou na Mannesmann S.A., Mannesmann Mineração e Mannesmann Agro Florestal de 1962 a 1988.

GUILHERME ISMAR NUNES ATAÍDES

Arquiteto e Urbanista. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Arquiteto da Prefeitura de Ouro Preto (2007 – 2011), sendo supervisor do Depto. de Proteção e Pesquisa do Patrimônio Cultural e Natural em 2011. Arquiteto da Caixa Econômica Federal (a partir de 2012).

HENRIQUE PILÓ

Arqueólogo e Historiador. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica-PUC-MG. Especialista em História e Cultura Mineira pela FCHPL. Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia Pré Histórica pelo PPGAN/FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Sócio Diretor da Artefacto Consultoria.

MARCUS VINÍCIUS DUQUE NEVES

Historiador. Graduado em História pela FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Direito/UFMG. Mestre em História pela FAFICH/UFMG na área de História Econômica e Social de Minas Gerais.

MARIA CRISTINA CAIRO SILVA

Engenheira Arquiteta. Graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios Históricos. Membro do ICOMOS. Assessora Especial de Patrimônio e Urbanismo da Prefeitura de Ouro Preto (2007-2012).

SANDRA FOSQUE

Arquiteta. Graduada pela Escola de Belas Artes de São Paulo. Professora da Faculdade de Artes de Ouro Preto - FAOP.

ULISSES CYRINO PENHA

Geólogo. Graduado em Geologia pela Universidade Federal do Paraná/UFPR, Mestrado em Geologia pelo IGC/Universidade Federal de Minas Gerais UFMG e Doutorado em Geologia Regional pela Universidade Estadual de São Paulo/ UNESP.





Estação Ferroviária de Hargreaves. Foto de Emile Scharlé Júnior. 2012



O Município de **OURO PRETO** é formado por doze distritos além da sede, sendo Miguel Burnier o maior deles em porção territorial e o mais distante da antiga Vila Rica. “Xiqueiro do Alemão”, ou puramente “Xiqueiro”, Rodeio e São Julião foram nomes associados às terras do atual distrito de Miguel Burnier, surgido no século XVIII e marcado desde então pelas atividades mineradoras. Caminhos, paisagens, capelas setecentistas, ruínas, usinas, ferrovia e estações, vilas, casas, fazendas, igreja monumental e festas são testemunhos da herança cultural diversa de Miguel Burnier situada em três séculos. Em **MIGUEL BURNIER** tudo são marcas. **MARCAS HISTÓRICAS**.



PATROCÍNIO:

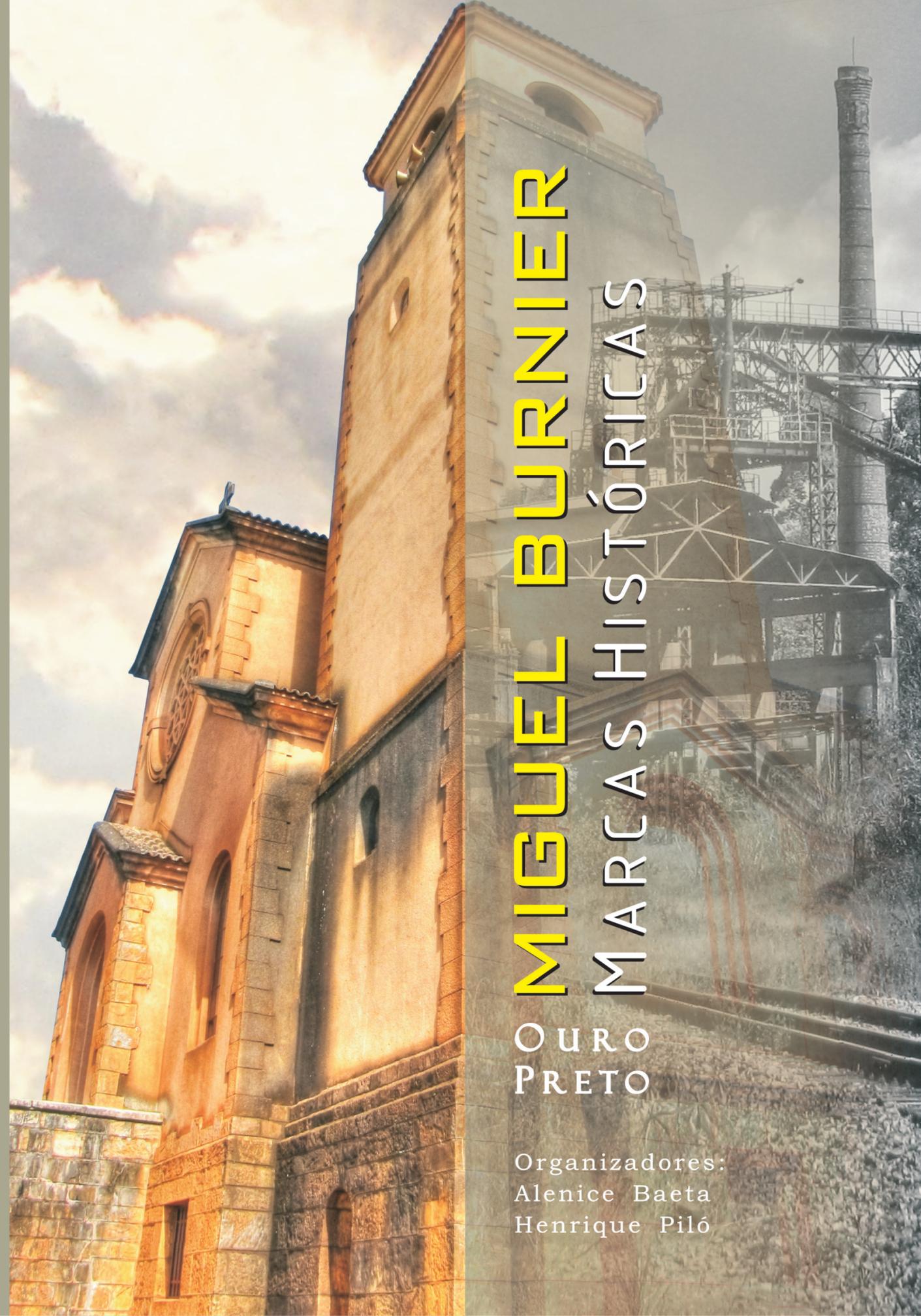


ELABORAÇÃO:

ARTEFACTO CONSULTORIA



MIGUEL BURNIER, OURO PRETO: MARCAS HISTÓRICAS



MIGUEL BURNIER
MARCAS HISTÓRICAS

OURO
PRETO

Organizadores:
Alenice Baeta
Henrique Piló